

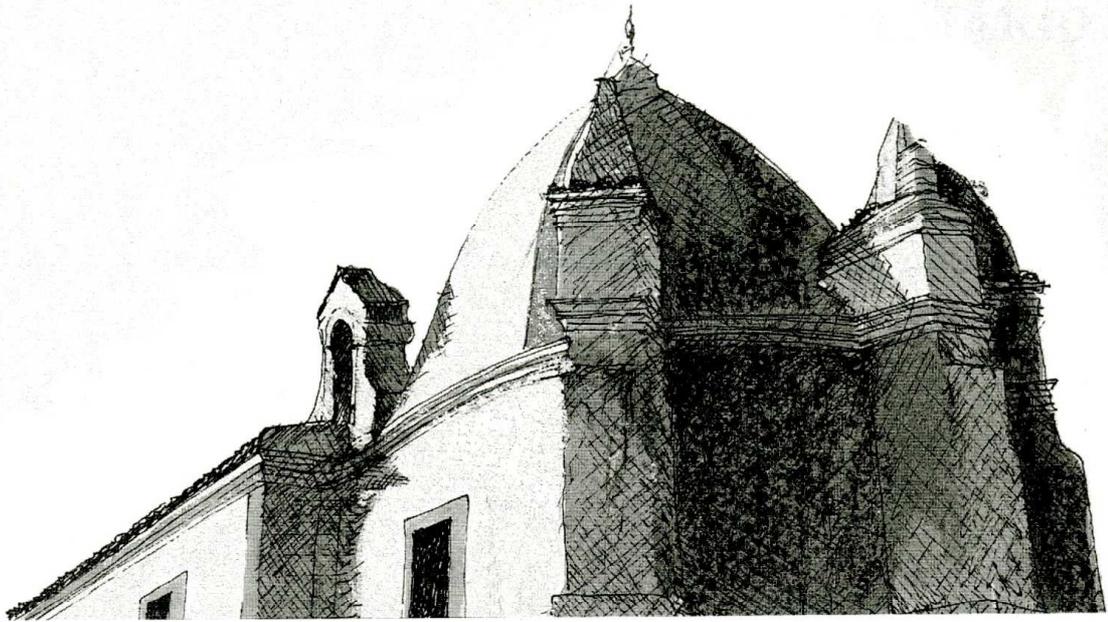


Boletim Cultural

CIRA

5

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira



Boletim Cultural

CIRA

5

1991
1992

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

FICHA TÉCNICA

- Edição e Propriedade:** Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
- Redacção e Administração:** Museu Municipal de Vila Franca de Xira,
Rua Serpa Pinto n.º 65 — 2600 Vila Franca de Xira
- Coordenação:** Clara Frayão Camacho com a colaboração de
Graça Nunes
- Capa:** Ivone Ralha
- Maquetagem e arranjo gráfico:** Mário Saldanha
- Execução Gráfica:** Artecor, Lda.
- Tiragem:** 2000 exemplares
- Data de impressão:** Novembro de 1993
- Depósito Legal:** 56726/92

(Aceita-se permuta/On prie l'échange/Exchange wanted/Sollicitiamo intercambio/ Tauschverkehr erwünscht).

SUMÁRIO

- 7 Notas de abertura
- 11 Contributo para o estudo das sepulturas rupestres do monte do Senhor da Boa Morte
Ana Cristina Calais Freire
- 49 As Ânforas da “Villa” romana de Povos
Carlos Banha
- 91 Estudo antropológico da população de Povos — Vila Franca de Xira (Séculos XVI-XVIII)
Parte I *Carmo Marrafa*
Nuno Dâmaso
- 105 Estudo antropológico da população de Povos — Vila Franca de Xira (Séculos XVI-XVIII)
Carmo Marrafa
Parte II *Maria Teresa Araújo*
Nuno Dâmaso
- 115 Três documentos manuscritos referentes ao concelho de Vila Franca de Xira
João José Fernandes Gomes
José Baptista Barreto Domingos
Jacinto Manuel Costa Pereira Santo
- 139 Alverca através dos recenseamentos (1842-1852)
Graça Nunes

- 155 A presença da Marinha em Vila Franca de Xira
Coito Duarte
- 165 Moinhos de Vento no concelho de Vila Franca de Xira
Clara Frayão Camacho
- 199 Avieiros - estudo de uma população de pescadores emigrados nas margens do Tejo
Jeanine Carré Colas
- 243 Fontes Documentais — Acta da inauguração dos novos Paços do Município, 5 de Outubro de 1893
- 251 Informações Culturais — 1990 a 1992

Publica-se o 5.º volume do Boletim Cultural da Câmara Municipal no fim do mandato autárquico de 1990-1993.

Num Município em que os mandatos se têm sucedido num percurso continuado e coerente, norteado por um dinâmico projecto de transformação da nossa realidade, sinto, ao fazer uma apreciação ainda que sumária do concretizado, a satisfação e o conforto de verificar que o esforço colectivo realizado tem valido a pena.

Compreendendo a CULTURA como um dos mais determinantes factores de desenvolvimento, temos investido na realização de um programa de promoção cultural sistemático e regular. Os resultados são hoje evidentes na vitalidade já natural com que a CULTURA surge nas suas múltiplas formas a integrar a nossa vivência democrática.

Chamo a esta abertura três factos recentes que são simbólicos no que encerram de passos já andados e de novos horizontes que rasgam.

A constituição da **Associação dos Artistas Plásticos de Vila Franca de Xira** em 1993, consolida um esforço conjugado entre o Município, os artistas já com obra feita e os novos artistas que despontam agora ou despontaram em iniciativas anteriores.

A abertura de Galerias Municipais de Arte em várias freguesias e a crescente disponibilidade de espaços no Concelho para acolherem manifestações de artes plásticas, são o terreno fértil em que a Associação nasceu e se irá robustecer.

A atribuição do **prémio da melhor exposição nacional do ano 1992** à exposição **“Trabalhar a Terra-Mecanização e Agricultura em Vila Franca de Xira”** realizada por nós, fica a atestar um marco importante na capacidade, criatividade e qualidade, que os nossos serviços, sobretudo do Departamento de Acção Sócio-Cultural, já atingiram.

A decisão recente da aquisição da **Quinta e do Palácio do Sobralinho** pelo Município de Vila Franca de Xira, foi das decisões mais importantes até hoje tomadas, no sentido da preservação e valorização do nosso património edificado.

A utilização futura do Palácio, em que os espaços dedicados à CULTURA serão dominantes, irá enriquecer em muito as nossas possibilidades de incentivar a fruição cultural pelos homens e mulheres que dão vida às nossas comunidades.

A CULTURA é um dos mais sólidos fundamentos do progresso.

Continuamos fiéis ao rumo traçado - queremos que sejam bons, fortes e sólidos os alicerces do nosso futuro.

DANIEL DOS REIS BRANCO
Presidente da Câmara Municipal

Em 1985 publicávamos o nosso primeiro Boletim Cultural.

Edição rodeada do rigor que já então caracterizava a nossa actividade cultural, era um sério compromisso que estávamos a assumir.

Desejávamos a regularidade, a crescente qualidade e a coerência de objectivos.

Não era um desafio, ou muito menos uma aposta, era um acto consciente de grande confiança, era a ocupação de um espaço que continuava vazio, a actividade editorial, mas talvez acima de tudo o desejo enorme de dar a conhecer a nossa história e de promover sem quaisquer equívocos ou complexos, a nossa cultura.

Passaram oito anos, as nossas edições adquiriram prestígio. Foram os quatro Boletins publicados, mas foi também o Lino de Macedo e o João Amaral, foram ainda os catálogos que, mais do que guias de exposições, reuniram informação, anotaram métodos, guardaram história.

É um esforço que sentimos apreciado e um trabalho que nos traz orgulhosos.

É uma enorme compensação para cada um dos que contribuem na construção de cada nova página. Mas é antes de tudo o mais, testemunho superior do esforço de um colectivo que teima em crescer, levedado pela transparência dos objectivos e pela consensualidade dos métodos.

O verde pálido da primeira edição, talvez de esperança confiante, foi dando lugar às cores do amadurecimento. A experiência, o tempo, a reflexão, o crescente grau de exigência foram moldando cada uma das edições.

Eis de novo o Boletim Cultural. Recuperou a regularidade.

Um ano de fartura e grande qualidade de colaborações, talvez o tenham feito engordar um pouco mais. Mas sente-se adulto. Mudou a roupagem. Escolheu um nome. Boletim Cultural de nome próprio, Cira de apelido, é assim que gostaria de ficar conhecido.

Cira parece ter sido sinónimo de terra de silvados e matagais e foi posteriormente nome próprio para “um lugar..., a cinco léguas de Lisboa, na margem direita do Tejo”.

Lugar que, em Foral de 1212, era já Vila Franca de Xira.

Boas razões para nominar um trabalho que tem registado o património de uma Vila Franca de Xira que não é já só um lugar mas também o agrupar de uns tantos lugares. Não é já terra de silvados e matagais, mas antes um concelho de progresso e bem estar.

Novo nome, mas os velhos objectivos.

Nova roupagem, mas a velha identidade.

CARLOS VENTURA DA SILVA FÉLIX
Vereador do Pelouro da Cultura

**CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS SEPULTURAS
RUPESTRES DO MONTE DO SENHOR DA BOA MORTE**

ANA CRISTINA CALAIS FREIRE DOS SANTOS

Ao querermos escrever um texto que sirva de introdução à publicação de um conjunto de sepulturas escavadas na rocha, deparamo-nos com uma série de questões que ultrapassam a objectividade de uma realidade evidente, entrando no domínio das mentalidades.

São um testemunho arqueológico complexo, que comporta em si uma atitude do homem medieval, reflexo da sua sensibilidade e da sua relação para com os outros. O mesmo será dizer, para com a vida e para o que nesta há de mais certo para todos nós — a morte!

Antes de mais há que tentar compreender a forma como o homem medieval se relacionou ou, melhor dizendo, se familiarizou com ela, ao considerá-la parte integrante da ordem das coisas.

O homem da Idade Média, ao contrário do homem de hoje, tinha uma relação de aceitação para com a ordem da natureza. E ao aceitar esta, na qual o milagre era o único interveniente, aceitava e *«submetia-se na morte a uma das grandes leis da espécie e não pensava nem em se lhe esquivar nem em a exaltar. Aceitava-a simplesmente como justa»*.⁽¹⁾

Esta atitude tradicional, contendo em si uma concepção colectiva do destino, traduziu-se, na prática, no anonimato das sepulturas indiciando, ao nível do ritual, a existência de um ofício litúrgico colectivo, sem lugar para a individualização das orações.

O corpo era entregue à Igreja, que cuidava dele até ao dia da Ressurreição Final, dia em que só os bons despertariam para a Jerusalém Celeste. Os outros, os que não haviam perfilhado na vida terrena a religião cristã, não despertavam, eram abandonados ao não-ser. O próprio termo “cemitério”, que deriva do grego e significa “dormir”, ao ser

(1) Philippe Ariès, 1988, p. 31.

utilizado pelos cristãos como sinónimo de necrópole, traduziu a sua crença na Ressurreição. Como diz Philippe Ariès, «a morte é o reconhecimento individual de um Destino em que a personalidade própria não fica anulada mas sim adormecida»⁽²⁾.

O cemitério de sepulturas rupestres existente no alto do Senhor da Boa Morte, sendo reflexo desta atitude mental, corporiza já elementos novos oriundos da tomada de consciência individual que se dá a partir do século XI.

Da resignação ao destino colectivo "*Todos nós Morremos*", característico do cristianismo antigo, passa-se a partir do século XI ao reconhecimento da existência individual, à "*morte de si próprio*", em que cada um tem consciência da sua individualidade e é julgado pelo actos que cometeu, numa dualidade Inferno/Paraíso. Para o primeiro cristão não havia julgamento nem condenação. As acções dos homens eram vistas como um todo, não havendo lugar para a culpabilização individual. Contudo, da tomada de consciência da individualidade de cada um advém a personalização do rito funerário e as invocações rituais do pós-morte, com o conseqüente regresso à sepultura individualizada que, como diz Mário Barroca, «se irá traduzir, à medida que os tempos avançam para os fins da Idade Média, numa cada vez maior eloquência dos epitáfios»⁽³⁾.

É pois, tendo por base o quadro mental do homem que viveu os últimos séculos da Alta Idade Média e o período de transição subsequente, que podemos compreender melhor uma manifestação que lhe está subjacente: a execução de sepulturas em afloramentos rochosos.

Localizado no alto de um cabeço a noroeste de Povos do Ribatejo, há muito conhecido por Monte do Senhor da Boa Morte, o cemitério ocupa um lugar de destaque na paisagem, dominando o Tejo e as lezírias.

Outrora parte integrante do concelho de Povos, o Senhor da Boa Morte foi, à data da extinção deste, incorporado no concelho de Vila Franca de Xira, freguesia do mesmo nome, distrito de Lisboa.

Encontra-se localizado na Carta Militar de Portugal — 1:25.000, folha n.º 195, com as seguintes coordenadas: UTM 29S ND 011 138 e a uma cota média absoluta de 115,50 m. A sua referência mais antiga é o Foral atribuído por D. Sancho I, em 1195, aos moradores do Castelo de Povos, de que a linha de muralha (N.-S.), ainda existente, parece fazer parte⁽⁴⁾.

É no limite norte e exterior desta, que um afloramento de dioritos apresenta, numa área de 50^m², dezassete sepulturas dispostas em três fiadas paralelas (N.-S.), em melhor ou pior estado de conservação. O rombo que apresentam, em forma de vala, danificou

(2) Ariès, op. cit., p. 65.

(3) Mário J. Barroca, 1987, p. 258.

(4) PMH, *Leges*, p. 491; Rui de Azevedo, *et. al.*, 1979, pp. 120/124. Foi confirmado no ano de 1218 por D. Afonso II, em Santarém. D. Manuel I deu-lhe Foral Novo em 1512.

muitas delas⁽⁵⁾. É-nos contudo possível, e à excepção de duas delas, verificar quão bem definidas têm a forma do corpo humano.

Ainda a norte, e a curta distância, podem observar-se as ruínas do solar dos Condes da Castanheira (séc. XVI-XVIII) e uma pequena ermida, já renovada, outrora dedicada a Nossa Senhora de Povos e hoje ao culto do Senhor Morto, local de acorrida peregrinação na 5.^a feira de Ascensão⁽⁶⁾.

É um templo de uma só nave, de arquitectura pobre, que integra, por meio de um arco gótico, a capela-mor com cúpula cónica oitavada, contrafortes coroados por merlões e pirâmides e encimada com o crescente⁽⁷⁾.

As paredes interiores são forradas de azulejos seiscentistas com motivos geométricos e figuras humanas nuas.

A imagem de Nossa Senhora da Assunção ou Santa Maria de Povos, para aí levada, relembra o orago da antiga igreja matriz de Povos (séc. XVI-XIX), outrora edificada no sopé do monte e de que hoje não são visíveis vestígios. Escreveu frei Agostinho de Santa Maria, no seu *Santuário Mariano* que «a freguesia por ficar longe da vila, e com algum discomodo para os moradores, se passou para baixo, aonde se edificou para esse efeito um sumptuoso templo»⁽⁸⁾.

Escavações arqueológicas, no local, permitiram identificar uma sequência estratigráfica em que a ocupação romana do sítio subjaz, separada por um nível de abandono, ao cemitério desta antiga igreja.

Os escassos vestígios romanos encontrados no alto do Senhor da Boa Morte, parecem, segundo Rui Parreira, corresponder a uma intensificação do povoamento no local a partir do século IV, devido não só ao seu posicionamento face às vias de comunicação, mas também devido às suas excelentes condições naturais de defesa⁽⁹⁾.

(5) Este rombo poderá ter a ver com os trabalhos aí realizados em 1837 ou 1892 e a que Lino de Macedo (1992, p. 214) faz referência:

— Em 1837 «escavou-se aquele morro para abrir pedreira».

— Em 1892 são realizados trabalhos para alargamento da esplanada que fica em frente à capela, precisamente do lado das sepulturas, mas em terra arenosa.

Em ambas as vezes foram, segundo a mesma fonte, destruídas sepulturas abertas em terra e delimitadas por lajes [muito provavelmente iguais às postas a descoberto por ocasião da escavação arqueológica realizada em Setembro de 1992 mas vandalicamente destruídas em plena campanha].

(6) Frei Agostinho de Santa Maria, (1707, p. 376) refere ter sido esta igreja «dedicada a Nossa Senhora com o título de Povos [...] antigamente a única freguesia de todos aqueles povos circunvizinhos que hoje vemos todos enobrecidos com o título de vilas; com esta ocasião se deu à Senhora o título de Santa Maria de Povos».

A devoção crescente ao Senhor Jesus da Boa Morte ganhou alento em meados do século XVIII, de tal modo que, quando nos princípios do século XIX a igreja foi reconstruída, o seu antigo nome se alterou de Santa Maria de Povos para Capela do Senhor Jesus da Boa Morte, cf. Maria Adelaide Neto Salvado, 1983.

(7) Sobre a ermida veja-se entre outros: Vergílio Correia, 1924 p. 189; J. A. Correia de Campos, 1972, p. 184 e Rui Parreira, 1987-88, p. 101.

(8) Frei Agostinho de Santa Maria, 1707, p. 377.

(9) Fala-se do achado de uma moeda de bronze do século IV encontrada em sepultura; de um fragmento de ara que Vergílio Correia (1924, p. 189) diz fazer parte das colecções do M.N.A.E., mas que não se conseguiu ali localizar; e de um fragmento de lápide funerária, hoje em depósito no Museu Municipal de Vila Franca de Xira, cuja inscrição foi dada a conhecer por D. Fernando de Almeida (1972, pp. 152-153).

Durante muito tempo a cronologia destes monumentos foi motivo de polémica e muitos foram os autores que sobre o assunto se debruçaram. Não nos cabe aqui abordar as suas opiniões⁽¹⁰⁾. Partindo de um dado já adquirido — a sua medievalidade —, centrarmo-nos-emos no estudo do cemitério rupestre do Senhor da Boa Morte, cujos sepulcros, à semelhança de tantos outros, por se encontrarem violados e expostos, tornam a sua cronologia difícil de precisar.

Em 1707 frei Agostinho de Santa Maria (p. 377) relaciona a existência de sepulturas no local com o povoamento cristão. Nas *Memórias Paroquiais* de 1758 (Pedro A. de Azevedo, 1901, p. 158) as sepulturas abertas em pedra são conotadas com *Mouros*. Em 1854 João Amaral considera-as egípcias (1991, p. 134). Posteriormente, Vergílio Correia (1924, p. 22) considerou-as medievais e critica o estudo osteológico da necrópole, feito por Ferraz de Macedo (Lino de Macedo, 1992, pp. 250-251), que considera ter sido indevidamente atribuído à época romana⁽¹¹⁾.

Para o estudo desta necrópole reportarmo-nos-emos às interpretações de Alberto del Castillo que, embora questionáveis devido a contributos mais recentes, continuam a ser um auxiliar ponto de referência.

Para este autor, a evolução tipológica das sepulturas escavadas na rocha está na razão directa da sua evolução cronológica. Segundo ele, as sepulturas mais antigas teriam uma forma não antropomórfica (ovalada), datando os seus inícios por volta do século VII, e as mais recentes, antropomórficas, do período da Reconquista Cristã. A este nível detecta, entre meados do século IX e inícios do X, uma evolução tipológica no sentido de uma perfeita simetria antropomórfica que atinge o seu apogeu no século XI.

Atingida esta simetria perfeita, considera dois grandes tipos coexistindo num mesmo espaço-tempo, mas em diferentes regiões:

- a cabeceira com configuração de arco ultrapassado, predominante na zona ocidental de Espanha (Navarra, Aragão e Castela);
- e a cabeceira de configuração trapezoidal ou angulosa, predominante na zona oriental (Catalunha).

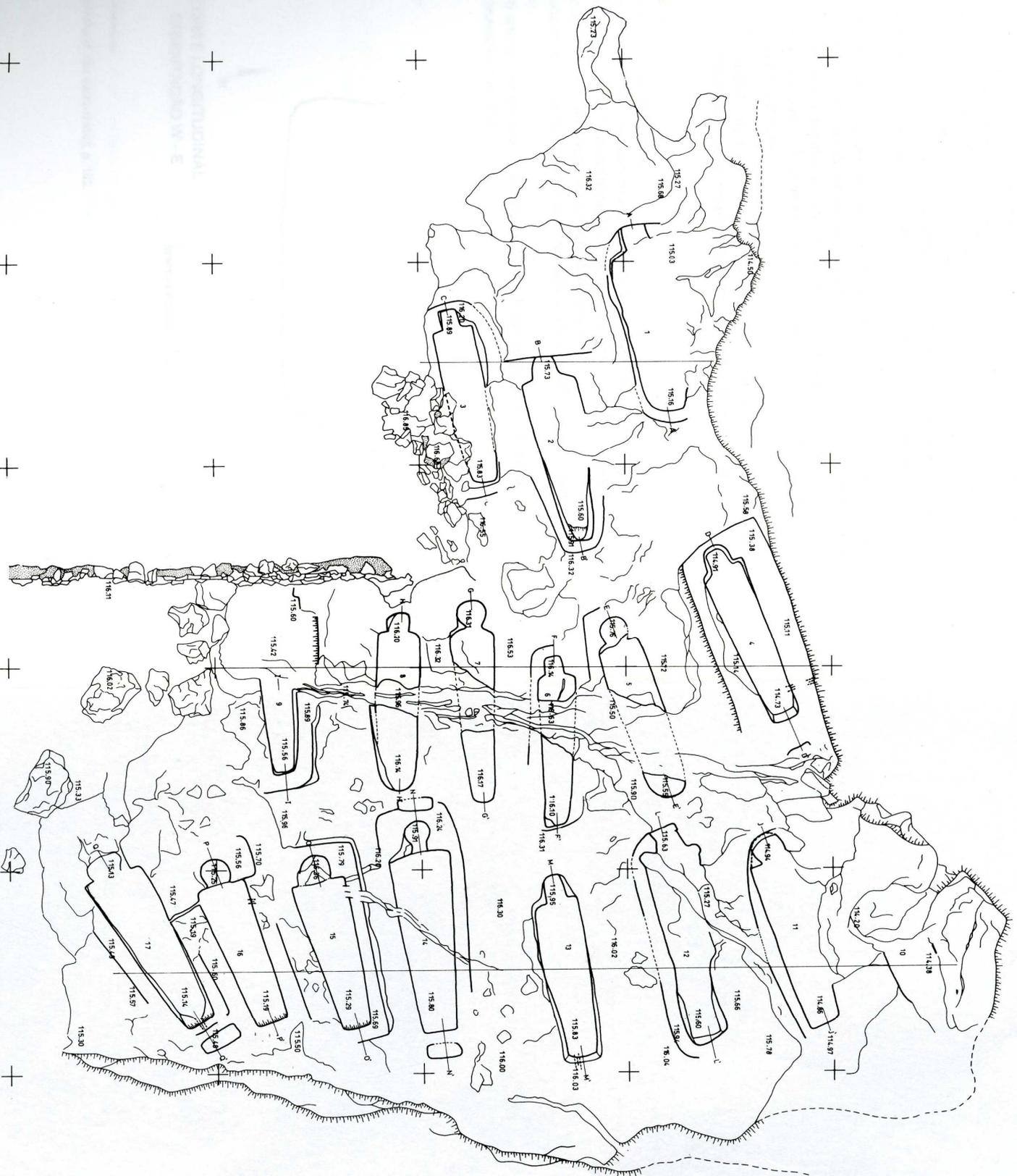
Contudo, na década de 70, Maria Asunción Bielsa ao escavar uma necrópole aragonesa onde coexistiam os dois tipos e ao verificar que o “Ocidental” se sobrepunha ao “Oriental”, sublinha a anterioridade do tipo oriental em relação ao ocidental.

(10) Sobre as sepulturas escavadas na rocha veja-se, entre outros:

Rocha Peixoto (1905-1908, pp. 287-288); José Leite de Vasconcelos (1913, vol. III, pp. 561-562, 583); Vergílio Correia (1918, p. 22 e 1924, p. 189); Amorim Girão (1933, pp. 122-124); António Cruz (1940, pp. 589-592); Fernando Castelo-Branco (1966, pp. 421-424); J. A. Correia de Campos (1972, pp. 179-180); Alberto Correia (1976, pp. 130-132); Mário Jorge Barroca (1987, pp. 104-110).

(11) Não podemos deixar de aqui mencionar a referência feita por D. Fernando de Almeida (1962, p. 256) à existência de um cemitério perto de Povos (Vila Franca de Xira), por ele atribuído ao período visigótico. Cremos tratar-se do cemitério rupestre do Senhor da Boa Morte, embora as figuras para que a citação remete nada tenham a ver com a realidade em questão.

No entanto, apenas podemos dizer, e em face dos conhecimentos que actualmente se dispõem para o período visigótico, que esta atribuição é bastante precoce, a menos que a existência de uma comunidade moçárabe no local, herdeira da cultura hispano-visigótica, tivesse uma cota parte de responsabilidade na sua execução. Considere-se para este efeito o conhecimento de uma importante comunidade moçárabe em Lisboa e seus arredores que chegou até à conquista da cidade em 1147.



- LEGENDA**
-  ARCA-MANSA
 -  RECONSTITUIÇÕES
 -  ORIFÍCIO DE ESCOAMENTO
 -  DECLIVES



SENHOR DA BOA MORTE
(POVOS)
PLANTA DO CEMITÉRIO RUSTRIN

397
207

207
407

Mais recentemente Katja Kliemann, ao inventariar as necrópoles rupestres da Catalunha chega a conclusões idênticas, e demonstra que afinal as sepulturas de tipo trapezoidal (Oriental) não são as predominantes nessa região. Pelo contrário, elas são, à semelhança das sepulturas em arco ultrapassado, mais ou menos excepcionais nesta zona.

No que diz respeito à necrópole do Senhor da Boa Morte constatamos a predominância da cabeceira de arco ultrapassado, não se verificando nenhum caso de cabeceiras de tipo trapezoidal.

Para uma melhor visualização e análise de cada sepultura de *per si* e no seu conjunto, elaborámos uma tabela, partindo da proposta de trabalho publicada em 1989 por Mário Barroca⁽¹²⁾, e desenhámos a planta da necrópole, bem como os cortes longitudinais e transversais. Atribuímos valores relativos às coordenadas geográficas (latitude e longitude) e valores absolutos às altimétricas.

As sepulturas numeradas de 1 a 17 — no sentido norte-sul/ oeste-este — apresentam-se, sucintamente, tendo em consideração o posicionamento do corpo no interior da sepultura, do seguinte modo:

Sepultura n.º 1

Encontra-se bastante destruída.

A destruição de que foi alvo afectou-lhe todo o lado esquerdo.

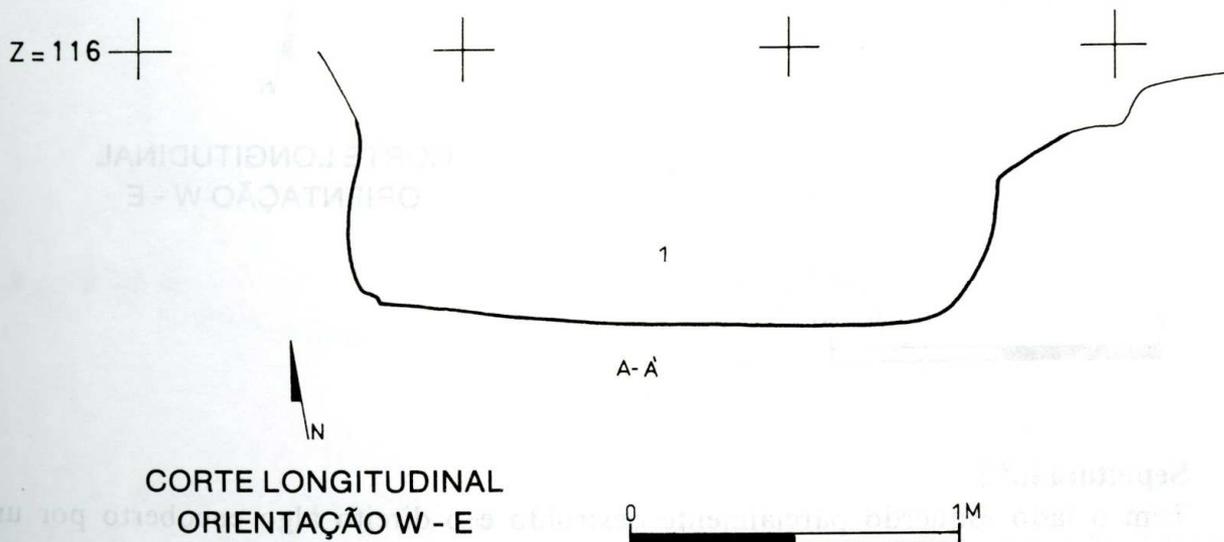
A zona da cabeceira, dada a danificação, é de difícil caracterização tipológica.

A zona inferior apresenta contorno arredondado aos pés.

Do seu lado direito é ainda observável a reentrância feita no afloramento para encaixe da(s) tampa(s).

Mede 186 cm de comprimento, dos quais 22 cm dizem respeito à cabeceira.

A sua orientação é de 260°.



(12) Mário J. Barroca (Ficha extra-texto), p. 182.

Sepultura n.º 2

Tem as zonas laterais parcialmente destruídas.

O leito encontra-se um pouco danificado.

A zona da cabeceira, algo assimétrica, parece possuir um contorno em forma de “arco aberto”.

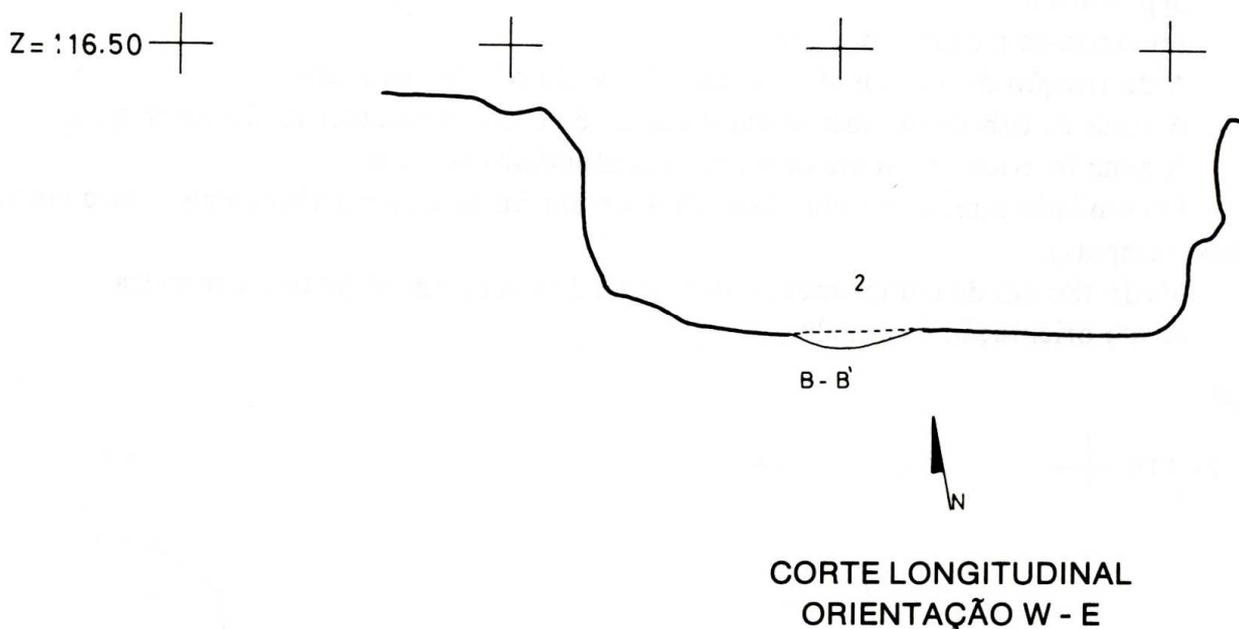
Possui na zona do ombro direito uma cavidade ovalada.

Nos dois extremos é visível o rebordo para a colocação da(s) tampa(s).

A zona inferior tem, na linha de superfície, um contorno aproximadamente trapezoidal, apresentando na base uma planta arredondada, de talhe oblíquo.

Mede 186 cm de comprimento, dos quais 22 cm dizem respeito à cabeceira. A largura máxima, 52 cm, encontra-se na zona dos ombros.

A sua orientação é de 259º.



Sepultura n.º 3

Tem o lado esquerdo parcialmente destruído e o direito algo encoberto por um aglomerado de pedras e terra.

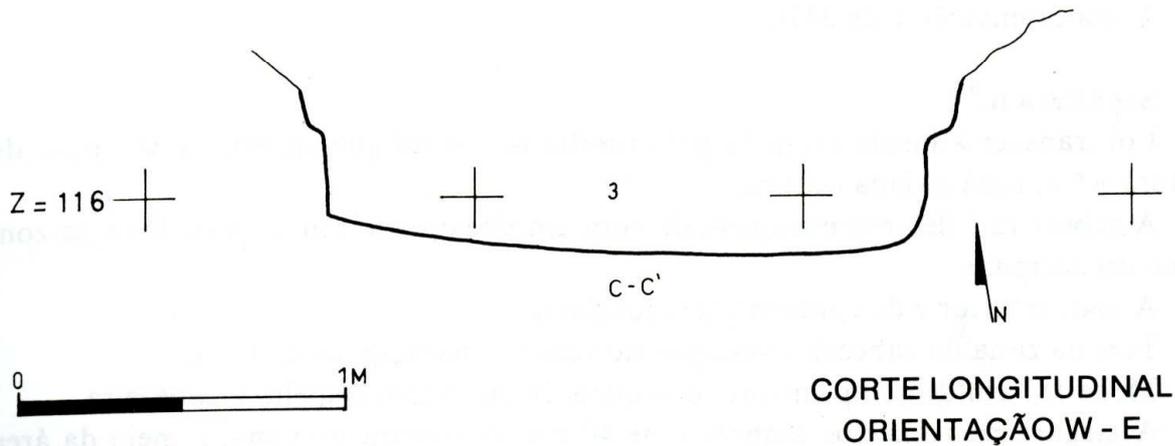
A cabeceira é rectangular.

A zona inferior é de contorno trapezoidal com os cantos arredondados.

Apresenta nos dois extremos parte do rebordo para encaixe da(s) tampa(s).

Mede 175 cm de comprimento, dos quais 19 cm dizem respeito à cabeceira. A largura máxima, 40 cm, encontra-se na zona dos ombros.

A sua orientação é de 259°.



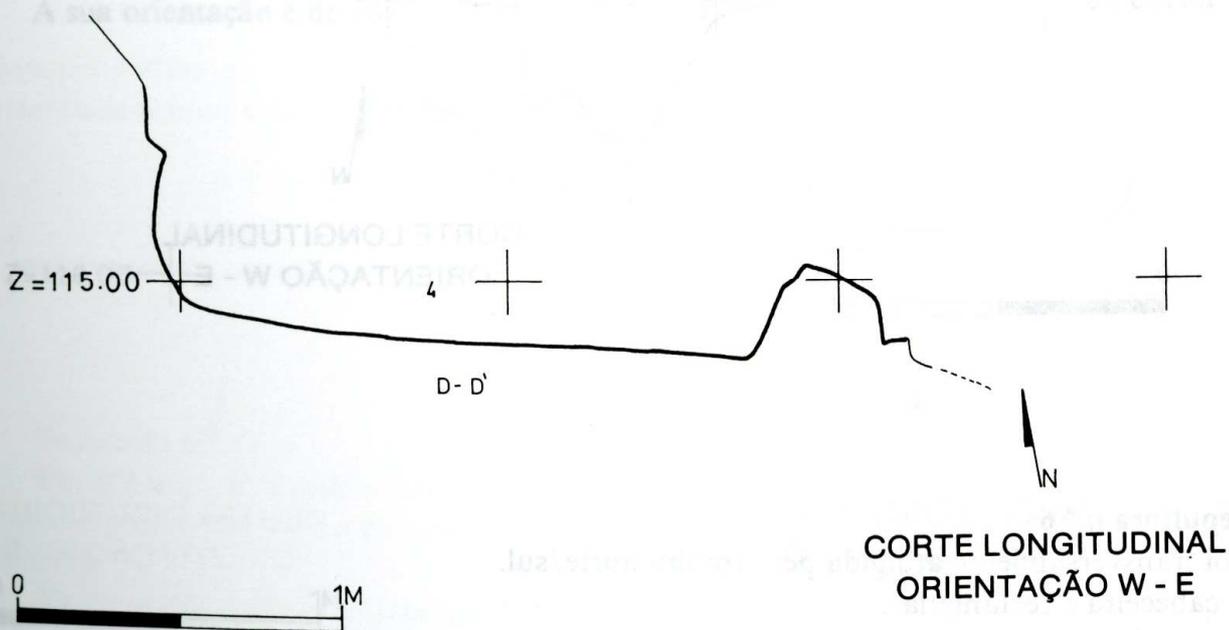
Sepultura n.º 4

Encontra-se razoavelmente conservada.

Apresenta à superfície da cabeceira um delineamento que se poderá aproximar do arco de volta perfeita, sendo a base tendencialmente rectangular.

A zona inferior é de contorno trapezoidal com os cantos arqueados.

Do lado direito observa-se, no sentido da cabeceira para os pés, um rebordo algo acentuado para encaixe da(s) tampa(s), e do lado esquerdo, uma superfície plana abruptamente cortada na vertical, para onde comunica o orifício localizado na zona inferior do sepulcro.



No exterior e um pouco mais abaixo, há o que parece ter sido a cavidade para a colocação de uma estela.

Mede 175 cm de comprimento, dos quais 21 cm dizem respeito à cabeceira. A largura máxima, 40 cm, encontra-se na zona dos ombros.

A sua orientação é de 247°.

Sepultura n.º 5

Foi transversalmente atingida pelo rombo norte/sul que afectou, à excepção da sepultura n.º 4, toda a fiada central.

A cabeceira é de arco ultrapassado com um alteamento muito imperfeito na zona de apoio do occipital.

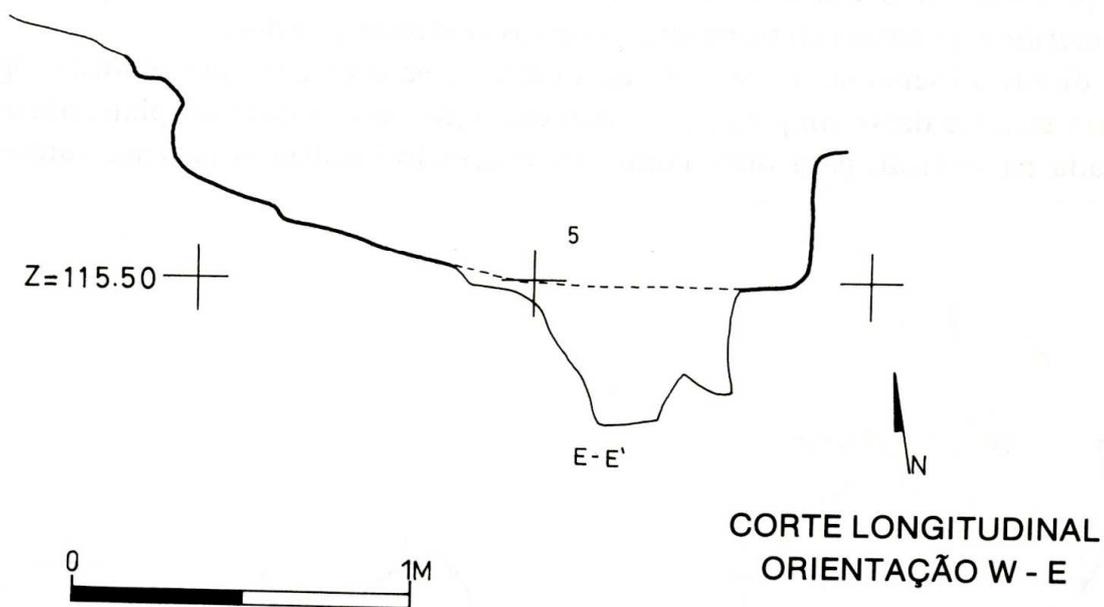
A zona inferior é de contorno arredondado.

Tem na zona da cabeceira vestígios do rebordo para apoio da tampa.

Mede 187 cm de comprimento, dos quais 26 cm dizem respeito à cabeceira.

A largura na zona dos ombros é de 40 cm. A largura máxima, a meio da área do leito, é de 45 cm.

A sua orientação é de 252°.



Sepultura n.º 6

Foi transversalmente atingida pelo rombo norte/sul.

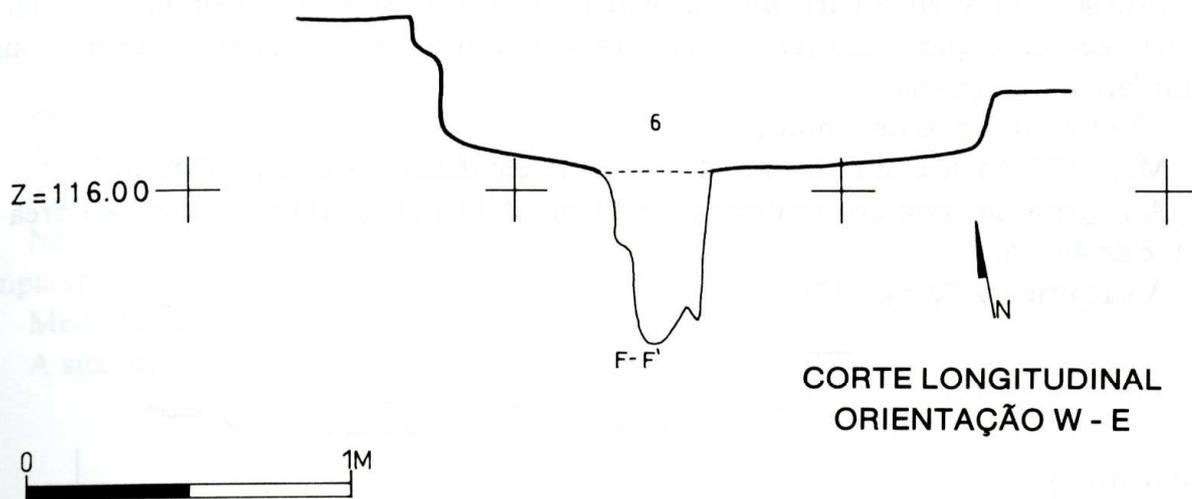
A cabeceira é rectangular.

A zona inferior é assimétrica.

Em ambas as extremidades tem vestígios do rebordo para encaixe da(s) tampa(s).

Mede 166 cm de comprimento, dos quais 18 cm dizem respeito à cabeceira. A largura máxima, 36 cm, encontra-se na zona dos ombros.

A sua orientação é de 269°.



Sepultura n.º 7

Foi transversalmente atingida pelo rombo norte/sul.

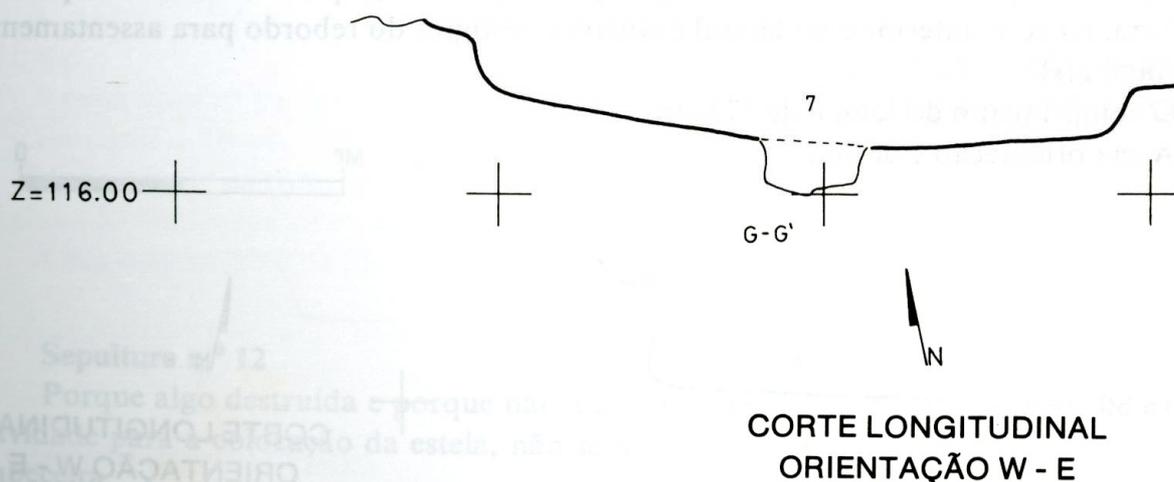
A cabeceira é de arco ultrapassado.

A zona inferior possui contorno arredondado.

Não tem vestígios do rebordo.

Mede 200 cm de comprimento, dos quais 26 cm dizem respeito à cabeceira. A largura máxima, 42 cm, encontra-se na zona dos ombros.

A sua orientação é de 267°.



Sepultura n.º 8

Foi transversalmente atingida pelo rombo norte/sul.

A cabeceira apresenta na linha de superfície uma configuração de arco ultrapassado algo imperfeito, tendendo na base para o arco peraltado.

A zona inferior é de contorno arredondado.

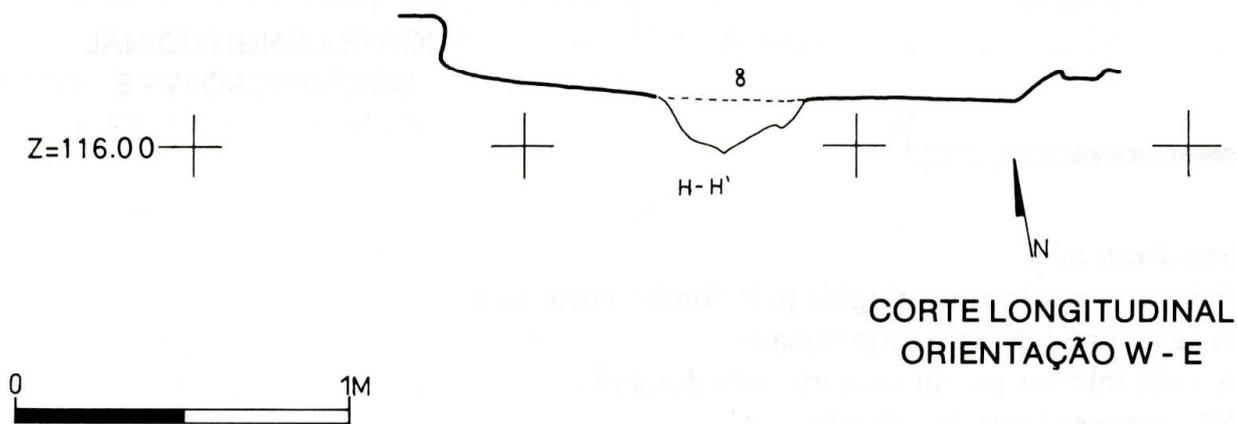
Esta sepultura tem a particularidade de evidenciar uma provável anomalia aquando da sua execução, que a não ter sido corrigida teria ocasionado, na zona superior, uma maior largura da mesma.

Não tem vestígios de rebordo.

Mede 176 cm de comprimento, dos quais 18 cm dizem respeito à cabeceira.

A largura na zona dos ombros é de 40 cm. A largura máxima, a meio da área do leito, é de 46 cm.

A sua orientação é de 271º.



Sepultura n.º 9

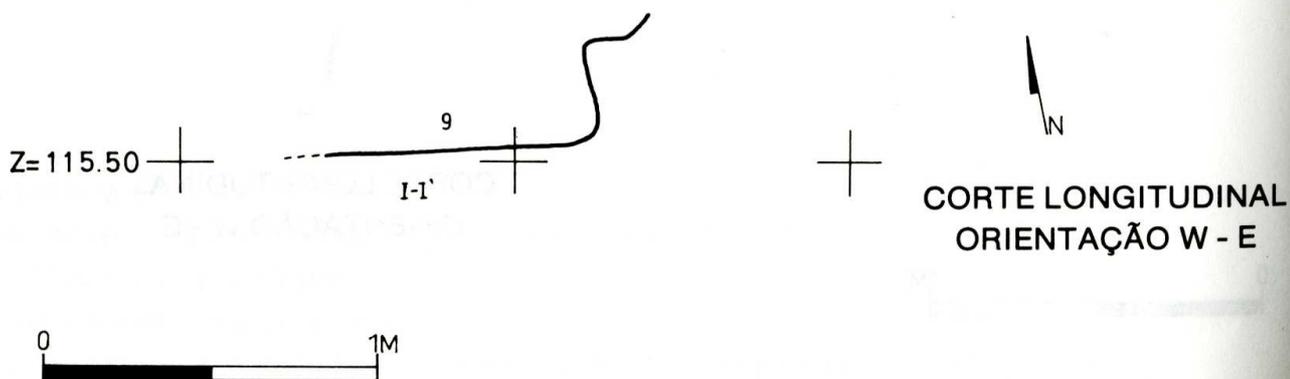
Encontra-se bastante destruída.

Apresenta a zona inferior, de configuração trapezoidal, e parte do ombro esquerdo.

Tem, na zona inferior e no lateral esquerdo, vestígios do rebordo para assentamento da(s) tampa(s).

O comprimento do leito é de 173 cm.

A sua orientação é de 266º.



Sepultura n.º 10

Encontra-se muito destruída. O rombo norte/sul, em forma de vala, que aqui inflectiu para nascente, apenas deixou perceptível uma pequena parte da superfície do leito.

À excepção da sua presumível orientação, 246°, não nos é possível qualquer caracterização metrológica.

Sepultura n.º 11

Apresenta os laterais, sobretudo o esquerdo, parcialmente destruídos.

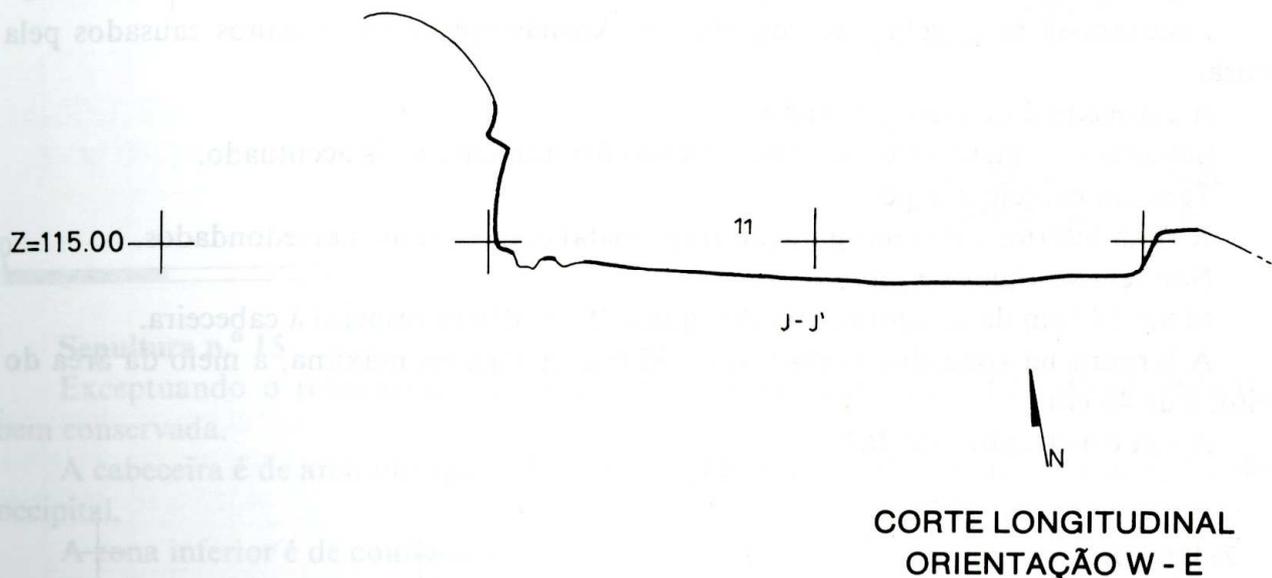
A cabeceira é de arco ultrapassado.

A zona inferior é de configuração trapezoidal.

No topo da cabeceira e do lado direito é visível o rebordo para assentamento da(s) tampa(s).

Mede 197 cm de comprimento, dos quais 27 cm dizem respeito à cabeceira.

A sua orientação é de 252°.



Sepultura n.º 12

Porque algo destruída e porque não apresenta separação entre a zona da cabeça e a cavidade para a colocação da estela, não se nos torna possível identificar a tipologia da cabeceira.

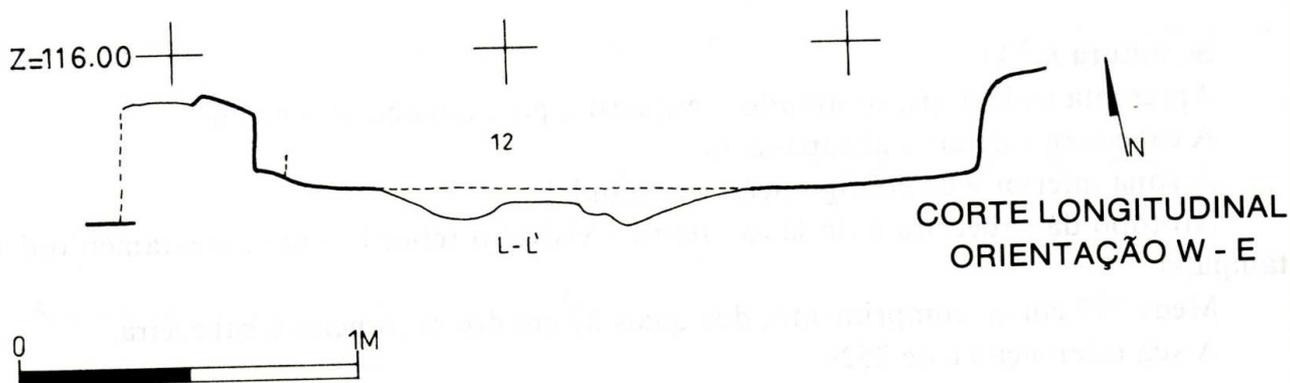
Na zona dos ombros possui uma cavidade ovalada.

Na zona inferior apresenta uma reentrância com planta sub-rectangular para uma melhor adaptação dos pés.

Apresenta vestígios do rebordo.

Mede 212 cm de comprimento, dos quais 25 cm dizem respeito à cabeceira. A largura máxima, 58 cm, encontra-se na zona dos ombros.

A sua orientação é de 258°.



Sepultura n.º 13

Encontra-se razoavelmente conservada. Apenas apresenta os danos causados pela erosão.

A cabeceira é de arco peraltado.

Salienta-se o facto de ter o ombro direito ligeiramente mais acentuado.

Tem um orifício aos pés.

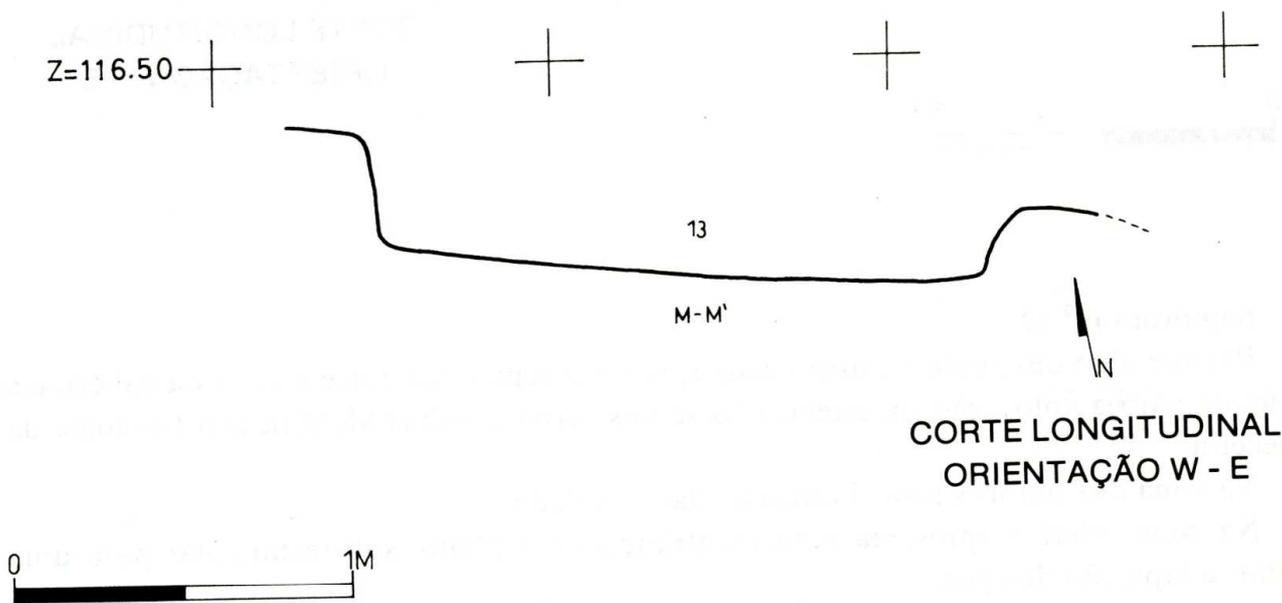
A zona inferior é de configuração trapezoidal com os cantos arredondados.

Não tem vestígios de rebordo.

Mede 182 cm de comprimento, dos quais 25 cm dizem respeito à cabeceira.

A largura na zona dos ombros é de 42 cm. A largura máxima, a meio da área do leito, é de 45 cm.

A sua orientação é de 262°.



Sepultura n.º 14

Encontra-se bem conservada.

A cabeceira é de arco ultrapassado (de “pescoço” proeminente) com um plano mais elevado na zona de apoio do occipital, à semelhança de uma almofada.

A zona inferior é de configuração trapezoidal.

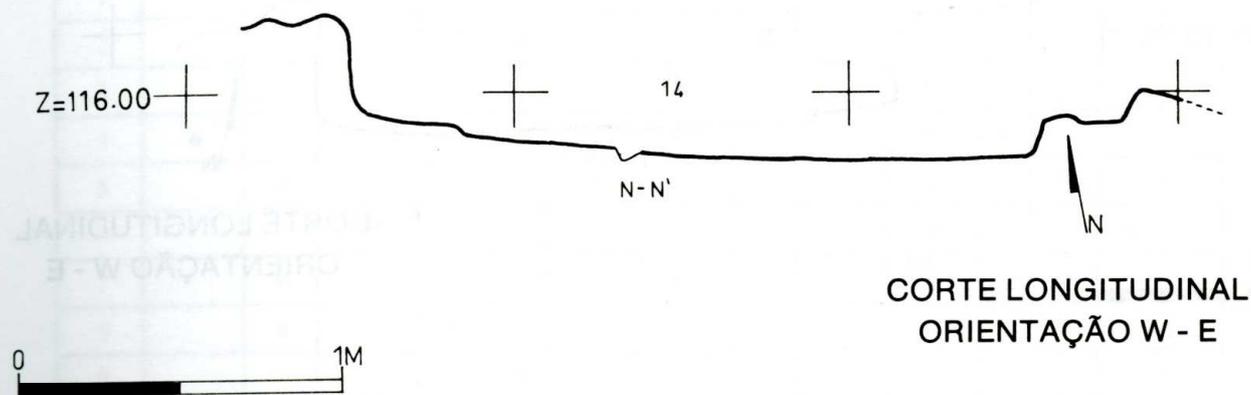
Apresenta somente parte do rebordo para assentamento da tampa e possui duas cavidades para a colocação de estelas, uma à cabeceira e outra aos pés, de forma a delimitar a localização do corpo.

Tem um orifício na zona lateral direita, que favoreceu a abertura de uma fenda natural.

Mede 210 cm de comprimento, dos quais 31 cm dizem respeito à cabeceira.

A largura máxima, 60 cm, encontra-se na zona dos ombros.

A sua orientação é de 264º.



Exceptuando o rebordo lateral direito e parte da cabeceira, encontra-se bastante bem conservada.

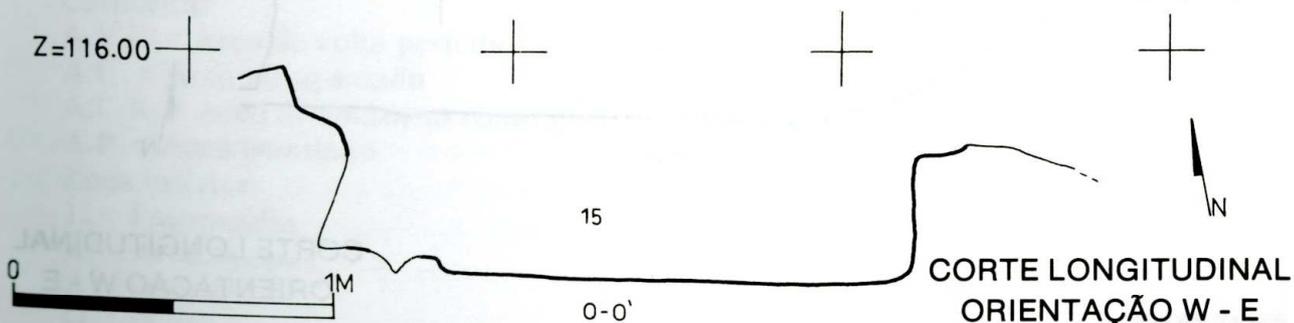
A cabeceira é de arco ultrapassado com um plano mais elevado na zona de apoio do occipital.

A zona inferior é de configuração trapezoidal.

Tem dois orifícios, face a face, na zona lateral superior.

Mede 175 cm de comprimento, dos quais 27 cm dizem respeito à cabeceira. A largura máxima, 52 cm, encontra-se na zona dos ombros.

A sua orientação é de 251º.



Sepultura n.º 16

Encontra-se bastante bem conservada, à excepção de algumas zonas do rebordo.

A cabeceira é de arco ultrapassado com um plano mais elevado na zona de apoio do occipital.

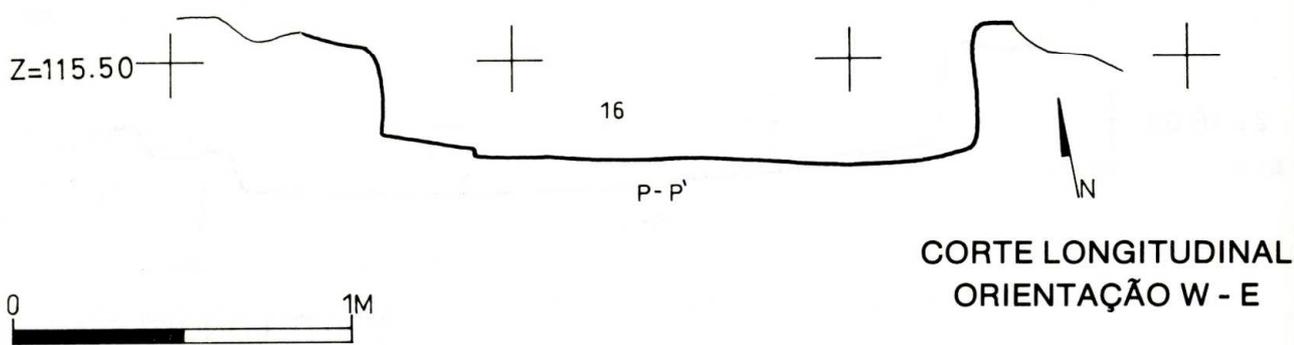
A zona inferior é de configuração trapezoidal.

A diferença de cotas entre o rebordo para assentamento da tampa na zona de cabeceira e o rebordo da zona do leito, este de cota mais elevada, indicia a existência de pelo menos duas tampas de cobertura.

Tem na zona superior, quase à altura dos ombros, dois orifícios obliquamente direccionados.

Mede 170 cm de comprimento, dos quais 25 cm dizem respeito à cabeceira. A largura máxima, 48 cm, encontra-se na zona dos ombros.

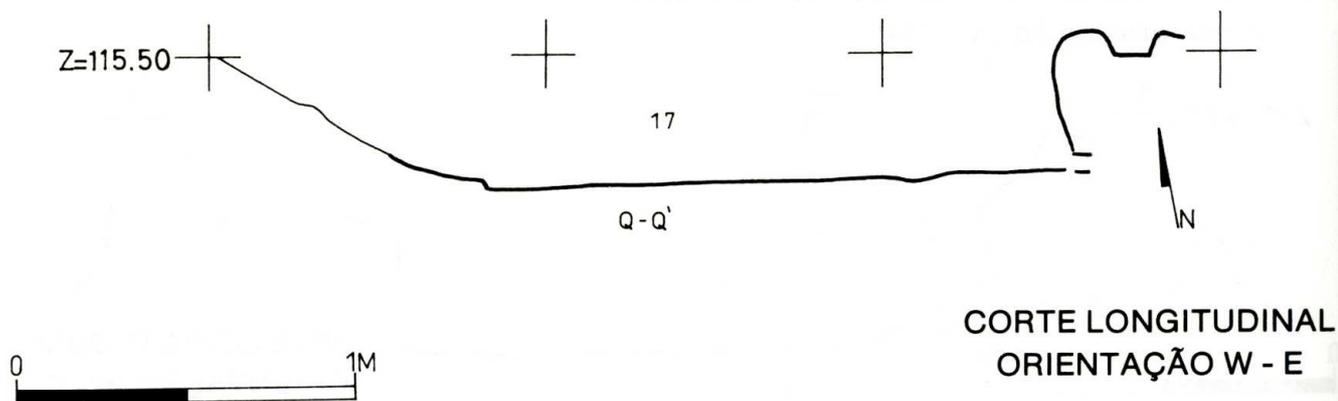
A sua orientação é de 250º.



Sepultura n.º 17

Por ter o leito da cabeceira parcialmente destruído, apenas no corte longitudinal nos foi possível detectar a existência de um plano mais elevado para assentamento do occipital.

Por semelhanças tipológicas e de execução com as sepulturas n.º 14, 15 e 16, deduz-se que a cabeceira seja de arco ultrapassado.



Apresenta parte do rebordo para assentamento da tampa e aos pés uma cavidade para a colocação de uma estela, que se única, serviria apenas para assinalar o local da sepultura.

Tem dois orifícios: um na zona lateral esquerda e o outro aos pés, onde apresenta uma reentrância no sentido da condução dos líquidos.

Mede 196 cm de comprimento, dos quais 26 cm dizem respeito à cabeceira. A largura máxima, 56 cm, encontra-se na zona dos ombros.

A sua orientação é de 240°.

Todas as características metrológicas podem ser sistematizadas no seguinte quadro:

CARACTERÍSTICAS METROLÓGICAS DAS SEPULTURAS - I

Sep. N.º	Cabeceira					"Almofada"		Cavidade nos ombros			Zona inferior			
	A.V.P.	A.U.	A.C.R.	A.P.	?	Com	Sem	Dir.	Esq.	Sem	T.	R.	A.	O.
1					•		•			•		•		
2					•		•	•			•	•		
3			•				•			•	•			
4	•		•				•			•	•			
5		•				•				•		•		
6			•				•			•			•	
7		•					•			•		•		
8		•		•			•			•		•		
9					•	—	—	—	—	—	•			
10					•	—	—	—	—	—	—	—	—	—
11		•					•			•	•			
12					•		•	•	•					•
13				•			•			•	•			
14		•				•				•	•	•		
15		•				•				•	•	•		
16		•				•				•	•	•		
17		•				•				•	•	•		

LEGENDA

Cabeceira:

A.V.P. = Arco de volta perfeita

A.U. = Arco ultrapassado

A.C.R. = Arco de contorno rectangular

A.P. = Arco peraltado

Zona inferior:

T. = Trapezoidal

R. = Arredondada

A. = Assimétrica

O. = Outro.

CARACTERÍSTICAS METROLÓGICAS DAS SEPULTURAS - II

Sep.	Rebordo		Cavidade para Estela		Dimensões em cm.					Orifícios		Orientações	
	N.º	Com	Sem	Com	Sem	C.M.	L.M.	L.O.	C.L.	C.C.	Com	Sem	Em graus
1	•				•	186	—	—	164	22		•	260°
2	•				•	186	52	52	164	22		•	259°
3	•				•	175	40	40	156	19		•	259°
4	•			•?		175	40	40	154	21	•		247°
5	•				•	187	45	40	161	26		•	252°
6	•				•	166	36	36	148	18		•	269°
7		•			•	200	42	42	174	26		•	267°
8		•			•	176	46	40	158	18		•	271°
9	•				•	—	—	—	173	—		•	266°
10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		•	246°
11	•				•	197	—	—	170	27		•	252°
12	•			•		212	58	58	187	25		•	258°
13		•			•	182	45	42	157	25	•		262°
14	•			•		210	60	60	179	31	•		264°
15	•				•	175	52	52	148	27	•		251°
16	•				•	170	48	48	145	25	•		250°
17	•			•		196	56	56	170	26	•		240°

LEGENDA

C.M. = Comprimento máximo

L.M. = Largura máxima

L.O. = Largura na zona dos ombros

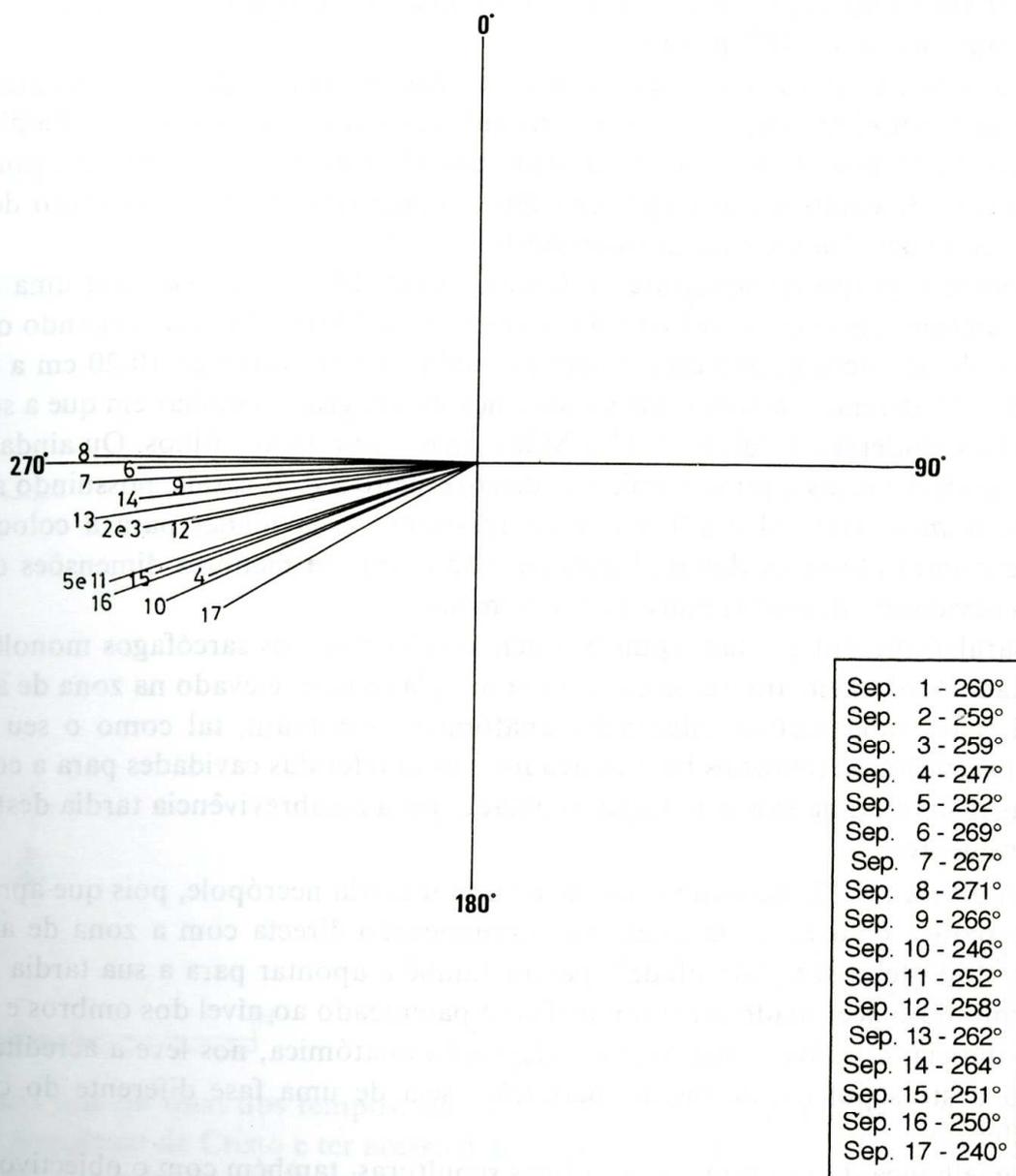
C.L. = Comprimento do leito

C.C. = Comprimento da cabeceira.

Todas as sepulturas estão orientadas Oeste-Este, ou seja, com a cabeça para poente, como era canonicamente exigido ao enterramento cristão. Contudo, observadas no seu conjunto, as sepulturas apresentam pequenos desvios axiais entre si, facilmente explicáveis pela orientação individual de cada uma, que nesta necrópole parece ter tido por base o nascer e o pôr do sol.

Sabendo-se que a variação máxima do curso solar entre os solstícios é de cerca de 40 graus, e que na necrópole rupestre do Senhor da Boa Morte a variação de orientação dos sepulcros se situa entre os 240 e os 271°, poder-se-à, numa interpretação destes elementos, determinar a época do ano em que a sepultura foi aberta. Estabelecer-se-ão, desta forma, épocas de maior mortalidade bem como eventuais causas de morte, pois que a propagação de certas doenças tem muito a ver com as condições específicas de determinada estação.

PROXIMIDADE DAS SEPULTURAS SEGUNDO A ORIENTAÇÃO



Desta feita, as sepulturas n.ºs 14, 15, 16 e 17 que, pelas suas características tipológicas e elevado nível técnico de execução, patenteiam uma tardia e relativa sincronia de utilização, apresentam, se atendermos à orientação de cada uma delas, diferentes momentos de abertura. Obtem-se, deste modo, uma diacronia de execução de pelo menos meio ano solar (24°) entre a sepultura n.º 14 e a n.º 17.

É provável que os orifícios de escoamento de líquidos, resultantes do processo de decomposição do corpo, e que tendem, no sentido do declive, para os pés da sepultura

n.º 17, sejam um forte indício da sua contemporaneidade e possam traduzir uma hipotética relação de parentesco entre os sepultados.

Assim parece ter sucedido nas necrópoles de S. Cristovão de Nogueira, no concelho de Cinfães. Segundo Cristovão Pinto Brochado, cada rocha continha ordinariamente duas sepulturas paralelas, ligadas por uma comunicação no lugar onde devia ficar a cabeça. Foram por ele interpretadas como sepulcros familiares, nomeadamente marido e mulher (Mário Jorge Barroca, 1987, p. 166).

No entanto, estes orifícios nem sempre se podem ligar a grupos familiares, como sucede com as sepulturas n.ºs 4 e 13 da necrópole do Senhor da Boa Morte. Também não nos parece lícito associá-los apenas a sepulcros de características tardias, pois que a sepultura n.º 13, sendo um exemplo de sepulcro com sistema de escoamento de águas, ostenta uma imperfeita simetria antropomórfica.

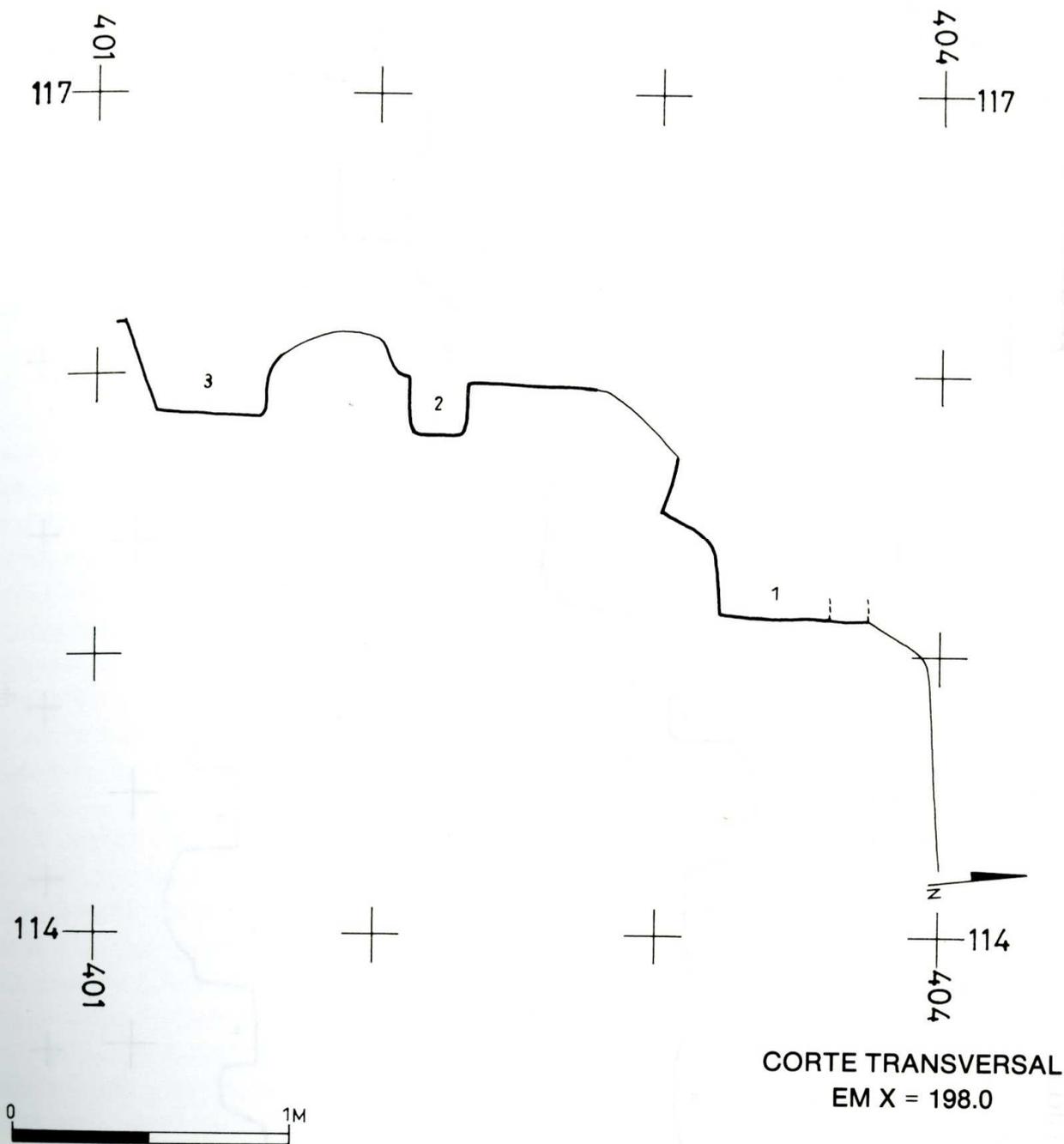
De entre o grupo de sepulturas referido, as n.ºs 14 e 17 apresentam uma estatura singular, mesmo tendo em consideração o que nos diz Mário Barroca, segundo o qual as dimensões do sepulcro poderiam exceder normalmente em cerca de 10-20 cm a estatura do morto¹³. Poderemos, assim, estar na presença de um grupo familiar em que a sepultura n.º 14 corresponderia ao Pai, a n.º 17 à Mãe e as n.ºs 15 e 16 aos filhos. Ou ainda, noutra hipótese, poderão estas quatro sepulturas dizer respeito a dois casais, possuindo as sepulturas dos homens (n.ºs 14 e 17) maior comprimento e cavidades para a colocação de estelas, encontrando-se as das mulheres (n.ºs 15 e 16), de menores dimensões e sem as referidas cavidades, dispostas entre as dos homens.

O paralelismo entre estas sepulturas acima referidas e os sarcófagos monolíticos da Baixa Idade Média, em ambos os casos com um plano mais elevado na zona de apoio do occipital (para uma melhor adaptação anatómica), apontam, tal como o seu elevado nível de execução, de rebordos bem marcados e as já referidas cavidades para a colocação de estelas discóides, na sua contemporaneidade, para a sobrevivência tardia desta forma de enterramentos.

A sepultura n.º 12, bastante singular no conjunto da necrópole, pois que apresenta a cavidade para a colocação da estela em comunicação directa com a zona de apoio do occipital, desta feita sem “almofada”, parece também apontar para a sua tardia sobrevivência, embora o acentuado antropomorfismo patenteado ao nível dos ombros e da zona inferior, indiciando talvez uma melhor adaptação anatómica, nos leve a acreditar que a execução deste sepulcro, de menor perfeição, seja de uma fase diferente do conjunto acima referido.

À semelhança desta última, as restantes sepulturas, também com o objectivo de uma melhor adaptação anatómica, apresentam um desnível no sentido de terem a cabeça a uma cota ligeiramente superior ao resto do corpo. A este respeito, porém, a sepultura n.º 5, com cabeceira de arco ultrapassado, patenteando um alteamento muito imperfeito na zona de apoio do occipital, torna-se ambígua.

Nesta necrópole a conjugação sistemática do antropomorfismo, impedindo qualquer desvio da posição inicial do crânio, com a orientação da sepultura para oriente, garantiria aos fiéis a posição correcta para o despertar. O defunto, orientado para leste, ficaria assim com as costas apoiadas no leito da sepultura e a cabeça na vertical, olhando o céu.

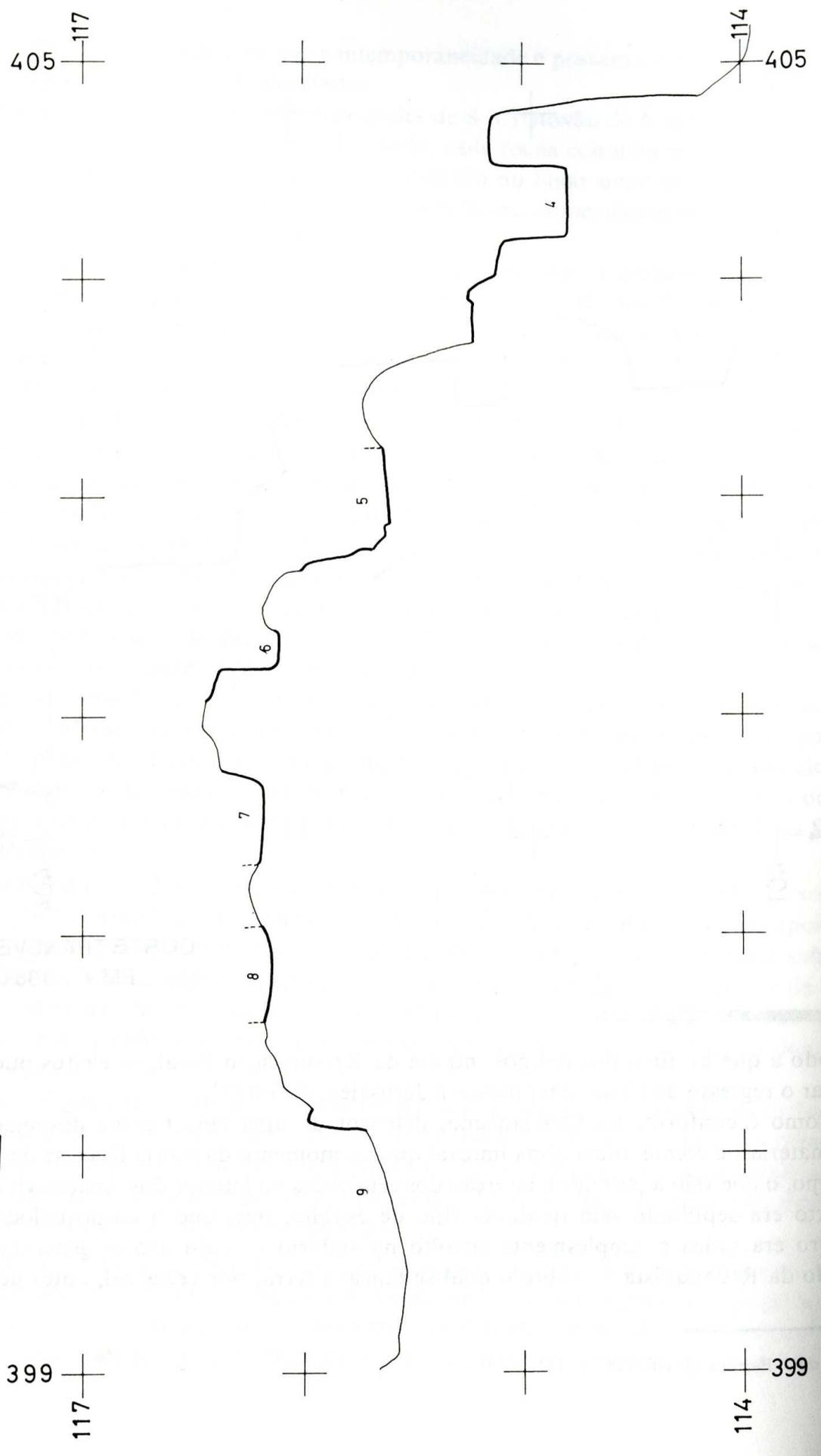


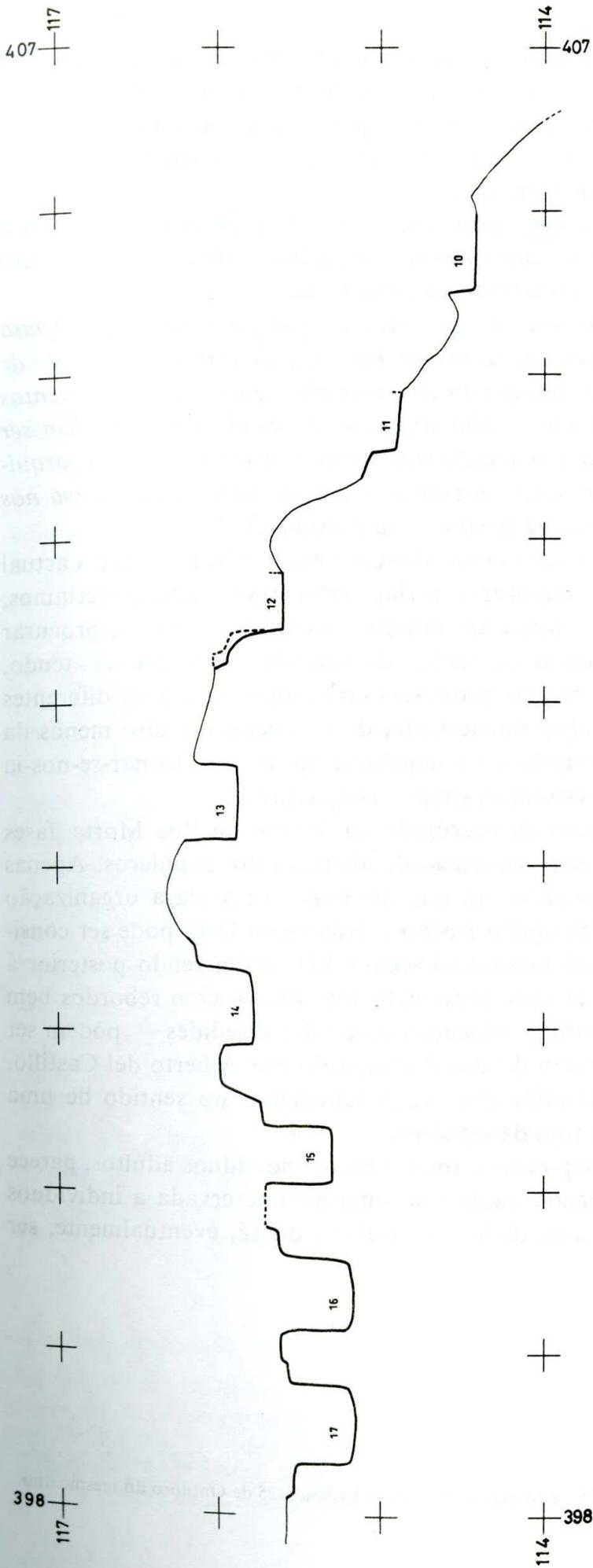
de modo a que no final dos tempos, no dia da Ressurreição Final, os eleitos pudessem aclamar o regresso de Cristo e ter acesso à Jerusalém Celeste⁽¹³⁾.

Como é conforme ao Cristianismo, defensor de uma vida terrena despojada dos bens materiais e crente numa alma imortal que no momento da morte física se desprende do corpo, o que veio a permitir a inserção dos cemitérios no interior dos espaços vivenciais, o morto era sepultado sem qualquer tipo de espólio, pois que o corpo colocado no sepulcro era única e simplesmente envolto no sudário — cujo uso se generalizou no período da Reconquista — sobre o qual se lançava terra, por vezes cal, antes de se lhe

(13) Mário J. Barroca op. cit., 1987, p. 121.

CORTE TRANSVERSAL EM X=201.0





CORTE TRANSVERSAL EM X = 204.0

colocar(em) a(s) tampas(s). Exceptuam-se por vezes o aparecimento de algumas moedas, sobrevivência de um antigo culto pagão — o óbolo a Caronte. São, a nível arqueológico, auxiliares preciosos para a datação dos enterramentos, pois que a moeda colocada na mão ou na língua do defunto, estando em circulação na altura da sua morte, nos dá com alguma segurança o período do seu falecimento.

Mas a quase ausência de espólio associado a este tipo de sepulcros — devido à generalização do uso do sudário — e, em muitos casos, o desaparecimento do seu contexto estratigráfico, dificultam, em muito, a sua atribuição cronológica.

Como nos diz Mário Barroca “*os únicos elementos de que podemos dispor [para este tipo de monumento] dizem respeito a uma inventariação, [...], a uma ordenação de carácter tipológico, sempre demasiado contingente, e à articulação dos poucos elementos disponíveis com os dados conhecidos na vizinha Espanha. Estes elementos podem ser completados com o que nos revelam a articulação dos cemitérios com estruturas arquitectónicas (na sua larga maioria posteriores) e com o que a documentação coeva nos ensina sobre a progressão do movimento da Reconquista Cristã [...]*”⁽¹⁴⁾.

Partindo de uma hipotética identificação espacial ou mesmo estrutural, entre a actual ermida e um antigo templo, a que as sepulturas deviam estar associadas, poderíamos, talvez, com base no seu grau de proximidade em relação ao edifício religioso, procurar estabelecer a diacronia interna da necrópole do Senhor da Boa Morte. Porém, não tendo, até ao momento presente, sido apresentadas propostas cronológicas para os diferentes tipos de sepulcros, nomeadamente a nível da tipologia da cabeceira e muito menos da sua cronologia relativa, de modo a permitir uma sequência diacrónica, tornar-se-nos-ia impossível avançar dados que ultrapassassem as simples conjecturas.

Desta feita, e não existindo, no seio da necrópole do Senhor da Boa Morte, fases distintas, torna-se-nos impossível saber a sequência de abertura dos sepulcros. Apenas podemos dizer que a necrópole, na medida em que apresenta uma clara organização espacial, materializada nos vectores antropomorfismo e orientação O-E, pode ser considerada tardia, século XI-XII, talvez até mesmo só século XII, assim sendo posterior à Reconquista Cristã da zona⁽¹⁵⁾, e que as sepulturas mais recentes — com rebordos bem marcados e algumas com cavidades para a colocação de estelas discóides — podem ser classificadas do século XIII. Ao contrário do que é defendido por Alberto del Castillo, vai-se assim ao encontro da tese defendida por Katja Kliemann, no sentido de uma maior amplitude cronológica para este tipo de sepulcro.

A disposição e concentração das sepulturas, todas elas de indivíduos adultos, parece ainda reflectir uma hierarquia de espaços. Seria esta uma área reservada a indivíduos baptizados? Ou haveria aqui apenas uma distinção etária? Poderá, eventualmente, ser

(14) Mário J. Barroca op. cit., 1987, p. 104.

(15) A Reconquista Cristã deu-se em Santarém a 15 de Março de 1147 e em Lisboa a 25 de Outubro do mesmo ano.

ainda um espaço reservado a uma classe privilegiada se atendermos ao elevado custo da execução de um sepulcro deste género, exigindo mão-de-obra especializada. Poderão as outras sepulturas existentes no cimo do cabeço, limitadas por simples pedras e/ou lajes, serem pertença de gente mais humilde⁽¹⁶⁾?

Mário Barroca refere a existência de uma preocupação antropomórfica nas sepulturas populares dos séculos XI-XIII, feitas com pedras sumariamente trabalhadas, quando se verifica a colocação de pequenas lajes laterais, na parte interna da cabeceira⁽¹⁷⁾.

Para Katja Kliemann o facto de as sepulturas antropomórficas se encontrarem quase sempre junto das igrejas paroquiais, onde os enterramentos se apresentam concentrados, pode residir no facto de uma sepultura deste tipo exigir maiores conhecimentos da arte de pedreiro, uma maior especialização, e que as pessoas à altura de as executarem só se encontrariam nos locais onde fosse maior a procura, isto é, junto dos templos⁽¹⁸⁾.

Estes, atraindo muitas vezes a fixação de uma comunidade que a atribuição do Foral viria consolidar, ofereciam protecção não só aos mortos mas também aos vivos, conduzindo, nos tempos medievos, à inserção dos cemitérios no interior dos espaços vivenciais. É esta uma integração primeiramente urbana que, ao alargar-se ao mundo rural — onde os cemitérios se polarizam nas proximidades dos templos paroquiais —, revela uma clara aproximação e convivência entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, como parece ter sucedido no alto do Senhor da Boa Morte.

Assim, a comunidade que habitou o burgo provido de castelo, a que D. Sancho I atribuiu Foral em 1195, terá sepultado os seus mortos nas zonas de necrópole existentes no cimo do cabeço, nomeadamente nas sepulturas escavadas na rocha que, topograficamente, se localizam num ponto médio entre a ermida e o que pensamos ser o lado esquerdo de entrada no espaço amuralhado.

Contrariamente ao que hoje se nos apresenta — cavidades pétreas a céu aberto —, o cemitério do Senhor da Boa Morte encontrar-se-ia, pelo menos numa fase tardia, encoberto na paisagem. A existência de cavidades para a colocação de estelas discóides em alguns sepulcros, assim o indicia; eram estelas que se destinavam a assinalar o local da sepultura ou a demarcá-lo.

Contudo, a não existência de cavidades para a colocação de estelas em muitos destes sepulcros, ou seja, o seu total anonimato, coloca-nos ainda perante uma linha de pensamento vigente nas mentalidades alto-medievais e que tem a ver com a concepção colectiva de destino, na qual a sepultura em si não tinha valor quando comparada com o espaço sagrado que ocupava, a igreja.

A estela discóide cruciforme, exposta no Núcleo Sede do Museu Municipal de Vila Franca de Xira que passamos a descrever, é o seu último exemplar:

(16) Infelizmente, quanto a esta última questão, um exemplo, testemunho de ambos os casos, integrado na área da sondagem 3, que nos propusemos escavar em Setembro de 1992, não possuía já a parte superior da sepultura devido ao corte feito na zona por uma retroescavadora e a intrusões humanas posteriores. (v. nota 5).

(17) Mário J. Barroca op. cit., p. 299.

(18) Mário J. Barroca op. cit., p. 116.

Descrição do anverso:

Cruz de braços curvilíneos, em relevo.

Apresenta uma pequena incisão ao centro da zona discóide, denominada “ponto central”, na qual o pedreiro apoiava o compasso para traçar a sua configuração.

Diâmetro total — 33 cm.

Diâmetro do campo de gravação reconstituído — 29 cm.

Cercadura — 2 cm.

Altura — 30,5 cm.

Espessura — 9 cm.

Descrição do reverso:

Estrela de cinco pontas, em relevo, com cruz de braços curvilíneos igualmente relevada, ao centro, inscrita numa circunferência. Apresenta o “ponto central”.

Diâmetro total — 33 cm.

Diâmetro do campo de gravação reconstituído — 27 cm.

Cercadura — 3 cm.

Altura — 30,5 cm.

Espessura — 9 cm.

Uma outra estela daqui proveniente e já há alguns anos atirada ao rio Tejo, foi inventariada, no Jardim Municipal de Vila Franca de Xira, pelo Dr. Beleza Moreira⁽¹⁹⁾. Apresenta-se da seguinte forma:

Descrição do anverso

Cruz grega, rebaixada, de braços rectilíneos esvazados.

Diâmetro reconstituído — 38 cm.

Diâmetro do campo de gravação reconstituído — 26 cm.

Altura — 44 cm.

Espessura — 12 cm.

Descrição do reverso:

Cruz grega, rebaixada, com o braço vertical mais pequeno.

Diâmetro reconstituído — 38 cm.

Diâmetro do campo de gravação reconstituído — 34 cm.

Altura — 44 cm.

Espessura — 12 cm.

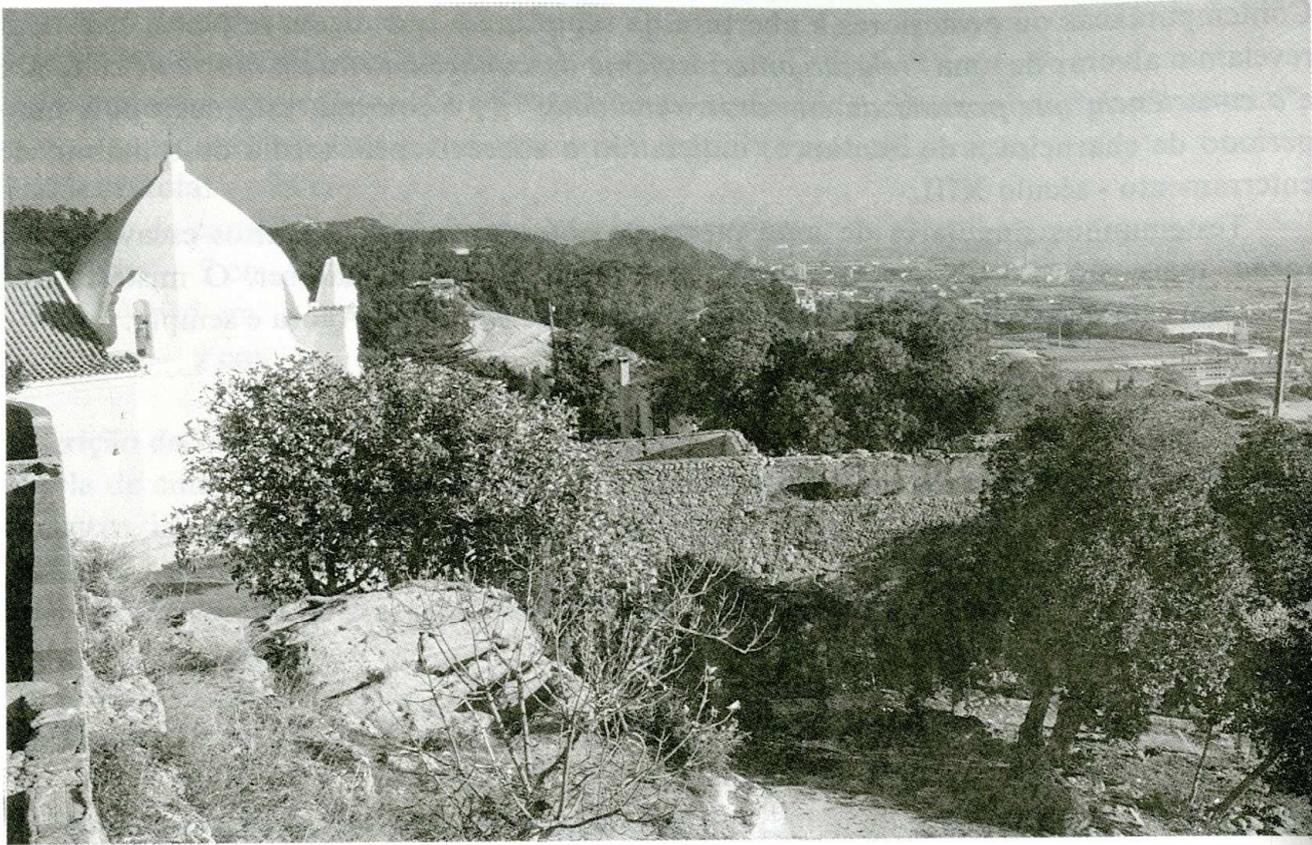
(19) Ao Dr. Beleza Moreira agradecemos a cedência das fotografias e fichas de inventário das estelas discóides do Senhor da Boa Morte.

Contemporâneas ou posteriores à abertura da sepultura a que dizem respeito, as estelas revelam o alvorecer de uma “*relação anteriormente desconhecida entre a morte de cada um e a consciência que possuía da sua individualidade*”⁽²⁰⁾, e colocam esta necrópole num período de charneira e de mudança, indiciando a sobrevivência tardia deste hábito de enterramento - século XIII.

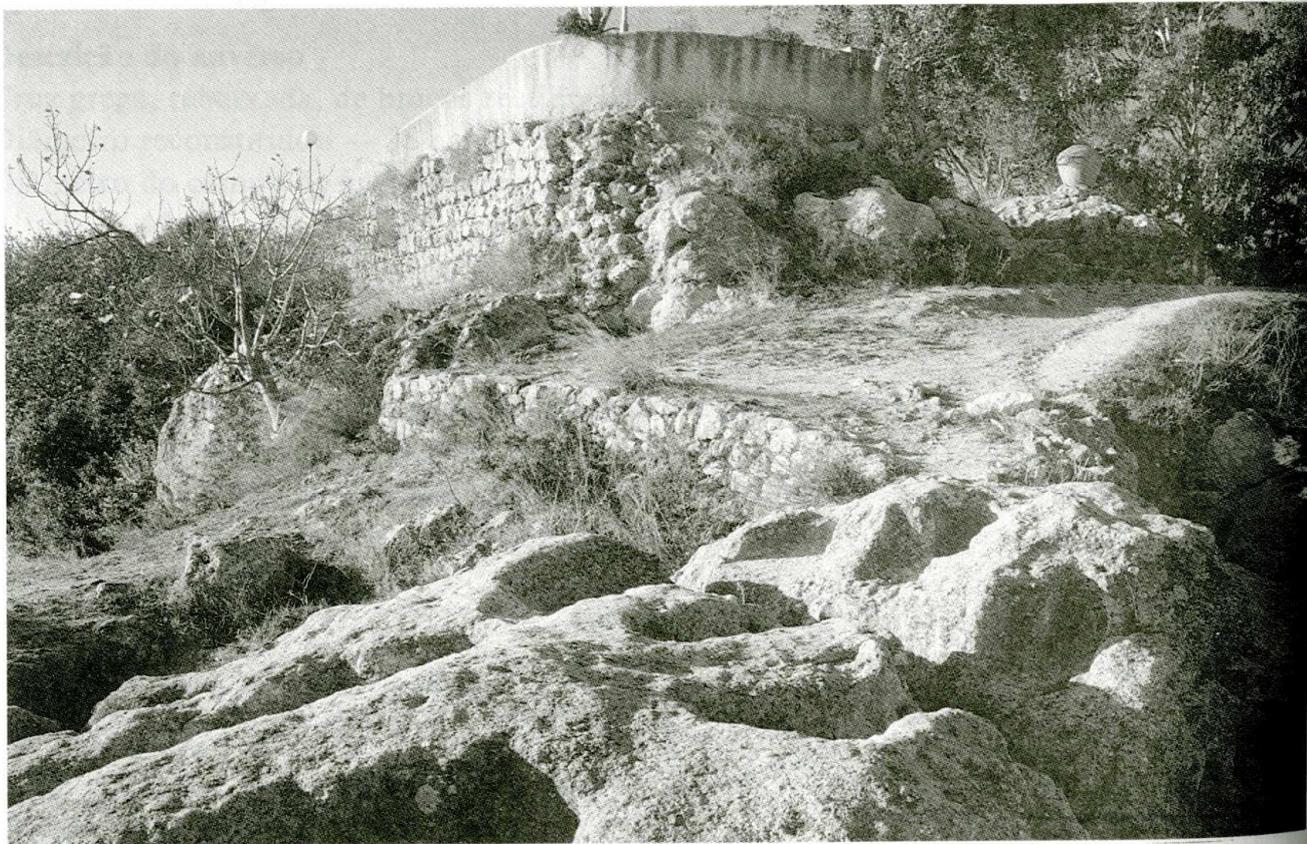
Testemunhos singulares de uma moda de enterramento, estes leitos escavados na rocha, mais não são do que a fronteira que separa o ser do não-ser. O mistério que encerram está indissolúvelmente ligado com o enigma da morte. Agora e sempre.

(20) Ariès, op. cit., p. 31.

— Desenhos de Cristina Calais e Fátima Dias Pereira



Vista geral da necrópole



Localização da necrópole face à linha da muralha



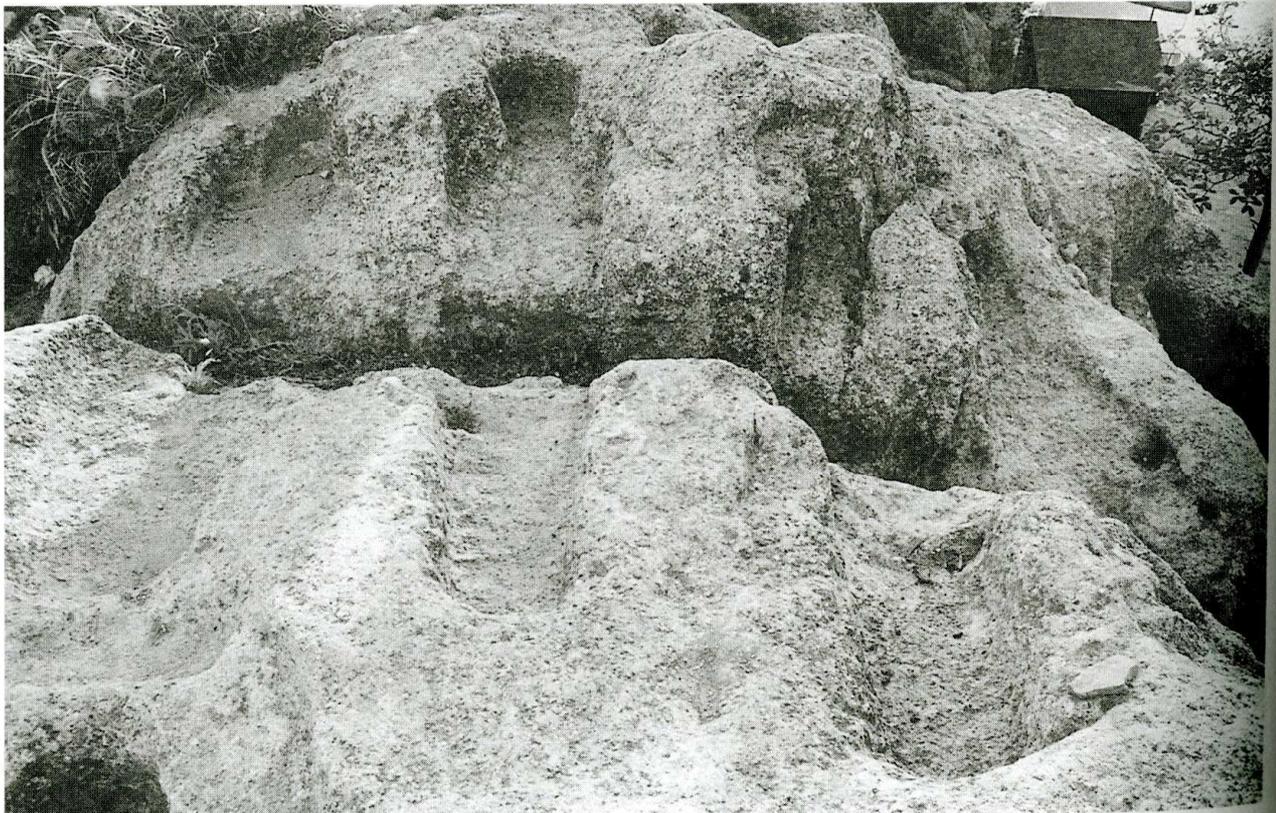
Sepultura N.º 2



Sepultura N.º 3



Sepultura N.º 4



Fiada central da necrópole. Da direita para a esquerda as sepulturas n.ºs 8, 7, 6, 5 e 4.



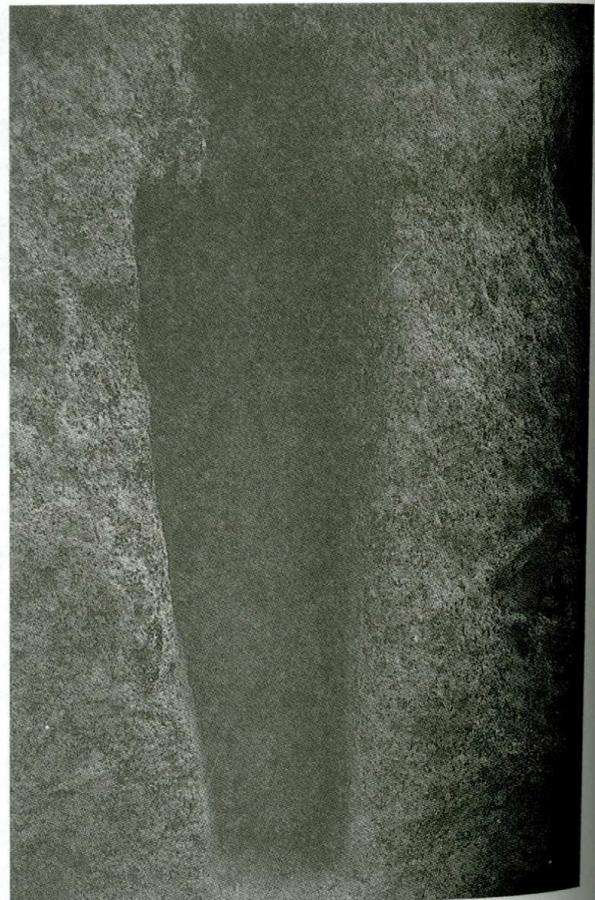
Sepultura N.º 11



Sepultura N.º 12



Cabeceira da Sepultura N.º 12



Sepultura N.º 13



Cabeceira da Sepultura N.º 14



Em primeiro plano a Sepultura N.º 14



Sepultura N.º 15



Sepultura N.º 16



Cabeceira da Sepultura N.º 16

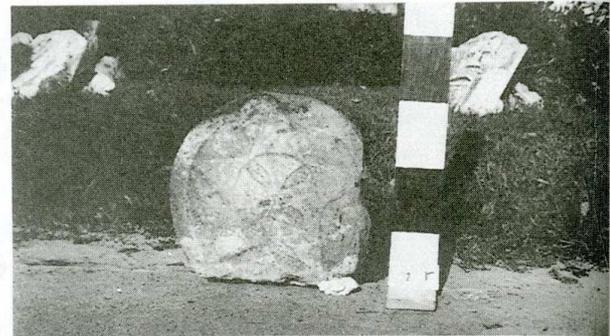


Sepultura N.º 16

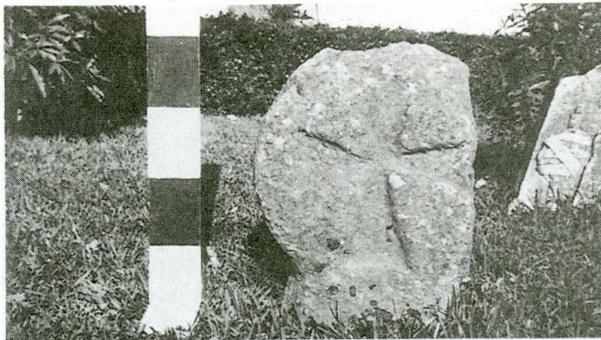
Fotos de Cristina Calais



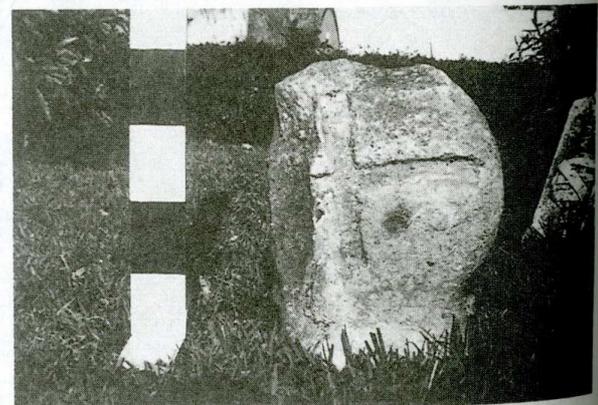
Anverso de Estela
em cruz de braços
curvilíneos em relevo.



Reverso de estela
com estrela de cinco pontas
em relevo



Anverso de estela, com
cruz grega, rebaixada,
de braços rectilíneos esvazados.



Reverso de estela, com
cruz grega, rebaixada, e
o braço vertical mais pequeno.

Fotos: Beleza Moreira

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Almeida, A., "As sepulturas antropomórficas de Sezures e de Castendo (Pedralva do Castelo)", *O Instituto*, Coimbra, n.º 100, 1942, pp. 716-720.
- Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, "Arte Moçárabe e da Reconquista", *História da Arte em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 95-145.
- Almeida, D. Fernando de, "Arte visigótica em Portugal", *O Archeologo Português*, Nova Série, vol. IV, Lisboa, 1962, pp. 7-278.
- Almeida, D. Fernando de, "Inscrições romanas e moeda visigótica no Museu Municipal de Vila Franca de Xira", 25.º *Aniversário da Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vidal Baptista: Boletim Comemorativo*, Vila Franca de Xira, 1972, pp. 149-154.
- Amaral, João Miguel Ferreira da Silva, *Offertas Históricas Relativas à Povoação de Villa Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*, 2 tomos, 1851 [ms., Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira].
- Amaral, João Miguel Ferreira da Silva, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*, vol. 1, Coleção Património Local/Edições do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1991.
- Ariès, Philippe, *História da Morte no Ocidente*, Ed. Teorema, Lisboa, 1988.
- Azevedo, Pedro A. de, "Extractos Archeológicos das Memórias Paroquiais de 1758", *O Archeologo Português*, 1.ª série, vol. VI, Lisboa, 1901, pp. 151-160.
- Azevedo, Rui de, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Pereira, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, 1979, n.º 78, pp. 120-124.
- Barroca, Mário J., *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séc. V a XV)*, Tese para Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica na Faculdade de Letras na Universidade do Porto (Policopiada), Porto, 1987.
- Barroca, Mário J., "Núcleo de estudo das sepulturas escavas na rocha", *Arqueologia*, n.º 19, Porto, 1989, pp. 180-182.
- Barroca, Mário J., "Sepulturas escavadas na rocha", ficha extra-texto, *Arqueologia*, n.º 19, Porto, 1989.
- Barroca, Mário J., "Sepulturas medievais na Terra de Aguiar da Pena (Vila Pouca de Aguiar)", *Arqueologia*, n.º 8, Porto, 1983, pp. 92-102.
- Barroca, Mário J., "As sepulturas rupestres de Salvador do Monte (Amarante)", *Entremuros*, 1, Amarante, 1990, pp. 31-36.

- Campos, J. A. Correia de, “À semelhança de Scalabis, a cidade romana de Ierabrica não se situava nas margens do Tejo, mas no chamado Monte do Senhor da Boa Morte, junto de Vila Franca de Xira”, *25.º Aniversário da Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vidal Baptista: Boletim Comemorativo*, Vila Franca de Xira, 1972, pp. 171-188.
- Câncio, Francisco, “Breves considerações sobre a origem e a toponímia de algumas povoações do Concelho de Vila Franca de Xira”, *25.º Aniversário da Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vidal Baptista: Boletim Comemorativo*, Vila Franca de Xira, 1972, pp. 189-200.
- Castelo-Branco, Fernando, “Duas nótulas sobre sepulturas antropomórficas”, *Ethnos*, Lisboa, n.º 5, 1966, pp. 421-426, il.
- Castillo, Alberto del, “Excavaciones Altomedievales en las provincias de Sória, Logrono y Burgos”, *Excavaciones Arqueológicas en Espana*, n.º 47, Madrid, 1972.
- Correia, Alberto, “Sepulturas cavadas em rocha no concelho de Sernancelhe”, *Beira Alta*, Viseu 35 (1), 1976, pp. 93-136 -il.
- Correia, Vergílio, “Cabeceiras de sepulturas medievais”, *Terra Portuguesa*, vol. IV, n.º 25-26, Agosto-Setembro de 1918, pp. 20-24.
- Correia, Vergílio, “Monumentos de Povos do Ribatejo”, *Monumentos e Esculturas* 2.ª ed., Lisboa, 1924, pp. 181-190.
- Costa, Padre António Carvalho da, “Da villa de Povos”, *Corografia Portuguesa*, tomo III, Cap. V, Lisboa, 1869, p. 24.
- Cruz, António, “A cronologia das sepulturas cavadas em rocha”, *Congresso do Mundo Português. Congresso de Pré e Proto-História (1.º Congresso)*, vol. 1, Lisboa, 1940, pp. 587-592, il.
- Dias, Fausto, “A antiga vila e concelho de Povos”, *Vida Ribatejana*, vol. VI, n.º esp., 1952.
- Girão, A. de Amorim, “Sepulturas antropomórficas abertas em rocha”, *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, 1933.
- Leal, Pinho, “Povos”, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VII, Lisboa, 1875, pp. 644-646.
- Leal, Pinho, “Sepulturas”, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IX, Lisboa, 1875, pp. 145-148.
- “Lisboa e Arredores”, *Roteiros da Arqueologia Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, IPPC, 1986, n.º 48, p. 52.
- Macedo, Ferraz de, “Lusitanos e Romanos em Vila Franca de Xira”, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- Macedo, Lino de, *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira, Ed. da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1992, pp. 211-251.
- Mattoso, José, “Portugal no reino Astureano-Leonês — As transformações no século XI”, *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp. 543-565.
- Mattoso, José, “1096-1325”, *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 9-309.
- Moreira, José Beza, “Cabeceiras de sepulturas medievais”, *Actas das Ias. Jornadas do Grupo de Arte e Arqueologia do Centro*, Coimbra, 1979, pp. 163-169.
- Moreira, José Beza, “Typologie des stèles discoidales du Portugal”, *Separata, Actes du Colloque International sur la Stèle Discoidale*, Musée Basque-Bayonne (8, 9 10 Juillet), 1982.
- P.[eixoto], R.[ocha], “Sepulturas abertas em Rocha”, *Portugalia*, 2, Porto, 1905-1908, pp. 287-288.
- Parreira, Rui, “Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira”, *Boletim Cultural*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, n.º 3, 1987-88, pp. 95-105.
- Saa, Mário, “Terceira estrada de Lisboa a Merida (*Scallabin*). Através de Povos e Castanheira”, *As grandes vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*, Lisboa, Tipografia da Sociedade Astória, tomo II, 1956-1967, pp. 58-62.
- Salvado, Maria Adelaide Neto dos Santos, “A devoção ao Senhor da Boa Morte da antiga vila de Povos — Vila Franca de Xira” —, folheto, 1983.
- Soares, Micaela, “O Senhor da Boa Morte”, *O Trabalho e as Tradições Religiosas no Distrito de Lisboa — Exposição de Etnografia*, Governo Civil de Lisboa, Lisboa, Gráfica Europam Lda., 1991, pp. 381-383.
- Torres, Cláudio, “O Garb Al-Andaluz — Os rituais da vida e da morte”, *História de Portugal* (Dir. José Mattoso) Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp. 360-437.
- Valera, António Carlos, *Sepulturas escavadas na rocha do Concelho de Fornos de Algodres*, Gafal, 1990.
- Vasconcelos, José Leite de, *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Lisboa, 1913.

AS ÂNFORAS DA *VILLA* ROMANA DE POVOS

CARLOS MANUEL DOS SANTOS BANHA

RESUMO

Este trabalho "As ânforas da *Villa Romana de Povos*" trata de uma pequena coleção de ânforas descobertas em Povos, no distrito de Vila Real, durante as escavações arqueológicas realizadas em 1988 e 1989. Estas ânforas são parcialmente identificadas com as ânforas da *Villa Romana de Povos*, descritas na *Arqueologia Clássica*, vol. 1, n.º 1, p. 11-12, 1988.

Este estudo de ânforas é realizado no âmbito de um trabalho de investigação sobre a economia e a cultura da *Villa Romana de Povos*. Para tal, foram realizadas escavações arqueológicas em Povos, no distrito de Vila Real, em 1988 e 1989. Este trabalho é publicado em *Ânforas*, vol. 1, n.º 1, p. 11-12, 1991, que, por sua vez, é uma publicação da *Arqueologia Clássica*, vol. 1, n.º 1, p. 11-12, 1988. Este trabalho procura o ideal num trabalho de investigação que sempre as designações de ânforas.

Este trabalho tem a agradecer a colaboração de Carlos Fabião, em Povos, no distrito de Vila Real.

1. PRÓLOGO

O presente trabalho “As ânforas da *Villa* romana da «Escola Velha» (Povos)”, procura contribuir, ainda que modestamente, para a divulgação desta estação arqueológica que, embora só parcialmente escavada, constitui já um ponto de referência para quem se interesse pela Arqueologia Clássica e História Antiga de Povos e do concelho de Vila Franca de Xira.

Com este breve estudo do material anfórico da *Villa* de Povos procurou fazer-se um pouco de luz sobre a economia e os ritmos de consumo de produtos alóctones dos habitantes deste sítio romano. Para tal recorreu-se à tabela tipológica de PEACOCK e WILLIAMS publicada em «*Amphorae and The roman Economy: an introductory guide*», Londres, Longman, 1991, que, pelo seu carácter fortemente abrangente e flexibilidade teórica, nos pareceu o ideal num trabalho com estas características, não deixando nós, contudo, de referir sempre as designações por que tradicionalmente são conhecidas as ânforas em análise.

Resta-nos por fim agradecer a colaboração da Dra. Cristina Calais Santos e o apoio prestado pelo Dr. Carlos Fabião, enquanto docente de Arqueologia Clássica da Faculdade de Letras de Lisboa.

2. LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A *villa* romana da «Escola Velha» localiza-se em Povos, na freguesia e concelho de Vila Franca de Xira, a Nordeste desta cidade - Coordenadas hectométricas U.T.M. 29SNDO15136. Carta Militar de Portugal, na escala de 1:25.000, folha n.º 390 (Vila Franca de Xira), Serviços Cartográficos do Exército, 1992.

Situada no sopé da vertente Sul⁽¹⁾ do Monte do Senhor da Boa Morte, na margem direita do rio Tejo, a estação encontra-se implantada na extremidade Sudeste de um extenso maciço do Jurássico Superior⁽²⁾, sobre uma falha oculta orientada no sentido Nordeste-Sudoeste, que limita a Sul e Sudeste o Maciço Calcário Estremenho na transição para a bacia aluvial do Tejo.

Os recursos hídricos são relativamente abundantes, já que a área onde se situa a povoação de Povos do Ribatejo e a estação romana é limitada a ocidente pelo Ribeiro de Povos e a Oriente por duas linhas de água, que, nascendo no Monte do Senhor da Boa Morte, entroncam a juzante de Povos no ribeiro já mencionado, este subsidiário do Tejo, viabilizando, pois, uma agricultura de irrigação, até há pouco tempo amplamente praticada nas quintas dos arredores da povoação.

A Povos do Ribatejo está ligada, desde há muito, uma forte tradição histórica. Mais de um século antes da identificação da *villa* romana da «Escola Velha» já João Silva Amaral⁽³⁾ e Lino de Macedo⁽⁴⁾ apontavam uma presença humana antiga para o local, afirmando corresponder Povos à antiga cidade romana de Ierábriga, referida no Itinerário de Antonino e localizada entre *Olisipo* e *Scallabis*, ao contrário de outros autores, como Hübner, que identificam a cidade romana com a actual vila de Alenquer. O primeiro autor afirma ter sido Povos, durante o período romano uma «estação militar» de apoio aos contingentes que, partindo de *Olisipo*, se dirigiam para *Scallabis*⁽⁵⁾, enquanto o segundo, corroborando a opinião de Amaral quanto às características do aglomerado urbano, afirma dever este implantar-se mais a montante, na encosta sul do Monte do Senhor da Boa Morte.

As suspeitas sobre a presença romana em Povos foram finalmente confirmadas em 1983, quando na sequência da abertura de uma vala para a instalação de um poste de iluminação pública, junto ao caminho que da «Escola Velha» conduz à Rua Direita, foram encontrados vestígios romanos.

(1) vd. figura 2.

(2) Povos e a estação arqueológica da «Escola Velha» estão implantados numa área de falha que limita duas formações calcárias distintas, embora ambas de formação Jurássica: a Norte as Camadas de Abadia, constituídas por arkoses e conglomerados de cimento calcário, em que se integra o Monte Gordo e o Monte do Senhor da Boa Morte, este último atravessado longitudinalmente por uma intrusão de dolerítica; a Sul, o Complexo pteroceriano inferior, constituído por calcários com «*Arcomytilus*».

(3) AMARAL, J.S., 1856.

(4) MACEDO, L., 1893.

(5) AMARAL, J.S., 1856: 136.

Após a primeira e segunda campanha de escavações, em 1984 e 1985, pôde-se confirmar tratar-se efectivamente de um sítio romano com uma longa diacronia de ocupação, compreendida entre a primeira metade do século I e o século V, correspondente «grosso modo» ao período imperial⁽⁶⁾.

No fim do período romano ter-se-ia dado uma transferência de povoamento para o Monte do Senhor da Boa Morte, que surge como o continuador do núcleo urbano de Povos durante a Idade Média. Testemunham a forte presença humana no local, durante este período, as sepulturas escavadas na rocha e a ermida do Senhor da Boa Morte, que de acordo com alguns autores, é de origem muçulmana. Recentes escavações levadas a efeito junto da muralha do miradouro, permitiram detectar o que se pensa serem níveis de ocupação muçulmana, confirmando a «tradicional» ocupação islâmica do local.

No século XVI, mercê do desenvolvimento das transações comerciais no rio Tejo, assistiu-se ao deslocamento para a parte baixa de Povos da população que habitava o Monte, integrando um núcleo urbano bastante dinâmico, dotado de um cais fluvial (Cais de Povos) e atravessado pela «estrada real», placa giratória entre Lisboa (e a Estremadura), o *hinterland* ribatejano e o Alentejo. Foi nesta altura que se construiu no centro da povoação, no local onde se implantara a *villa* romana, a Igreja Matriz de Povos, de acordo com Vergílio Correia um pequeno templo de estilo Manuelino, cujo orago era Nossa Senhora da Assunção. À sua volta formou-se um cemitério utilizado até ao século XIX e que chegou a interferir com os níveis superiores do sítio romano.

A Igreja Matriz de Povos, reflexo da vitalidade e dinâmica da povoação, acompanhou o seu declínio, mais acentuado a partir do assoreamento do cais fluvial. Com a integração de Povos na freguesia e concelho de Vila Franca de Xira, em 1836, assistiu-se ao progressivo abandono da igreja, que no início do presente século se encontrava bastante arruinada, tendo sido demolida para a construção da «Escola Velha». Nesta está instalado actualmente um infantário, no átrio do qual viria a ser detectado em 1983 o sítio romano de Povos e onde foram efectuadas várias campanhas de escavação entre 1984 e 1990.

3. ESTRATIGRAFIAS E ESTRUTURAS DESCOBERTAS — PRINCIPAIS ACHADOS

A ocupação romana, subjacente ao cemitério dos séculos XVI-XVIII⁽⁷⁾, é intensa, correspondendo genericamente ao período imperial (do século I d.C., época de Tibério Cláudio, ao século V).

O nível de base do sítio é constituído por terra argilosa muito compacta. Intercalado, surge um nível estéril saibroso, que é interpretado como sendo areia das margens do rio Tejo⁽⁸⁾.

(6) cf. infra.

(7) cf. infra.

(8) vd. figura 3.

Período I

O primeiro período de ocupação compreende o estrato arqueológico mais profundo. Integrava nas sondagens 2 e 6 duas zonas de combustão, relacionáveis com os troços curvos dos muros aparecidos nas sondagens 2 e 4. Embalava artefactos de difícil datação, embora claramente romanos: fragmentos de um *dolium*, dois pregos, uma placa de bronze, um pote quase inteiro, associado a uma das áreas de combustão, fragmentos de *tegulae*, um fragmento de escória de fundição e fauna.

Período II

Sobre o nível de abandono do período I, de saibro argiloso, castanho amarelado, arqueologicamente quase estéril, construiu-se um dos muros da *villa*, de que se identificou a fachada com orientação nascente-poente, de pedras calcárias bem aparelhadas, sobrepondo um alicerce de pedras mais miúdas. O muro, que apresentava o furo do gonzo de uma porta, daria acesso a dois compartimentos pavimentados a tijoleira, divididos por um muro com cerca de 50 cm de largura, travado no muro da fachada. O estrato de ocupação correspondente, castanho-escuro e rico em matéria orgânica, continha carvões, fauna, cerâmica comum e de construção, lucernas, vidros, sílex, escória de fundição, metais, alfinetes de osso e abundante *terra sigillata*.

Este estrato integrava no seu topo alguns materiais de construção, o que tem sido interpretado como marcando a ruína da *villa* do século II. É nele que assentam os muros do período mais recente da *villa*, datáveis já do século III.

Período III

Inicia-se com a construção do edifício romano, mais recente, feito com material reaproveitado e pedras não aparelhadas de calcário e grauaque, correspondendo na sondagem 1 à camada de preparação do pavimento do edifício do século III, e à camada de nivelamento do espaço exterior aos muros do edifício. Esta última camada forneceu uma moeda de meados do século III, dando-nos uma data a partir da qual foram construídos os muros e o espaço foi utilizado como zona habitacional.

Segundo se observou na sondagem 5, este edifício integra o muro do período anterior, embora adopte uma orientação diferente para os seus próprios muros. Forma-se então um conjunto de estratos de ocupação, ricos em matéria orgânica e embalando grande quantidade de materiais arqueológicos, parecendo corresponder à fase de ocupação mais intensiva da *villa* e à sua decadência.

Este conjunto é sobreposto por um nível de destruição, que, na sondagem 4, foi datado por moedas do baixo império.

O último nível de ocupação romana é sobreposto por um estrato arqueologicamente quase estéril, que corresponde ao abandono do local.

Período IV

Corresponde aos níveis de utilização compreendidos entre o século XVI e o século XVIII, do cemitério da antiga igreja, com enterramentos em valas ou fossas, que, por vezes, assentam directamente sobre o último nível de ocupação romana. Este apresentava-se parcialmente revolvido, fornecendo, pois, algum espólio cerâmico e metálico do período romano.

4. ANÁLISE DAS ÂNFORAS RECOLHIDAS NA *VILLA ROMANA* DE POVOS (ESCOLA VELHA)

Classe 10 (=Dressel 2-4)

Nesta estação arqueológica aparece somente um colo? de ânfora desta classe, de pasta compacta, cor de rosa avermelhada nas superfícies interna e externa e vermelha na secção, parecendo a coloração rosada da superfície do contentor resultar da aplicação de um engobe.

A pasta apresenta abundantes elementos não plásticos angulosos⁽⁹⁾, na sua maioria constituídos por areias negras piroxenas (augite) e biotite de dimensão inferior a 1 mm; o que confirma a proveniência itálica da ânfora, provavelmente da região vulcânica da Campânia.

A ânfora da classe 10 é uma ânfora vinária, sucessora das ânforas das classes 3, 4 e 5 (=Dressel 1A, B e C) e foi produzida na Península Itálica, na Campânia, Latium e Etrúria, tendo sido a sua produção iniciada no final do século I a.C., prolongando-se até meados e finais do século II d.C., altura em que o fabrico começa a declinar.

Ocorre na estação arqueológica da «Escola Velha» (Povos), na sondagem 4 associada a uma ânfora da classe 20/21 (=Dressel 14), num estrato correspondente ao primeiro período de ocupação do sítio, 1.^a metade do século I d.C., permitindo perspectivar uma situação de importação de vinho da Península Itálica.

Note-se que bem próximo, no Mouchão da Póvoa, foi identificada uma ânfora da Classe 5⁽¹⁰⁾ e nas proximidades do Montijo foi recuperada por pescadores, uma ânfora da classe 3, actualmente em depósito na reserva do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Por outro lado é bem conhecida a presença de ânforas itálicas das classes 3, 4 e 5 em Santarém e Alpiarça. Estas últimas visando, certamente, o abastecimento das guarnições militares estacionadas na área.

Classe 15 (=Haltern 70)

Desta classe identificou-se somente um fragmento de fundo, com marca de controlo de produção esgrafitada, sobre o pé tronco-cónico maciço (n.º 10).

(9) Por análise macroscópica, recorrendo a uma lupa com um aumento de 10 diâmetros.

(10) DIOGO, A.M.D, 1988.

A pasta estratificada, é de cor avermelhada na superfície e na secção, contendo abundantes elementos não plásticos, angulosos, de quartzo, moscovite e minerais ferro-magnesianos de dimensão inferior a 1 mm. O quartzo é claramente dominante, não se registando a presença de xisto, calcário ou de materiais de origem vulcânica. A homogeneidade da pasta, destaca este exemplar das demais ânforas béticas identificadas na «Escola Velha», sobretudo as da classe 25 (=Dressel 20), caracterizadas por uma grande diversidade de elementos não plásticos na pasta.

A ânfora da classe 15 é uma ânfora vinária, produzida na Bética entre meados do século I a.C. e meados do século I d.C., conhecendo-se, desde o naufrágio de Port-Vendres II, o seu conteúdo. Neste naufrágio da época de Cláudio, foram identificadas sobre as ânforas desta classe *tituli picti*⁽¹¹⁾, que referiam explicitamente o *defrutum*⁽¹²⁾ aludindo, pois, ao seu conteúdo vínic.⁽¹³⁾

Na «Escola Velha» (Povos) aparece na sondagem 1, no estrato, correspondente ao segundo período de ocupação do sítio, e à primeira fase de construção da *villa*, em associação com ânforas Alto-imperiais, da classe 20/21 (=Dressel 14) e da classe 25 (=Dressel 20).

Classe 30 (=Gauloise 5)

Também desta classe somente foi identificado um fragmento de bordo (fig. n.º 11), apresentando o lábio de secção sub-triangular com espessamento externo.

A pasta, compacta, é avermelhada na superfície e castanha avermelhada na secção, com escassos elementos não plásticos de quartzo, moscovite e biotite. Surgem ainda, misturados na pasta, grãos de cerâmica moída.

Conhecem-se fornos que produziram ânforas desta classe no Sul de França (na Gália Narbonense), em Pauvadou e em Fréjus⁽¹⁴⁾, sendo o produto por elas transportado, quase certamente, o vinho destas regiões.

O período de utilização destes contentores é bastante curto, estando compreendido entre a 2.ª metade do século I d.C. e o início do século II d.C..

«Na Escola Velha» esta classe surge na sondagem 5, num estrato correspondente ao segundo período de ocupação do sítio, sobre um nível de empedrado, associada a um fragmento de *Terra Sigillata* sudgálica, datada de meados do século I d.C..

Classe 20/21 (=Dressel 14)

Apareceram dezoito fragmentos de ânforas desta classe, dos quais se ilustram nove

(11) Inscrições pintadas.

(12) Derivado único.

(13) PEACOCK e WILLIAMS, 1991: 117.

(14) PEACOCK e WILLIAMS, 1991: 148.

(n.º 1-9), tendo sido identificadas dentro dela quatro variantes, de acordo com a forma do lábio:

a) de secção sub-triangular, com a parte superior convexa e forte espessamento interno e externo (n.º 1);

b) de fita com espessamento arredondado e a face superior boleada (n.º 2);

c) perolado e saliente (n.º 4 e 5);

d) lábio perolado de secção arredondada e espessado externamente em voluta (n.º 6 e 7).

As asas, de fita, de secção sub-ovóide ou sub-rectangular, apresentam um sulco longitudinal central na face externa.

A pasta, compacta ou estratificada, é de cor bege alaranjada ou alaranjada avermelhada na superfície e bege avermelhada, vermelha ou acastanhada na secção, apresentando abundantes elementos não plásticos de dimensões inferiores a 1 mm, de quartzo, feldspato, moscovite, biotite, óxidos ferrosos, calcário (escasso), quartzito, minerais ferromagnesianos e cerâmica moída.

Esta ânfora foi produzida na província da Bética, onde foram identificados fornos que a fabricaram em Clahonda e Motril⁽¹⁵⁾ e na Lusitânia, onde está hoje confirmada a sua produção em diversos fornos, tanto nos estuários do Tejo e Sado, como no Algarve⁽¹⁶⁾.

Teria transportado preparados de peixe, como o indicam os diversos *tituli picti* encontrados sobre contentores desta classe em diversos naufrágios: Pecio Gandolfo, *li-quaminis fl(os) excellens*⁽¹⁷⁾; Anse de Saint Gervais, *li(quaminis) ex(cellens) Sabini et Aviti*⁽¹⁸⁾. O seu conteúdo seria, pois, constituído basicamente por molhos de peixe, *li-quamen* (= *Garum*) ou por *muria*, solução salina utilizada para preparar o peixe salgado e os molhos de peixe, produtos exóticos bastante apreciados pelos romanos e consumidos em ocasiões especiais, ou com maior frequência no seio das famílias mais abastadas. Apresenta-se para este contentor uma diacronia de produção e utilização, que vai do século I ao século II/III d.C.

A opção de agrupar as ânforas das classes 20 [= Dressel 14; = Beltrán IV A (Parker, 1977); Ostia LXII] e 21 [= Beltrán IVB (Parker 1977); Ostia LXI] numa única - a 20/21 -, deve-se ao facto de não termos conseguido até ao momento determinar a amplitude das diferenças entre uma e outra classe e o seu real significado, como já o tinham notado Fabião e Carvalho⁽¹⁹⁾. De facto, os materiais das classes 20 e 21 recolhidos em Povos não permitem com segurança determinar a sua proveniência, embora nos pareça mais provável que estas, na sua maioria, sejam de produção lusitana. exceptuando um fragmento de pé com pasta típica da Bética.

(15) BELTRAN LLORIS, 1970: 459.

(16) Nas margens do Tejo conhecem-se fornos que produziram esta forma em Muge, na Garrocheira (Benavente) e no Porto dos Cacos; no Sado na Herdade da Barrosinha, em Abul e na herdade da Enchurrasqueira.

(17) PASCUAL GUASH, 1960: 206.

(18) LIQU e MARICHAL, 1978: 141.

(19) FABIÃO, C. e CARVALHO, A., 1991: 48.

Esta ânfora surge em Povos sempre associada a recipientes anfóricos Alto-Imperiais e, somente na sondagem 1, talvez devido a uma anomalia estratigráfica, associada a fragmentos de asa de ânforas da classe 23.

Na sondagem 2 foi identificado, em plano, um fundo na base da estrutura de planta semi-circular. Esta ânfora está, assim, datada em Povos, por associação à referida estrutura, da primeira metade do século I d.C.. Na sondagem 4 está presente no estrato, correspondente à fase final do primeiro período de ocupação do sítio, associada a um contentor da classe 10 (=Dressel 2-4), e no estrato, contemporâneo do segundo período de utilização do sítio, coincide com a construção da «villa» do século I/II d.C..

Classe 25 (=Dressel 20)

Foram identificados seis fragmentos de ânforas pertencentes a esta classe (dos quais se ilustram três, com os n.^{os} 12 a 14): quatro asas de rolo, de secção circular ou sub-circular, uma delas com marca impressa em cartela (QCPH); um fragmento de bordo de secção triangular, de aresta vincada, com a parte superior muito inclinada e um fragmento de fundo de perfil tronco-cónico. Apresentam pastas em geral compactas ou porosas, de cor bege acinzentado ou avermelhado na superfície e acinzentado ou avermelhado na secção, com elementos não plásticos rolados ou sub-rolados, de quartzo, feldspato, xisto, moscovite, calcário, minerais ferromagnesianos, quartzito, chert e óxidos ferrosos.

Esta ânfora oleária foi produzida em larga escala na Bética, nas margens do rio Guadalquivir e dos seus afluentes, conhecendo-se entre Córdova e Sevilha um grande número de fornos que as produziram: sobretudo no triângulo *Hispalis* (Sevilha) - *Corduba* (Córdova) - *Astigi* (Ecija), onde se identificaram mais de quinhentos oleiros agrupados em oitenta centros de fabrico⁽²⁰⁾.

A sua produção ter-se-ia iniciado no período de Tibério, estabelecendo-se no de Cláudio. Esta será contínua durante o século II, prolongando-se pelo III d.C., respondendo à constante necessidade de contentores para o envase do afamado azeite Bético. A existência de um meio de transporte fluvial privilegiado, constituído pelos leitos do Guadalquivir, Carbones e Genil, levaram à adopção desde cedo de um contentor volumoso, pesado⁽²¹⁾, frágil, nem sempre fácil de manusear e descartável, mas económico.

Era efectivamente na província da Bética, na fértil região em torno do rio Guadalquivir e do Genil, que se produzia o melhor azeite do «Mundo Romano», conduzindo a produção oleícola nesta área à formação de uma complexa rede de administração financeira, constituída por *mercatores oleari hispani*, *diffusores olearii ex baetica* e *negotiatores*, que controlava os circuitos comerciais e assegurando o escoamento e distribuição deste produto para as mais diversas províncias ocidentais do império romano.

(20) PONSICH, M., 1988: 24.

(21) O peso de uma ânfora da classe 25 (=Dressel 20) rondaria os 28 a 30 Kg e teria uma capacidade de 65 a 70 litros, pelo que deveria pesar cheia entre 80 e 100 Kg (PONSICH, M., 1988: 22).

A fama dos azeites da Bética é confirmada pela forte distribuição das ânforas desta classe, a mais significativa de todos os recipientes ânforicos, registada sobretudo na parte Ocidental do Império e cujos principais eixos de distribuição para Noroeste eram as vias do Ródano-Reno. O azeite da Bética chegou a competir com os seus congêneres produzidos no Mediterrâneo Oriental, tendo sido encontradas ânforas da classe 25 nas províncias orientais do império, durante a primeira fase da sua produção.

Em Povos esta ânfora aparece sempre associada a recipientes anfóricos Alto-Imperiais, como os da Classe 20/21, tendo sido identificado um fragmento de bordo que permite aproximação cronológica. Este parece aproximar-se⁽²²⁾, pela inflexão bastante angulosa da face externa do bordo, das produções datadas dos finais do século II d.C. e dos inícios do século III d.C.. Por outro lado, a asa com a marca QCPH, identificada na sondagem 5, para a qual não se encontraram paralelos, apresenta-se datada por um fragmento de *terra sigillata Hispânica* dos finais do século I d.C. e inícios do século II d.C.. O que parece concordar com as datações por nós inferidas, com base em marcas muito semelhantes: QCE e QCPE. Ambas foram encontradas na zona do *limes* germânico, em Nimega, a primeira no acampamento militar romano aqui instalado, relacionando-se com o abastecimento dos contingentes militares.

Desta forma, enquanto a primeira teria uma datação entre 71 e 103 d.C.⁽²³⁾, a segunda poderia ser datada do período flávio-trajânico⁽²⁴⁾.

Resulta curioso observar que das ânforas oleárias encontradas na estação arqueológica, só uma pode ser considerada da fase tardia de produção do azeite da Bética. Isto é, só aparece uma ânfora da classe 26 (=Dressel 23), registando-se pela evidência material um significativo decréscimo nas aportações de ânforas oleárias béticas a Povos a partir do século III d.C., período em que desapareceram as ânforas da Classe 20/21, dando lugar às das classes 22 e 23, enquanto contentores de transporte de preparados de peixe. Estaríamos, portanto, perante uma situação em que durante o Alto-Império se teria importado o exótico azeite da Bética, em quantidades razoáveis, tendo este fluxo aparentemente decrescido francamente no Baixo Império. Tal pode ter-se devido a vários factores, nomeadamente a um incremento da produção interna deste produto, visando uma total satisfação das necessidades dos habitantes das *Villae*. É inegável, no entanto, que a importação de azeite da Bética parece ter sido aqui, como o foi nas *Villae* de S. Cucufate⁽²⁵⁾, residual, garantindo unicamente a satisfação das necessidades de possuir produtos alimentares exóticos e de afamada qualidade, consumidos em ocasiões bem especiais. É de crer que na dieta alimentar quotidiana seria utilizado o azeite produzido localmente.

(22) Seguindo a tabela de evolução dos bordos da classe 25 proposta por Tchernia (TCHERNIA, 1967.).

(23) STUART, P., 1977: 92.

(24) REMESAL, 1986: 139.

(25) ALARCÃO, J., 1990: 252.

Classe 26 (=Dressel 23)

Foi identificado somente um fragmento de uma ânfora pertencente a esta classe. Trata-se de um fragmento de bordo, apresentando um lábio de secção arredondada.

A pasta é, pela sua diversidade, típica da Bética, contendo elementos não plásticos de xisto, calcário, quartzo, feldspato, moscovite e minerais ferromagnesianos.

Esta ânfora oleária foi produzida na Bética, entre os séculos III e IV d.C., na mesma área em que se fabricou a grande globular da classe 25 (=Dressel 20), em centros de produção de recipientes ânforicos nas margens do rio Guadalquivir, entre Sevilha e Córdova.

Bastante semelhante à sua antecessora da classe 25 (=Dressel 20) é, contudo, de muito menores dimensões, resultando a sua produção de uma tentativa de otimizar a relação entre o peso do contentor e o conteúdo transportado. É, pois, uma ânfora que resulta da evolução do antigo contentor da classe 25 (=Dressel 20).

Foram identificadas ânforas desta classe em França, Itália, Alemanha e no Norte de África, na Argélia, mas foi o naufrágio Cabrera III, que nos trouxe alguns dos dados mais relevantes quanto ao seu conteúdo e período de circulação. Efectivamente neste naufrágio, datado de meados do século III d.C., foram encontradas ânforas desta classe associadas a ânforas da classe 25 (=Dressel 20), que constituíam a grande parte do carregamento de ânforas da Bizacena. O carregamento deste navio romano afundado ao sul da ilha Maiorca revela-nos, pois, um momento em que estando em circulação as ânforas da classe 26 (=Dressel 23), ainda boa parte do comércio do azeite da Bética era feita com recurso às grandes globulares da classe 25 (=Dressel 20). Trata-se de um momento de transição entre a utilização dos grandes contentores alto-imperiais e os contentores de menor porte baixo-imperiais.

Em Povos, à semelhança do que acontece no referido naufrágio, esta ânfora surge em níveis correspondentes ao último período de utilização do sítio, a *villa* do século III, associada a ânforas tardias, da classe 23 (=Almagro 51C).

Classe 22 (=Almagro 50)

Identificaram-se cinco fragmentos de ânforas desta classe, dos quais se ilustram quatro (n.º 6, 8 e 40): três fragmentos de boca com o arranque da asa e dois fragmentos de asa, um dos quais apresenta uma marca de oleiro ilegível impressa em cartela.

As ânforas desta classe, produzidas na Lusitânia⁽²⁶⁾ entre os séculos IV e V d.C., teriam transportado preparados de peixe.

Dentro desta classe puderam identificar-se duas variantes: uma correspondente a um recipiente de maiores dimensões, com asa de rolo bastante espessa, de secção circular ou oval, apresentando um elemento plástico grosseiro que efectiva a ligação da asa com o

(26) No estuário produziram ânforas desta classe os fornos do Porto dos Cacos (Alcochete) e da Quinta do Rouxinol (Seixal). No Sado conhecem-se centros de produção destas ânforas em Abul II (alcácer do Sal) e na Quinta da Alegria (Setúbal). No Algarve sabe-se que foram produzidas nos fornos do Martinhal (Sagres), na Quinta do Lago (Loulé), em S. João da Venda (Faro) e em S. Bartolomeu do Mar (Castro Marim).

corpo. Trata-se da ânfora identificada por Peacock e Williams como representativa da classe 22, de origem lusitana, provavelmente algarvia⁽²⁷⁾. Outra, de menores dimensões, com o lábio de fita e asas de rolo ou de fita, de secção ovóide, pouco espessas, configurando um contentor mais pequeno que o primeiro, corresponderá à Lusitana 6 da tipologia de Dias Diogo⁽²⁸⁾.

A pasta é, no primeiro caso, compacta, de cor bege na superfície e vermelha na secção, apresentando escassos elementos não plásticos de dimensão inferior a 1 mm, rolados a sub-rolados, de quartzo, feldspato, moscovite (em palhetas de pequenas dimensões), quartzito, piroxenas (augite) e inclusões de óxidos ferrosos, apresentando grãos de cerâmica moída na pasta. No segundo grupo surgem-nos dois tipos de pastas, podendo corresponder a dois diferentes centros de produção - o que é, aliás, atestado pelas diferenças métricas do diâmetro dos bordos. No primeiro caso a pasta é mais porosa, de cor bege na superfície e bege ou avermelhada na secção, com elementos não plásticos sub-angulosos com dimensão inferior a 1 mm, de quartzo, calcário, moscovite (escassa e de pequenas dimensões), óxidos ferrosos, chert e augite; apresenta na pasta grãos de cerâmica moída.

No segundo a pasta é de cor vermelha na superfície e na secção, com elementos não plásticos angulosos, de dimensão inferior a 1 mm, de quartzo, moscovite (bastante abundante, com palhetas de mica \leq 1 mm), calcário (escasso), pequenas inclusões de óxidos ferrosos e minerais ferromagnesianos.

Em Povos as ânforas desta classe surgem em contextos datáveis dos séculos III/IV ao século V d.C. e associadas a ânforas da classe 23.

Classe 23 (=Almagro 51C)

Foram identificados 30 fragmentos de ânforas desta classe: fragmentos do bordo [14]; boca [6]; asa [4]; corpo [1]; bojo [1] e pé [4], dos quais se ilustram dezanove (n.º 19-37).

Reconheceram-se cinco variantes, quanto à forma do lábio e ao arranque da asa:

a) lábio de secção sub-triangular, por vezes arredondado, com espessamento pendente, com asas de fita de secção sub-rectangular ou sub-ovóide, arrancando da parte média do lábio (n.º 25-28);

b) lábio de secção sub-triangular com espessamento a tender para o arredondado, não pendente e asa arrancando da parte superior ou média do lábio (n.º 30);

c) de secção triangular arredondada, com o encaixe para o opérculo no interior (n.º 31-33);

d) lábio de secção triangular e forte espessamento externo, com a asa de fita, apresentando um sulco longitudinal central na face externa, arrancando da parte superior do lábio (n.º 19 e 20);

(27) PEACOCK e WILLIAMS, 1991: 130.

(28) DIOGO, A.M.D., 1987 b: 183.

e) lábio de secção sub-triangular, não pendente, com forte espessamento externo e asas de fita, de secção sub-ovóide, arrancando imediatamente abaixo do lábio (n.º 21-24).

Os fragmentos de pé das ânforas desta classe encontrados em Povos parecem, por outro lado, evidenciar a existência de duas variantes: pé tronco-cónico, oco ou maciço, de base plana ou arredondada (n.º 35-37) e pé sub-cilíndrico oco de base aplanada (n.º 34). Correspondendo «grosso modo» às variantes individualizadas por Carlos Tavares da Silva a partir dos materiais recolhidos nos fornos do Martinhal, em Sagres⁽²⁹⁾. Segundo este autor o pé sub-cilíndrico corresponderia às ânforas mais antigas, enquanto o tronco-cónico às mais recentes.

Seguindo esta hipótese de trabalho poderíamos considerar o corpo de uma ânfora desta classe recuperado na sondagem 5, complexo 537, como pertencendo à variante mais tardia. Esta é fusiforme, terminando num pé tronco-cónico prolongando o corpo e estava integrada no estrato correspondente à última fase de ocupação romana do sítio, já parcialmente revolvida pelos enterramentos do século XVII.

Também quanto à pasta parecem existir algumas diferenças que, embora não muito significativas quanto à presença dos elementos não plásticos, ainda assim podem evidenciar dois centros de produção diversificados. Temos um conjunto de ânforas em que a pasta, porosa, é cor-de-laranja acastanhado na superfície e bege na secção, passando localmente a cor-de-laranja acastanhado, com abundantes elementos não plásticos angulosos, com uma dimensão inferior a 2 mm, de quartzo⁽³⁰⁾, quartzito, moscovite (com palhetas que podem atingir 1 mm), xisto, chert, calcário (raro) e inclusões de óxidos ferrosos de cor sanguínea. Existe um outro grupo em que a pasta é compacta, de cor bege na superfície e na secção, com elementos não plásticos, sub-rolados de dimensão inferior a 1 mm, de quartzo, moscovite, calcário, óxidos ferrosos, augite, grãos de cerâmica moída.

As ânforas desta classe, que teriam transportado preparados de peixe⁽³¹⁾, foram produzidas na Lusitânia e talvez na província da Bética. Na Lusitânia conhecem-se vários centros de produção de ânforas desta classe nos estuários do Tejo e do Sado e no Algarve⁽³²⁾, podendo corresponder a modalidades diferenciadas de produção. No Tejo e no Sado as produções destinar-se-iam a abastecer directamente as unidades de produção de preparados de peixe localizadas a juzante, que laboravam em moldes, pode dizer-se proto-industriais: nas margens do Tejo conhece-se até ao momento uma unidade de produção destes produtos em Cacilhas (Almada), enquanto no Sado são bem conhecidos os centros produtores de preparados de peixe em Tróia e Setúbal. Já no Algarve a produção

(29) SILVA, C.T., 1991: 231.

(30) Com alguns grãos de quartzo de grande calibre, atingindo um deles 3 mm.

(31) ETIENNE, R., 1990: 17.

(32) No estuário do Tejo produziram ânforas desta classe os fornos do Porto dos Cacos e da Quinta do Rouxinol; no Sado os fornos da Quinta da Alegria (Setúbal), da Herdade do Pinheiro (Setúbal), da Enchurrasqueira (Alcácer do Sal) e de Vale da Ceba (Alcácer do Sal); no Algarve e fornos do Martinhal (Sagres), da Quinta do Lago (Loulé) e de S. Bartolomeu do Mar (Castro Marim).

destes contentores teria um carácter doméstico e destinar-se-ia a envasar os preparados de peixe produzidos dentro do domínio, da *Villa*, visando a manutenção da auto-suficiência face ao exterior, no que diz respeito ao consumo deste produto, podendo, contudo, ser os excedentes comercializados⁽³³⁾.

Esta é a ânfora lusitana que está melhor representada nos contextos baixo-imperiais, a da classe 22 (=Almagro 50) ou a sua antecessora da classe 20/21 (=Dressel 14), tendo sido encontrada na Espanha, Itália, Alemanha, Argélia e Líbia⁽³⁴⁾. Terá começado a ser produzida nos inícios ou meados do século III d.C., aparecendo em Ostia já durante a primeira metade desta centúria e prolongando-se a sua produção até ao final do século V d.C., como o comprova a identificação de uma variante mais pequena em S. Cucufate, no final da ocupação romana do sítio.

Em Povos as ânforas desta classe surgem associadas a contentores da classe 22 (=Almagro 50), Classe 26 (=Dressel 23) e a uma ânfora tardia do Norte de África (Bizacena), da Classe 35? (=Keay XXXII?).

Só na fase de transição entre o segundo e o terceiro períodos de ocupação do sítio, surge associada a fragmentos de ânforas da Classe 20/21 (=Dressel 14), podendo resultar esta sincronia de anomalias estratigráficas (revolvimento), ou corresponder a um efectivo nível de transição, entre a utilização dos contentores de transporte de preparados de peixe Alto-Imperiais e do Baixo-Império.

ÂNFORAS DE DIFÍCIL CLASSIFICAÇÃO

Classe 35? (=Keay XXXII?)

Foi unicamente identificado um fragmento de bordo correspondente a uma ânfora desta classe que, devido ao seu extremo rolamento e degradação, coloca algumas dúvidas, sendo a sua classificação apresentada com muitas reservas (n.º 36). Trata-se de um fragmento de bordo com o início do colo e com o lábio de secção triangular.

A pasta, compacta, é de cor bege na superfície e na secção, apresentando escassos elementos não plásticos, angulosos, de quartzo, com inclusões de óxidos ferrosos, de dimensão inferior a 0,5 mm.

As ânforas da Classe 35, que englobam diversas formas das genericamente denominadas «ânforas cilíndricas do Baixo Império» e entre elas a Keay XXXII, foram produzidas no Norte de África, na província da Bizacena (Tunísia), entre os finais do século IV d.C. e o século VI d.C., e transportariam preparados de peixe.

Em Povos ocorre na sondagem 6, no estrato correspondente ao complexo 661, portanto, em níveis tardios da *villa* do século III, durante o terceiro período de ocupação do sítio, associada a ânforas tardias da Classe 23 (=Almagro 51C).

(33) EDMONDSON, J.C., 1987.

(34) Foi identificada em diversos naufrágios atribuídos ao Baixo Império: Cabrera III, onde foi detectada a variante piriforme, datada de meados do Século III; Planier VII e Porte Vendres I, confirmando a exportação destas ânforas para Roma durante o século IV d.C.

Af. da Classe 23 (=Almagro 51C)

Foi identificado um fragmento de boca com asa, que poderemos considerar afim da classe 23 (=Almagro 51C), pela forma, mas em que a pasta de cor cinzento escura na superfície e acinzentada na secção, bastante compacta, e contendo abundantes grãos de argila moída, não permite de todo inserir sem problemas nesta classe, antes se aproximando do tipo Keay XLVIII, com que, contudo, também não se pode identificar, formalmente ou pela pasta, com facilidade.

Trata-se de um fragmento de boca, apresentando lábio de secção triangular e com uma asa de fita de secção sub-rectangular, com canelura longitudinal central exterior arrancando da parte superior do lábio.

Em Povos foi detectada na sondagem 1, no estrato, correspondente ao terceiro período de ocupação do sítio.

Poderemos estar, pois, perante uma produção tardia da classe 23 (=Almagro 51C). No entanto as características da pasta desta ânfora levam-nos a colocar a hipótese de se tratar de uma produção importada do Mediterrâneo Central, provavelmente do Norte de África, ou mesmo do Mediterrâneo Oriental.

4. CONCLUSÃO

As ânforas recolhidas em Povos e em estudo neste momento são a melhor prova da inserção da unidade rústica *Villa* numa economia de mercado. Como já havia notado Jorge de Alarcão para as *Villae* de S. Cucufate⁽³⁵⁾, também aqui estes contentores permitem verificar em que medida um domínio romano, neste caso mal caracterizado, adquiria e dependia do abastecimento de produtos externos para os quais podia, ou não, encontrar alternativas internamente.

Pela análise dos 64 fragmentos de ânforas identificados em Povos podemos entrever, embora de forma sempre redutora, devido à exiguidade do espaço escavado e às contingências da sua recolha, a dinâmica económica do sítio em análise, a *Villa* de Povos.

Uma primeira análise da distribuição dos fragmentos de ânfora pelas diversas sondagens pode revelar-nos áreas de maior ou menor concentração de materiais, com correspondências práticas e directas na utilização preferencial de certos espaços como zona de armazenamento de produtos alimentares. Assim, podemos observar que é nas sondagens 1/5 e 4 que ocorrem em maior número os achados de ânforas, surgindo entre estes, a sondagem 2/6, com uma menor frequência, mas também com uma alta taxa de ocorrências e finalmente a sondagem 3, em que só foram identificados 5 fragmentos⁽³⁶⁾.

Esta distribuição pode ter vários significados, entre os quais o de ilustrar diversos espaços com função de recolha e armazenamento de produtos alimentares importados (como já referimos) e fundamentais na dieta alimentar romana: o vinho, o azeite e os preparados de peixe. Há, no entanto, que ter em conta que em Povos qualquer ilação a este respeito resultaria bastante arriscada, pela manifestamente reduzida área de escavação.

(35) ALARCÃO. J., ETIENNE. R. e MAYET. F., 1990: 251.

(36) vd. gráfico 2.

Por outro lado, parece-nos evidente a grande importância de que se revestiu o consumo de preparados de peixe ao longo de toda a diacronia de ocupação do local, intensificando-se mesmo durante o Baixo Império.

De facto, à excepção de um exemplar de difícil classificação, tido por nós, com reservas, como da Classe 35? (=Keay XXXII?), de origem Norte-Africana (Bizacena) todas as restantes ânforas identificadas como de transporte de preparados de peixe, pertencem a exemplares de produção lusitana, cobrindo estes, ainda assim uma longa diacronia compreendida entre o século I d.C. e o século V d.C., o que revela bem o dinamismo e capacidade da indústria lusitana de preparados piscícolas.

Contrariamente, as importações de vinho - da Península Itálica da Bética e da Gália - - descrecem rapidamente, cessando a partir do início do século II d.C. - Classe 30 (=Gauloise 5).

Por outro lado a importação de azeite da Bética, registada logo no século I, continua a processar-se até, pelo menos, aos séculos III/IV, detendo-se praticamente na transição para o Baixo Império. Note-se que só foi identificada em Povos uma ânfora da classe 26 (=Dressel 23), não se tendo encontrado ânforas oleárias norte africanas, de Bizacena, que atestem, para Povos, uma deslocação do centro abastecedor de azeites exóticos, da Bética para o Norte de África), à semelhança do que acontece em Tróia⁽³⁷⁾.

Pelo breve quadro acima traçado, podemos concluir que as ânforas vinárias são sempre residuais, restringindo-se à primeira fase de ocupação do sítio (período I e II). Tal facto dever-se-á, como já referimos, à existência de uma produção vinícola local, que satisfazia as necessidades quotidianas de consumo deste produto.

As ânforas vinárias aqui presentes corresponderiam ao consumo de vinhos afamados de diversas regiões, bem conhecidas pela excelência das suas colheitas e pela qualidade das suas produções vinícolas, revelando a aquisição pelos residentes da *villa* de Povos, de um produto considerado exótico, valioso pela sua raridade, que actuava como um bem alimentar de prestígio, consumido em ocasiões especiais.

Pode dizer-se que durante o Alto Império os ocupantes de Povos revelam, aparentemente, a necessidade de ter à sua mesa os mais requintados vinhos produzidos no «mundo romano», desde o vinho tipo Quios, transportado nas ânforas da classe 10, (=Dressel 2-4) aos da Bética envasados em ânforas da classe 15 (=Haltern 70) e aos da Gália narbonense, transportados pelas ânforas da classe 30 (=Gauloise 5). O que não exclui obviamente a existência de uma produção local, mais ou menos intensa deste produto.

A aparente solução de continuidade na importação de vinhos, a partir do século II, pode estar relacionada com a intensificação da produção vinícola local e com a sua correspondente melhoria de qualidade, podendo estes vinhos rivalizar, a partir desta altura com os mais afamados licores importados. Neste âmbito resta esclarecer de que forma a produção de ânforas do tipo Lusitana 3⁽³⁸⁾, que começa a ser fabricada no Sado

(37) ALARCÃO, J., 1988: 148.

(38) DIOGO, A.M.D., 1987: 184.

durante o século II d.C., poderá traduzir este processo. De qualquer modo, não foi identificado qualquer fragmento desta ânfora em Povos, pelo que nos parece mais viável adiantar a hipótese de ter existido uma produção vinícola local que satisfizesse as necessidades internas de consumo desta bebida.

O mesmo acontece, embora gradualmente, na transição para o Baixo Império, com a importação de azeite, que mais do que suprimir as necessidades alimentares quotidianas dos habitantes de Povos, antes seria tido como um bem alimentar exótico prestigiante para o seu possuidor, que desta forma se poderia orgulhar, em ocasiões de especial convívio social, de possuir, à sua mesa o melhor azeite produzido em todo o Império. É quase certo que no consumo quotidiano deste óleo vegetal se recorreria às produções locais, talvez mesmo ao azeite produzido no próprio domínio, que, no entanto, seria de qualidade bem inferior ao seu congénere bético.

Inversamente a aquisição de preparados de peixe manteve-se constante durante todo o período de ocupação do local⁽³⁹⁾ e intensificou-se progressivamente na transição para o Baixo Império, sendo manifestamente superior a partir do século III d.C., como o provam o grande número de ânforas das classes 22 (=Almagro 50) e 23 (=Almagro 51C)⁽⁴⁰⁾, que no seu conjunto representam 35 unidades, contra as 18 identificadas para o Alto Império 20/21 (= Dressel 14). Foi precisamente na tentativa de compreensão da dinâmica da aquisição de preparados de peixe por este sítio, que se mostraram de grande utilidade, quer as plantas de sondagem, quer os perfis estratigráficos, sobretudo das sondagens 1/5, 2/6 e 4.

Em Povos surgem ânforas da classe 20/21 (=Dressel 14), associadas a contentores Alto-Imperiais de transporte de vinho ou azeite. Na sondagem 4 a ânfora desta classe surge associada a uma vinária da classe 10 (=Dressel 2-4) de produção itálica e na sondagem 5 a uma ânfora da classe 25 (=Dressel 20), enquanto na sondagem 1 surge em associação com fragmentos de ânforas das classes 15 (=Haltern 70) e 25 (=Dressel 20).

Na sondagem 1/5 as ânforas destas classes estão presentes nos estratos mais antigos⁽⁴¹⁾, enquanto na sondagem 2/6 surge associada, em plano, a uma estrutura de planta semi-circular, datada da primeira metade do século I d.C..

Finalmente é nas sondagens 1 e 2 que parece estar patente a transição entre a utilização do contentor mais antigo e os seus «sucessores» mais tardios: classe 22 (=Almagro 50) e 23 (=Almagro 51C).

De facto, a um primeiro momento de ocupação do sítio correspondente aos períodos I/II, em que foi edificada a primeira fase da *Villa*, e após o abandono desta durante o século II d.C., em que se registou um fragmento de bordo de uma ânfora da classe 23 (=Almagro 51C)⁽⁴²⁾, surge logo, no estrato correspondente ao nivelamento do espaço exterior ao edifício - datado de meados do século III d.C. por uma moeda -, um fragmento de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C).

(39) Pautada pela quase exclusiva aquisição de preparados de peixe produzidos na Lusitânia.

(40) vd. gráfico 1.

(41) Bem patente na sondagem 1.

(42) Neste estrato a presença de uma unidade da classe 23 pode dever-se a uma anomalia estratigráfica. Efectivamente neste nível continuam maioritariamente a ocorrer ânforas da classe 20/21.

Teríamos, pois, que a transição de um para outro contentor se processa em simultâneo com uma remodelação da *Pars Urbana* da *Villa*, numa situação de sincronia mal definida entre estas duas classes e inexistente entre as ânforas da Classe 20/21 (=Dressel 14) e da Classe 22 (=Almagro 50).

O mesmo não acontece em relação às ânforas da classe 22 (=Almagro 50) e 23 (=Almagro 51C), que coexistem durante o período de ocupação da *Villa* - do século III e até ao século V. É de frisar o interessante achado de uma ânfora de difícil classificação, afim da classe 23 (=Almagro 51C), mas com grandes semelhanças com a Keay XLVIII, que quanto à pasta não se identifica com uma ou outra produção, associada a um fragmento de *terra sigillata*, datada entre meados do século IV e meados do V d.C.. Esta ânfora parece provar, pois, que mesmo na fase final da *Villa* o fluxo de aquisição de produtos ao exterior nunca terminou. O que nos pode aconselhar à reflexão com vista ao entendimento das transformações operadas nas redes de trocas regionais e de longa distância durante a fase final do Império, na província da Lusitânia.

Finalmente é interessante observar que se regista uma tendência para a diminuição do diâmetro máximo do bordo nas ânforas mais tardias da classe 23 (= Almagro 51C), o que poderá ter correspondido a uma diminuição da dimensão do corpo, visando uma optimização da relação entre o conteúdo e o peso do contentor.

CATÁLOGO

1. Fragmento de boca de ânfora
triangular, com a parte superior
arrastada de uma das asas.
Pasta cor de terracota avermelhada
de quarta, táctil, macia.
Linha de 1 cm. DER 15.4

2. Fragmento de boca de ânfora
Linha com um pequeno orifício
na parte superior e na base.
Pasta cor de terracota, táctil,
macia. DER 15.4-45

CATÁLOGO

1. Fragmento de boca de ânfora da classe 20/21 (=Dressel 14). Lábio de secção sub-triangular, com a parte superior convexa e forte espessamento interno e externo, com o arranque de uma das asas, de secção ovóide, apresentando um sulco longitudinal, central. Pasta cor de laranja avermelhada na superfície e na secção, com elementos não plásticos de quartzo, feldspato, moscovite, quartzito e inclusões de óxidos ferrosos, de dimensão inferior a 1 mm. DEB: 15,4 cm. INV. POV/Q.A1/6.
2. Fragmento de boca com arranque de asa de ânfora da classe 20/21 (=Dressel 14). Lábio com espessamento externo arredondado quase vertical (boleado). Pasta vermelha clara na superfície e na secção, com abundantes elementos não plásticos, angulosos, de quartzo, feldspato, moscovite e calcário (pontual), de dimensão inferior a 1 mm. DEB: 15,8 cm. INV. POV/C.4/457.

3. Fragmento de bordo de ânfora da classe 20/21 (=Dressel 14). Lábio de perfil arredondado espessado externamente. Pasta de cor bege na superfície e na secção, com escassos elementos não plásticos, angulosos, de dimensão inferior a 1 mm, de quartzo, feldspato, moscovite e grãos de cerâmica moída. DEB: 12,2 cm. INV. POV/C.3/313.
4. Fragmento de bordo de ânfora da classe 20/21 (=Dressel 14). Lábio perolado e saliente. Pasta cor de laranja avermelhada na superfície e na secção, com elementos não plásticos, boleados, de quartzo, moscovite e minerais ferromagnesianos (escassos), de dimensão inferior a 1 mm. DEB: 15,4 cm. INV. POV/Q.A1/6.
5. Fragmento de bordo de ânfora da classe 20/21 (=Dressel 14). Lábio perolado e saliente. Pasta de cor vermelha clara na superfície e vermelho tijolo na secção, apresentando abundantes elementos não plásticos, angulosos, de quartzo, feldspato, moscovite e óxidos de ferro, de dimensão inferior a 1 mm. DEB: 16,8 cm. INV. POV/C.4/433.
6. Fragmento de boca de ânfora da classe 20/21 (=Dressel 14). Lábio de secção arredondada espessado externamente, em voluta, com o arranque da asa, de secção ovóide, apresentando sulco longitudinal central, exterior. Pasta cor de laranja avermelhada na superfície e vermelho alaranjado na secção, com elementos não plásticos de quartzo, feldspato, moscovite, quartzito e inclusões de óxidos ferrosos, de dimensão inferior a 1 mm. DEB: 17,2 cm. INV. POV/Q.A1/6.
7. Fragmento de boca de ânfora da classe 20/21 (=Dressel 14). Lábio de secção arredondada, com espessamento externo, em voluta, com o arranque de uma asa de secção sub-ovóide, apresentando um sulco longitudinal central, exterior. Pasta de cor bege na superfície e bege avermelhado na secção, com elementos não plásticos de quartzo, feldspato, moscovite e óxidos de ferro, de dimensão inferior a 1 mm. DEB: 17 cm. INV. POV/Q.A1/6.
8. Pé de ânfora da classe 20/21 (=Dressel 14). Pé tronco-cônico, oco, de glândula incipiente e com pronunciada protuberância argilosa no interior. Pasta vermelho tijolo, passando localmente a cinzento, na superfície exterior e vermelho na interna. Na secção a pasta é de cor vermelha. Apresenta elementos não plásticos de feldspato e quartzo, de dimensão inferior a 1 mm. DTP: 4,3 cm. HP: 15 cm. INV. POV/Q.A1/6.
9. Pé de ânfora da classe 20/21 (=Dressel 14). Pé cônico, maciço, com o bico ovóide e com protuberância argilosa central no interior. Pasta bege na superfície e na secção, com abundantes elementos não plásticos, angulosos, de quartzo, feldspato, xisto, calcite e minerais ferromagnesianos, atingindo um deles 1,5 cm. DTP: 2,9 cm. HP: 8,3 cm. POV/C.4/439.

10. Fundo de ânfora da classe 15 (=Haltern 70). Apresenta um pé tronco-cônico maciço de base arredondada. Apresenta no interior uma protuberância argilosa pouco pronunciada e arredondada. Pasta cor de laranja na face exterior e vermelho na interior. A secção apresenta pasta de cor vermelho tijolo, com elementos não plásticos de quartzo, moscovite, óxidos ferrosos e minerais ferromagnesianos, de dimensão inferior a 1 mm. HF: 13,3 cm. DTP: 4,1 cm. HP: 6,6 cm. INV. POV/Q.A1/6.
11. Fragmento de bordo de ânfora da classe 30 (=Gauloise 5). Lábio de secção sub-triangular com espessamento externo. Pasta castanha clara na superfície e castanha avermelhada na secção, com escassos elementos não plásticos, angulosos, de quartzo, feldspato, moscovite e biotite, de dimensão inferior a 1 mm. Contém na pasta cerâmica moída. DEB: 9,6 cm. INV./POV/C.6.
12. Fragmento de bordo de ânfora da classe 25 (=Dressel 20). Lábio de secção triangular de aresta vincada com parte superior muito inclinada. Pasta bege avermelhada na superfície e cinzenta na secção, com abundantes elementos não plásticos, angulosos, de quartzo, feldspato, óxidos ferrosos, mica (escassa) e xisto, de dimensão inferior a 1 mm. DEB: 10,8 cm. INV. POV/C.4/439.
13. Fundo de ânfora da classe 25 (=Dressel 20). Pé tronco-cônico maciço, arredondado na base e apresentando uma protuberância argilosa central interna. Pasta de cor bege no exterior e na secção, com abundantes elementos não plásticos, angulosos, de xisto, quartzo, chert, minerais ferromagnesianos e augite, de dimensão inferior a 1 mm. INV. POV/Q.A1/6.
14. Fragmento de asa de ânfora da classe 25 (=Dressel 20). Asa de rolo de secção sub-triangular com marca impressa em cartela: QCPH. Pasta de cor bege na superfície e bege acinzentado na secção, com abundantes elementos não plásticos, de quartzo, xisto, calcário, quartzito, moscovite (abundante), augite e inclusões de óxidos de ferro, de dimensão inferior a 0,5 mm. DA: 4,6 x 4,3. INV. POV/C.5/811.
15. Fragmento de bordo de ânfora da classe 26 (=Dressel 23). Lábio de secção arredondada, com espessamento externo. Pasta de moscovite (escassa e de pequeníssimas dimensões, < 0,5 mm). DEB: 11,8 cm. INV. POV/C.5/535.
16. Fragmento de boca de ânfora da classe 22 (=Almagro 50). Boca com arranque da asa, apresentando lábio boleado levemente extrovertido e com um ligeiro ressalto, coincidindo com a zona de arranque da asa. Esta é de secção ovóide, arrancando da parte superior do lábio. Pasta de cor bege, passando localmente a bege amarelado, na superfície e avermelhada na secção, com abundantes elementos não plásticos, angulosos, de dimensão inferior a 2 mm. DEB: 11,2 cm, DA: 10 x 1,4 cm. HA: 4,5 cm. INV. POV/C.4/339.

17. Fragmento de boca de ânfora da classe 22 (=Almagro 50). Boca com arranque da asa, apresentando lábio de secção sub-rectangular, côncavo internamente e convexo externamente. Asa de secção ovóide. Pasta cor de laranja na superfície externa e vermelho no interior e na secção, com escassos elementos não plásticos de dimensão inferior a 1 mm de quartzo, moscovite, calcário e chert, apresentando cerâmica moída na pasta. DEB: 10,2 cm. INV. POV/C.4/423.
18. Fragmento de boca de ânfora da classe 22 (=Almagro 50 =Lusitana 6). Boca com arranque de uma das asas, apresentando lábio de secção sub-rectangular, côncavo internamente e convexo externamente, com um ligeiro espessamento na parte superior. Asa de secção ovóide. Pasta cor bege na superfície e na secção, com abundantes elementos não plásticos de quartzo, moscovite e chert menores que 1 mm. Apresenta grãos de calcário e núcleos de óxidos ferrosos de cor sanguínea maiores que 2 mm. DIB: 11 cm. DA: 5,6 x 3 cm. INV. POV/C.2/217.
19. Fragmento de boca com o arranque de uma das asas de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Lábio de secção triangular e espessamento externo. Asa de secção sub-rectangular, com sulco longitudinal central no exterior, arrancando da parte inferior do lábio. Pasta cor de laranja avermelhada, passando localmente a vermelho, na superfície e vermelho na secção, com abundantes elementos não plásticos de quartzo de dimensão inferior a 1 mm, podendo atingir ocasionalmente os 2 mm, feldspato, mica (escassa) e pequenas inclusões de óxidos ferrosos. DEB: 9,6 cm. INV. POV/C.4/406.
20. Fragmento de bordo de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Lábio de secção triangular espessada externamente. Pasta cor bege na superfície externa e bege escuro na superfície interna, revelando vestígios de resina de impermeabilização. Pasta amarelo alaranjado na secção. Apresenta abundantes elementos não plásticos de quartzo e mica, de dimensões inferiores a 1 mm, apresentando ocasionalmente grãos de quartzo que podem atingir os 1,5 mm. A pasta integra ainda minerais ferromagnesianos de pequena dimensão e núcleos de óxidos ferrosos. DEB: 9,6 cm. INV. POV/C.4/406.
21. Fragmento de bordo de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Lábio de secção triangular arredondada, com espessamento externo. Pasta cor bege no exterior e na secção, com abundantes elementos não plásticos de quartzo, moscovite e feldspato. Apresenta inclusões de óxidos ferrosos de dimensão inferior a 0,5 mm. DEB: 8 cm. INV. POV/Q.A1/2.
22. Fragmento de boca com arranque de asa da classe 23 (=Almagro 51C). Lábio de secção triangular, espessado externamente. Asa de fita de secção ovóide, com sulco lon-

gitudinal central exterior, arrancando imediatamente abaixo do lábio. Pasta cor acastanhada na superfície e na secção, com abundantes elementos não plásticos, angulosos, de quartzo de dimensões inferiores a 2 mm, mica, óxidos ferrosos de cor sanguínea e minerais ferromagnesianos. DEB: 9,8 cm. DA: 4,2 x 1,9 cm. INV. POV/C.4/418.

23. Fragmento de boca de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Fragmento de bordo com o arranque da asa. Lábio de secção sub-triangular. Asa de fita de secção sub-retangular. Pasta de cor bege na superfície e vermelha na secção, com elementos não plásticos de quartzo, feldspato e moscovite, de dimensão inferior a 2 mm, contendo grãos de cerâmica moída. DEB: 10 cm. INV. POV/C.6/646.

24. Fragmento de lábio de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Lábio de secção sub-triangular, com espessamento externo. Pasta avermelhada, passando localmente a cinzento, na superfície e cinzenta na secção. Com abundantes elementos não plásticos de dimensão inferior a 1 mm, de quartzo (podendo atingir alguns os 2,5 mm), feldspato, moscovite e minerais ferromagnesianos. DEB: 10,6 cm. INV. POV/C.4/529.

25. Fragmento de bordo de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Lábio de secção sub-triangular, com espessamento pendente. Pasta cor bege na superfície e na secção, com elementos não plásticos de quartzo, feldspato, moscovite e com pequenas inclusões de óxidos ferrosos, de dimensão inferior a 1 mm. DEB: 9 cm. INV. POV/C.4/426.

26. Fragmento de bordo com arranque de asa de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Lábio de secção sub-triangular com espessamento pendente. Pasta cor de laranja avermelhada na superfície e na secção, com elementos angulosos, não plásticos, de quartzo, feldspato e inclusões de óxidos ferrosos de cor sanguínea, calcário, óxidos ferrosos, com palhetas de moscovite que podem atingir 1 mm e com grãos de quartzo de 2,5 mm. DEB: 9 cm. INV. POV/C.4/426.

27. Fragmento de bordo de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Lábio de secção sub-triangular, com espessamento pendente. Pasta de cor bege na superfície externa e cor de laranja acastanhada, apresentando abundantes elementos não plásticos, angulosos, de dimensão inferior a 1 mm, de quartzo, moscovite e inclusões de óxidos ferrosos. Apresenta, incluída na pasta, cerâmica moída. DEB: 7,8 cm. INV. POV/C.6/645.

28. Fragmento de boca de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Fragmento de bordo com o arranque da asa. Lábio de secção sub-triangular com espessamento pendente. Pasta cor de laranja na superfície e na secção, com elementos não plásticos de quartzo, moscovite e integrando na pasta cerâmica moída. DEB: 9 cm. INV. POV/C.4/424.

29. Fragmento de bordo de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Lábio de secção triangular, espessamento pendente. Pasta cor de laranja na superfície e cor de tijolo na secção, com abundantes elementos não plásticos, angulosos de quartzo, feldspato, moscovite, xisto e óxidos ferrosos, de dimensão inferior a 1 mm. DEB: 7,8 cm. INV. POV/C.5/700.
30. Fragmento de boca de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Lábio de secção arredondada espessado internamente, alaranjada na superfície e bege na secção, com elementos não plásticos de quartzo, moscovite, calcário e óxidos ferrosos, contendo cerâmica moída na pasta. DEB: 9 cm. INV. POV/C.4/374.
31. Fragmento de bordo de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Lábio de secção triangular, com forte espessamento externo. Pasta vermelha acastanhada na superfície e bege, passando a vermelho acastanhado para a secção, com elementos não plásticos, angulosos, de quartzo, feldspato, mica, calcário e inclusões de óxidos ferrosos, de dimensão inferior a 1 mm. DEB: 10,6 cm. INV. POV/C.5/489.
32. Fragmento de bordo de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Lábio de secção triangular, com forte espessamento externo. Pasta de cor bege na superfície e na secção, com elementos não plásticos, angulosos, de dimensão inferior a 2 mm, de quartzo, moscovite e óxidos ferrosos. DEB: 9,4 cm. INV. POV/C.6/646.
33. Fragmento de bordo de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Lábio de secção sub-triangular arredondada, espessada externamente. Pasta de cor de laranja acastanhada na superfície sendo bege na secção, com abundantes elementos não plásticos, angulosos, de dimensão inferior a 1 mm, de quartzo, feldspato, moscovite e óxidos ferrosos. DEB: 9,6 cm. INV. POV/C.6/645.
34. Pé de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Pé cilíndrico, oco, de base plana, apresentando um sulco esgrafitado sobre a pasta, mais largo e em S, sobrepondo-se a dois outros sulcos paralelos à base do pé e entre si. Pasta de cor bege alaranjada na superfície e bege na secção, com elementos não plásticos, anguloso de quartzo, moscovite e inclusões de óxidos ferrosos, de dimensão inferior a 1 mm. DTP: 3,5 cm. HP: 6,5. INV. POV/C.6/660.
35. Pé de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Pé oco, tronco-cónico, de base plana. Pasta cor de laranja acastanhado na superfície e vermelho tijolo na secção, com abundantes elementos não plásticos de quartzo, feldspato, mica, calcário, mica-xisto e chert, angulosos ou sub-rolados, de dimensão inferior a 1 mm. DTP: 3,5 cm. HP: 5,5 x 3 cm. INV. POV/C.4/374.

36. Pé de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Pé cilíndrico, maciço de base plana. Pasta vermelha, ligeiramente acastanhada, na superfície e castanha avermelhada na secção, com abundantes elementos não plásticos, de quartzo, feldspato, moscovite (escassa), com partículas negras de origem vulcânica de textura vítrea e piroxenas (bastante rara), de dimensão inferior a 0,5 mm. DTP: 3,4 cm. HP: 5,7. INV. POV/C.5/512.

37. Pé de ânfora da classe 23 (=Almagro 51C). Pé tronco-cónico, oco, de base arredondada. Pasta de cor vermelha na superfície e na secção, com abundantes elementos não plásticos, angulosos, de dimensão inferior a 1 mm, de quartzo, feldspato, moscovite (abundante), óxidos ferrosos e minerais ferromagnesianos, de dimensão inferior a 1 mm. DTP: 3,9 cm. HP: 6,3 cm. INV. POV/Q.A1/6.

38. Fragmento de bordo de ânfora da classe 35? (=Keay XXXII?). Lábio de secção triangular. Pasta de cor bege na superfície e na secção, com elementos não plásticos pouco frequentes, angulosos, de quartzo, de dimensão inferior a 0,5 mm. DEB: 17,8 cm. INV. POV/C.6/661.

39. Fragmento de boca de ânfora de difícil classificação aproximado das ânforas da classe 23? (=Almagro 51C?) e da Keay XLVIII? Lábio de secção triangular e asa de fita de secção sub-retangular com sulco longitudinal central. Pasta cinzenta escura na superfície e na secção, com escassos elementos não plásticos, angulosos, de dimensão inferior a 0,5 mm, de quartzo, moscovite, xisto e feldspato, contendo cerâmica moída na pasta. DEB: 6,6 cm. INV. POV/Q.A1/4.

40. Fragmento de asa de ânfora da classe 22 (=Almagro 50). Fragmento de asa com marca impressa em cartela ilegível, de secção oval e pasta de cor bege na superfície e avermelhada na secção, com escassos elementos não plásticos de quartzo, moscovite, chert, de dimensão inferior a 1 mm, apresentando inclusões de minerais ferromagnesianos e de óxidos ferrosos. DA: 4,6 x 3,5 cm. HA: 9,6 cm. INV. POV/C.4/374.

NOTAS DO CATÁLOGO

DIB: Diâmetro Interno do Bordo;
DEB: Diâmetro Externo do Bordo;
DTP: Diâmetro Terminal do Pé;
DA: Diâmetro da Asa;
HA: Altura da Asa;
HF: Altura do Fundo;
HP: Altura do Pé;

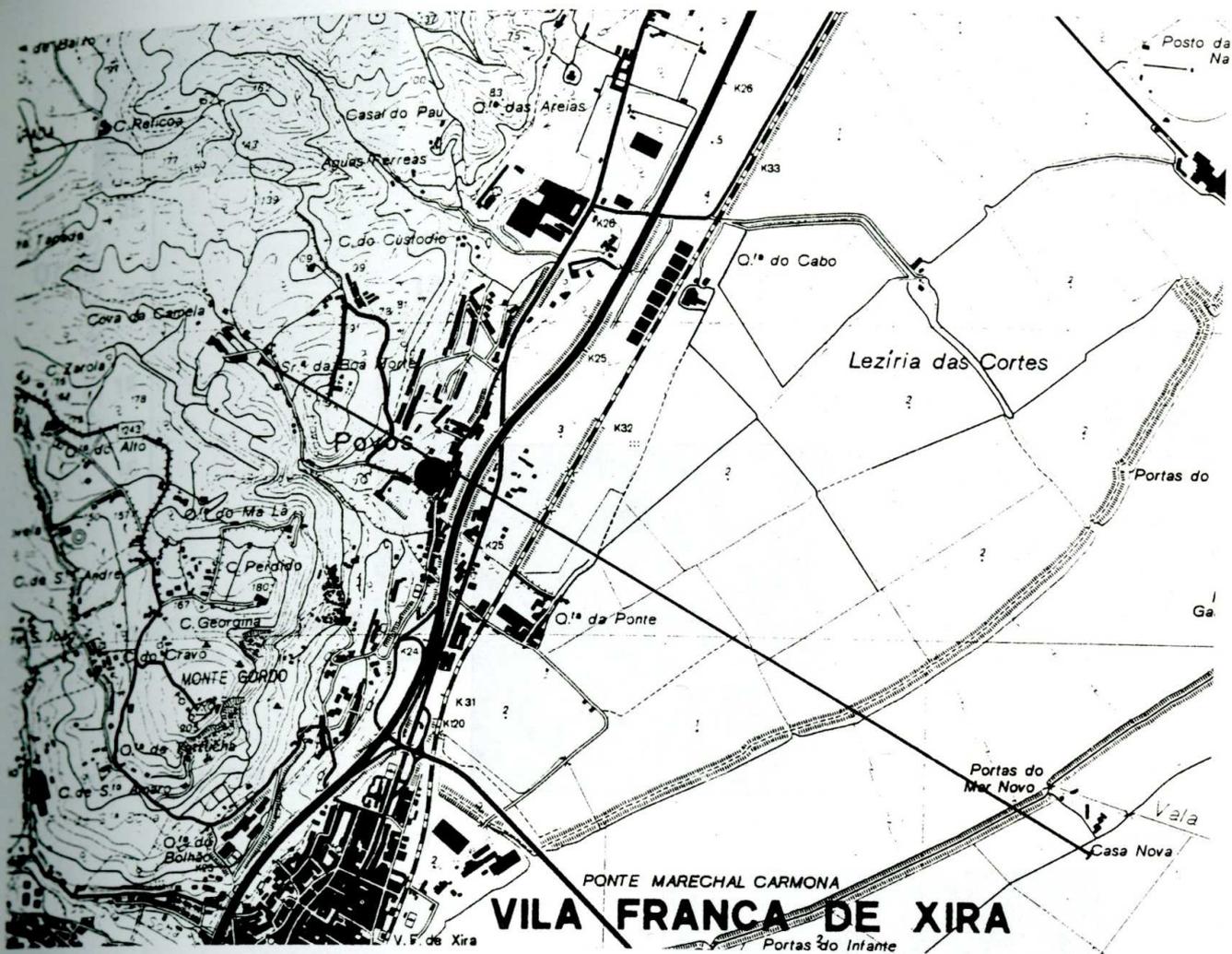


Fig. 1 — Povos, sítio romano da «Escola Velha», localização no extracto da Carta Militar de Portugal, folha n.º 390 (Vila Franca de Xira) na escala de 1:25.000, S.C.E., 1992.

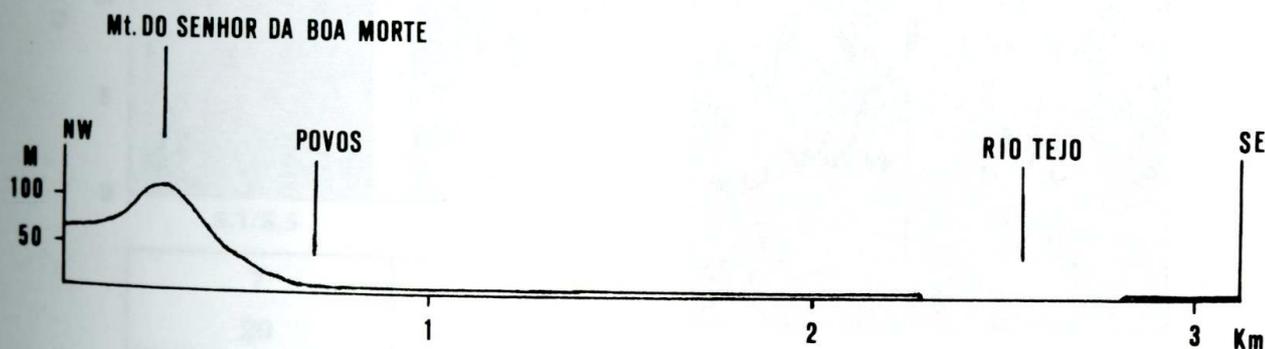


Fig. 2 — Perfil topográfico, abrangendo a encosta Sudeste do Monte do Senhor da Boa Morte até ao Rio Tejo. Veja-se a implantação de Povos.

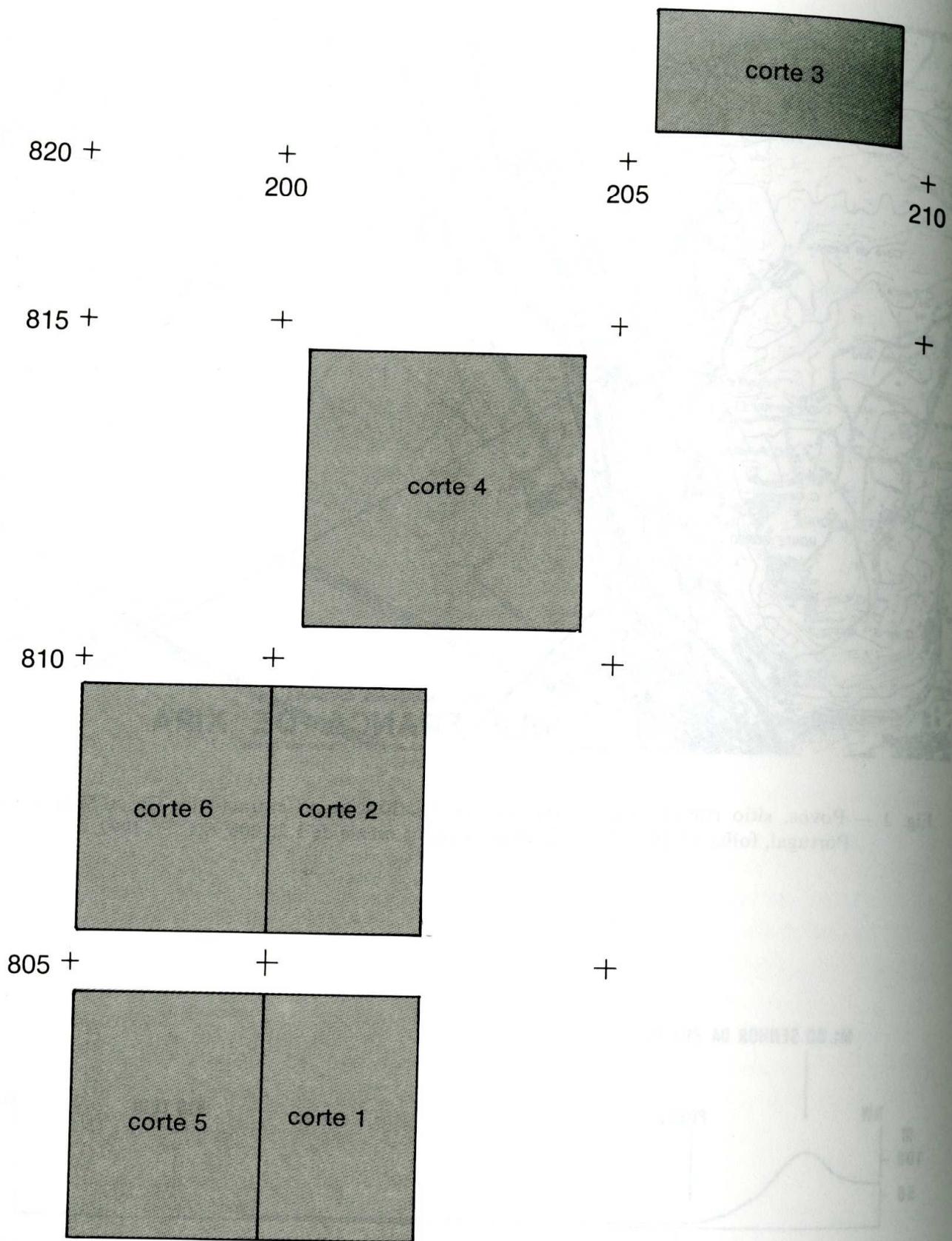


Fig. 3 — Planta das sondagens realizadas no sítio romano da «Escola Velha».

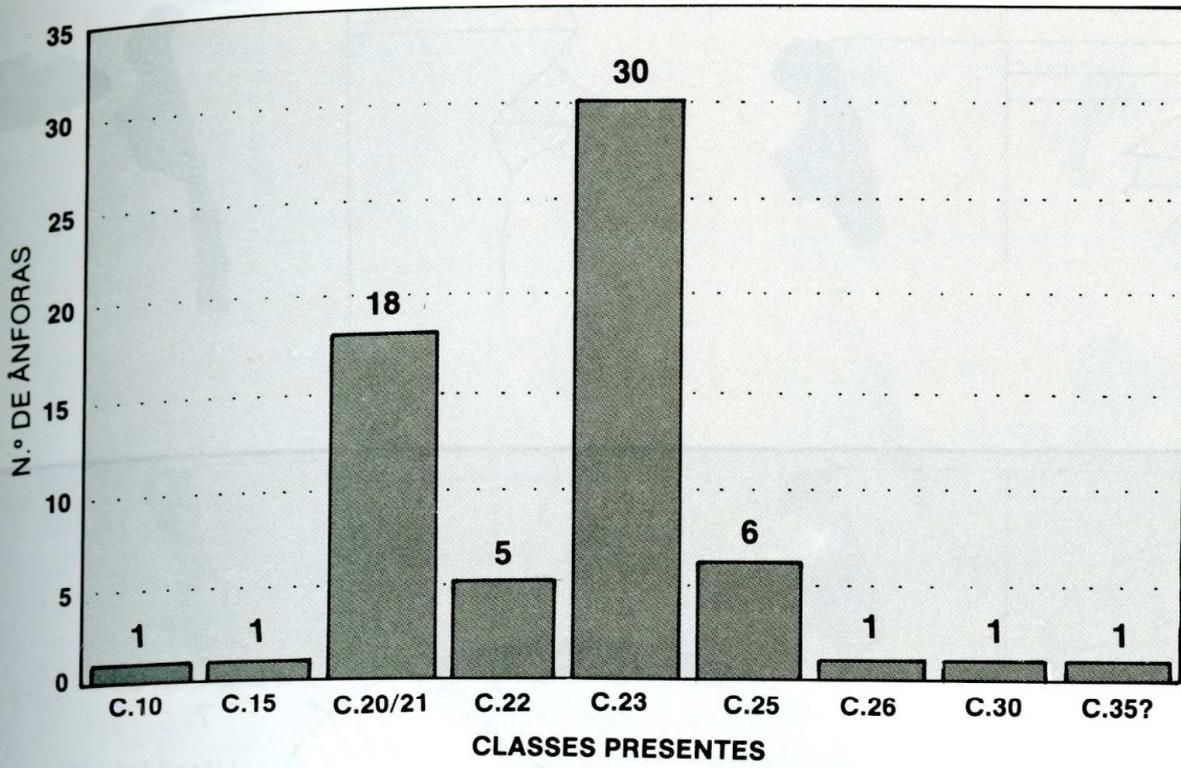


Fig. 4 — 4 (Gráfico 1).

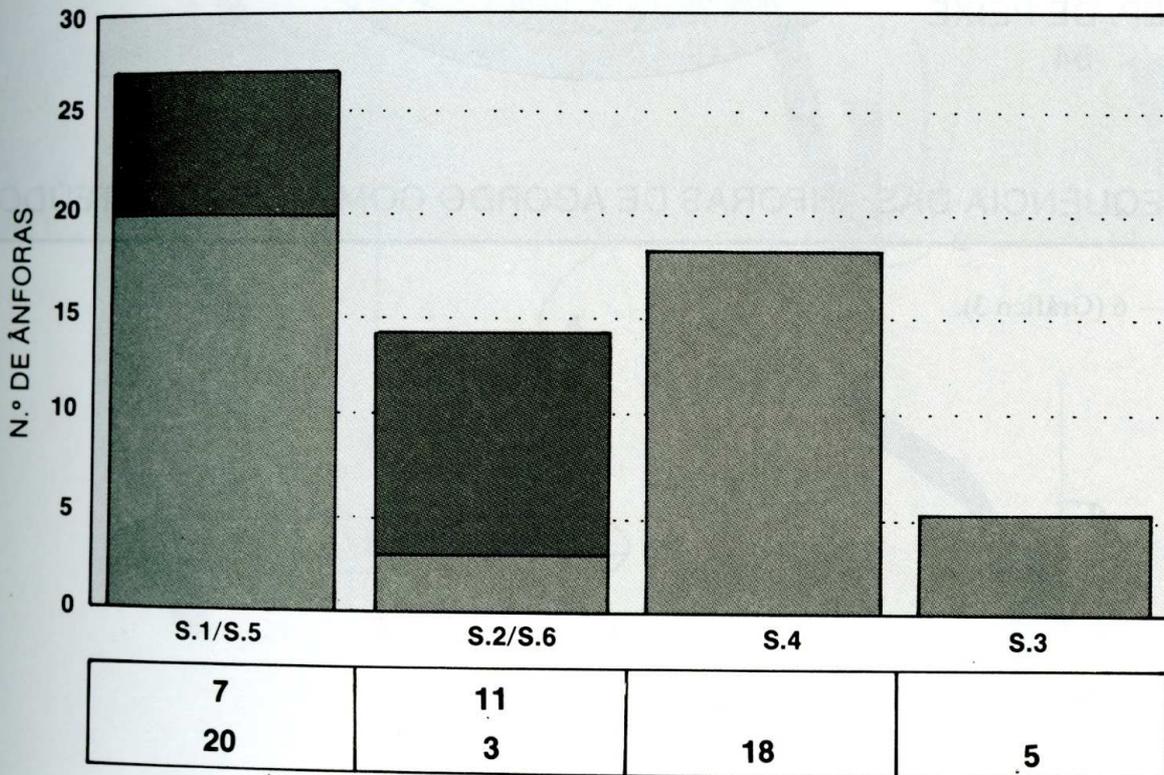


Fig. 5 — 5 (Gráfico 2).

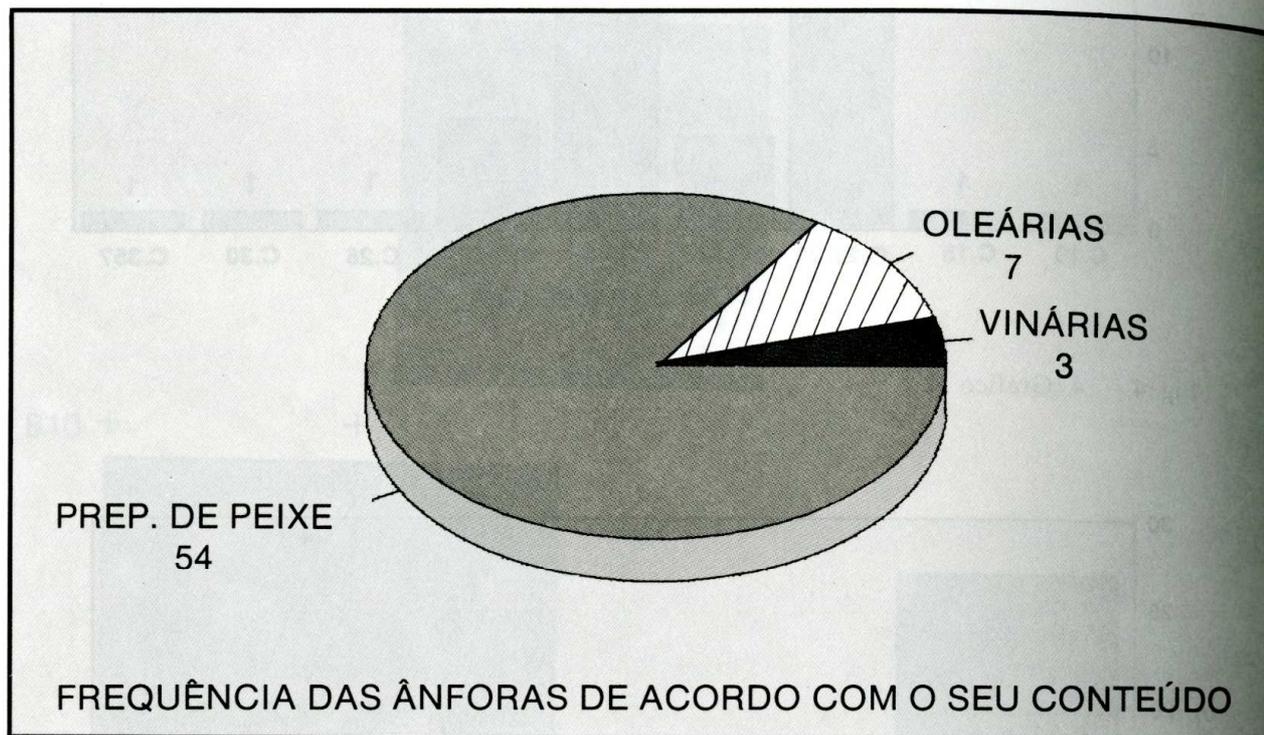


Fig. 6 — 6 (Gráfico 3).

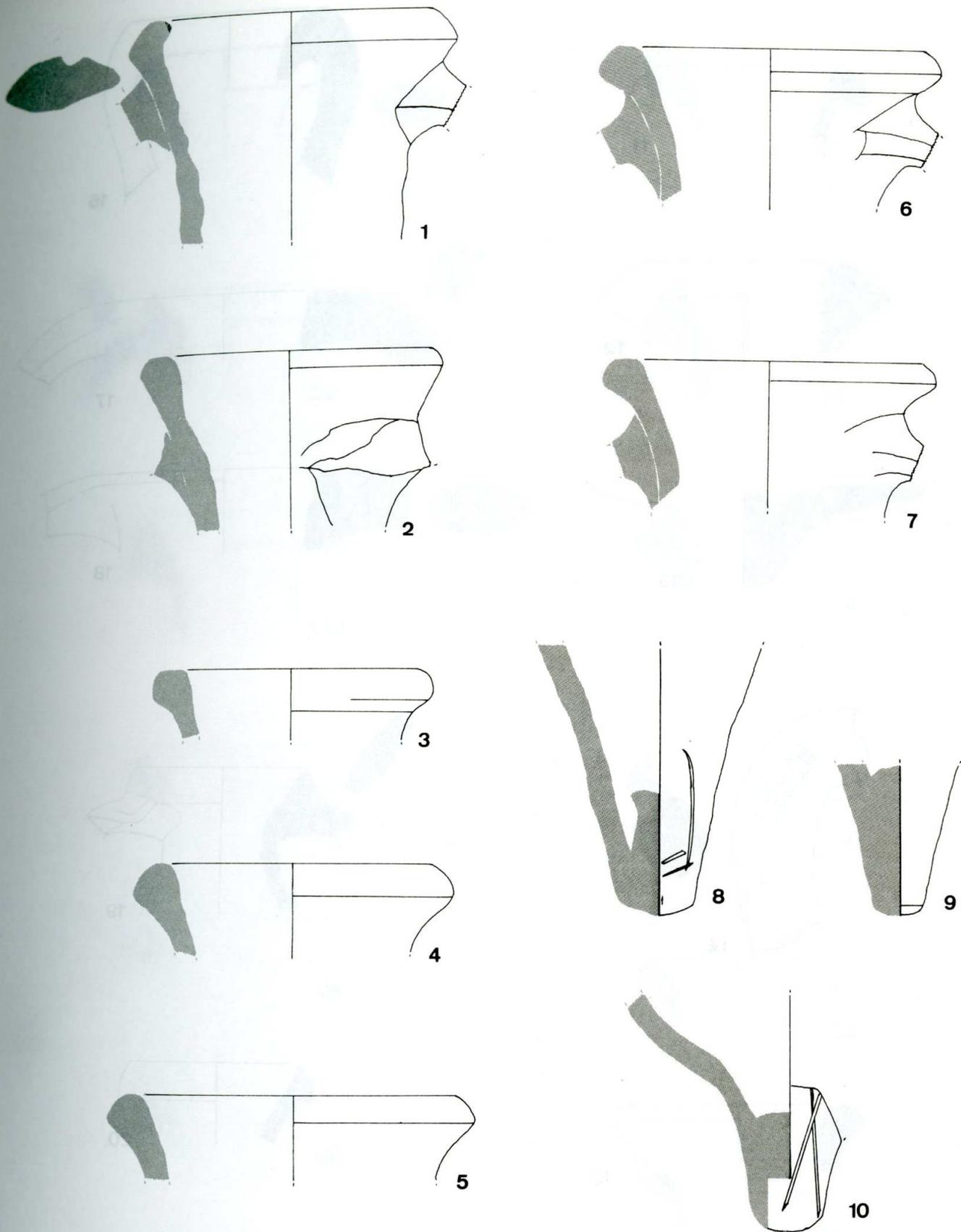


Fig. 7 — Ânforas da Classe 20/21 (= Dressel 14), n.º 1-9 C Classe 15 (= Haltern 70), n.º 7.

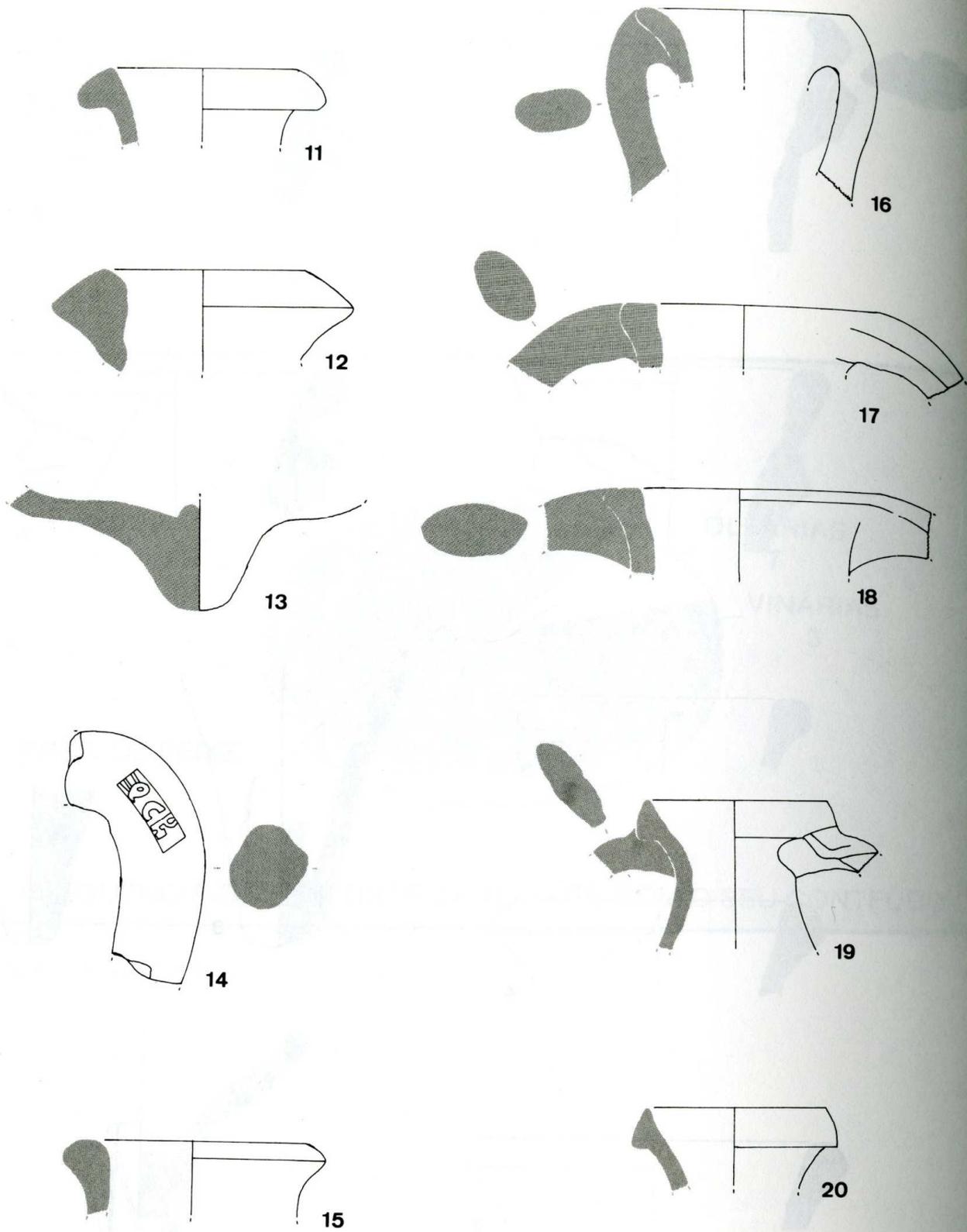
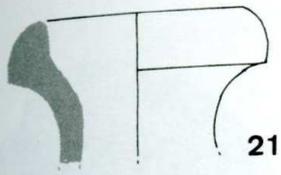
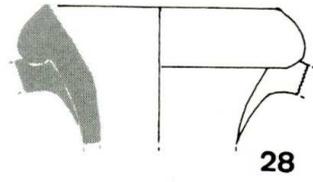


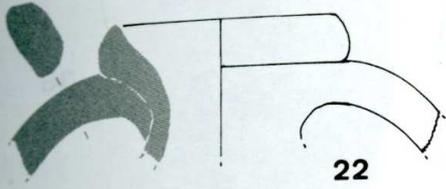
Fig. 8 — Classe 30 (n.º 11), Classe 25 (n.º 11-14), Classe 26 (n.º 15), Classe 22 (n.º 16-18) a Classe 23 (n.º 19 a 20).



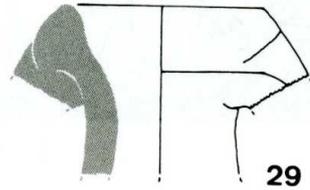
21



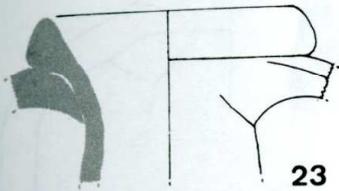
28



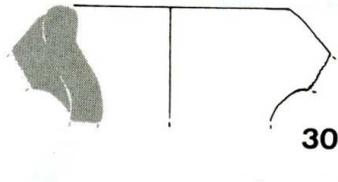
22



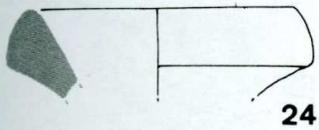
29



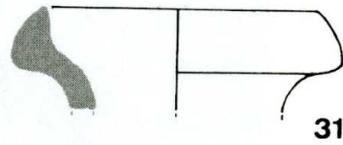
23



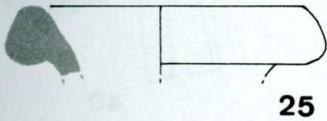
30



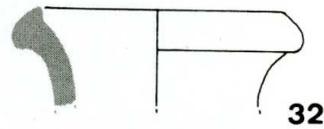
24



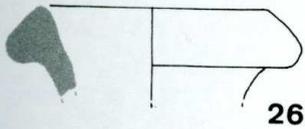
31



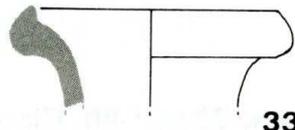
25



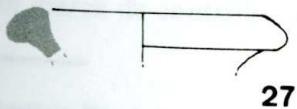
32



26

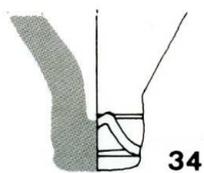


33

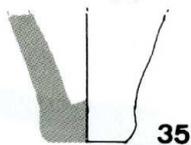


27

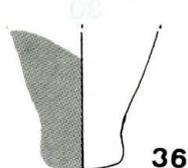
Fig. 9 — Classe 23.



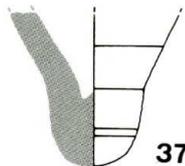
34



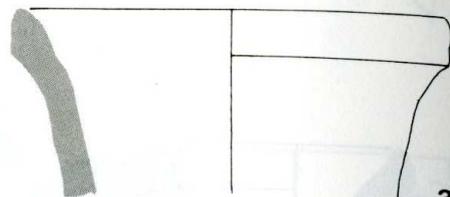
35



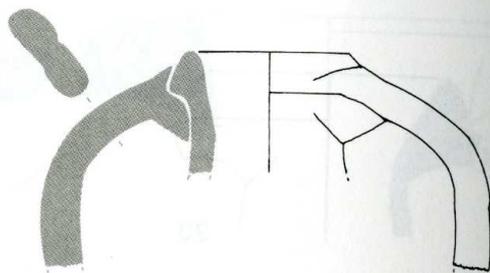
36



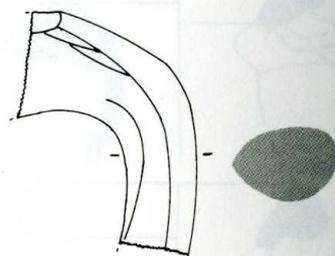
37



38



39



40

Fig. 10 — Classe 22 (n.º 40), Classe 23 (n.º 34-37). Ânforas de difícil classificação: Classe 35? (n.º 38) afim da Classe 23 (n.º 39).

Desenhos: Carlos Santos Banha
Tintagem: Carlos Santos Banha e Sara Ferro



Fig. 11



Fig. 12



Fig. 13

Fig. 11 — Asa de ânfora da Classe 25 (= Dressel 20) com marca impressa em cartela, QCPH; Fig. 12 — Pormenor da marca; Fig. 13 — Fundo de ânfora da Classe 15 (= Haltern 70), com marca de controlo de produção esgrafitada.

Fotos: Carlos Santos Banha

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A.M., 1990, «Introdução ao Estudo Laboratorial das Ânforas Lusitanas», *Ânforas Lusitanas, tipologia, produção, comércio*, Conímbriga, pp. 253-257.
- ALARCÃO, J. de, 1976, «Les Amphores», *Fouilles de Conímbriga*, VI, Paris, Diffusion Broccard, pp. 79-91.
- 1987, *Portugal Romano*, Lisboa Verbo.
- 1988, *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- 1990, *Nova História de Portugal*, Vol. I, "Portugal das Origens à Romanização", Lisboa, Editorial Presença.
- ALARCÃO, J. de, e MAYET, F., 1990, "Ânforas Lusitanas, tipologia, produção, comércio" (*Actas das Jornadas de Estudo realizadas em Conímbriga em 13 e 14 de Outubro de 1988*), Conímbriga.
- ALARCÃO, J., ETIENNE, R. e MAYET, F., 1990, *Les Villas de São Cucufate (Portugal)*, Paris, Diffuseur: E. de Boccard.
- ALMAGRO, M., 1955, *Las Necrópolis de Ampurias*, II, Barcelona.
- ALMEIDA, C.A.F., 1972, «Achados Arqueológicos de Martim (Barcelos)», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Série de História*, 3, pp. 319-326.
- AMARAL, J.F.S., 1856, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*, «Colecção Património Local», 1, edição com leitura actualizada e prefácio de Maria Cristina Marques (s.d.), Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1992.
- AMARO, C., 1990, «Ocupação Romana da Margem Sul do Estuário do Tejo: Um (Des)alinhado de Ideias», *Ânforas Lusitanas, tipologia, produção, comércio*, Conímbriga, pp. 71-85.
- BALTAZAR, L.F., 1983, «Indústrias Romanas de Salga em Portugal», *Almadan*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 12-14.
- BELTRAN LLORIS, M., 1970, *Las Anforas Romanas de Espana*, «Monografias Arqueologicas», 8, Zaragoza.
- BLAZQUEZ, J.M., 1978, *Economia de la Hispania Romana*, Bilbao, Ediciones «Najera».
- CABRAL, J.M.P., 1990, «Determinação de Ânforas Mediante Análise Química da Cerâmica», *Ânforas Lusitanas, tipologia, produção, comércio*, Conímbriga, pp. 273-288.

- CALLENDER, M.H., 1965, *Roman Amphorae: With Index of Stamps*, London.
- CARDOSO, G., 1990, «O Forno de Ânforas de Muge», *Ânforas Lusitanas, tipologia, produção, comércio*, Conímbriga, pp. 153-169.
- CERDÁ JUAN, D., 1974, «Hallazgos Submarinos y Relaciones Mediterráneas», *VI Symposium de Prehistoria*, Barcelona.
- COELHO, A.V.P. e CARDOSO, J.L., «Estudo Sobre Pastas de Ânforas de Fornos do Vale do Tejo e do Vale do Sado: Análises Macro e Microscópicas», *Ânforas Lusitanas, tipologia, produção, comércio*, Conímbriga, pp. 267-271.
- COSTA, J.B. da, 1985, *Estudo e Classificação das Rochas por Exame Macroscópico*, 6.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- DIOGO, A.M.D., 1987 a, «Ânforas Provenientes do Rio Tejo (Salvaterra de Magos), no Museu do Mar», *Arqueologia*, n.º 16, Porto, G.E.A.P., pp. 112-113.
- 1987 b, «Quadro Tipológico das Ânforas de Fabrico Lusitano», *O Arqueólogo Português*, Série IV, 5, pp. 179-191.
- 1988, «Notícias de Dois Vestígios Romanos no Concelho de Vila Franca de Xira: 2. Uma Ânfora Romana Encontrada no Rio Tejo, Junto de Alhandra», *Boletim Cultural*, 3, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 111.
- DIOGO, D. et alii, 1991, «Ânforas dos Fornos do Abúl I no Museu Municipal de Alcácer do Sal», *Arqueologia*, n.º 21, Porto, G.E.A.P., pp. 28-30.
- DRESSEL, H., 1879, «Di un Grande Deposito di Anfore Rinvenuto nel Nuovo Quartiere del Castro Pretorio», *Bulletino della Commissione Archeologica Comunale di Roma*, pp. 36-112 e 143-196.
- 1989, *Corpus Inscriptionum Latinarum*, XV, 2: Inscriptiones Urbis Romae Latinae. Intrumentum domesticum, Partis posterioris fasciculus I, Berlin.
- DUARTE, A.L.C., 1990, «Quinta do Rouxinol. A Produção de Ânforas no Vale do Tejo», *Ânforas Lusitanas, tipologia, produção, comércio*, Conímbriga, pp. 97-115.
- EDMONDSON, J.C., 1987, *Two Industries in Roman Lusitania - Mining and Garum Production*, Oxford, «B.A.R. - International Series», 362.
- ETIENNE, R., 1990, «Que Transportaient Donc les Amphores Lusitaniennes?», *Ânforas Lusitanas, tipologia, produção, comércio*, Conímbriga, pp. 15-19.
- FABIÃO, C., 1987, «Ânforas Romanas Republicanas de um Depósito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia», *O Arqueólogo Português*, Série IV, 5, pp. 125-148.
- 1989, *Sobre as Ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa, Uniarq/ Instituto Nacional de Investigação Científica.
- no prelo, «O Estudo das Ânforas», in GONÇALVES, V.S. (Dir.), *A Arqueologia em Portugal Anos 90*.
- no prelo, «Sobre a Tipologia das Ânforas da Lusitânia», *I Jornadas Sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Seixal 13, 14 e 15 de Dezembro de 1991.
- FABIÃO, C., 1992, «O Passado Proto-Histórico e Romano», José Mattoso (Dir.) *História de Portugal*, 1.º volume, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 79-299.
- FABIÃO, C. e CARVALHO, A., 1990, «Ânforas da Lusitânia: Uma Perspectiva», *Ânforas Lusitanas, tipologia, produção, comércio*, Conímbriga, pp. 37-66.
- FERNANDES, I.C. e CARVALHO, R., 1985, «O Conjunto de Fornos de Ânforas de Sallêles D'Audea - França», *Arqueologia*, n.º 11, Porto, G.E.A.P., pp. 114-119.

- FINLEY, M.I., 1986, *A Economia Antiga*, 2.^a edição, Porto, Edições Afrontamento.
- FRANCISCO MARTÍN, J. de, 1989, *Conquista y Romanización de Lusitânia*, Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca.
- GARCIA Y BELLIDO, A., 1987, *La Espana del Siglo Primero de Nuestra Era (según P. Mela y Plinio)*, 5.^o ed., Coleccion Austral, Madrid, Espasa Calpe.
- HIDALGO CUNARRO, J.M., 1983, *Excavaciones Arqueologicas en el Castro de Vigo*, Vigo, Publicaciones Del Museu Municipal «Quinones de León», (Castrelos) Vigo, 6.
- KEAY, S., 1984, *Late Roman Amphorae in The Western Mediterranean. A Typology and Economic Study: The Catalan Evidence*, Oxford, «B.A.R. International Series», 136.
- LIOU, B. e MARICHAL, R., 1978, «Les Inscriptions Peintes sur les amphores de l'Anse de Saint-Gervais à Fos-sur-Mer», *Achaeonautica*, 2, pp. 109-181.
- LOPES, C. e MAYET, F., 1990, «Commerce Régional et Lointain des Amphores Lusitaniennes», *Ânforas Lusitanas, tipologia, produção, comércio*, Conimbriga, pp. 295-302.
- MACEDO, L., 1893, *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, «Colecção Património Local», 2, 2.^a ed. (1992) Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- MAIA, M., 1979, «As Ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim?», *Clio*, 1, pp. 141-155.
- MAYET, F., 1990, «Typologie et Chronologie des Amphores Lusitaniennes», *Ânforas Lusitanas, tipologia, produção, comércio*, Conimbriga, pp. 29-35.
- NAVEIRO LOPES, J., *El Comercio Antiguo en el N.W Peninsular*, Monografias Urxentes do Museu, 5, A Coruna, Museu Arqueoloxico e Historico. A Coruna, 1991.
- PARREIRA, R., 1986, «Povos (Escola Velha), Vila Franca de Xira - Relatório dos Trabalhos Arqueológicos de Campo Realizados em 1985», *Boletim Cultural*, 2, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 101-110.
- PARREIRA, R., 1989, «Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira -Noticia da Parcela 360-6», *Boletim Cultural*, 3, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 97-105.
- PARKER, A.J., 1977, «Lusitanian Amphoras», *Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores*, (Actes du Colloque de Rome, 27-29 Mai 1974), Coll. de l'École Française de Rome, Rome.
- 1989, «Amphores Almagro 50 de l'Épave de Randello (Sicile)», *Amphores Romaines et Histoire Économique: dix ans de recherches, Actes du Colloque de Sienne (22-24 mai 1986)*, Rome, pp. 650-653.
- PASCUAL GUASH, R., 1960, «Dos Anforas del Pecio Gandolfo (Almeria)», *Zephyrus*, 11, pp. 205-209.
- PEACOCK, D.P.S. e WILLIAMS, D.F., 1991, *Amphorae and the Roman Economy, an introductory guide*, London, Longman.
- PONSICH, M., 1988, *Aceite de Oliva y Salazones de Pescado - Factores Geo-Economicos de Betica y Tingitana*, Madrid, Editorial Universidad Complutense.
- RAMOS, C. e MARTINS, A., 1992, «Elementos Para a Análise e Descrição de Produções Cerâmicas», *Vipasca*, 1, Aljustrel, pp. 91-101.
- RAPOSO, J.M.C., 1990, «Porto dos Cacos: Uma Oficina de Produção de Ânforas Romanas no Vale do Tejo», in *Ânforas Lusitanas, tipologia, produção, comércio*, Conimbriga, pp. 117-151.
- REMESAL, J., 1986, *La Annona Militaris y la Exportación de Aceite a Germania*, Madrid, n.º 67, p. 139.

- SCIALLANO, M. e SIBELLA, P., 1991, *AMPHORES Comment les Identifier?*, Aix-en-Provence, Édisud.
- SILVA, C.T. da, 1991, «Produção de Ânforas Romanas no Martinhal Sagres», *Ânforas Lusitanas, tipologia, produção, comércio*, Conimbriga, pp. 225-246.
- STUART, P., 1977, *Gewoon Aardewerk uit de Romeinse legerplatts en de bijbehorenden grafvelden te Nijmegen*, Beschrijving van de verzamelingen in het Rijksmuseum G. M. Kam te Nijmegen, 6, n.º 9.
- TCHERNIA, A., 1967, «Les Amphores Romaines et l'Histoire Économique», *Le Journal des Savants*, (Out.-Dez.), pp. 216-234.
- ZBYSZEWSKI, G., 1965, *Notícia explicativa da folha 30 - D (Alenquer) da Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50.000*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.

ESTUDO ANTROPOLÓGICO DA POPULAÇÃO DE POVOS - VILA FRANCA DE XIRA -

PARTE I

NUNO DÂMASO
CARMO MARRAFA

No presente trabalho são analisados os restos ósseos de 31 indivíduos exumados na necrópole de Povos do Ribatejo. Assim, com base no espólio osteológico, procura-se estabelecer a morfologia da população de Povos do Ribatejo, dos séculos XVI a XVIII, efectuando estudos, de forma a caracterizar a população, em termos de estatura, tipologia e robustez.

O objectivo do presente trabalho é o estudo dos restos humanos exumados na necrópole de Povos (Vila Franca de Xira) durante as campanhas que tiveram lugar de Julho a Setembro de 1985 a 1987.

Localização geográfica

O local onde se encontra actualmente a denominada Escola Velha de Povos é integrado na área urbana de Povos do Ribatejo, freguesia e concelho de Vila Franca de Xira, distrito de Lisboa.

As coordenadas geográficas foram obtidas pela consulta da Carta Militar número 390 do Serviço Cartográfico do Exército Português, sendo de 38° 58' de latitude Norte e de 8° 59' de longitude Oeste; pela consulta do mesmo mapa verifica-se que a região de Povos, é uma zona de arvoredo denso, constituída predominantemente por árvores de copa redonda, em que sobressai o género *Quercus sp.*

A necrópole

A hoje denominada Escola Velha foi erguida nos princípios do século após a demolição da Igreja Matriz, então já em ruínas. Valas abertas no recreio da escola, a plantação de árvores, o plantio das hortas vizinhas, traziam de quando em quando à superfície do terreno moedas, cerâmicas, restos de ossadas - e, com elas, a lembrança de que aquele local fora anteriormente recinto sagrado e cemitério da comunidade (PARREIRA, 1986).

Em Dezembro de 1983, ao ser aberta uma vala para a instalação de um poste de iluminação pública, surgiram ossos humanos, fragmentos de recipientes e restos de telhas. Em Janeiro de 1984 verificou-se que, para além dos ossos indubitavelmente humanos e relacionáveis com o cemitério anexo à Igreja Matriz, se estava em presença de artefactos romanos, pelo que, posteriormente, foram iniciados trabalhos de recolha arqueológica, com o objectivo de determinar a natureza dos vestígios e da ocupação do local (PARREIRA, 1986).

A presença de pregos de ferro, ora agrupados, ora isolados, sugere um ou outro enterramento com caixa, cujos vestígios concretos, porém, não se conservaram *in situ*. Recolheram-se também elementos de trajo, como botões, colchetes e adornos (PARREIRA, 1986).

Cronologia

PARREIRA (1986) verifica a existência de vários níveis de ocupação do local, remontando o primeiro nível ocupacional à época Romana; após vários níveis ocupacionais, pode-se relacionar num dos cortes (que não os estudados neste trabalho - cortes 5 e 6, delimitados, respectivamente, pelas coordenadas $x = 197,0$ a $200,0/y = 800,5$ a $804,5$ e $x = 197,0$ a $200,0/y = 805,0$ a $809,5$), um nível de destruição, aparentemente violenta, com as chamadas invasões germânicas do início do século V. O estrato de saibro amarelado que se sobrepõe a este nível de destruição parece dever a sua formação a um abandono do local e corresponde a uma transferência do povoamento para o alto do Senhor da Boa Morte, mais facilmente defensável.

O local voltou a ser ocupado a partir do século XVI, detectando-se em todos os estratos um espesso nível de enterramentos sem caixa, correspondente à utilização do local como cemitério exterior à Igreja de Nossa Senhora da Assunção. A campanha de 1985 permitiu detectar a organização do cemitério, com fiadas de sepulturas abertas e tornadas a abrir, para sucessivas deposições de cadáveres. Puderam recolher-se algumas moedas, sobretudo dos séculos XVI e XVIII, que acompanhavam os enterramentos (PARREIRA, 1986).

Deste modo permitiu-se situar temporalmente o espólio osteológico entre os séculos XVI e XVIII.

Aspectos históricos

Os dados disponíveis demonstram ser muito difícil separar a história de Povos da do monte do Senhor da Boa Morte, pois cada um dos sítios só se compreende historicamente em função do outro.

As descobertas e o surto comercial do século XVI deram um novo cunho ao aglomerado de Povos. Para a baixa se transferiu a Matriz da vila, dedicada a Nossa Senhora da Assunção, embora a peregrinação anual ao alto do morro, pela quinta-feira da Ascensão, tenha permanecido até hoje na memória popular. O local escolhido para o edifício, perto do centro da vila, correspondia *grosso modo* ao da antiga *villa* da época romana, cuja lembrança se perdera há muito. Tratava-se, de acordo com Virgílio Correia (1913), de um «templozinho de mediana grandeza, bem proporcionado, do século XVI, adornado com um belo portal trabalhado e floreado». Em estilo manuelino, era provido de torre com campanário, com três sinos, e à sua volta foi-se formando, durante séculos, o cemitério da localidade.

Os finais do Antigo Regime e o despertar da era industrial são assinalados em Povos pela edificação da fábrica de curtumes, fundada em 1729. A importância de Povos ficaria, porém, diminuída com o progressivo assoreamento do cais e com o crescente desenvolvimento da vizinha Vila Franca de Xira. Perdida em 1836 a autonomia administrativa, a vila é integrada no concelho de Vila Franca de Xira e a Matriz, em ruínas já nos princípios do nosso século, acabaria por ser demolida, erguendo-se no seu local uma escola primária, hoje conhecida por Escola Velha.

Objectivos do presente trabalho

O principal objectivo do presente trabalho é estabelecer, com base no espólio osteológico, a morfologia da população de Povos do Ribatejo dos séculos XVI a XVIII; assim, serão feitos estudos de forma a caracterizar fisicamente a população, tais como, a estatura, a tipologia e a robustez. Em trabalhos posteriores procurar-se-á, ainda, evidenciar alguns aspectos patológicos, o que contribuirá para o conhecimento do estado sanitário da população.

Material e métodos

Material

O objecto de estudo são os restos humanos provenientes da necrópole de Povos. Foram estudados 31 indivíduos da população em causa.

O material osteológico chegou até nós em sacos de plástico e em caixas de papelão, sendo acompanhado de uma ficha arqueológica, preenchida em triplicado; verificou-se, no entanto, não haver absoluta correspondência entre os restos ósseos chegados até nós e aqueles referenciados nos planos da escavação, i.e., notou-se a ausência de algum material ósseo, que se encontrava presente nos referidos planos.

A maioria do espólio osteológico chegou até nós foi lavado e marcado durante as campanhas arqueológicas. Grande parte do material osteológico encontrava-se bastante fragmentado, pelo que foi necessário proceder à sua reconstrução; para esse efeito, utilizou-se fita adesiva facilmente amovível e um tipo de cola que pode ser simplesmente eliminada com acetona, caso seja necessário.

Instrumentos utilizados

Para a obtenção dos dados antropométricos foram utilizados os seguintes instrumentos: compasso, craveira, tábua osteométrica, fita métrica, mandibulômetro e goniômetro de Mollison. Para a determinação da capacidade craniana foi utilizado o seguinte material: suporte para o crânio, algodão, funil, espátula, sementes de tomilho e proveta graduada de 1000 cc.

Métodos

Metodologia utilizada

À exceção da altura e do comprimento da apófise mastóide, em que se segue a metodologia de GILES & ELLIOT (1963), todas as medidas são tomadas de acordo com os métodos de MARTIN & SALLER (1957); as medidas são obtidas ao milímetro mais próximo.

Diagnose sexual

Segundo KROGMAN (1986), encontram-se vários factores que contribuem para um baixo grau de precisão na determinação do sexo de material ósseo desconhecido; entre esses factores podem-se destacar:

i) o material ósseo disponível para o estudo se encontrar frequentemente fragmentado ou isolado.

ii) a idade à morte.

iii) a variabilidade intrínseca e a ausência de verdadeiros padrões. BROTHWELL (1981) afirma ser frequente a sobreposição de determinada característica nos dois sexos.

A maioria dos estudos iniciais das diferenças sexuais no esqueleto (principalmente crânio e bacia) centravam-se em caracteres morfológicos e descritivos (KROGMAN, 1986). Recentemente, tem sido incrementado o uso de funções discriminantes para a diagnose sexual (FEREMBACH *et al*, 1980; KROGMAN, 1986).

Para a diagnose sexual do crânio foram utilizados os métodos de ACSADI & NEMSKÉRI (1970), FEREMBACH *et al* (1980) e OLIVIER & DEMOULIN (1984).

Sempre que possível foi utilizado o método de GILES & ELLIOT (1963), que envolve a análise de funções discriminantes múltiplas para diagnosticar sexualmente o crânio.

Para a diagnose sexual da bacia foram utilizados os mesmos métodos referenciados anteriormente, bem como as funções discriminantes propostas por SCHULTER-ELLIS e colaboradores (1983, 1985).

De modo a diagnosticar sexualmente o esterno, foram utilizadas as metodologias desenvolvidas por JIT *et al* (1980) e ASHLEY (1956).

Os ossos longos foram diagnosticados sexualmente com base nas funções discriminantes propostas por ISCAN & MILLER-SHAIVITZ (1984) para o dimorfismo sexual no fémur.

Estimativa da idade à morte

Se para a determinação do sexo nos defrontamos com um grande número de problemas, estes vão aumentando consideravelmente quando temos de determinar a idade de um indivíduo adulto, sendo o problema tanto maior quanto mais velho for o indivíduo (GALERA, 1989).

Para a estimativa da idade através da sinostose das suturas ectocranianas foi utilizado o método de MEINDL & LOVEJOY (1985).

Igualmente foi utilizado o método proposto por BROTHWELL (1981) para a estimativa da idade à morte, a partir do atrito dentário.

Para a determinação da idade através da bacia utilizaram-se os métodos de TODD (1920, 1921), MCKERN & STEWART (1957) e GILBERT & MCKERN (1973) para a sínfese púbica; o método de LOVEJOY *et al* (1985) foi aplicado para determinar a idade através da superfície auricular.

Determinação da capacidade craniana

A capacidade craniana, expressa em centímetros cúbicos, foi medida ou directamente por cubagem endocraniana com sementes de tomilho, ou por uma estimativa através de equações de regressão propostas por OLIVIER & TISSIER (1975), OLIVIER *et al* (1978) e POISSONNET *et al* (1978).

Cálculo da estatura

A estatura é uma das principais características utilizadas para determinar a morfologia de um determinado grupo humano (GALERA, 1989).

Foram utilizados os métodos propostos por OLIVIER & TISSIER (1975) e OLIVIER *et al* (1978).

Caracteres epigenéticos

Os caracteres epigenéticos ou discretos designam, segundo Rosing (1982), uma série de caracteres morfológicos de variação pequena e descontínua, sendo classificados em quatro categorias (GALERA, 1989):

- i) variações no número de ossos: metopismo, ossos wormianos, região ptérica, etc.
- ii) variações nos *foramina*: orifício supraorbitário, orifícios parietais, etc.
- iii) variações hiperostóticas: torus palatino, torus mandibular, etc.
- iv) variações nos dentes: ausência do terceiro molar, tubérculo de Carabelli, etc.

Apesar de não fornecerem uma informação tão precisa sobre a população em estudo quanto aos caracteres métricos, os caracteres discretos são de grande importância, uma vez que existe um componente genético para muitos deles (GALERA, 1989).

No presente trabalho procuraram-se observar vários caracteres cranianos propostos por BROTHWELL (1981).

Diagnóstico tipológico

O diagnóstico tipológico - análise dos caracteres quantitativos e descritivos (VARELA, 1974-75) - contribui para o estabelecimento do «tipo morfológico» mais frequente, não esquecendo que existem uma série de indivíduos, nos quais alguns dos caracteres analisados se podem desviar do tipo mais geral, como consequência da variabilidade individual (GALERA, 1989).

Os restos ósseos estudados incluem-se no tronco racial europeu, no qual se incluem as seguintes raças: nórdica, báltico-oriental, alpino-dinárca e mediterrânica. O grupo mediterrânico da Península Ibérica encontra-se formado essencialmente pelo tipo mediterrânico grácil e, em menores proporções, pelos tipos mediterrânico robusto, cromagnóide e os braquimorfos curvo e planoccipital (estes últimos em número muito reduzido) (VARELA, 1974-75).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo a conhecer a morfologia dos indivíduos que viveram em Povos do Ribatejo nos séculos XVI a XVIII, dispomos apenas dos seus restos ósseos; através deles, e mediante o estudo de vários caracteres dos diferentes ossos do esqueleto, vamos tentar reconstruir «fisicamente» esta população, tendo, no entanto, sempre em conta o reduzido tamanho da amostra, o que inviabiliza qualquer tratamento estatístico dos dados. Este será apenas possível quando se combinarem os resultados dos vários cortes abertos durante as campanhas arqueológicas.

Deixam-se em aberto estudos de Paleodemografia, como o «sex-ratio» e a estimativa da mortalidade e da fertilidade, bem como a reconstrução do passado demográfico da população, em virtude da amostra estudada neste trabalho ser demasiado pequena. Pensa-se, em estudos futuros, em que se englobarão os resultados dos vários cortes abertos durante as campanhas arqueológicas, efectuar tais trabalhos.

1. CLASSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS E ÍNDICES DO ESQUELETO CRANIANO

A classificação das medidas efectuadas no esqueleto craniano e respectivos índices encontram-se nas Tabelas 1 a 3.

MEDIDA	n	MASCULINO	FEMININO
comprimento máximo	4	-	1 curto 1 mediano 1 comprido 1 muito comprido
comprimento da base	1	-	1 comprido
largura máxima	4	1 mediano	1 estreito 1 mediano 1 largo
larg. frontal mínima	4	-	1 estreito 1 mediano 1 largo 1 muito largo
alt. basio-bregmática	1	-	1 alto

Tabela 1. Classificação das dimensões cranianas (n = 14).

ÍNDICE	MASCULINO	FEMININO
cefálico	-	2 mesocrânios
vértico-longitudinal	-	1 ortocrânio
vertical-transverso	-	1 metriocrânio
misto alt. basion	-	1 mediano
aurículo-vertical	-	1 hipsicrânio
aurículo-transversal	-	metriocrânio
misto alt. porion	-	1 alto
fronto-parietal transv.	-	2 eurimetópicos
frontal transverso	-	4 medianamente divergentes
sagital frontal	-	5 ortometópicos
do foramen magnum	-	1 microsemo

Tabela 2. Classificação dos índices cranianos (n = 14).

ÍNDICE	533b)
mandibular	3 braquignatas 1 mesognata

Tabela 3. Classificação dos índices mandibulares (n = 10).

2. CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES DO ESQUELETO PÓS-CRANIANO

Na Tabela 4 encontram-se as classificações obtidas para os índices efectuados no esqueleto pós-craniano.

	ÍNDICE	CLASSIFICAÇÃO	
úmero	diafisário	1 platibrânquio 2 euribrânquios	
	platimeria	3 euriméricos	
cúbito	platolenia	2 platolénicos 10 eurolénicos	
		1 hiperlénico	
fémur	pilástrico	4 pilastros nulos 5 pilastros fracos 2 pilastros médios 2 pilastros fortes	
		platimeria	11 platiméricos 12 euriméricos
			8 estenomérico
			1 platicnémico 1 mesocnémico 18 euricnémicos
tíbia	cnémico		

Tabela 4. Valores obtidos para os índices dos ossos longos e respectivas classificações.

3. DIAGNOSE SEXUAL

Na Tabela 5 encontram-se os dados obtidos para a diagnose sexual dos indivíduos estudados através, respectivamente, da análise do crânio e da bacia.

INDIVÍDUO	SEXO	
	crânio	bacia
519	Feminino	Feminino
524	Masculino	Masculino
533a)		Masculino
533b)		Masculino
534		Masculino
534a)	Feminino	
536a)		Masculino
544	Masculino	
547	Feminino	
555	Masculino	
586	Feminino	Feminino
590a)	Feminino	
590b)	Feminino	
592	Masculino	
605	Masculino	Masculino
605c)	Masculino	Masculino
651	Feminino	Feminino
654	Masculino	Masculino

Tabela 5. Diagnose sexual através do crânio e da bacia.

4. ESTIMATIVA DA IDADE

Todos os indivíduos da amostra em estudo são adultos.

De acordo com a Tabela elaborada por GALERA (1989), que agrupa os indivíduos em 6 categorias de idade, a saber:

Infantil I:	0 - 6 anos
Infantil II:	7 - 13 anos
Juvenil:	14 - 19 anos
Adulto:	20 - 39 anos
Maduro:	40 - 59 anos
Senil:	≥ 60 anos

foram encontrados na amostra estudada 7 indivíduos adultos e 9 indivíduos maduros, situando-se o intervalo de idades entre os 20 e os 59 anos.

5. DETERMINAÇÃO DA CAPACIDADE CRANIANA

Os valores obtidos na classificação da capacidade craniana encontram-se na Tabela 6.

MASCULINO	FEMININO
1 euencéfalo	2 euencéfalos
2 aristencéfalos	3 aristencéfalos

Tabela 6. Classificação dos valores obtidos para a determinação da capacidade craniana.

6. CÁLCULO DA ESTATURA

O cálculo da estatura foi efectuado em tantos indivíduos quantos os possíveis, tendo-nos dado valores médios de 160,33 cm para o sexo masculino e de 152,96 cm para o sexo feminino.

7. CARACTERES EPIGENÉTICOS

Dum modo geral, encontram-se ausentes os caracteres epigenéticos considerados. Podem-se considerar como mais frequentes os seguintes caracteres discretos: ossos lambdóides, orifício frontal, e chanfradura e orifício supraorbitários.

8. DIAGNÓSTICO TIPOLÓGICO

Devido ao mau estado de preservação dos crânios, estes fornecem um reduzido número de dados, pelo que são praticamente impossíveis de diagnosticar. No entanto, pelas características observadas no presente trabalho, os indivíduos parecem pertencer ao tipo mediterrânico grácil.

CONCLUSÕES

Em virtude do reduzido tamanho da amostra, o estudo antropológico dos restos humanos exumados na necrópole de Povos do Ribatejo, não permite obter uma informação abundante acerca dos indivíduos que viveram neste local durante os séculos XVI a XVIII (essa informação apenas será possível quando se englobarem os resultados obtidos através do estudo dos vários cortes efectuados durante as campanhas arqueológicas).

No entanto, a análise morfológica efectuada neste trabalho contribui para o estabelecimento da estatura, tipologia e robustez dos indivíduos de Povos do Ribatejo, não apenas para o crânio, mas também para diversos ossos do esqueleto pós-craniano.

Assim, verifica-se a existência de crânios, predominantemente, de contorno ovóide em norma superior, com valores intermédios para os índices cefálico, vértico-transversal e auriculo-transversal; quanto ao índice vértico-longitudinal encontra-se um indivíduo ortocrânio. A capacidade craniana encontra-se maioritariamente dentro da aristencefalia.

Através da análise das características observadas, os indivíduos da população de Povos do Ribatejo parecem pertencer ao tipo mediterrânico grácil.

Os valores obtidos para o cálculo da estatura são de cerca de 160,33 cm para o sexo masculino e de cerca de 152,96 cm para o sexo feminino.

Métodos estatísticos com vista a verificar o dimorfismo sexual serão aplicados quando se englobarem os resultados dos vários cortes abertos durante as campanhas arqueológicas.

BIBLIOGRAFIA

- ACSADI, G. & NEMESKÉRI, J. (1970): *History of Human Life Span and Mortality*, Budapest, Akadémiai Kiadó.
- BROTHWELL, D.R. (1981): *Digging up Bones - the excavation treatment and study of human skeletal remains*, British Museum (Nat. Hist.), London.
- FEREMBACH, D. *et al* (1980): Recommendations for age and sex diagnoses of skeletons, *J. Human Evolution*, 9, 7, 517-550.
- GALERA, V. (1989): *La Poblacion Medieval Cántabra de Santa Maria de Hito*, Tesis Doctoral, Universidad de Alcalá de Henares, Madrid.
- GILES, E. & ELLIOT, O. (1963): Sex determination by discriminant function analysis of crania, *Am. J. Phys. Anthrop.*, 21, 53-68.
- JIT, V. I. *et al* (1980): Sexing the Human Sternum, *Am. J. Phys. Anthrop.*, 53, 217-224.
- KROGMAN, W. M. & ISCAN, M. V. (1986): *The Human Skeleton in Forensic Medicine*, Charles C. Thomas Publisher, Springfield, Illinois, USA.
- LOVEJOY, C. O. *et al* (1985): Chronological metamorphosis of the auricular surface of the illun: a new method for the determination of age of death, *Am. J. Phys. Anthrop.*, 68, 15-28.
- MARTIN, R. & SALLER, K. (1957): *Lehrbuch der Anthropologie in systematischer Darstellung mit besonderer Berücksichtigung der Anthropologischen Methoden*, Band II, Gustav Fischer Verlag, Stuttgart.
- MEINDL, R.S. & LOVEJOY, C.O. (1985): Ectocranial suture closure: a revised method for the determination of skeletal age of death and blind tests of its accuracy, *Am. J. Phys. Anthrop.*, 68, 57-66.
- OLIVIER, G. & TISSIER, H. (1975): Determination de la stature et de la capacité crânienne, *Bull. Mém. de la Soc. d'Anthrop. Paris*, t. 2, série XIII, 1-11.
- OLIVIER, G. & TISSIER, H. (1975): Estimation de la stature féminine d'après les os longs des membres, *Bull. Mém. de la Soc. d'Anthrop. Paris*, t. 2, série XIII, 297-306.
- OLIVIER, G. *et al* (1978): New Estimations of Stature and Cranial Capacity in Modern Man, *J. Human Evolution*, 7, 513-518.

- OLIVIER, G. & DEMOULIN, F. (1984): *Pratique Anthropologique a l'usage des étudiants. I. Osteologie*, Université Paris, 7.
- PARREIRA, R. (1986): Povos (Escola Velha), Vila Franca de Xira - Relatório dos Trabalhos Arqueológicos de Campo Realizados em 1985, *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, 2, 101-116.
- POISSONNET, C. M. *et al* (1978): Estimation de la capacité crânienne a partir d'un os de la voûte, *Bull. Mém. de la Soc. d'Anthrop. Paris*, t. 5, série XIII, 217-221.
- VARELA, T.A. (1974-75): Estudio antropológico de los restos óseos procedentes de necrópolis visigodas de la Península Ibérica, *Trabajos de Antropología* vol. XVII, números 2-3-4.

**ESTUDO ANTROPOLÓGICO DA POPULAÇÃO DE POVOS
- VILA FRANCA DE XIRA -**

(Séculos XVI - XVIII)

PARTE II

**CARMO MARRAFA
NUNO DÂMASO
MARIA TERESA ARAÚJO**

INTRODUÇÃO

Com este artigo pretende-se concluir a análise antropológica dos esqueletos exumados da Necrópole de Povos do Ribatejo — Vila Franca de Xira, séculos XVI - XVIII, que se iniciou num outro artigo (DÂMASO, N., MARRAFA, C., 1991).

Este artigo, que analisa um total de 116 indivíduos, resulta de quatro monografias de estágio em Ciências Humanas (DÂMASO, N. 1990; MARRAFA, C., 1991; COIMBRA, C., 1991; ARAÚJO, T., 1992), orientados pela assistente Dra. Eugénia Cunha.

Remetemos ao artigo já mencionado (DÂMASO, N., MARRAFA, C., 1991) para aspectos introdutórios referentes à localização geográfica, cronologia e aspectos históricos da Necrópole de Povos.

Quando nos deparamos com um conjunto de esqueletos humanos, muitas questões nos surgem. O esqueleto humano encerra em si uma inestimável fonte de informações. Cabe ao antropólogo sabê-la ler e torná-la inteligível (CUNHA, E., 1993).

Como eram os indivíduos de Povos do Ribatejo dos séculos XVI - XVIII?

Na medida do possível, tentaremos proceder à mais exacta reconstrução física: determinaremos se eram, ou não, robustos, se eram mais, ou menos, altos; se a população ali enterrada correspondia a uma população natural, isto é, com indivíduos de todos os níveis etários e grupos sociais.

Tentaremos discernir se existiam zonas do cemitério específicas para enterrar crianças e/ou adultos.

A proporção de sexos da população em causa será também determinada. Serão, igualmente, abordados aspectos da Antropologia Física Clássica, tais como determinação

da capacidade craniana e caracterização tipológica dos indivíduos. Neste último aspecto estão implícitas as principais características quantitativas (comprimento craniano máximo, largura craniana máxima e altura craniana, para além dos índices cefálico, vertical e vértico-transversal) que permitem a comparação dos indivíduos desta amostra com outras populações. Há, no entanto, a salientar que, para este período temporal (séc. XVI-XVIII), não existem estudos quantitativos baseados em populações esqueléticas Portuguesas, que permitam essa mesma comparação, com excepção de um pequeno estudo realizado numas ossadas datadas do século XVII, provenientes do Convento da Serra do Pilar (ATH-AYDE, 1931).

Para além da análise métrica, abordaremos de forma breve alguns caracteres não métricos.

A importância do estudo dos caracteres epigenéticos reside, em parte, na sua componente genética que, em muitos casos, é bem conhecida, o que pode permitir detectar grupos familiares dentro do cemitério (CUNHA, E., comunicação pessoal).

No entanto, frisamos que neste artigo apenas nos referimos à frequência de determinados caracteres discretos, sem mais avançar, o que pensamos poder concluir depois de uma análise mais detalhada do material osteológico.

MATERIAL

Os 116 indivíduos provêm de sepulturas individuais, de sepulturas reutilizáveis, muitas delas ossuários.

MÉTODOS

1. DIAGNOSE SEXUAL E DETERMINAÇÃO DA IDADE À MORTE

A base de qualquer pesquisa paleodemográfica assenta na determinação do sexo e da idade aproximada à morte.

Os métodos utilizados para tal são diversos, sendo a fiabilidade bastante variável de osso para osso.

Na determinação do sexo, a bacia é obviamente a parte do esqueleto que fornece resultados de maior confiança, seguido do crânio e dos ossos longos.

Na determinação da idade, que por si só é mais problemática que a determinação do sexo, os métodos variam consoante se tratarem de adultos ou subadultos.

Idealmente para uma determinação precisa necessitar-se-ia do esqueleto o mais completo possível.

Não é o nosso caso. Assim a escolha dos métodos aplicados na presente investigação, está condicionada pelo tipo de ossos existentes. Mais ainda, a existência de muitos ossos soltos (esqueletos muito incompletos) limitam bastante a análise.

2. DETERMINAÇÃO DA CAPACIDADE CRANIANA

A capacidade craniana foi estimada, na maior parte dos casos, por métodos indirectos - equações de regressão propostas por OLIVIER & TISSIER (1975), OLIVIER *et al* (1978) e POISSONNET *et al* (1978), uma vez que os métodos directos implicam a existência de crânios inteiros.

3. CÁLCULO DA ESTATURA

Foram utilizados os métodos propostos por OLIVIER & TISSIER (1975), OLIVIER *et al* (1978), que também consistem em fórmulas de regressão.

4. CARACTERES EPIGENÉTICOS

No presente trabalho foram analisados os seguintes caracteres não métricos:

- Sutura metópica
- Orifício supra-orbitário
- Chanfradura supra-orbitária
- Foramen supra-orbital
- *Os Japonicum*
- Canal condiliano posterior
- Tubérculo pré-condiliano
- Orifício palatino acessório
- Torus palatino
- Torus maxilar
- Osso lambdóide
- Linha nugal mais alta
- *Ossiculum incisurae parietal*
- Osso astérico
- Orifício mastoideano extra-sutural
- Cômulo “desdobrado”

5. DIAGNÓSTICO TIPOLÓGICO

O diagnóstico tipológico, que foi efectuado seguindo a classificação proposta por VARELA, (1974-75), contribui para o estabelecimento do “tipo morfológico” mais frequente, não esquecendo, no entanto, a variabilidade individual.

RESULTADOS

1. DIAGNOSE SEXUAL (Adultos)

MÉTODO	PARTE ESQ. UTILIZADO	N	RESULTADO
Acsádi & Nemeskéri (1970)	Crânio	43	19 Masculino 23 Feminino 1 Indeterminado
Ferembach <i>et al</i> (1990)	Crânio	43	19 Masculino 23 Feminino 1 Indeterminado
Olivier & Demoulin (1984)	Crânio	43	19 Masculino 23 Feminino 1 Indeterminado
Acsádi & Nemeskéri (1970)	Bacia	25	19 Masculino 6 Feminino
Ferembach <i>et al</i> (1980)	Bacia	25	19 Masculino 6 Feminino
Giles & Elliot (1963)	Funções discriminantes do crânio	1	1 Masculino
Iscan & Miller-Shaivitz (1984)	Funções discriminantes do fêmur	11	8 Masculino 3 Feminino

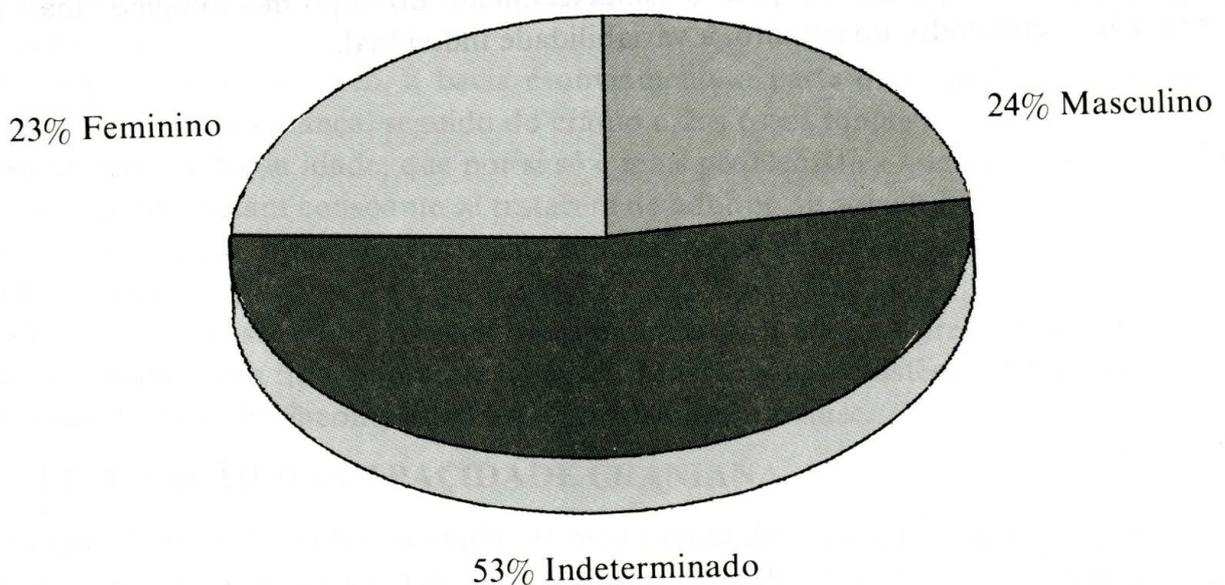


Gráfico 1 — Distribuição por sexos da população de Povos do Ribatejo.

2. DETERMINAÇÃO DA IDADE

MÉTODO	PARTE ESQ. UTILIZADO	N	RESULTADO (ANOS)
Masset (1982)	Crânio	27	29.12 - 59.84
Meindl & Lovejoy (1985)	Crânio	12	22 - 71
Brothwell (1981)	Atrito dentário	4	17 - 45
Todd (1920)	Sínfise púbica	4	25 - 44
Mckern & Stewart (1957)	Sínfise púbica	4	26.10 - 41.10
Lovejoy <i>et al</i> (1985)	Superfície auricular	28	20 - 59
Brothwell, D.R. (1981)	Epífises dos ossos longos	4	15

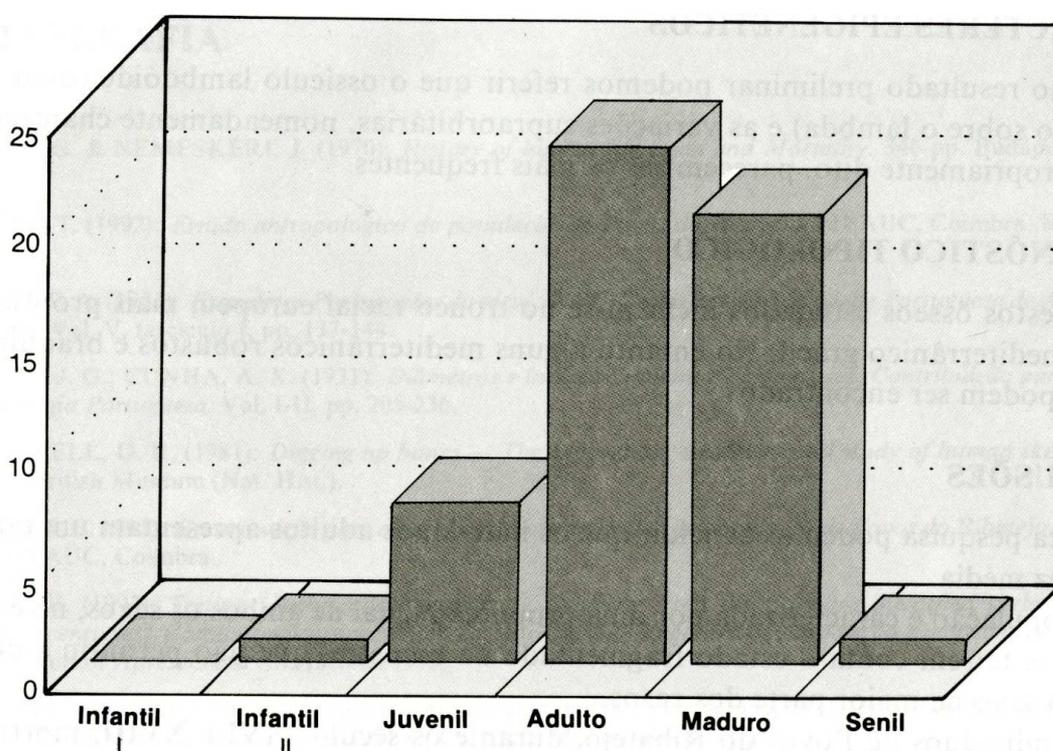


Gráfico 2 — Mortalidade por grupos etários.
 Infantil I: 0-6 anos; Infantil II: 7-13 anos;
 Juvenil: 14-19 anos; Adulto: 20-39 anos;
 Maduro: 40-59 anos; Senil: ≥ 60 anos.

Maior credibilidade deve ser dada aos resultados obtidos com base nos métodos que utilizam o osso coxal na diagnose sexual e método de Meindl & Lovejoy (1985) na estimativa da idade.

3. DETERMINAÇÃO DA CAPACIDADE CRANIANA

Os valores obtidos na classificação da capacidade craniana encontram-se na seguinte tabela.

MASCULINO	FEMININO
1 oligoencéfalos	—
6 euencéfalos	5 euencéfalos
10 aristencéfalos	8 aristencéfalos

4. CÁLCULO DA ESTATURA

O cálculo da estatura foi efectuado no maior número possível de indivíduos, tendo-nos dado valores médios de 162.48 ± 7.24 cm para o sexo masculino e de 152.65 ± 7.61 cm para o sexo feminino.

5. CARACTERES EPIGENÉTICOS

Como resultado preliminar podemos referir que o ossículo lambdóide (osso supranumerário sobre o lambda) e as variações supraorbitárias, nomeadamente chanfradura e orifício propriamente dito, parecem ser os mais frequentes.

6. DIAGNÓSTICO TIPOLÓGICO

Os restos ósseos estudados incluem-se no tronco racial europeu, mais propriamente no tipo mediterrânico grácil. No entanto alguns mediterrânicos robustos e braquimorfos também podem ser encontrados.

CONCLUSÕES

Desta pesquisa podemos concluir que os indivíduos adultos apresentam um tamanho e robustez média.

A população é caracterizada por uma proporção igual de ambos os sexos, no entanto, tem que se ter em conta o estado fragmentado da amostra, que não permitiu a determinação do sexo na maior parte dos casos.

Os indivíduos de Povos do Ribatejo, durante os séculos XVI e XVIII, morriam em média aos 39.5 anos.

A existência de poucos ossos infantis permite inferir que a população do cemitério de Povos não correspondia a uma população natural, já que nem todos os grupos etários estão representados. Podemos supor que as crianças seriam enterradas fora deste cemitério.

Os resultados da capacidade craniana e diagnóstico tipológico, respectivamente aristencéfalos (>1301 cc para o sexo feminino e >1451 cc para o sexo masculino) e mediterrânico grácil constituem os resultados esperados.

De facto ao compararmos os nossos resultados com os obtidos numa amostra significativa de crânios do século XIX - XX (BARROS & CUNHA, 1931) concluímos que todos os valores quantitativos se enquadram nos resultados obtidos no referido estudo.

BIBLIOGRAFIA

- ACSÁDI, G. & NEMESKÉRI, J. (1970): *History of human life Span and Mortality*. 346 pp. Budapest, Akadémiai Kiadó.
- ARAÚJO, T. (1992): *Estudo antropológico da população de Povos do Ribatejo*, MLAUC, Coimbra. Monografia de estágio.
- ATHAYDE, A. (1931): *Esqueletos Portugueses do século XVII. Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. V, fascículo I, pp. 137-144.
- BARROS, J. G.; CUNHA, A. X. (1931): *Diâmetros e índices Cranianos Portugueses. Contribuição para o estudo da Antropologia Portuguesa*. Vol. I-II, pp. 205-236.
- BROTHWELL, D. R. (1981): *Digging up bones — The excavation, treatment and study of human skeletal remains*. London. British Museum (Nat. Hist.).
- COIMBRA, C. (1991): *Contribuição para o estudo paleodemográfico da população de Povos do Ribatejo dos séc. XVI a XVII*, MLAUC, Coimbra.
- CUNHA, E. (1993): *Testing identification records — Evidence from the Coimbra identified skeletal Collections (19th-20th centuries). Comunicação a apresentar, em Abril, no 62.º Encontro da Associação Americana de Antropologia Física. Toronto. Apresentada em Abril de 1993.*
- DÂMASO, N., (1990): *Contribuição para o estudo antropológico da população de Povos do Ribatejo: relatório de investigação em Ciências Humanas*, MLAUC, Coimbra. Monografia de estágio.
- FEREMBACH, D. (1974): *Techniques Anthropologiques*. I. Craniologie, École Pratique des Hautes Études. Lab. d'Anthrop. Biologique. Paris.
- FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I.; STLOUKAL, M. (1980): *Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons*, J. Human Evolution, 9, 7, 517 - 550.
- GALERA, V. (1989): *La Poblacion Medieval Cántabra de Santa Maria de Hito — Aspectos Paleobiodemográficos, Morfológicos, Paleopatológicos, Paleoepidemiológicos y de Etnogenesis*. Universidade de Alcalá: Departamento de Biología Animal. Tesis para optar al título de Doctor.
- GILES, E. & ELLIOT, O. (1963): *Sex determination by discriminant function analysis of crania*. Am. J. Phys. Anthrop., 21(1): 53-68.
- ISCAN, M.Y.; MILLER-SHAIVITZ, P. (1984): *Determination of sex from femur in Blacks and Whites*. Collegium Anthropol. 8: 169-177.

- LOVEJOY, C. O.; MEINDL, R. S.; PRYZBECK, T. R.; MENSFORTH, R. (1985): *Chronological metamorphosis of the auricular surface of the illium: a new method for the determination of age at death*, Am. J. Phys. Anthrop., 68, 15-28.
- MARRAFA, C. (1991): *Contribuição para o estudo paleodemográfico da população de Povos do Ribatejo*, MLAUC, Coimbra. Monografia de estágio
- MARTIN, R. & SALLER, K. (1957): *Lehrbuch der Anthropologie in systematischer Darstellung mit besonderer Berücksichtigung der Anthropologischen Methoden*, Band II, Gustav Fischer Verlag, Stuttgart.
- MASSET, C. (1982): *Estimation de l'âge au décès par les sutures crâniennes*. Thèse de Doctorat d'Etat. Lab-Anthropologie Biologique. Université Paris. VII.
- MCKERN & STEWART (1957): *Skeletal age changes in Young American Males*. Natick, MA: Quartermaster Research and Development Command, Technical report EP-45.
- MEINDL, R. & LOVEJOY, C. (1985): *Ectocranial suture closure: a revised method for the determination of skeletal age at death and blind tests of its accuracy*, Am. J. Phys. Anthrop., 68, 57-66.
- OLIVIER, G & TISSIER, H. (1975): *Détermination de la stature et de la capacité crânienne*. Bull. Mém. de la Soc. d'Anthrop. Paris, t. 2, série XIII, 1-11.
- OLIVIER, G.; AARON, C.; FULLY, G.; TISSIER, G. (1978): *New estimations of stature and cranial capacity in modern man*, J. Human Evolution, 7, 513-518.
- OLIVIER, G; DEMOULIN, F. (1984): *Pratique anthropologique à l'usage des étudiants*. Osteologir. Université Paris VII.
- POISSONNET, C.; OLIVIER, G.; TISSIER, H. (1978): *Estimation de la capacité crânienne à partir d'un os de la voûte*, Bull. Mém. de la Soc. d'Anthrop. Paris, t. 5, série XIII, 217-221.
- TODD, T. W. (1920): *Age changes in the pubic bone*. I, The male White Pubis. Am. J. Phys. Anthrop., vol. 3, n.º 3, 285-334.
- VARELA-LOPES, T. (1974-75): *Estudio antropológico de los restos óseos procedentes de necrópolis visigodas de la Península Ibérica*, Trabajos de Antropología, vol. XVII, números 2-3-4.

**TRÊS DOCUMENTOS MANUSCRITOS
REFERENTES AO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA**

**JOÃO JOSÉ FERNANDES GOMES
JOSÉ BAPTISTA BARRETO DOMINGOS
JACINTO MANUEL COSTA PEREIRA SANTO**

Em 1990 dois dos autores (J. G. e J. S.) publicaram neste *Boletim Cultural* (1) um muito breve trabalho referenciado a um documento do acervo do Arquivo Histórico de Alenquer, que um deles (J.G.) havia inventariado.

Para esta publicação foi solicitada a anuência do Presidente da Câmara de Alenquer que concordou, tendo, verbalmente dado permissão ao primeiro dos Autores.

Estava nos nossos planos estudar, e publicar, mais desenvolvidamente outros documentos do mesmo arquivo, (2) demonstrativos das relações entre os dois municípios: Alenquer e Vila Franca de Xira.

Para tal, por carta, foi pedida a necessária autorização ao Presidente da Câmara (carta rubricada pelos três autores do presente trabalho).

Não foi obtida resposta, razão porque tomámos a iniciativa de publicar o presente estudo, baseado em documentação de nossa propriedade (de cuja posse temos documentos de compra).

Não é inédito o facto de investigadores possuírem colecções particulares (3).

Em nossa opinião, tem-se salvo assim documentação que, de outro modo seria vendida, quando lhe atribuída falta de interesse, emoldurada (4) ou, quando de verdadeiro interesse, para fora do País, perdendo-se de qualquer dos modos a possibilidade de estudo.

(1) João José Fernandes Gomes e Jacinto Manuel Costa Pereira Santo — *Uma carta de D. Catarina à Câmara de Alenquer - 1532*. Boletim Cultural, n.º 4 - 1989/1990. Vila Franca de Xira.

(2) João José Fernandes Gomes: *ARQUIVO HISTÓRICO DE ALENQUER. Relação de Documentos*. Alenquer. (1989 - só publicado em 1992).

(3) João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques, Teresa F. Rodrigues. — *Álbum de Paleografia*. Editorial Estampa. Lisboa, 1987.

(4) Diário de Notícias - 30-XI-1987.

DOCUMENTO N.º 1: Carta de confirmação de emprazamento e aforamento a Donna Joanna Micaella de Noronha Menezes, mulher de Pedro de Roxas de Azevedo, das terras novas dos corredoiros do cabo, Almojarifado de Alcoelha, termo de Vila Franca de Xira.
Documento datado de Santarém, 28 de Outubro de 1713.

DESCRIÇÃO: Documento com 8 páginas, escrito sobre pergaminho. Formato 350mm x 368mm.

COLECÇÃO: J.D./J.G./J.S.

TRANSCRIÇÃO:

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algar- / ves daquem e dalem mar em Africa senhor, de Guine, e da Conquista Navegação Co- / mercio da Ethiopia Arabia Perçia e da India m.[and]a faço saber aos que esta minha carta de / comfirmiação virem que por parte, de Donna Joanna Micaella de Noronha molher de / Pedro de Roxas de Azevedo me foy apresentada outra Carta de emprazam.[en]to cujo treslado / he o seguinte; e Luis Peyxotto, da Sylva, Fidalgo da Caza de S[ua] M[a]g.[esta]de, e seu Provedor das / Lizirias, Vallas, Tapadas, e Paus, Contador de Jugadas, sizas e da fazenda Real nesta m.to / Nobre e sempre Leal villa, de Santarem sua Comarca, Contadoria, e Almox.[arifa]- dos m.[and]a. A quan- / tos esta minha Carta denouo emprazam[en]to for apresentada, em vidas de hua pessoa somem.te / e o conheçim.[en]to della, condireito, direitam.[en]te deua, e haja de pertencer e seo deuido effeito se pedir / requerer, faço saber, que por parte de Donna Joanna Micaella de Noronha e Menezes / me foy apresentado hum mandado, do Conselho, da fazenda, de que o treslado he o seguin.te / e O Conde de Villa Verde, dos Conselhos de Estado e Guerra, de El Rey nosso senhor e vedor / de sua fazenda m.[and]a faço saber, a vos Provedor, das Lizirias, e Paus, da villa de Santarem / que no conselho da fazenda se vio e foy prezente o requerim.[en]to que nelle fes Donna Joan- / na Micaella de Noronha e Menezes mulher, de Pedro, de Roxas, de Azevedo XXXXX / de ella arematar com lisença do dito seo marido, em praça publica por ordem, do prove- / dor das Capellas huas poucas de terras de pão sitas em Villa Franca que contem dois prazos / foreiros, a S[ua] M[a]g.[esta]de pelo mesmo, Conselho da fazenda, de que foy pessuidor, o Desembargador / Ignacio Lopes de Moura, e por seu falecim.- [en]to ficarão a sua filha, molher, de Luis Borges / de Carvalho, quem se arematarão, por preço de vinte mill cruzados, lhe ser necessário lisença do dito / senhor, como, direito, senhorio, e estar prompta pera se pagar, o Laudemio que dever, em considação / do que, e reposta, que sobre o referido, deo, o procurador, da fazenda, do dito senhor, se vos ordena / façais emprazam.[en]to a dita Donna Joanna, Micaella de Noronha, e Menezes, das ditas te- / rras, de pão, que constão de dous prazos pagando, os Laudemios, na forma, do Estillo, o qual em- / prazamento, sera obrigada apresentallo, no dito Con- selho, da fazenda, dentro no tempo de dous / mezes, pera nelle, se comfrimar, cumprio assim m.[ui]to inteiram.[en]te, João de Almeyda, o fes em Lx.a / a noue de Dezembro

de mil sette centos e onze, Martim, Teixeira, de Carualho, o fes escrever. | O Conde, de Villa Verde = façase emprazam.[en]to que contem, o mandado, asima, nas vidas em q[ue] / os tinha, o ultimo possuidor, declarando, nelles, em como se pagarão, os laudemios, santarem de / Dezembro, dezoito, de mil sette centos, e onze = Peixoto = Procuração = faço meu bastante procurador, ao Padre Felício Gonsalves, Cardeiro, para em meu nome requerrer perante o / senhor Prouedor, das Lizirias, os emprazamentos, de dous prazos, foreiros, a Coroa Real, sitos nas li- / zirias de Villa Franca, a que chamão, a terra noua, e terra velha que forão do Desembargador / Ignacio Lopes de Moura, último possuidor, dellas seo genrro, Luis Borges de Carualho, os quais / comprei e arematei, em praça publica no pellourinho, desta Cidade, em meu nome, com Lisença e con- / sentim.[en]to de meu marido, o senhor Pedro de Roxas, de Azevedo, por preço, de vinte mil cruzados em ra[zã]o / do nesta arematação, a fabrica e abegoaria, das ditas terras, que por certidão, do Inventario do dito Igna- / cio Lopes de Moura, importa, em quinhentos mill reis, deste respeito paguei, ao rendeiro, dos bens moveis do / pelourinho, desta Cidade, a siza que lhe tocava, e poderá o dito meu Procurador, pagar o Laudemio que / direitam.[en]te tocar, a Coroa Real, da Compra, dos ditos emprazam.[en]tos digo dos ditos prazos, e requerer, os empra- / zam[en]tos delles, e sua renouação, pera a minha pessoa, com as clauzullas, e condições dos emprazamentos / que se fizerão, ao dito Ignacio Lopes de Moura, e o mais que for neçesario, e fizer, em bem de minha / justiça, pois pera tudo, lhe dou, os meus poderes, e tudo pello dito meu procurador feito haverei por firme / e valiozo, Lx.a dezaseis de Dezembro, de mil sette centos e honze = Donna Joanna Micaella de No- / ronha, e Menezes = Dou Lisença, e meu consentim.[en]to pero o que contem esta procuração, Lx.a dezaseis / de Dezembro, de mil sette centos e honze = Pedro, de Roxas, de Azeuedo = reconhecim.[en]to = Jozeph Rodri- / gues, dos Santos, Tabalião publica de nottas por S.[ua] M[a]g.[esta]de que D[eo]s g.[uard]e na Cidade de Lisboa certifico, a letra a sig- / nal, da procuração asima de Donna Joanna Micaella de Norona e Menezes, ca outra Letra e signal asima / da Lisença de Pedro, de Roxas e Azeuedo por ter visto outros seus semelhantes, Lisboa dezaseis de Dezem- / bro, de mil sette centos, e honze = em testemunho, de verdade = Jozeph Rodrigues dos Santos = Alvara / de Lisença de como se pagou o Laudemio = Luis Peixotto da Sylva fidalgo da Caza de S[ua] M[a]g.[esta]de / seo Prouedor das Lizirias Vallas, Tapadas, e Paus, contador das jugadas sizas, e da fazenda Real nesta / villa de Santarem, sua Comarca, Contadoria, e Almo- x.[arifa]dos m.[and]a A quantos, este Alvara de Lisença for / apresentado e o conheci- m.[en]to delle com direito, direitam.[en]te deua e haja de pertencer, e seo deuido, effeito e cum- / prim.[en]to se requerer por quallquer via forma, modo e maneira que seja, faço saber que a mim me foy a- / presentado huã petição de Donna Joanna Micaella de Menezes, e Noronha, em que me dizia q[ue] / por consentim.[en]to de seu marido Pedro de Roxas, e Azevedo, arematara em praça publica do pelou- / rinho velho de Lisboa hus prazos a que chamão, a terra noua, e terra velha, que forão do Desembar- / gador Ignácio Lopes de Moura, sitos nas Lizirias, de Villa Franca por preço de vinte mil cruzados / com todas, as sua fabricas e abegoarias, as quais forão avaliadas, em quinhentos, mil reis, e ficava o Li- / quido, das terras, em dezoito mil cruzados, e trezentos mil reis, e porquanto estas terras são foreiras a / coroa, de que se deue pagar Laudemio do preço

porque forão compradas, como constaua da carta de / arematação, pelo que me pede no fim de sua petição lhe faça m.[erc]ê mandar que pagando, o Laude- / mio que deue se lhe de Lisença pera conseguir a dita compra e receberia m.[erc]ê, e sendo vista por mim / a dita petição, lhe pus, o despacho seguinte, Haja vista, o Procurador, da fazenda santarem, de De- / zembro, dezoito, de mil sette centos, e honze = Peixotto = Com o qual despacho se deo vista ao Procurador / da fazenda, o Doutor Francisco de Souza e Amaral que respondeo, o seguinte. Não tenho du- / uida à Lisença que se pede, pagando, o Laudemio, e os foros atrazados suponho, estarem pagos / aos Almox.[arif]es, a que tocão a cobrança, e com a clauzula que o registo, da arematação se registara / dentro de dous mezes asim nesta, Contadoria, como no Livro, do Tombo, da Coroa, vossa merçe / Mandara, o que for justiça Santarem, de Dezembro, dezoito, de mil sette centos, e honze, = Francisco de / Souza e Amaral = e com a dita reposta, me tornou vista, a dita petição, nella pus o meu despacho, seguin- / te, Pagando, o Laudemio, da quarentena, se lhe paçe Aluara, de Lisença por que, se confirme / esta compra, com as clauzullas, costumadas, e as mais que aponta o procurador, da fazenda, Santa- / rem, de Dezembro, dezoito, de mil sette centos e honze = Peixotto = Pello que em vertude, do dito / despacho, pagou de Laudemio, a sobre a dita Donna Joanna Micael, de Noronha, e Menezes / cento, e oitenta, e oito mil e quinhentos reis que recebeo o Thezoireiro, dos Laudemios, Sebastião / Gomes, e assignou no Livro delles de como, os recebeo, pello que em nome, de S[ua] M[a]g.[esta]de que D[eo]s g[uar]de / dou Lisença pera se usar, da compra, que se tem feito, das ditas terras, pela carta de arematação / e pera se poder uzar della na forma, de dir[e]ito pera o que lhe mandou passar este Aluara, de Lisença / que se cumprira como nelle, se contem, dado nesta villa, de Santarem, sob meu signal, e sello / que ante mim serve, aos dezoito, dias do mes de Dezembro, de mil sette centos, e honze = Pa- / gou deste, duzentos, e quarenta, reis, e ao sello dezoito reis, e eu Manoel da Sylva Cabral, o escrevi = / Luis Peixotto da Sylva = ao sello de dezoito reis valha, sem sello, ex cauza, Peixotto = pello que eu / Prouedor, das Lizirias, em nome, de El Rey nosso senhor em vertude do mandado do Conselho de / sua fazenda, atras escrito, e constar, ter pago, o Laudemio, desta Compra, que na quantia delle / vay tambem, metida, a compra, de outras, terras, da mesma liziria, a que chamão, as terras ve- / lhas, de que se lhe fas tãobem, outro emprazam.[en]to a foro, e dou por titulo, de aforam.[en]to e de nouo em- / prazam.[en]to, a Donna Joanna Micaella, de Noronha, e Menezes, o dito prazo chama.do a terra no- / ua, dos Corredouros, do Cabo, de Villa Franca de Xira, o qual pesuhira como terceira vida somen.te / e finda elle ficara, o dito pago, livre, ao dito senhor, com todas as bemfeitorias que nelle houer / pera, a dar a quem quizer, sem a fazenda do dito senhor ficar obrigada, a pagar nem satisfazer / couza alguã por rezão, das bemfeitorias, com tal condição, e entendi[en]to que a dita Donna / Joanna, Micaella, de Noronha, e Menezes, pagara, e dara de foro em cada hum anno, do dito / prazo, à fazenda, do dito, senhor, e a seus Almoxarifes ou a pessoas que tiuerem suas ordens ou po- / der vinte e oito alqueires de trigo, ou sincoenta e seis alqueires de ceuada que he a ultimam.[ent]e q.[eu] / S[ua] M[a]g.[esta]de fes, ao Dezembargador, Ignácio Lopes de Moura pera hauer de pagar destas terras, e as / posuhio em segunda, vida, com se ue della paçada em quinze de Janeiro, de mil sette centos e / quatro e por morte do dito

Ignacio Lopes, fes nomeação de terceira vida, em sua filha, Donna / Jozepha, Antonia, de Moura, cazada com Luis Borges de Carualho, o qual prazo, se arematou / em a mesma vida, somente, a dita Donna Joanna, Micaella, de Noronha, e Menezes, a qual pagou / o Laudemio da dita compra, e teue o dito mandado do Conselho, da fazenda, pera hauer, de lhe fazer o d.[it]o / emprazam.[en]to, na dita, terceira vida, somente, os quais, vinte e oito alqueires, de trigo, ou sincoenta e seis / de ceuada, serão limpos de pao (?) e basoira, e do melhor pão que as ditas, terras derem, e medidos pella / medida e razoura de que hora se uza, pagos na eira, do dito prazo, em cada hum anno por dia / de Nossa Senhora, de Agosto que começara afazer pagam[en]to, pello tal dia, de Nossa Senhora de Agosto deste prezente anno, de mil sette centos, e doze, e dahi em diante, e pellos ditos dias, e tempos / De cada hum anno, athe o prazo, desta terceira, vida, ser acabada, com todas, as mais clauzullas e / condições costumadas nos prazos do dito senhor, e a dita Donna Joanna Micaella de No- / ronha, e Menezes, tera as ditas terras, lavradas e semeadas, e bem cultiuadas, e valladas, e comoradas tu- / do nesseçario, de modo que andem, melhoradas e não peyoradas, e bem feitorizadas, de todo o necesario / o qual foro de vinte o oito alqueires, de trigo, ou sincoenta, e seis alqueires, de seuada pagara a dita Don- / na Joanna Micaella, de Noronha, e Menezes, em cada hum anno, na forma, asima, referida / e na forma que se costumão, arecadar os foros, de S[u]a M[a]g.[esta]de, sem falta quebra, nem deme- / nuição, alguã, e por eles, serão penhora- dos, e executados, pelos Almox.[arif]es, e officiaes do pagando, no dito tempo, de dia, de dito senhor / não os Nossa Senhora, de Agosto, de cada anno, tudo naforma / que se executão, seos deuedores, e conforme o regim.[en]to de sua fazenda, con tal condição que a dita Don- / na Joanna Micaella, de Noronha, e Menezes, terceira vida, não tera poder pera a partirem, nem deuidi- / rem, nem trocarem, nem escambarem nem delle fazerem, algum conluyo, nem poderem, dar por ti- / tullo de patrimonio, sacerdotal, sob penna, de qualquer das ditas couzas que fizerem, incorrerem, em / perdim.[en]to do dito prazo, e perderão, o dir.[ei]to útil delle com as bemfeitorias que nelle tiuerem feito pera / o dito senhor, fazer delle m.[erc]e, a quem quizer, Livrem.[en]te, e som.[en]te querendoo, vender, o poderão fazer, com Lisença / do mesmo, senhor, ou do Menistro, que seo poder tenha pera o dar, não querendo, o dito senhor tanto pe- / llo tanto, que outrem, der por elle, e não, o querendo, então, com a dita Lisença, o poderão vender, e não sera / a pessoa que seja defeza, em dir.[ei]to, e do preço por que asim o venderem, o dito prazo pagarão ao dito senhor a / quarentena, delle por que for vendido, com tal condi- ção, e entendim.[en]to que o dito prazo pereça por fogo / agoa ou por outro qualquer cazo fortuito cuidado ou não cuidado, que a dita foreira, Donna Joanna / Micaella, de Noronha, e Menezes sera obrigada, a tornar, a vallar, e fazer reparar, e emcomorar as terras do / dito prazo, tantas ou quantas vezes, o cazo aconteser, de maneira que seja sempre, o dito prazo, vallado / e preparado de tudo que for necesario como dantes, e melhor, se poder ser, com mais condição, que a dita / Donna Joanna Micaella, de Noronha, e Menezes, sera obrigada, a hir, ou mandar confirmar, no conse- / lho da fazenda, do dito senhor, este aforam.[en]to na forma do mandado, atras escrito, em termo, de dous mezes / e incorporado, e não fazendo asim, este aforam.[en]to lhe não valha, e seja nullo e de nenhum efeito nem / vigor, e depois da dita confirmação a trinta

dias primeiros, seguintes, será obrigada, a dita Donna Joanna / Micaella, de Noronha, e Menezes a mandar registrar, a dita confirmação nos Livros da fazenda desta / contadaria, e em o Almox.[arifa]do de Alcoelha, de Villa Franca de Xira pera se saber, a vida, em que existe o dito / prazo, e hauendo, alguã m.[erc]e neste prazo, o fara a saber, aos officiaes donde pertencer reconhecer o dito / senhor por direito senhorio, do dito prazo, e com as ditas clazullas penções e obrigações e declarações. / Eu dito Prouedor, das Lizirias em nome, do dito senhor, e por vertude, do dito mandado, aforei e empra- / zeí, e houe por aforado, e emprazado o dito prazo, a Donna Joanna Micaella, de Noronha, e Menezes / com o dito foro, de vinte e oito alqueires, de trigo, ou sincoenta e seis alqueires de ceuada pagos por dia / de Nossa Senhora, de Agosto, em cada hum anno, na forma, asima declarada, e me obrigo, em / nome, do dito senhor, a lho fazer bom, e tirar, a pas, e a saluo, enquanto a dita vida durar, cumprindo / as obrigações desse aforam.[en]to pera o que obrigo o dito prazo os bens do dito senhor no dito Almoxarifado / De Alcoelha, estando presente, o Padre Felício Gonsalves Cardeiro Procurador da dita Donna / Joanna Micaella de Noronha, e Menezes, como consta da sua procuração atras treslada foy dito / por elle, que elle aseitaua, e com effeito, aseitou, o dito prazo, e nouo aforam.[en]to delle, con todas, as clauzullas, con- / dições pennas, e obrigações, e declarações, neste aforam.[en]to e pagar os vinte, e oito alquei- / res, de trigo ou sincoenta, e seis alqueires. de ceuada, em cada hum anno pelo dia de Nossa Senhora, de / Agosto, na forma, e nomeação asima declarada deste aforam.[en]to e comprimento, de tudo, o que dito / he, e diçe elle, dito, procurador, que em nome, de sua constituinte, obrigaua como com effeito obrigou / Logo, a sua pessoa e bens, da dita sua constituinte, asim moueis como rais haidos, e por hauer, e / se sobmetia, a jurisdição delle Prouedor das Lizirias e Almoxarife, e mais officiaes do dito senhor e eu / Prouedor, das Lizirias, aseitei, e aseito, em nome, do dito senhor, tanto quanto com direito deuo e poço em fee do que mandei pasar este aforam.[en]to, o qual, assignei, e o dito procurador, e declaro, que a foro / dos vinte, e oito, alqueires, de trigo, ou sincoenta, e seis de ceuada, he a respeito, da medição, dos moyos de / terra que se fes neste prazo, a qual esta registada, nesta Contadoria, sendo a tudo presentes por teste- / munhas, que presentes estauão, João Pereira Negrão - Ignácio de Almeyda Cardiga e Manoel / Gomes Carreteiro, das Juggadas e João de Almeyda, e Luis Barnardes official de Alfayate e João / Rodrigues sangrador, e Jozeph da Costa Ribeiro, que todos assignarão, com o dito Prouedor e Procu- / rador, o Padre Felicio Gonsalves Cardeiro, e eu Manoel da Sylua Cabral, o escreui = Luis Peixotto / da Sylua = o Padre Felicio Gonsalves Cardeiro = João Per.[eir]a Negrão = Ignacio de Almeyda / Cardiga = Manoel Gomes = João de Almeyda = Luis Bernardes = João Rodrigues = Jozeph da / Costa Ribeiro = segundo, se continha, em o dito nouo emprazam[en]to que sera o asim feito, e assignado / hora por parte, da dita Donna Joanna Micaella de Noronha Menezes me fora dito, e reque- / rido, lhe mandaçe dar e pagar sua carta, de aforam.[en]to ou emprazam[en]to pera por ella, tomar poçe do / dito prazo, chamado, a terra noua, sito nas Lizirias, de Villa Franca, de Xira que tinha compra- / do por arematação na praça publica, do pelourinho velho, da cidade de Lisboa e pera conserua- / ção, de seo dir.[ei]to, que tudo, vay, nesta inserto, e visto pomin seo requerim.[en]to na forma do mandato do / Conselho da fazenda mandei se lhe deçe

e paçase sua Carta de Aforam.[en]to e se lhe deo e pasou que he / a presente, que mando que se cumpra e guarde asim, e da maneira que nesta se contem, e decla- / ra, e em seo comprim.[en]to hindo esta primeiro por mim assignada, e selada com o sello desta Contadoria / que ante, mim serue, metão, de poçe a dita Donna Joanna Micaella, de Noronha, e Menezes / do dito prazo, chamado, a terra noua, sito Nas Lizirias, de Villa Franca, de Xira, que hauia are- / matado, de que lhe paçarão Auto de poçe nas costas desta, e pera que poça uzar do dito prazo, como seo / que he comprado, com o seo dinheiro, tudo na forma, desta minha Carta de emprazam[en]to e aforam.[en]to / se cumprira inteiram.[en]te como nella he conteudo .a data nesta villa de Santarem sob o dito meo sig- / nal, e sello, desta Contadoria que ante min serue aos oito, dias do mes de Janeiro de mil sette centos / e doze annos, pagouce desta, quinhentos, e sincoenta reis, e de assignatura della cem reis, e do sello / dezoito reis, e eu Manoel da Sylua Cabral, escriuão da Contadoria a fis excreuer e sobreescreui = Luis / Peixotto, da Sylua. Pedindome, a dita Donna Joanna Micaella, de Noronha, e Menezes, molher / De Pedro, de Roxas, de Azeuedo, que porquanto, em vertude, do mandado neste incorporado, o Proue- / dor das Lizirias, e Paus, da villa de Santarem, Luis Peixotto, da Sylua, lhe fizera, emprazam[en]to, do pra- / zo, chamado, as terras nouas, dos Corredoiros, do cabo, do Almo.x.[arifa]do, de Alcoelha, termo da Villa Franca de Xira conteudo do dito emprazam[en]to neste treslado, as quais arematou, em praça publica com Li- / sença, do dito seo marido, a Donna Jozepha, Antonia, de Moura, e seo marido Luis Borges de / Carualho, genrro, e filha, que ficarão, do Dezembargador, Ignacio Lopes de Moura, com obriga- / ção, de pagarem, a minha fazenda, em cada hum anno, de foro do dito, prazo vinte outo, alqueires / de trigo, ou sincoenta e seis alqueires, de seuada, lha mandaçe paçar carta, de confirmação, do dito / prazo; E visto por min seo requerim.[en]to mandado, neste tresladado, de que tudo houe vista o Procu- / rador, de minha fazenda. Hey por bem, e me pras, de lhe confirmar o dito, emprazam[en]to que lhe fes / o dito Prouedor, das Lizirias, e Paus da villa, de Santarem, com a obrigação, de pagar de foro em / cada hum, anno, vinte outo, alqueires de trigo, ou sincoenta e seis de seuada, por dia de Nossa / Senhora, de Agosto de cada hum, anno, na uida della dita Donna Joanna Micaella, de Noronha / e Menezes, por ser a ultima, das tres que forão, concedidas, ao dito Dezembargador, Ignacio Lopes de / Moura, neste prazo, con todas, as clauzullas, condições, e declarações conteudas, no dito, emprazam[en]to que / por firmeza, de tudo lhe mandei, dar esta, sellada, com o meu sello pendente, a qual será registada / nos Liuros dos registos de minha fazenda, e nas mais partes, a que pertencer. Por quanto pagou / de nouos direitos quatro sentos(?) reis que forão carregados ao Thezoireiro, delles, Jozeph Correa de Mou- / ra, no Liuro primeiro, de sua receita, a folhas, quarenta, e duas, como constou por conhecim.[en]to feito / pelo escriuão, de seu Cargo, e assignado, por ambos que foy registado no Liuro primeiro, do registo / geral dos nous direitos, a folhas trinta e duas, e roto ao assignar, desta; El Rey nosso Senhor, o / mandou pello Conde de Villa Verde, dos seus conselhos de estado, e Guerra, e vedor, de sua fazenda / .a Jaçinto de Almey.da o fes em, a vinte, e outo de outubro, de mil sette centos e treze an- / nos. Jorge Luis Teixeira de Carualho o fis escreuer /

[assinatura do Conde de Vila Verde]

Carta por que V[ossa] M[a]g.[esta]de ha por bem, confirmar, o emprazam[en]to, nela tresladado, a Donna Joanna / Micaella, de Noronha, e Menezes molher, de Pedro de Roxas de Azevedo, que lhe fes, o Prouedor das / Lizirias, e Paus, da villa, de santarem em vertude do Mandado, neste tresladado, a que chamão / as terras nouas, dos Corredoiros, do Cabo, do Almoxt[arifa]do, de Alcoelha, termo de Villa Franca de Xira com / a obrigação de pagar, a fazenda, de V[ossa] M[a]g.[esta]de em cada hum anno, vinte e oito alqueires de trigo / ou sincoenta e seis alqueires de ceuada, em sua vida som.[en]te, por ser a ultima, das tres q[ue] forão con- / sedidas ao Dez.[embargad]or Ignacio Lopes de Moura, e ser a segunda D. Jozepha Antonia de Mou- / ra, a quem ella d.[it]a D. Joanna Micaella, de Noronha, arematou em praça publica p.[ar]a / a pesuhir na ultima vida como asima se contem /

ÍNDICES:

Onomástico: — D. João (Rei)
Noronha (D. Joana Micaela de)
Azevedo (Pedro de Roxas de)
Sylva (Luiz Peyxotto)
Menezes (D. Joanna Micaela de Noronha e)
Vila Verde (Conde de) - do conselho de Estado e Guerra e Vedor da Fazenda
Moura (Ignácio Lopes de)
Carvalho (Luis Borges de)
Almeyda (João de)
Carvalho (Martim Teixeira de)
Peixotto
Cardeiro (Padre Felicio Gonsalves)
Santos (Jozeph Rodrigues dos) - Tabelião
Amaral (Doutor Francisco de Sousa e) - procurador da Fazenda
Gomes (Sebastião) - Thezoireiro dos laudemios
Cabral (Manoel da Sylva) - escrivão da contadoria
Moura (Donna Jozepha Antonia de)
Negrão (João Pereira)
Cardiga (Ignácio de Almeida)
Gomes (Manoel) - carreteiro das jugadas
Almeida (João de)
Bernardes (Luis)
Rodrigues (João)
Ribeiro (Jozeph da Costa)
Almeyda (Jacinto de)
Carvalho (Jorge Luis Teixeira de)

Profissões: — Fidalgo (da Casa Real)
Provedor das Lizirias, Vallas, Tapada e Paúis
Contador de jugadas, sizas e da fazenda real
Vedor da fazenda
Provedor das capellas
Dezembargador da fazenda
Rendeiro
almojarife
Thezoireiro (dos laudémios)
foreiro
senhorio
carreteiro das jugadas
oficiais de alfaiate
sangrador

Toponímico: — Santarém (vila)
Villa Franca
Lisboa
Vila Franca (Lezírias)
terra nova (Terra Nova) Lezíria
terra velha (Terra Velha) Lezíria
Corredouros (do cabo de Vila Franca de Xira (Lezíria)
Alcoelha (almojarifado de)

DOCUMENTO N.º 2:

Relação dos rendimentos e despesas das Lezírias de Vila Franca de Xira, a sua administração e as formalidades de cobrança dos rendimentos referentes aos anos de 1760, 1761 e 1770. Documento datado de 14 de Julho de 1771.

DESCRIÇÃO:

Documento manuscrito de 12 páginas. Formato: 217mm x 327mm.

FILIGRANA:

Atribuível ao século XVIII.

COLEÇÃO:

J.D. / J.G. / J.S.

TRANSCRIÇÃO:

Snr. Luiz Joze de Brito

A notícia que eu posso dar a V. mercê sobre o Rendimento das Lezirias da renda da Fabrica, administração dellas, e aforalidade da cobrança dos seus fructos, na forma que sey o exponho a V. mercê na forma seguinte

O Senhor Rey D. João o 5.º que vive em Glória sendo-lhe presente estarem capazes de cultura entre as lezirias do tejo ao menos duzentos moyos de terra nos Juncaes chamados de Alcamé e diante além no districto de V.ª Franca de Xira; foy servido ordenar e mandar ao baxarel Jozé de Lima Pinheiro e Aragão Juiz de Fora na Vila de Santarém fizesse apontar as condições necessárias para o tapume com as declarações convenientes a segurança arematando a obra depois de informado pelos Mestres que os preços dos Lanços serão proporcionados e que por elle e dois louvados de intelligência e verdade assistirão a dita obra, fazendo executar o observar os ditos apontamentos inteiramente concedendo-lhe toda a jurisdição necessária para o dito effeito pelo real Decreto que baixou ao Concelho da Fazenda com data de 14 de Fevereiro de 1744 e requerendo que para se reduzirem á cultura os referidos Juncaes se carecia de uma grande somma de dinheiro para que ficassem fructiferos e setirasse delles a utilidade dezesada e o cofre da dita Renda da fabrica se achava com sommas consideraveis de dinheiro para empregar em fundos necessários para satisfazer aos encargos proporcionados á grandeza e esplendor da Santa Igreja de Lisboa, não tinham duvida fazer toda a despeza, sendo o mesmo Senhor servido fazer-lhe doação perpetua dos referidos Juncaes de Alcamé e diante além com todo o acréscimo até ao tejo sem embargo de serem reguengos e das leys em contrario com o encargo de fazerem atapagem e cultura á custa da dita Renda da Fabrica, conservando-se a intendência na forma que o mesmo Senhor tinha ordenado. Á vista de cujo requerimento lhe fez merce o mesmo Senhor na forma da supplica por carta de Doação com data de 25 de Abril de 1744. Como tambem lhe fez merce das terras novas e Juncaes da Azambuja com todo o acrescido e o que para o futuro acrescesia por carta de Doação de 9 de Janeiro de 1745. E na mesma forma da Leziria chamada o Parcel da Morraceira com tudo o que tivesse acrescido e que para o futuro acrescesse e com tudo o que mediava entre o mesmo Parcel e a Leziria da Morraceira da Alhandra, e os Juncaes da Alcamé por Carta de Doação com data do 1.º de Março de 1746. Fazendo-lhe tambem merce das duas Lezirias chamadas da Morraceira da Alhandra e da Corte dos Cavallos, sem embargo do Decreto de 5 de Março de 1644 por carta de Doação com data de 2 de Março de 1746. E por Escripção lançada em minha notta em os 21 dias do mez de Junho de 1746, consta comprarem os Administradores da dita Renda da Fabrica á Illustrissima e Excelentissima Senhora Condeça

de Sarzedas D. Tereza da S.S. e Telles Veuva/ do Illustrissimo e Excelentissimo Conde de Sarzedas António Luiz de Tavora | a sua Leziria, cita no termo da Vila Franca de Xira/ Almojarifado de Alcoelha chamada a Corte do Barão | que comprehendia a terra nova e terra velha e os | corredouros de Aguião, por preço de 120 mil cruza/dos, além dameya ciza que pagou em Vila Franca pela parte/ respectiva á Illustrissima e Excelentissima Senhora Condeça que importou/ 4.800£000 Réis; como também sepagou mais ao the/zoureyro das despesas do Concelho da Fazenda 7.200£000 Réis/ pelos tres laudemios que se devião á Fazenda Real por cahir/ em mão morta; e o mesmo Senhor Rey D. João o 5.º por/ Alvará de 18 de Junho de 1746 dispensar que os Adminis/ os Administradores da dita Renda da Fábrica podessem com/prar o dito Prazo, vindo a importar ao todo acompra/ da dita Leziria 60.000£000 de Réys./ Esta he a forma porque a Renda da Fábrica possui as refferidas Le/zirias; como tambem porque nellas seoccupou athe/ ao seo falecimento o dito Baxarel Juiz de Fora de Santarem José | de Lima Pinheiro e Aragão, tanto na inspeção dos | tapumes das Refferidas Lezirias como na factura das duas | Igrejas e Celeyros a ellas adjacentes motivo porque foy no/meado Superintendente das Lezirias com hum the/zoureyro chamado Bazilio Lopez da Guerra; o qual/ hera o que vinha receber do cofre da Renda da Fabrica, as gran/des sommas dedinheiro para as obras das ditas Lezirias; e o Refferido/ Superintendente depois deter mandado medir os | moyos de terra, que as Refferidas Lezirias comprehendem/ de que se fez tombo; mandou fixar Edditaes para se | dar de arrendamento ao 3º e 4º as ditas Lezirias, dividin/doas em moyos deterra pellos Lavradores na forma/ que consta da folha annual de que algumas V.mercê tem/ em seo poder pondo logo nos ditos arrendamentos acondi/ção que a têm do 3º ou 4º que os Lavradores devião pa/gar; pagarião mais por cada moyo de terra para a | Fabrica della 10 alqueires de trigo e 7 panos e 1/2 de pa/lha; como tambem sedeixassem delavar as fo/lhas das terras que herão obrigadas pagarião por cada mo/yo deterra que não lavrassem 90 alqueyres deseveda de | Estimamos pela qual Intendencia mandou S. Magestade que Deos | guarde dar do Cofre da renda da Fabrica ao dito Menistro a quantia | de 4.800£000 Reis de ajuda de custo/ Feitos os ditos arrendamentos por tratos juridicos a Exma Congregaçam | nomeou para as execuçoens, dois Alcaydes, hum Porteiro, hum | Mestre das vallas, dois Medidores dopam das Eyras | das Eyras, hum Cabo para os carros que conduzem o pam/ das Eyras para oceleyro, hum Arrays para o Barco, orde/nando-se ao dito Almojarife que emquanto selhenão dava Regimento;/ se regula-se pelo das Lezirias daCorôa, tudo afim da/ boa arecadação com os seos respectivos ordenados/ como adiante se fará menção./

He certo que o rendimento das ditas Lezirias, nunca pode ser/ igual pella razão de que como he ao 3º e a 4º está su/jeito à produção do anno; mas também he certo, na/ conformidade dos arrendamentos tem rendimento certo de 77/ moyos e 45 alqueires e 1/2 de trigo no rendimento das Fabricas | e de palha 1896 panos e 3/9; e do rendimento chamado dos | Estimamos tem havido annos de 18, 27 e 34 moyos e | tantos alqueires pelas terras que não lavrarão./

E se assim como os lavradores são obrigados a pagar 90 | alqueires de sevada por cada moyo de terra que não lavrão/ fosem obrigados nos arrendamentos apagarem annualmente o | mesmo por cada moyo deterra, e não ao 3º e ao 4º; | certamente teria a

Renda da fabrica das sua Lezirias, hum/ Rendimento muito avultado, como hera pela razão de lhe produzi/rem os 466 moyos de terra e 33 alqueires por moyo - 699 m. e 45 alqueires. /

Para se vir no conhecimento de que procede os 77 mo/yos e 45 alqueires e 1/2 de trigo se faz a rellaçam seguinte naqual/ se declara a razão do rendimento da palha./

Esta foy aformalidade que sedeu para aSegurança do Ren/dimento das refferidas Lezirias julgando-se que por este modo / poderião render annualmente á Renda da Fabrica mais de / 8.000\$000 Reis. /

E quanto a arecação se nomearão os refferidos Almozarife e / mais officiaes para hirem ás Eyra das ditas Lezirias cobrar/ dos lavradores o que pela folha que annualmente selhe manda/va rubricada e assinada por dois dos Exm^{os} e Il.m^{os} / snres. Deputados da Congregaçam Cameraria da Santa/Igreja de Lisboa o que elles devessem pagar lançando lo/go nos Livros das partilhas tudo o que cobrassem com / toda a distincção e clareza como por muitas vezes Se / lhe recomendou além da obrigaçam que tinham para assim / o fazerem ordenando-se-lhe que logo que os fructos es/tivessem recolhidos no celeyro o dito Almozarife remetesse / á Exm[«] Congregaçam huma certidão authentica de tudo / que houvesse cobrado dos refferidos Lavradores á vista da/ qual seprocedia á rematação delles em Asta / publica naSalla das aremataçoens a quem por elles / mais dé-se o que sempre assim setem practicado/ nos annos antecedentes. /

He certo que nenhum anno tem comrrespondido o / rendimento das ditas Lezirias, ao orsamento que dellas seti/nha feito. He também certo que os Lavradores tem experi-men/tado grandes perdas em algumas das refferidas Le/zirias pellas terras dellas serem detão má qualidade/ que el Lugar de produzirem consomem em si/ as sementes que selhelanção, especialmente a Lezi/ria chamada a Giganta; motivo porque hoje se/ acha a mayor parte della devoluta, e os lavradores que / dela conservão alguns moyos de terra, he por se lhe / ter posto a condição que enquanto fôr Lavrador das terras boas/ boas o hade ser também dadita Leziria em forma tal / que pellos muitos clamores dos lavradores a Exm[«] Congregaçam / depoy de informada rezolvêo que os Lavradores por ca/da moyo deterra da refferida Leziria Giganta que não La/vrassem pagarião somente 45 alqueires deseveda de Esti/mos e a penção de 10 alqueyres detrigo de Fabrica; e não/obstante abaixa que se lhe fez não há Lavradores que to/mem terras na dita Leziria e por isso compondo-se/ ella de 111 moyos e 39 alqueires / e 1/2 de trigo de Fabrica, se vê na conta do Almozarifado / que servio o anno passado de 1770, cobrar somente de oito / lavradores da dita Leziria 5 moyos e 10 alqueires de tri/go e nove moyos de sevada deestimos; por onde / claramente se vê a grande diminuição de rendimento / por falta de lavradores que aqueirão fabricar e / por esta e por outras semelhantes cauzas não com/-responde o rendimento das ditas lezirias ao orsamento que /dellas sehavia feito como fica dito./

Este Rendimento não he nem pode ser o total rendimento / das refferidas Lezirias porque segundo o que tenho ouvido he que os La/vradores muitos delles não costumão pagar nas partilhas/ todas as contribuiçoens que são obrigados; motivo porque há / as grandes dividas que V. Mercê não ignora; e como neste / piqueno Mappa só faço menção do cobrado nos/ refferidos annos e não das dividas delles que se devião unir/ para o

conhecimento do total rendimento; este o motivo de di/zer e presumir que o rendimento he mayor; e se em meo / poder estivessem as folhas das partilhas dellas lhe/ mostraria o que os ditos lavradores ficarão devendo./

O Senhor Rey D. João o 5º que vive em Glória por Alva/rá de 5 de Fevereiro de 1748; fez Mercê á Renda da Fabrica para que / os seus Administradores mandassem abrir o Porto do/ Esteyro novo na vila da Azambuja com a condição / que todos os Barcos que nele entrassem a carregar ou / nelle entrassem carregados sem que houvessem de rece/ber nova carga; pagasse cada hum delles hun cru/zado por cada vez; e da mesma sorte cada Batei/ra dois tostoens. Por escriptura lavrada em minha no/ta continuada aos 4 dias do Mez de Março do anno/ de 1754 Searendou o dito Esteyro a Antonio da Matha/o mosso por tempo dehum anno empreço de 120\$000./ também há hum rendimento que he o da Morraça que nos/ tres annos antecedentes a este rendeo para a Renda da Fabrica/ 600\$000 Reis e prezenemente se arematou por tem/po de 3 annos empreço de 200\$000 Reis comrespon/dendo a cada hum delles a quantia de 66\$666 1/3./

Estas são as despesas que pertencem ás Lezirias e por/isso não faço menção das pençoens de palha e sevada/que sepagão aos Procuradores por serem ordenados pelo todo da/arecadação da Fazenda da Santa Igreja de Lisboa que impor/tão annualmente de Sevada 19 moyos e de palha 260/ panos. /

Dejezando que V. Mercê com a narração refferida fique satisfeito a/liás me ordenará o que mais for servido Lisboa 14 de / Julho de 1771

(assinatura de Henrique da Costa Serra)

ÍNDICES:

Onomástico - Brito (Luiz José de)

João V, D.

Aragão (José de Lima Pinheiro e)

Távora (António Luiz de) - (Conde de Sarzedas)

Telles (D. Thereza de S.S.) - (Condessa de Sarzedas)

Guerra (Bazilio Lopez de)

Mata (António da)

Serra (Henrique da Costa e)

Profissões - Administradores da Renda da Fábrica

Alcaydes das Lezirias

Almoxarife

Arrays

Baxarel

Cabo dos Carros de pam

Capellaens

Deputados da Congregação Camarária

Escrivam

Escrivam das execuções do Almojarifado
Juiz de Fora
Lavradores
Medidores do Pam das Eyras
Mestre das vallas
Procuradores
Superintendente das Lezírias
Thezoureyro das despesas do concelho da Fazenda
Valadores
Menistro
Porteiro

Toponímico - Lezírias do Tejo
Lezíria da Morraceira da Alhandra
Lezíria de Alcamé grande
Lezíria Morraceira
Lezíria Giganta
Lezíria Corte do Barão
Lezíria Corte dos Cavallos
Juncaes de Alcamé
Juncaes da Azambuja
Juncaes Além
Lezíria Parcel da Morraceira
Vila Franca de Xira
Azambuja
Caiz de Vila Franca de Xira
Vila de Santarém
terra nova
terra velha
Corredouros de Aguião
Morraça
Corte de cavallos
Corte do barão
Almojarifado de Alcoelha
Porto do esteyro na vila da Azambuja
Hermida de S. José
Hermida de Nossa Senhora da Conceição de Alcamé

DOCUMENTO N.º 3 - Privilégios, q. os Senhores Reys deste Reyno concederão aos moradores da villa de Alverca que São todos Cazeiros e foreiros das Cappellas de S. Rey Dom Affonso o 4º

DESCRIÇÃO - Documento manuscrito com 12 páginas. Formato 210 mmx310 mm.
A capa que envolve o documento não será da mesma época.
Parte do texto está riscado.
Podemos datar este documento de fins do séc. XVII, início do séc. XVIII.

FILIGRANA - É filigranado com duas marcas de água diferentes. As páginas de texto são também filigranadas.

COLECCÃO: J.D./J.G./J.S.

Nota: - Este documento parece-nos ser um estudo elaborado por um legista, que, pretendeu compilar das ordenações existentes, todos os privilégios e impostos que ordenavam a vida dos moradores da vila de Alverca e a consequente evolução no tempo.

Os autores, decidiram não publicar uma leitura paleográfica exaustiva do documento pois, considerando-o um “apanhado”, contém informações cuja sequência não lógica aliada a parte do texto riscado, não permite o seu cabal entendimento. cremos contudo que, as várias referências a leis e artigos das ordenações, oferece um imenso e valioso campo de estudo para um interessado na matéria.

TRANSCRIÇÃO

Maço

Alverca

Privilegios, que os Senhores Reys deste / Reyno cocederão aos, Mora|dores de Alverca.

Senhor

Aqui seapresentão os privilégios concedidos pelos/ Senhores Reys deste Reyno aos moradores da villa/ de Alverca que são todos cazeiros e foreiros das cappl|las do Senhor Rey D. Affonso o 4 Bulla apos|tollica de Sua Santidade confirmados por todos os/ restantes Reys deste Reyno.

Em primero lugar nas / a proviçãõ em que se refere á quitaçãõ e instituiçãõ destas / cappellas e como todas as rendas e foros / da dita villa. pera os cappellaes o Hospital e mais gas|tos das dittas cappellas e villa jurisdicçãõ par|ticular no crime e cível com appellacçãõ pera o Procurador / das dittas cappellas e ouve por bem/ se fossem escusos de hoste e de fossado que he o mesmo / que serem escuzos de guerras e não

paguem em / fintas nem em talhas em Lisboa nem em Torres Ve/dradas nem em nenhum outro lugar dos bens que / ouverem nos dittos lugares que derão adita cappella e Hospital / E pera validade / desta doação derogou todas as leis e costumes he / quis que valeçe de motu proprio poder real e ab/soluto e de certa sciencia sem serem obrigados a encargos ou alguns. /

Em segundo lugar mais outro privilégio / dos Rey Dom Affonso 5º em que veyo / confirmar o mesmo e formou a declaração que / não pagavão emfintas, fintas nem talhas. /

Em terseiro lugar mais outra provisão do / Senhor Rey Dom João em que confirma as ou/tras e declara que tudo seguarde eob/serve como athe então seguardou e observou; e o/mesmo na provisão do Senhor Rey Dom Affonso, e / do Senhor Rey Dom Pedro / mais outra provisão do Senhor Rey Dom João em que / manda guardar ajurisdição e mais ou/tra provisão do Senhor Rey Dom João por donde manda/ que não paguem jugadas e outra provisão do / senhor Rey Dom Affonso para que se não tome/ camas nem roupas, ainda que seia para as pessoas Reaes/ por serem isentas e tudo pello pervilegio e confir/ mações delle./

Em quarto lugar mais outra provisão/..... do Senhor Rey Dom Affonso o em que dispos que não querendo esquecer amuito Santa ede/ vota instituição das cappellas feita e ordenada nas / See desta Cidade pello muito vertuoso dagloriosa/memória de El Rey D. Affonso o 4º e da Ra/ynha Donna Beatriz e ainda se dise sedeve os evidentes/ milagres que o nosso muy poderoso Salvador e Re/medeactor Christo Jesu por observação da tal ins/tituição por vezes obrou muito em/nossos dias e denossos descendentes tal Santa e /

..... (Fim)

ÍNDICES:

- Onomástico - Dom João (Príncipe)
Dom Affonso 4 (Rey)
Dom João II
Dom Pedro (Rey)
Donna Beatriz (Raynha)
Infante D. Fernando
Dom Sebastião (Rey)
Dom Affonso 5 (Rey)
Cisto (Papa)
Dom Phelipe (Rey)
Dom João IV (Rey)
Dom Duarte (Rey)
- Profissões - Cazeiros e foreiros das cappellas de El-Rey
Capellães
Procurador das capellas

Toponímico - Alverca (villa)

Lisboa

Torres Vedras

Alenquer

Lisboa (see)

Impostos - Hoste

Fossado

fintas

talhas

isentos da guerra

jugadas

cama e roupa

foros

fintas sobre pontes

décima para a guerra

fintas sobre fontes

BIBLIOGRAFIA:

CAMACHO, Clara Frayão, *De Alverca à Castanheira - Cinco vilas da Estremadura através das corografias setecentistas*, in Boletim Cultural 1, Câmara Municipal de V. F. Xira, - 1985.

VARGAS, José Manuel, *Memórias Paroquiais de Vila Franca de Xira*, in Boletim Cultural 4, Câmara Municipal de V. F. Xira, 1989/90.

SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*
Porto, s.d.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 3.^a edição, Lisboa - 1979.

Guia de Portugal, vol. 1, Lisboa - 1924.

Carta Geológica de Portugal, Zbyszewski, G. e Assunção, C. Torre de, Serviços Geológicos de Portugal, Folha 30 D - Lisboa - 1965.

NOTA FINAL: Todos os documentos, agora sumariamente dados a público, ficam à disposição dos investigadores que, porventura, os queiram mais detalhadamente estudar.

ALVERCA ATRAVÉS DOS RECENSEAMENTOS
(1842 A 1852)

GRAÇA MARIA SOARES NUNES

INTRODUÇÃO

A utilização dos recenseamentos para os cargos municipais e de paróquia, da vila de Alverca, para o seu estudo demográfico de 1842 a 1852, foi o ponto de partida deste trabalho. Este tipo de fonte extravasou a pura demografia, permitindo a obtenção de dados socio-económicos que ajudam a caracterizar a comunidade alverquense oitocentista.

Para a sucinta caracterização de Alverca no século XVIII, baseámo-nos na análise das Corografias setecentistas e Memórias Paroquiais de 1758⁽¹⁾, que, para além de conterem informações de carácter administrativo, demográfico, social, económico e geográfico, são fontes excelentes para quem se dedica aos estudos de história regional e local.

As restantes fontes utilizadas para os pontos seguintes surgiram durante o levantamento da documentação do Arquivo Histórico Municipal de Vila Franca de Xira, levado a efeito para execução do Guia do referido arquivo. A metodologia utilizada foi a análise e tratamento de toda a informação de carácter socio-económico, veiculada nos recenseamentos, exceptuando os rendimentos dos recenseados por não estarem completos.

O primeiro ponto descreve, de forma breve, a situação da vila de Alverca anterior ao século XIX, para melhor compreensão da época em estudo. Esta, por sua vez, é analisada no ponto número dois, onde é quantificada a população abrangida, caracterizada socio-economicamente e determinada a naturalidade dos recenseados.

(1) As Memórias Paroquiais surgiram a partir da década de vinte do século XVIII, por iniciativa régia e executadas pela hierarquia clerical, com o apoio da Academia Real da História Portuguesa e das Secretarias de Estado. Eram inquéritos que visavam, principalmente, a recolha de elementos fidedignos sobre a história eclesiástica, social e económica.

1. CARACTERIZAÇÃO DA VILA DE ALVERCA NO SÉCULO XVIII

Nas *Memórias Paroquiais* de 1758 Alverca é caracterizada geograficamente como, “situada parte em chão direito e parte em sítio montanhoso que se levanta para o Norte”, onde se localizam os “lugares, quintas, casais, fazendas e moinhos, assim do seu termo como de fora”. A Sul, o rio Tejo banhava os sapais.

Foi uma vila da província da Estremadura e integrou-se na comarca do Ribatejo em 1811. A partir de 1833-34 passou a pertencer à comarca de Alenquer. Com a instituição dos distritos, em 1835 é inserida no distrito de Lisboa. A sua estrutura administrativa apresentava os seguintes funcionários:

FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS	ALVERCA	
	1712 ⁽²⁾	1747 ⁽³⁾
Juiz Ordinário	2	2
Juiz de Órfãos	1	1
Vereadores	3	3
Procurador do Concelho	1	1
Escrivães da Câmara	1	1
Escrivães do Judicial	1	2
Inquiridor	-	1
Tabeliães	1	2
Alcaide	1	1
Almotacés	-	2
Partidores	-	2
Almoxarife	-	1
Ouvidores	1	-

Entre 1712 e 1747 surgiram oito novos funcionários, essencialmente de índole judicial e de fiscalização comercial - os almotacés. Não havia juiz de fora e em consequência a justiça era feita pelos juizes ordinários. Militarmente, em 1747, Alverca encontrava-se provida de duas companhias e de um Sargento-Mor.

No estudo da população, levado a efeito em alguns dos anos compreendidos entre 1712 e 1798, foi possível recolher os seguintes dados:

FONTE:	C. DA COSTA	C. DE LIMA	OLIVEIRA FREIRE	MEMÓRIAS PAROQUIAIS	J. BAPTISTA DE CASTRO	P. MANIQUE (Censo)
	1712	1732	1739	1758	1762	1798
	Fogos	Fogos/ Almas	Fogos/ Almas	Fogos/ Almas	Fogos	Fogos
	444	429/1556	313/1218	180/727	350/100 ⁽⁴⁾	438

(2) Fonte: Carvalho da Costa.

(3) Fonte: Luís Cardoso.

(4) Estes números incluem o termo da vila.

Os lugares pertencentes ao termo de Alverca tinham os seguintes habitantes:

- Sobral Grande⁽⁵⁾ e lugar da Ponte - 31 vizinhos e 127 pessoas.
- A-Dos-Melros, Sítio do Vale e casais, quintas e moinhos próximos - 28 vizinhos e 18 pessoas.
- Adarce e Quintas - 8 vizinhos e 35 pessoas.
- Arcena Grande - 37 vizinhos e 121 pessoas.
- Arcena pequena com moinhos e casas - 9 vizinhos e 35 pessoas.
- Moinho de Vento - 31 vizinhos e 62 pessoas.
- Brandoa e moinhos adjacentes - 11 vizinhos e 29 pessoas.
- Proverba - 7 vizinhos e 23 pessoas.
- A-Dos-Potes - 25 vizinhos e 8 pessoas.

O conjunto da vila e do termo tinha 361 vizinhos e 1410 pessoas.⁽⁶⁾

Com este tipo de dados, obtém-se apenas uma aproximação dos números exactos da população, sendo impossível definir graficamente a evolução demográfica. No entanto, verificou-se um decréscimo da população após o terramoto de 1755, que afectou profundamente toda a região.

No centro da vila de Alverca houve grandes destruições e o culto religioso deixou de praticar-se na igreja paroquial, bem como os enterramentos, por esta se encontrar muito degradada e necessitar de obras urgentes. Ambos foram transferidos para a capela e adro da Misericórdia.

As fontes mais seguras são, sem dúvida, originadas por informações oficiais, como a “lista de fogos e lugares que há nas terras de Portugal”, realizada em 1732, a mando do Marquês de Pombal e publicada três anos depois por Caetano de Lima, e, ainda, o censo de Pina Manique. Os números indicados nos anos de 1712 e 1762 parecem ser demasiado altos.

A propriedade concentrava-se na classe nobiliárquico-eclesiástica, que daí retirava grandes proveitos económicos. A referência a este estrato social da região é feita, duma forma superficial, nas *Memórias Paroquiais*, através da localização de algumas quintas:

- Lugar de A-Dos-Potes, termo de Alverca; Quinta de Miguel Salema.
- Quinta do Pinheiro, Sobral Grande, termo da vila de Alverca.
- Quinta de João Galvão no lugar de Verdelha, termo de Alverca.

A agricultura era a actividade dominante da população. Em Alverca produziam-se cereais, frutas, vinho e azeite. Era muito bem provida de moinhos e lagares. Alverca possuía nas suas duas ribeiras, a da Ponte e a do Vale, doze azenhas, doze lagares de azeite e trinta lagares de vinho. A pesca também era, nesta região, uma actividade de monta, devido à sua localização próxima do rio Tejo. O comércio era favorecido pela localização da vila junto à estrada real, pela existência de três esteiros e um porto fluvial, muito frequentado de “bateiras e barcos”.⁽⁷⁾ O escoamento dos produtos era feito na

(5) Corresponde à actual freguesia do Sobralinho do Concelho de Vila Franca de Xira.

(6) A NTT, *Memórias Paroquiais*, V.3 n.º 43, p. 387.

(7) Idem.

Feira Franca, que se realizava anualmente, durante três dias, a partir de 15 de Julho, e junto ao Convento de Carmelitas de S. Romão, termo da vila de Alverca.

Este é o panorama que antecede o século XIX e que, de certo modo, será continuado.

2. OS RECENSEAMENTOS DOS ELEITORES E ELEGÍVEIS PARA OS CARGOS MUNICIPAIS E DE PARÓQUIA DA VILA DE ALVERCA ENTRE 1842 E 1852

Todos os recenseamentos do século XIX seguem uma determinada tipologia e são regidos por regras específicas. Estes não visavam toda a população da vila, abrangiam somente os eleitores do sexo masculino, de maior idade, com rendimentos não inferiores a 900 ou 1000 réis. Tinham por objectivo a eleição dos cargos municipais e de paróquia, (Presidente da Câmara, Vereadores e Regedores da Paróquia).

Nos anos estudados, os rendimentos mínimos situam-se nos 990 réis. Os recenseamentos fornecem o nome do recenseado, a naturalidade, a idade, o estado civil, a profissão, as qualificações literárias e os rendimentos. Estes registos eram feitos pelo escrivão da Câmara Municipal, sendo posteriormente confirmados e autenticados em reunião da Comissão Municipal, composta pelo Presidente da Câmara, Vereadores e Vogais, Administrador do Concelho, Recebedor particular e Regedores da Paróquia. Estes cargos surgem após o Setembrismo, com o novo código administrativo de Costa Cabral, em 1836. O Administrador Geral do concelho tinha, como corpo, a Junta geral administrativa, apenas com funções administrativas, e, como corpo efectivo, a Câmara Municipal. Os Regedores de Paróquia eram os magistrados régios.

O concelho de Alverca englobava, nessa altura, as freguesias de S. Pedro de Alverca - correspondente à actual cidade de Alverca, do concelho de Vila Franca de Xira - e de Santa Iria - actualmente designada por Santa Iria de Azóia, do concelho de Loures. A partir de 1836, o termo freguesia surge com sentido administrativo.

Estes dados contribuem para o aprofundamento do estudo dos grupos sociais de Alverca com mais rendimentos e projecção social. Nos pontos seguintes, é feita uma análise dos vários elementos recolhidos, à excepção dos rendimentos, por falta de resultados completos para todos os recenseados.

2.1. - A QUANTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO

A contagem das populações, antes do censo de 1864, feito já com métodos estatísticos, era feita duma forma bastante incerta, não permitindo resultados fidedignos. Os recenseamentos, que constituem objecto deste estudo, foram executados nessa fase conturbada. Segundo Joel Serrão,⁽⁸⁾ dificuldades de natureza estrutural, como a continuação do domínio eclesiástico, face à lenta inserção do liberalismo, implicaram que os registos dos nasci-

(8) Vid. Joel Serrão, *Fontes da Demografia Portuguesa, 1800-1862*, Lisboa, 1973.

mentos, casamentos e óbitos, de grande importância para os estudos demográficos, fossem de origem paroquial. O registo civil, instituído por Mouzinho da Silveira, inicialmente com carácter facultativo, só se tornou obrigatório em 1911, com o republicanismo.

Em 1835-36, o Diário do Governo N.º 147 de 23 de Julho de 1836, no registo de fogos do distrito de Lisboa, refere 412 fogos para o concelho de Alverca⁽⁹⁾. Também em 1835, o Diário do Governo N.º 262 de 6 de Novembro de 1835, apresenta a freguesia de Santa Iria⁽¹⁰⁾ com 390 fogos. São informações muito dispersas e que não permitem traçar qualquer quadro demográfico.

2.2 - ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA

De seguida é apresentada uma listagem, de profissões e os respectivos sectores económicos, da população masculina abrangida pelos recenseamentos em estudo.

PROFISSÕES	1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850	1851	1852
AGRICULTURA											
Lavradores	11	13	13	5	27	14	13	9	4	7	1
Proprietários	8	9	9	16	30	20	28	40	51	68	89
Fazendeiros	3	4	6	3	5	1	2	1	1	1	
Feitores	1	2	1	2	2	2	3	4	2	4	2
Caseiros											2
Trabalhadores	1	1						2			
Jardineiros		1									
Cabreiros		1	1	2							
Pastores			1		1		1	1			
Boieiros						1			1		
PESCAS											
Pescadores	1	1	3	1							
Marítimos					4	1	6	3	3		
ALIMENTAÇÃO											
Moleiros	5	7	9	10	6	6	5	4	4	4	5
Padeiros	1	1	1		1		1				
EQUIP. MANUT.											
Ferradores	1	1	2	1	2	2				1	1
Sapateiros		1	1	1	2	1	1				
Oleiros										1	1

(9) Joel Serrão, op. cit. p. 124.

(10) Pertence nesta época ao concelho de Alverca.

PROFISSÕES	1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850	1851	1852
CONSTRUÇÃO											
Pedreiros	2	5	2	2	4	3	1	4	3	6	5
Carpinteiros	1	2	2	2	1	1	1	1			
SERV./QUAD./COM./											
Cirurgiões	2	2	2	2	3	2	1	2	2	2	2
Boticários		1	1			1	1	1	1	1	1
Farmacêuticos				1							
Professores	1	1	1	1							2
Guarda-Livros		1	1	1	1	1	1	1			
Eclesiásticos	2	1	1	1	4	2	2	2	2	2	2
Escriv. Câmara	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Escriv. Admin.		1	1	1	1	1	1	1	1		
Escriv. Ordiná.		1	2	1	1	1	1	2	1	1	1
Emp. Rég. Alfândega				1							
Recebedor de Com.									1	1	1
Procurador da Fazenda										1	
Escriv. Sup. Fazenda										1	1
Escriv. da Fazenda											1
Adm. Concelho											1
Comerciantes	1	2	1	1	1		1	1			
Estalajadeiros	1	1	1	1							
Merceeiros		1			1		1	3		5	
Taberneiros			1								
Estanqueiros ⁽¹¹⁾				1							
Barbeiros					2		1				
Agentes de carros				1		1		1	1		
Lojistas							1		2		5
Vendilhão										1	
Total	43	62	69	59	101	62	74	85	81	108	125

Os dados recolhidos não contemplam toda a população masculina do concelho de Alverca, uma vez que estão isentos do recenseamento os mais desfavorecidos, ou seja, os que trabalham a terra⁽¹²⁾. Contudo, permitem perspectivar os diversos sectores de actividades a que se dedicavam as gentes desta região.

(11) Vendedor de tabacos.

(12) Estes aparecem apenas nos recenseamentos de 1842 (um), 1843 (um) e 1849 (dois).

A agricultura é a actividade dominante. Nota-se sempre um crescimento, embora se torne difícil, em alguns anos, esta interpretação, devido à irregular introdução dos resultados da freguesia de Santa Iria. Deve destacar-se o grupo de proprietários da terra, uma vez que estamos em presença de uma zona agrícola. Neste sector, em 1850, regista-se uma profissão nova, a de boieiro - guardava ou tratava dos bois -, sendo muito característica desta região, uma vez que existia a criação de gado bravo, nas Lezírias a sul do rio Tejo.

A segunda ocupação incide nos serviços, quadros e comércio. Em 1845, 1850 e 1851, apareceram novos funcionários administrativos: empregado régio da alfândega, recebedor da comarca, escrivão suplente da fazenda e procurador da comarca. Na área do comércio surge o vendilhão, que deve equiparar-se ao actual vendedor ambulante. Entre 1845 e 1851, houve um ligeiro aumento de comerciantes, merceeiros (de três passaram a cinco) e um estaqueiro. Nos equipamentos e manutenção surgem, em 1845, 1847, 1849 e 1850, o agente de carros e, em 1851 e 1852, o oleiro. A alimentação regista uma grande subida entre 1843 e 1845, para decrescer lentamente até 1851.

SECT. ECONÓMICOS	Anos										
	1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850	1851	1852
Primário	58,1%	50,8%	53,8%	49,1%	68,6%	62,9%	71,6%	70,6%	76,5%	70,1%	76 %
Secundário	9,3%	14,7%	10,7%	10,2%	8,8%	11,3%	4 %	5,9%	3,7%	7,4%	5,6%
Terciário	32,6%	34,4%	35,4%	40,7%	22,5%	25,8%	2,4%	23,5%	19,7%	18,5%	18,4%

Conclui-se, assim, que existem algumas profissões especializadas: padeiro, carpinteiro, oleiro, agente de carros, escrivão, boieiro, professor, jardineiro, cirurgião, ferrador, sapa-teiro, entre outras. Mas a actividade predominante da população activa é a agricultura.

Segundo um autor do século passado, Alverca “(...) é povoação essencialmente agrícola, a 25 quilómetros ao NE de Lisboa e 8 ao O de Vila Franca de Xira (...)”⁽¹³⁾

Nesta região existia uma aristocracia agrícola. Os proprietários agrícolas estão sempre presentes e os seus rendimentos são os mais significativos.

Ao fazer-se a comparação com classificação profissional da população activa masculina (1841), de Marino Miguel Franzim,⁽¹⁴⁾ verificou-se também que no cômputo geral do país, a agricultura é o sector da economia que mais cidadãos ocupava, destacando-se também um grupo numeroso de 80.000 proprietários capitalistas, que viviam apenas de rendimentos. No caso específico de Alverca, estes proprietários foram contabilizados no sector agrícola, que detinha uma grande percentagem, tal como no resto do país.

(13) Lino de Macedo, *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, 1893.

(14) Joel Serrão, op. cit. pp. 145 a 147.

Analisemos o quadro seguinte que apresenta as habilitações literárias dos recenseados:

ANO	LETRADOS	ILETRADOS	TOTAL
1842	18	25	43
1843	34	28	62
1844	32	37	69
1845	28	31	59
1846	56	45	101
1847	36	26	62
1848	37	37	74
1849	41	44	85
1850	36	45	81
1851	50	58	108
1852	48	67	115
TOTAL	416	443	859

Os números apresentados não são muito representativos para diagnosticar a situação no século XIX, no que concerne ao alfabetismo. A educação escolar estava reservada às classes sociais mais altas e ao sexo masculino. Verifica-se que os recenseados de certas profissões tais como administrativos, cirurgiões, professores, boticários, guarda-livros, eclesiásticos, alguns comerciantes, feitores, proprietários, moleiros, carpinteiros, entre outras, eram letrados. No quadro anteriormente apresentado foram recenseados mais iletrados. No entanto é de salientar que nos anos de 1843, 1846 e 1847, o número de letrados foi superior ao de iletrados e que, no total, a diferença entre os dois não é muito significativa, sendo 48% letrados e 52% iletrados. Estamos perante o grupo social mais elevado desta comunidade.

Comparando estes dados com os nacionais, verifica-se que, entre 1850 e 1855 o número de alunos que frequentavam o que corresponde, ao actual 1.º ciclo do ensino básico, subiu de 42.000 para 237.000. Nessa época liberal a luta contra o analfabetismo era uma constante.

Quase no final do século, em 1891, Lino de Macedo⁽¹⁵⁾ afirma, na sua monografia sobre esta região: *“infelizmente a instrução neste concelho não se encontra tão desenvolvida como era para desejar”*.

2.3 - A NATURALIDADE DOS RECENSEADOS

A maioria dos recenseados são naturais de Alverca - 54%. Dos arredores de Alverca são significativos os seguintes locais: Santa Iria (18,5%), Lisboa (8%), Vialonga (1,5%) e Alhandra (1%). A maiores distâncias destacam-se as seguintes regiões: Cabeceiras de Basto (4%), Viana do Minho (2%), Ferreira do Zêzere (1%) e Beira-Baixa (1,5%).

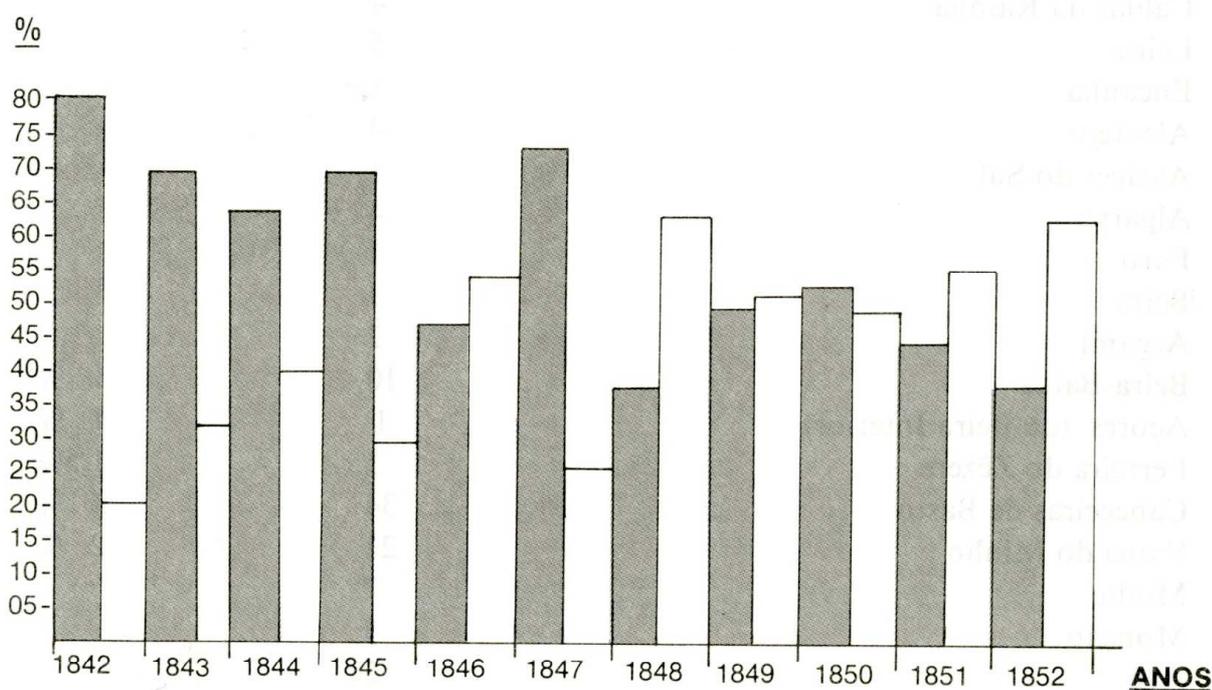
(15) Lino de Macedo, op. cit. pp. 165-166.

Dos estudos feitos sobre a migração para todo o país, sabe-se que, no século XVIII, o Minho era uma das províncias mais afectadas pelos movimentos migratórios, devido à falta de manufacturas em número suficiente, “meios de salários”, e também à fuga dos jovens em idade de serem recrutados. Estas migrações afectavam principalmente o Alto-Minho - comarcas de Valença e Viana⁽¹⁶⁾.

O número de recenseados em Alverca, provenientes dessa província, é significativo e mantém-se durante os dez anos em análise. Concluiu-se que esses migrantes vieram em busca de melhores salários e posição social. Em Alverca tinham as seguintes ocupações: eclesiásticos, proprietários, moleiros e agentes de carros, entre outras.

A Beira-Baixa registava também, nesta altura, alguma migração, mas não muito significativa. No entanto, sem incorrer em qualquer espécie de anacronismo, é curioso registar que, na actual cidade de Alverca, existe um grande número de migrantes da Beira-Baixa na população residente.

NATURALIDADE DOS RECENSEADOS



Legenda: — Recenseados naturais de Alverca
 — Recenseados não naturais de Alverca

* Os anos de 1846, 1848, 1849, 1850, 1851 e 1852 incluem a freguesia de Santa Iria, que corresponde à actual Santa Iria de Azóia, do concelho de Loures.

(16) Fernando Alberto Pereira de Sousa, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, 1979.

Vejamos, no quadro seguinte, a distribuição das regiões correspondentes aos locais de naturalidade dos recenseados, no período compreendido entre 1842 a 1852.

LOCALIDADES	TOTAL DE NATURAIS	PERCENTAGEM
Alverca	463	54 %
Santa Iria	159	18,5%
Alhandra	12	1 %
Calhandriz	2	
Vialonga	14	1,5%
Arruda	3	
Merceana	2	
Loures	4	
Zambujal	6	
Lisboa	49	8 %
Torres Vedras	7	
Alcochete	1	
Maçãs de D. Maria	11	1 %
Caldas da Rainha	4	
Leiria	5	
Eucanha	1	
Alentejo	4	
Alcácer do Sal	1	
Algarve	4	
Faro	1	
Beira	1	
Arganil	2	
Beira-Baixa	10	1 %
Açores (da Beira Interior)	1	1 %
Ferreira do Zêzere	5	1,5%
Cabeceiras de Basto	34	4 %
Viana do Minho	21	2 %
Minho	7	
Monção	3	
Avô	3	
Espanha (Bispado de Tui)	2	

CONCLUSÃO

Os recenseamentos estudados, como fonte isolada, permitem o conhecimento dum determinado grupo social da, então, vila de Alverca durante um período de dez anos (1842-1852), sob o ponto de vista socio-económico e cultural. Os recenseados eram, sem dúvida, o grupo mais privilegiado da comunidade. O analfabetismo não é muito alto (48% são letrados).

Apesar dos rendimentos não serem objecto deste trabalho, por não ter sido possível concluir o seu estudo, a análise efectuada permite afirmar que os maiores rendimentos estão concentrados nos proprietários, fazendeiros, agricultores e moleiros.

O sector dominante da actividade económica era a agricultura, na continuidade da tradição do século XVIII, abordada na primeira parte deste estudo. As culturas de cereais, árvores de fruto (laranjeiras e limoeiros), vinhas e oliveiras eram as predominantes. A pesca também tinha algum significado na região, dada a proximidade do rio Tejo. A extracção de sal era outra actividade praticada.

A paisagem era de quintas e casais agrícolas, explorados por uma pequena aristocracia agrícola.

O comércio era também uma actividade privilegiada. Os números apontados assim o confirmam. A localização geográfica e, principalmente, as vias de comunicação - estrada real, rio Tejo e, mais tarde, em 1856, o caminho de ferro - foram factores de grande importância para esse desenvolvimento.

FONTES E BIBLIOGRAFIA CONSULTADAS

MANUSCRITOS

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

— *Livro de registo de recenseamentos dos eleitores e elegíveis para os cargos municipais e de Paróquia de Alverca - 1842 a 1852.*

— *Livro de registos dos recenseamentos dos cidadãos elegíveis para senadores no concelho de Alverca - 1841.*

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Memórias Paroquiais, Letra A, V. 3, 1758.

FONTES IMPRESSAS

BIBLIOTECA NACIONAL

— CARDOSO, Luís, *Dicionário Geográfico*, Letras A, B e C, V. 1, 1747-1752.

— COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal com as Notícias das Fundações das cidades, villas e lugares que contem: varoens illustres, genealogias das famílias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios e outras curiosas observações*, 1712.

— FREIRE, Oliveira, *Descrição Corografica do Reyno de Portugal*, 1739.

— LIMA, Luís Caetano, *Geografia Histórica*, 1736.

— MARIA, Agostinho de Santa, *Santuário Mariano*, 1723.

MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

— MACEDO, Lino de, *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, 1893, 1.^a Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, V.F.X., 1992.

BIBLIOGRAFIA GERAL

— CAMACHO, Clara Frayão, "*De Alverca à Castanheira - cinco vilas da Estremadura através das corografias setecentistas*", Boletim Cultural 1, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1985.

— CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte, "*Inquéritos promovidos pela coroa no séc. XVIII*", *Revista de História Económica e Social*, N.º 21, Lisboa, Setembro-Dezembro, 1987.

— DIAS, João José Alves, *Ensaios da História Moderna*, Editorial Presença, Lisboa, 1988.

- HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Ed. Gradiva, Lisboa, 1988.
- MANIQUE, António Pedro, "A Evolução Territorial do Concelho de Vila Franca de Xira - de fins do Antigo Regime a 1926", *Boletim Cultural* 3, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1989.
- PICHAT, Jean Bourgeois, *A demografia*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1978.
- POUSOOU, J. Pierre, "Introdução ao estudo das migrações antigas," *Demografia Histórica*, Livraria Pioneira Editora, S. Paulo. 1973.
- SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal — Actualidade*, vol. 3, Publicações Alfa, Toledo, 1983.
- SERRÃO, Joel, *Fontes de Demografia Portuguesa 1800-1862*, Livros Horizonte, Lisboa, 1973.
- SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, v.s. *Demografia, Recenseamentos e Ensino Primário e Analfabetismo*, Ed. Figueirinhas, Porto, 1987.
- SOUSA, Fernando Alberto Pereira de, *A população portuguesa nos inícios do séc. XIX*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1979.

A PRESENÇA DA MARINHA EM VILA FRANCA DE XIRA

COITO DUARTE

Não imaginava, por certo, o Presidente da República, Dr. Teixeira Gomes, ao aceitar o convite do então Ministro da Marinha, Capitão de Fragata Pereira da Silva, para se deslocar a Vila Franca de Xira no dia 28 de Setembro de 1925, a fim de presidir à inauguração da Base da Flotilha Ligeira de Contra-Torpedeiros, que estava a contribuir para um dos mais largos e positivos, dos mais decisivos e importantes passos que a Marinha de Guerra deu até hoje. Infelizmente foi obrigado a fazer-se representar.

Um acontecimento que, à partida foi imposto por uma pura e simples estratégia político-militar - a deslocação da Flotilha de Contra-Torpedeiros para a sua nova Sede na Quinta das Torres (com o mero intuito de afastar as suas guarnições da Capital e, quiçá, como uma primeira barreira a possíveis “invasões” de tropas vindas quer do Norte quer do Alentejo), tal acontecimento, efectivamente, veio a redundar, poucos anos volvidos, na criação de uma das mais conceituadas Escolas Técnico-profissionais das Forças Armadas e do País.

E ainda hoje, assim é, apesar de tantos e tão variados escolhos que têm surgido no horizonte da sua “rota”!...

Não poderá considerar-se, de todo em todo, que a medida tomada pelo Governo de então tivesse sido a mais correcta, a mais adequada. No entanto, urgia salvar e preservar a face duma Instituição cujos pergaminhos eram dos mais honrosos. De tanto se apercebeu o nóvel ministro ao assumir a pasta da Marinha. Os navios existentes, além de obsoletos, encontravam-se na sua quase totalidade inoperativos sem qualquer plano de renovação ou de reparação, fruto do estado caótico das finanças nacionais e das quezílias políticas,

por via das frequentes quedas dos governos que se formavam. Os marinheiros, sem quaisquer hipóteses de navegar, vogavam ao sabor dessas constantes intrigas para as quais chegavam a ser aliciados e nelas intervindo activamente.

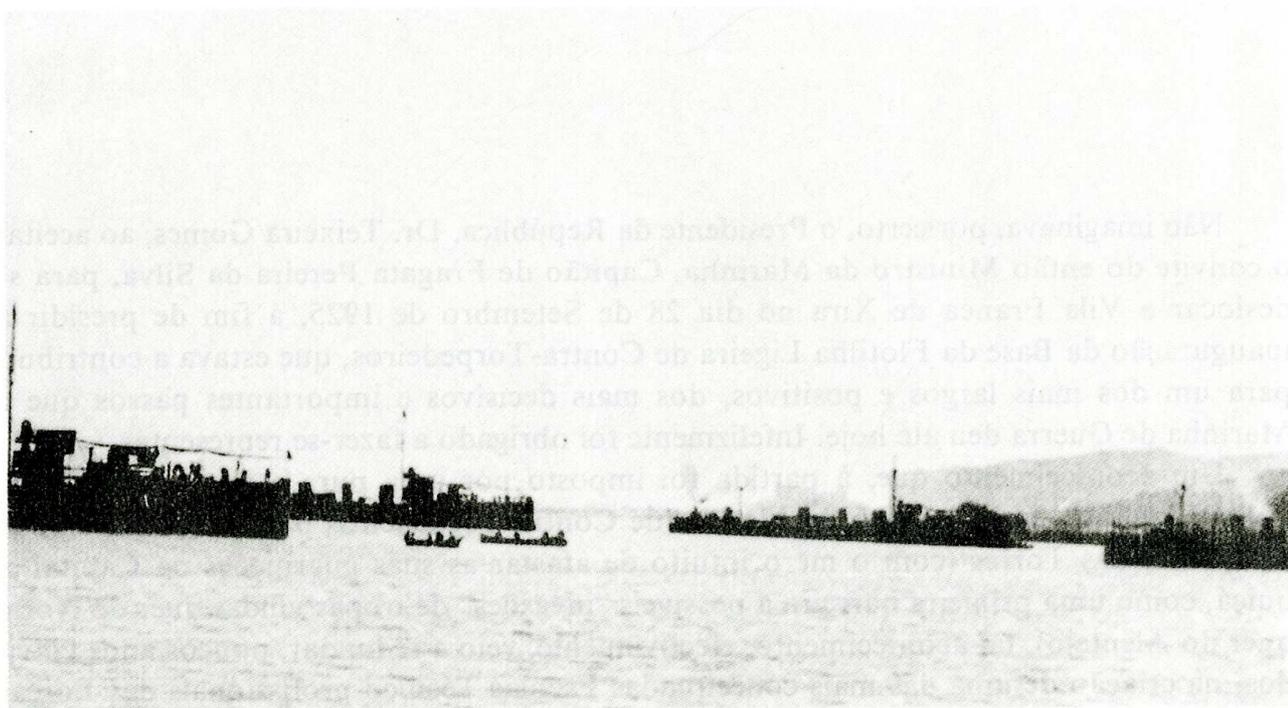
Perante tais factos, que fazer? O desvio do grosso do pessoal para fora de Lisboa, onde reinavam a anarquia e a instabilidade, impunha-se a todo o transe.

Coube a sorte à Quinta das Torres, pelas razões então colocadas na balança - o Tejo, aqui, oferecia bons fundeadouros e a Terra assegurava fáceis transportes para a Capital e não só. Recorde-se que no outro prato da balança esteve o estuário do Sado bem como a sua provável ligação por canal com o do Tejo.

E soube a população de Vila Franca de Xira honrar a escolha. A recepção à comitiva oficial, pelos documentos que conseguimos, não podia ter sido mais apoteótica. Provavelmente a Sessão Solene das boas-vindas bem pode ter tido lugar neste mesmo Salão. (1)

A tal propósito, publicava o Diário de Lisboa da altura:

“E foi esse um dia festivo para a gente laboriosa de Vila Franca de Xira. Recordamo-nos ainda. Girândolas de foguetes subiram ao ar toldando o céu com nuvens de fumo branco. Era o regozijo que se traduzia em toda a sua rudeza, de uma população que queria trabalhar para progredir.



A Primeira Unidade Naval em Vila Franca de Xira. 1926 Torpedeiros ao largo.

“Onze barcos de guerra haviam lançado ferro em frente ao cais ante os olhos radiantes de milhares de pessoas e, à tarde, ao cair da noite, que é serena e tranquila em Vila Franca, as suas silhuetas elegantes reflectiam-se nas águas paradas do Tejo.

(1) - No Salão da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira teve lugar a sessão comemorativa do 65.º aniversário da presença da Marinha em Vila Franca de Xira, em 1989.

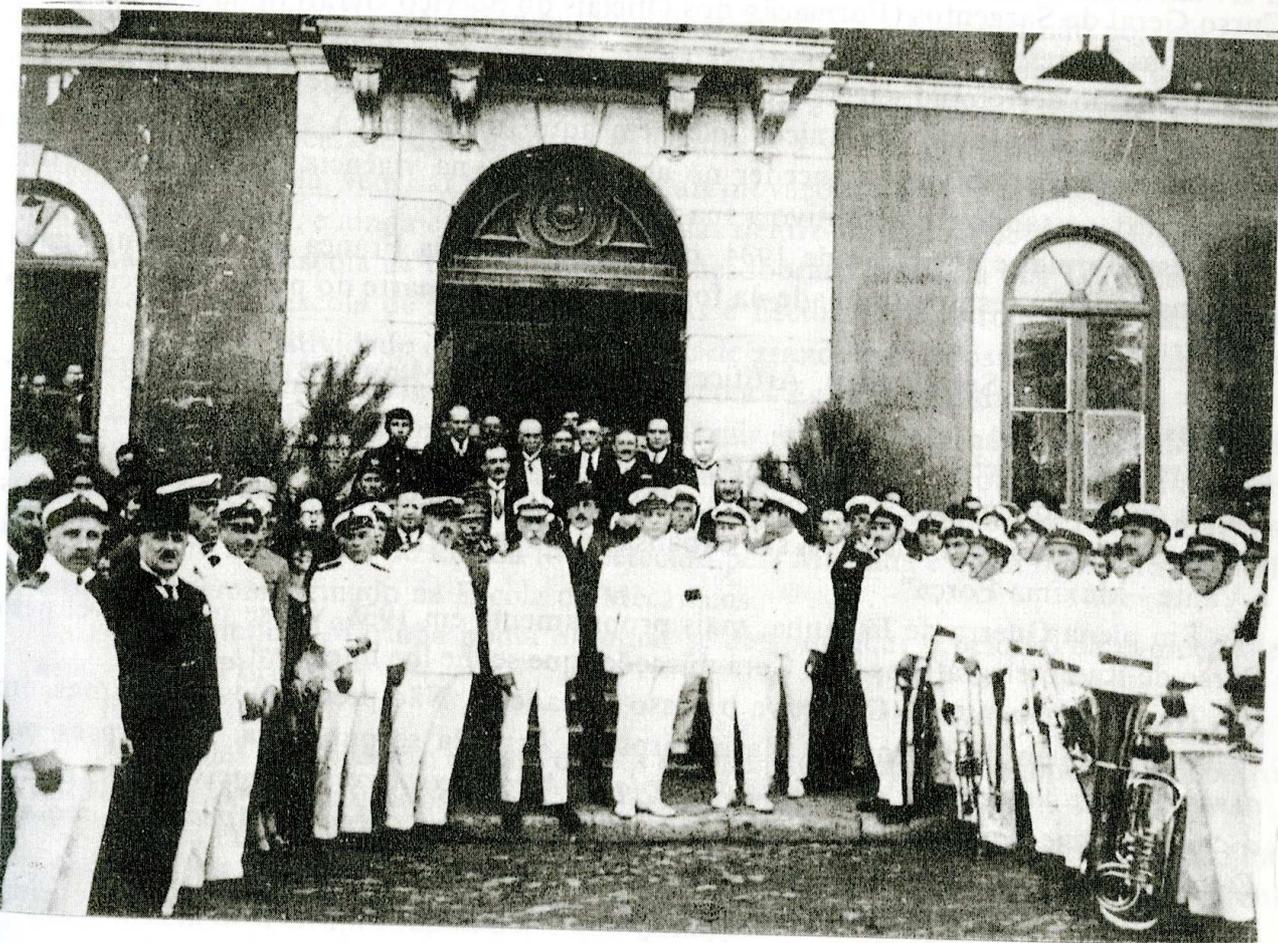
“O estabelecimento da Base Naval viria solucionar talvez, um problema que interessava Vila Franca: parecia existir um excesso de mulheres perante o número de homens...”

Neste aspecto enganou-se o repórter do D.L., porque não foi assim. Na realidade, e segundo informação de quem viveu essa época, nem as moças suspiravam pelos marinheiros, nem estes, acabados de chegar, vinham sem as sinceras e vibrantes promessas das suas conversadas. É evidente que alguns por cá se fixaram mas nada do que poderia prever-se. Realce-se que a boa harmonia e sã convivência foram sempre apanágio mútuo, recíproco.

Porém, bem pouco tempo haveria de permanecer na Quinta das Torres a referida Base Naval.

No ano seguinte, 1926, após o 28 de Maio, a implantação dum novo regime político garantiu uma maior estabilidade e levou definitivamente os Contratorpedeiros de volta a Lisboa.

Mas a Marinha de Vila Franca não findava aqui: - ficava o pessoal necessário para a conservação das instalações, entretanto edificadas e que, volvidos poucos anos, iriam constituir o embrião do que é hoje o Grupo N.º 1 de Escolas da Armada.



1925 - A Marinha em Vila Franca de Xira. Acto solene na Câmara Municipal.

E não foram esquecidas nem votadas ao abandono pois, num Decreto de Maio de 1928, era criada a 2.^a unidade naval a instalar na Quinta das Torres - a Delegação Marítima de Vila Franca de Xira que nesta permaneceria até 1979, data em que seria transferida para as suas actuais instalações no Jardim Constantino Palha da cidade.

Mais um período de redefinições de meios e de bases da Marinha viria a suceder até 1934.

Neste ano, sendo Ministro da Marinha o Capitão de Fragata Mesquita Magalhães e sob a sua égide, várias e substanciais foram as modificações nomeadamente na Gestão de Pessoal e respectiva instrução.

Através dum Decreto de 10 de Maio são revogadas as Brigadas de Artilheiros, de Mecânicos e de Marinheiros, autónomas e, até então, responsáveis pelas respectivas gestão e instrução, fazendo-as depender directamente do Corpo de Marinheiros da Armada com sede no Alfeite.

Simultaneamente, eram criadas as Escolas de Aplicação da Marinha: a Escola de Artilharia Naval, a Escola de Marinharia e Manobra, a Escola de Radiotelegrafistas e a Escola de Mecânicos.

A Escola de Mecânicos professaria os cursos da extinta Brigada de Mecânicos e o Curso Geral de Sargentos (Formação dos Oficiais do Serviço Geral) tinha a sua sede na Quinta das Torres.

O referido decreto no seu Artigo 24.^o criava também a Escola de Alunos Marinheiros anexando-a à Escola de Mecânicos mas sem aqui funcionar. A sua implantação nas actuais instalações só viria a suceder no ano de 1939, na vigência do Ministro Ortins Bettencourt, cessando em definitivo a sua vida nómada.

Desta forma, e em Maio de 1934, o Concelho de Vila Franca de Xira congregava nos seus limites a responsabilidade da formação da maior parte do pessoal especializado da Marinha. A ver:

— Fogueiros, Serralheiros, Artífices Condutores de Máquinas e Torpedeiros-Electricistas.

Árduos e difíceis foram os quatro anos posteriores. Todavia, ultrapassados estes, a Escola de Mecânicos não só se tornava adulta, já formava cerca de quatrocentos alunos por ano, como também iniciava a sua expansão e embalava para a sua imparável “Marcha a Vante - Máxima Força”.

Em plena Guerra de Espanha, mais propriamente em 1938, via-se responsável pelo Curso de Radiotelegrafistas e de Comunicações que se lhe lhe integrava.

Neste entretantes, a CP activa o nosso Apeadeiro. Não precisamos a data mas, em 1940, em Ordem do Corpo de Marinheiros da Armada se publicava: “*As praças que destaquem ou passem em deligência à Escola de Mecânicos devem, o mais tardar, tomar o comboio que parte de Lisboa-Rossio às 19 horas e que chega ao Apeadeiro daquela Escola às 20 horas. Deverão ir acompanhados da respectiva bagagem*”.

E foi a 2.^a Guerra mais os benefícios que consigo acarretou, mau grado os malefícios, a contribuir para nova “*Palhetada a Vante*”.

A 26 de Maio de 1942, uma Portaria criava, na Escola de Mecânicos, o Curso dos Artífices Radiotelegrafistas.

Dez anos passaram sem alterações ou inovações significativas.

No derradeiro dia do ano de 1952, nova Regulamentação da Constituição dos Quadros Permanentes da Armada era publicada, criando novas Classes de Sargentos e Praças. No que nos toca, passámos a ter a responsabilidade da formação das seguintes:

- Artífices Electricistas
- Artífices Radioelectricistas
- Artífices Condutores de Máquinas
- Fogueiros Motoristas
- Radiotelegrafistas
- Radaristas
- Electricistas
- Torpedeiros Detectores
- Serviços Gerais - esta englobando os Escriturários, os Condutores de Automóveis, os Monitores e Auxiliares.

Tal medida era a resultante de novas e prementes necessidades que continuavam a exigir mais e renovados esforços à Marinha de Vila Franca.

Uma técnica já ultrapassada residia na forma da comunicação manuscrita. As máquinas de dactilografia eram já comumente utilizadas e a Marinha não possuía pessoal seu, por si especializado, como vinha sendo seu timbre. E, ciosa das suas capacidades docentes, cria, em 1953, a Escola de Escriturários que é integrada na Escola de Mecânicos.

Esta multiplicidade de Cursos já existentes e a ser ministrados, aliados à criação desta última Escola, vem dar o mote para mais inovações.

Assim sendo, e ainda em 1953, são criadas dentro da Escola de Mecânicos a Escola de Máquinas, a Escola de Comunicações e é desdobrada a Escola dos Torpedeiros Electricistas para a Escola de Armas Submarinas e Escola de Electrotecnicia, mas, logo em 1954, pela imperatividade do apetrechamento de grande parte dos navios de guerra com radares, a Marinha é obrigada a criar nova escola - Escola de Radio-Deteccção - a fim de poder contar com operadores capazes de conduzir este revolucionário equipamento para a época. No ano seguinte novo baptismo para esta Escola - Escola de Informações em Combate - por razões mais que óbvias. Registe-se por curiosidade que o 1.º raçar a ser instalado no Aeroporto de Lisboa foi oferecido pela Marinha e a sua operação inicial foi feita por pessoal formado na Escola de Mecânicos.

Nesse tempo a Marinha podia orgulhar-se de comandar o pelotão da evolução tecnológica em Portugal.

E chega 1961!

As Escolas de Aplicação tinham os seus dias contados pela impossibilidade de controle eficaz dos mais diversificados cursos que lhes eram exigidos ministrar.

Donde, em 24 de Maio de 1961, o Ministro da Marinha, Almirante Quintanilha e Mendonça Dias, subscreve um Decreto que criava as Escolas Técnicas da Armada congregadas em dois Grupos separados e autónomos:

— O 1.º (como não podia deixar de ser), coube a Vila Franca de Xira herdando, na totalidade, a extinta Escola de Mecânicos).

Estava criado o GRUPO N.º 1 DE ESCOLAS DA ARMADA englobando as seguintes Escolas Técnicas:

- Escola de Máquinas,
- Escola de Electrotecnia,
- Escola de Informações em Combate,
- Escola de Armas Submarinas,
- Escola de Comunicações,
- Escola de Sargentos,
- Escola de Escriurários e
- Escola de Alunos Marinheiros, esta com Regulamento interno próprio.

Dois anos passaram e a Escola de Escriurários já estava desactualizada. Os seus alunos não eram habilitados tão só com o Curso de Dactilografia; muitos mais conhecimentos lhes eram transmitidos. Uma das Disciplinas mais incrementadas foi a Logística do Abastecimento - nome aproveitado, aliás, para lhe dar nome actual - Escola de Abastecimento.

Ainda em 1963, Setembro, e já a “rebentar pelas costuras” o Grupo n.º 1 de Escolas da Armada remetia para o Grupo n.º 2, no Alfeite, a Escola de Comunicações para ocupar instalações expressamente concebidas para uma melhor eficácia da sua docência.

Era a política da Instrução na Armada a funcionar e, pelo menos, três são as razões que podem apontar-se para a tomada desta medida.

A primeira, acabada de aflorar, era o já exíguo o espaço de que dispunha o Grupo N.º 1, encravado entre o Tejo e Caminho de Ferro, a Oriente; a fábrica Cimianto, ávida também ela de expansão, a Sul; a Estrada Nacional n.º 10, a Ocidente; e o Campo de Futebol do União Vilafranquense, a Norte.

Como segunda razão os problemas cada vez mais insustentáveis do transporte do pessoal. Desde muito cedo, e por incompatibilidade de horários, se concluiu não ser viável nem eficaz a utilização do comboio para regresso de Licenças dos muitos instrutores que viviam em Lisboa, em Almada e respectivos arredores. E só com autocarros e condutores próprios se pôde atenuar este, ainda hoje, premente inconveniente.

A terceira razão, e a que mais tem preocupado a Marinha, era a preparação técnico-profissional do seu pessoal.

Tornavam-se indispensáveis a reestruturação e a regulamentação da carreira militar da Classe da Taifa. Em 1968, o pessoal desta classe, que não passava de praça por não ser expressamente formado pela Marinha, começa a gozar dos mesmos direitos das outras Classes, e é contemplado com escola própria. Seria, em 1972, a transferência da Escola de Armas Submarinas, também ela, para o Grupo n.º 2, Alfeite, com instalações mais adequadas e melhor apetrechadas que iria permitir, sem grandes dispêndios, a solução desta nova medida.

A Escola de Abastecimento, ocupa as instalações deixadas por aquela e assimila a nóvel Escola da Taifa - para a Marinha; de Hotelaria, para as entidades que, a partir dessa data, começam a cobiçar os nela recém-formados, pelo que se escusa a alusão às suas capacidades.

De então para cá, ligeiras foram as inovações.

Em 1975, com a extinção da Classe de Oficiais do Serviço Geral, terminou a Escola de Sargentos. Para a substituir foi criado na Escola Naval o Curso de Formação de Oficiais Técnicos.

A Escola de Alunos Marinheiros, com novos Estatutos, ficava adstrita ao Grupo n.º 1 e ganhava uma piscina aquecida para a instrução de natação dos mancebos que não soubessem nadar. Este benefício veio a contribuir, em grande parte, para a abertura definitiva do Grupo n.º 1 à Comunidade local, o que muito apraz a quantos nele prestam serviço.

Por epílogo fiquem as seguintes deduções:

Vale a pena constatar que a saudosa e aprazível Quinta das Torres de 1924 deu lugar à Escola mais reconhecida da Marinha - a ponto de ter recebido, na gíria naval o epíteto de “Universidade da Lezíria” ou, também, “Marinha da Lezíria” - reconhecimento intrínseco ao inegável acolhimento dispensado pela população local.

É mais que justificável o regozijo dos muitos militares portugueses que de alguma forma contribuíram com muito esforço e muita dedicação para o engrandecimento do seu Grupo de Escolas, tal o carinho patente ou reconhecido em cada passo, em cada canto da Unidade.

Homens do mar, por natureza duros, souberam transformar uma quinta num autêntico jardim, souberam transformar gerações de jovens oriundos dos mais remotos recantos do nosso Portugal em técnicos altamente especializados e competentes, souberam criar laços de amizade e franca convivência com as populações locais, amplamente demonstrados nas comemorações que estamos a realizar, souberam, enfim, tal como sempe foi nosso apanágio, honrar e dignificar o bom nome da Marinha.

Esta foi a herança que recebemos dos que nos antecederam, este será o legado que transmitiremos aos nossos vindouros.

**MOINHOS DE VENTO
DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA**

CLARA FRAYÃO CAMACHO

O estudo dos moinhos é, por tradição, domínio ficcional da literatura e científico da etnologia e da história, só recentemente tendo recebido o contributo que as perspectivas de análise da arqueologia industrial vieram trazer à sua investigação e interpretação. Mau grado o grito de alerta soltado por Sousa Viterbo há já quase cem anos,⁽¹⁾ da investigação sobre os moinhos portugueses em geral, e sobre os moinhos de vento em particular, estiveram ausentes ao longo do nosso século as perspectivas da arqueologia industrial. Já sobre os moinhos de maré, estudos datados das décadas de setenta e oitenta, e nomeadamente no nosso país, vieram trazer a este tipo de instalações moageiras o necessário enfoque dado pelo arqueólogo industrial.

Na elaboração deste estudo abordámos, numa primeira fase, bibliografia própria da etnologia e da história, o que permitiu dominar tipologias e especificidades lexicais de ordem regional, no primeiro caso, e situar cronológica e comparativamente a problemática da moagem no segundo. A passagem à fase seguinte, em termos de consulta bibliográfica — e mantínhamo-nos ainda no primeiro momento da investigação em que se procedia ao levantamento de vestígios indirectos⁽²⁾, revelou-se de alguma dificuldade. Ou seja: a perspectiva da arqueologia industrial subvertia de tal modo as perspectivas de abordagem anteriormente indicadas, e na ausência de estudos comparativos portugueses na área específica dos moinhos de vento artesanais, que nos foi preciso algum tempo de reflexão e de comparação, tanto com casos estrangeiros como com outros tipos de moinhos, nomeadamente os de maré.

(1) Viterbo, Francisco de Sousa, *Arqueologia Industrial Portuguesa. Os Moinhos*, 2.^a ed. Guimarães, 1986.

(2) Seguindo as fases próprias do método regressivo em Arqueologia Industrial.

Estudámos com maior especificidade duas unidades vivas no concelho de Vila Franca de Xira — os moinhos de vento do Casal dos Tojais e de Suberra. Procedemos à sua localização cartográfica e à observação e análise das suas construções e componentes tecnológicas. Aqui, as dificuldades com que deparamos deveram-se fundamentalmente à ausência de um trabalho interdisciplinar que, com colaborações nomeadamente de técnicos de arquitectura, engenharia, geografia e sociologia, completasse e aprofundasse análises e interpretações.

A proposta de musealização que finaliza o trabalho é resultado não só da investigação realizada mas também da reflexão que as problemáticas trazidas por uma nova museologia colocam. Assim, o posicionamento teórico espelhado na última parte do trabalho não é endógeno à arqueologia industrial nem às diferentes experiências de musealização que, partindo desta disciplina, têm vindo a surgir, tanto em Portugal, nomeadamente sob a iniciativa e/ou orientação da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, como noutros países com especial destaque para a Grã-Bretanha, Espanha (Catalunha), Itália, Estados Unidos e Canadá.

Os referentes de que partimos são, antes, os colocados no seio da museologia chamada nova que ao longo dos últimos dez anos produziu já documentação teórica que, baseada na experimentação, permite comparar e referenciar a musealização do património na sua dimensão global e integrada.

1 - A MOAGEM TRADICIONAL NO CONCELHO - BREVE ABORDAGEM

A produção de farinha, produto indispensável à alimentação do concelho de Vila Franca de Xira, dependeu até há escassas décadas do nosso século da moagem em moldes artesanais. Esta era assegurada por instalações moageiras que aproveitavam energias naturais e que, consoante as fontes energéticas, se repartiam por: moinhos de vento e moinhos de água (azenhas e moinhos de maré).

1.1 — Moinhos de vento

São o objecto deste trabalho e constituíam os mais abundantes equipamentos que, na área do concelho, e até ao nosso século, tinham a função de moer os cereais, transformando-os em farinhas próprias para a alimentação. Embora não nos cumprindo aqui o estudo de todos os tipos de moinhos artesanais referidos, seria de todo o interesse a realização de uma investigação integrada e comparativa das diversas estruturas próprias da moagem tradicional.

De facto, moinhos de vento e azenhas da região de Vila Franca de Xira alternavam **sazonalmente** o seu funcionamento, rentabilizando e aumentando, deste modo, a produção de farinhas. As informações orais colhidas, tanto junto dos moleiros como de habitantes das comunidades rurais do concelho, indicam a vulgarização da concentração no mesmo proprietário de um conjunto de moinhos e azenhas que, nos casos apurados, podia conter em termos quantitativos o simples par (1 moinho de vento/1 azenha) até ao número máximo de quatro ou cinco instalações (2 moinhos de vento/2 azenhas ou 3 moinhos de vento/2 azenhas).

Aproveitam-se, assim, os cursos de água no período de inverno — sensivelmente de Novembro a Abril — e a energia do vento no período estival — de Maio a Outubro. Da maior importância seria, para conhecimento desta matéria, o estudo da evolução da propriedade das moagens tradicionais, sua localização e distâncias no sentido de se apurar dos processos de concentração e arrendamento e, conseqüentemente, das suas relações e funções na vida económica local.

Os moinhos de vento existentes na área do concelho são todos de **tipo mediterrânico, fixos**, de torre, como em geral em toda a Estremadura, e fazem mover o tejadilho — no sentido de procurar a melhor orientação das velas face ao vento — através de um sarilho colocado no interior do moinho. A propósito do estudo dos dois casos sobre que nos debruçaremos, teremos oportunidade de detalhar a descrição tanto das construções como da tecnologia destes moinhos.

Reparte-se a superfície do concelho de Vila Franca de Xira pelas duas margens do Tejo, a que correspondem situações topográficas opostas. A margem esquerda, e uma faixa contígua do rio da margem direita, constituem zonas de planície cuja altitude varia entre 0,15 e 6 metros, enquanto que a zona poente do concelho, localizada no interior da margem direita, se apresenta montanhosa com declives acentuados. A sua altitude é de 120 a 130 metros, atingindo o seu ponto mais alto em monte Serves (350 metros) na freguesia de Vialonga.

Naturalmente foi na **zona montanhosa** da margem direita que teve lugar a construção dos moinhos de vento do concelho. Estes obedeceram, pois, ao princípio de aproveitamento de energia do vento a partir de cumes elevados ou flancos de elevações, em detrimento da localização em terrenos planos e abertos, como aconteceu em alguns casos da margem esquerda do estuário do Tejo, nomeadamente no Barreiro e na Trafaria⁽³⁾.

Precioso auxiliar na localização dos vestígios materiais implantados no terreno, a **toponímia** fornece-nos no presente caso alguns dados. Segundo João Baptista da Silva Lopes em *Dicionário Postal e Corográfico do Reino de Portugal*⁽⁴⁾, que tomou por base os resultados dos censos de 1864 e 1878, existiam nessas datas nove topónimos relativos a moinhos no concelho de Vila Franca de Xira.

NOME DOS LUGARES	FOGOS	FREGUESIA
Moinhos d'Além	1	Alverca
Moinho de Ferro(*) (Quinta do)	1	"
Moinho de Vento	8	"
Moinho de Vento (Quinta do)	1 des.	"
Moinho de Vento	1 des.	Castanheira
Moinho do Curto (Casal dos)	2 des.	S. João dos Montes
Moinho da Serra	1	Vialonga
Moinho da Costa Branca	1 des.	Vila Franca de Xira
Moinho da Vinha	1 des.	"

* Apurámos ser este o local de um lagar de azeite e de uma azenha.

(3) Cf. Custódio, Jorge, *As questões da moagem no Barreiro...*, p.9.

(4) *Dicionário Postal e Corográfico...*, Vol. I - dados recolhidos ao longo da obra.

A listagem precedente não correspondia à totalidade dos moinhos de vento existentes em 1864 e 1878 — uma vez que a preocupação do autor não era o levantamento dos moinhos, mas dos nomes dos lugares. No entanto, os dados referidos têm importância para um estudo comparativo com a cartografia de viragem do século⁽⁵⁾ e, sobretudo, para pesquisas no terreno por parte do arqueólogo industrial.

Elementos do quotidiano, associados à subsistência das populações, os moinhos de vento artesanais não foram objecto, senão esporadicamente, de referências na **bibliografia** que, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX descreve a paisagem do concelho de Vila Franca de Xira — corografias, relatos de viajantes, monografias locais⁽⁶⁾.

Da **iconografia**, cuja pesquisa se encontra, no entanto incompleta, ressaltamos uma gravura da primeira metade do século XIX publicada em *Revista Popular*, n.º 20, 1849, representando Vila Franca de Xira vista do Tejo, vendo-se dois moinhos de vento no cimo do Monte Gordo.

Fotografias várias e postais desde o princípio do século XX, com vistas gerais de Vila Franca, deixam ver os moinhos do Monte Gordo e, conseqüentemente permitem-nos traçar o seu percurso de actividade e decadência. Dada a sua localização sobranceira face à sede do concelho, é exclusiva dos moinhos do Monte Gordo a iconografia que conhecemos.

1.2 — Moinhos de Água

1.2.1 — Azenhas

As azenhas do concelho de Vila Franca de Xira eram moinhos de água de roda vertical, de propulsão superior, do tipo “copos” ou “copeiras”⁽⁷⁾, dado que a roda se situava em nível inferior à queda de água, o que correspondia à sua localização em afluentes do rio Tejo.

Os **mecanismos** de moagem eram comuns a este tipo de moinhos artesanais: o eixo da roda vertical penetrava no edifício, tendo sobre si aplicada uma roda dentada em madeira — a entrosga —, também vertical, cujos dentes engrenavam num carrete que tinha como eixo o próprio veio da mó.

As azenhas localizavam-se nos **cursos de água** que correm da margem direita do Tejo e que constituem afluentes deste importante rio. Estes cursos de água, embora numerosos, são de pequena importância em termos agrícolas, secando quase todos durante o verão. Tal circunstância obrigava à já referida alternância sazonal da moagem.

(5) Nomeadamente as cartas militares de finais do século XIX e princípio deste século.

(6) Sobre os moinhos de vento pouquíssimas referências encontramos na bibliografia local. Pela redundância, são de citar as *Memórias* da Marquesa de Rio Maior que se refere a Vila Franca de Xira como “um pombal de moinhos”.

(7) Segundo a terminologia utilizada pelos autores de *Tecnologia Tradicional Portuguesa - Sistemas de Moagem*.

A maior concentração de azenhas encontrava-se no rio da Silveira, que vem desaguar no Tejo na zona compreendida entre o Adarce e as Oficinas de Material Aeronáutico na freguesia de Alverca, e também no Rio Crós-Crós. Sobre estes cursos de água era criado um desnível através de uma levada que permitia as condições necessárias, em termos do volume e força das águas, para accionar a roda captadora da energia.

No século XVIII a abundância destes moinhos de água foi referenciada pelo Padre Luís Cardoso na descrição que fez da Vila de Alverca: “(...) *nas duas ribeiras chamadas huma da Fonte e outra do Valle ha doze azenhas de duas rodas cada huma alem de muitas atafonas que estão espalhadas pela villa*”⁽⁸⁾. Verificava-se, assim, que o problema moageiro do século XVIII era resolvido nesta região por moinhos accionados pela energia da água (azinhas) e pela energia animal (atafonas).

Recorrendo mais uma vez à **toponímia** em vigor na segunda metade do século passado⁽⁹⁾ é-nos possível detectar, no período de 1864 a 1878, a existência de treze topónimos em que é referenciada a palavra “azinha”:

NOME DOS LUGARES	FOGOS	FREGUESIA
Azenha do Batoque	1	Alverca
Azenha do Bolo	1 des.	”
Azenha da Brandoa	1 des.	”
Azenha do Ourives	1 des.	”
Azenha das Forras	1 des.	”
Azenha da Proverba	1	”
Azenha da Ribeira do Vale	1 des.	”
Azenha das Vieiras	1	”
Azenha do Vale	3	”
Azenha (Quinta da)	1 des.	Póvoa de Santa Iria
Azenha de Baixo	1	S. João dos Montes
Azenha do Bulhaco	1 des.	”
Azenha de Cima	1	”

De qualquer modo, e retomando o que atrás dissemos a propósito da toponímia dos moinhos de vento, os dados aqui mencionados são incompletos e apenas podem ter importância na medida em que contribuam para a detecção no terrenos destes vestígios naturais da paisagem pré-industrial.

Desconhecemos a propósito do concelho de Vila Franca de Xira qualquer elemento iconográfico em que figurem azenhas.

(8) Cardoso, Padre Luís, *Dicionário Geográfico*, vol. 7, Lisboa, 1747, p.385.

(9) Segundo *Dicionário Postal e Coreográfico...*, vol. I.

1.2.2 — Moinhos de Maré

No que se refere aos moinhos de maré, registam-se na área do concelho as **estruturas muito arruinadas** de um antigo moinho deste tipo, na margem do Tejo, na localidade de Adarce, freguesia de Alverca.

Necessitando, contrariamente aos moinhos de vento e às azenhas, de condições de implantação que exigiam especificidades mais raramente viabilizadas na sua concretização prática, estes moinhos situavam-se, ou nas costas ou nos estuários, onde a força das marés possibilitasse o seu funcionamento.

No **Adarce**, entre as vilas de Alverca e de Alhandra, na margem direita do Tejo, as condições naturais tornaram possível a construção de um moinho deste tipo, o qual, para além da captação da energia das marés, deverá certamente ter aproveitado a proximidade do porto fluvial para suprir as necessidades de recepção do cereal e posterior embarque da farinha moída. De facto, no mesmo local — cuja fundação remonta ao século XIV⁽¹⁰⁾ — existiu, pelo menos, até meados do século XIX um porto fluvial, um dos três que serviam a vila de Alverca. Aí se desenvolveram também actividades de construção naval, referenciadas ainda neste século e hoje desaparecidas sob os actuais estaleiros da Argibay.

A existência deste moinho de maré permaneceu na **memória oral** das populações do Adarce e dos operários da Argibay. As **referências documentais** de carácter corográfico referem-no, nomeadamente o Padre Luís Cardoso em *Dicionário Geográfico*,⁽¹¹⁾ e o príncipe Lichnowsky em *Portugal. Recordações do Ano de 1842*⁽¹²⁾. Este último, a propósito da vinda à festa de S. João de Alhandra, relata a respectiva viagem de bote e o desembarque forçado “(...) *Junto a um moinho a meia milha da Alhandra* (...)”.

Inventariado por Rui Parreira em “Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira”⁽¹³⁾ e referido e confirmado por Jorge Custódio em “Moinhos de Maré em Portugal”⁽¹⁴⁾, o moinho de maré do Adarce tem, pela sua localização na margem norte do estuário do Tejo — e para além da importância patrimonial estritamente local —, um interesse que justificaria a intervenção do arqueólogo industrial.

(10) Data de 17 de Outubro de 1379 a Carta de Privilégios aos moradores da Quinta do Adarce concedida por D. Fernando.

(11) Cardoso, Padre Luís, *Dicionário Geográfico*, vol. 1, p.397.

(12) Lichnowsky, Félix de, *Portugal. Recordações do Anno de 1842*, 2.^a ed. Lisboa, 1845.

(13) Parreira, Rui, “Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira - Notícia da parcela 404 - I” in *Boletim Cultural* 2, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1986.

(14) Custódio, Jorge, “Moinhos de Maré em Portugal” in *1 Encontro Nacional sobre Património Industrial*, vol. 1.

1.3 — Actual Ponto da Situação da Moagem Artesanal

Vestígios da sociedade pré-industrial, os moinhos são, antes de mais, marcas na paisagem. Fossem torres cilíndricas pontuando a orografia, azenhas implantadas na corrente dos rios, ou estruturas de grande porte aproveitando a energia das marés, os moinhos marcavam com a sua presença física funções económicas concretas e vitais para as comunidades onde se inseriam.

O desenvolvimento da “moagem económica” — e mais tarde da “moagem americana” — que permitiam uma melhor selecção dos grãos e consequentemente a diversificação de farinhas e a maior produção da taxa de farinha branca, aliado às inovações técnicas e à utilização de novas energias, nomeadamente a vapor, trouxeram à moagem tradicional, a partir do século passado, os primeiros sinais de decadência que se prolongariam até quase aos nossos dias.

No concelho de Vila Franca de Xira, a **decadência** da moagem artesanal reflectiu-se nos três tipos de unidades referidas, sendo os moinhos de vento os que continuaram a resistir até mais tardiamente.

Sobre o moinho de maré do Adarce desconhecemos a cronologia final do seu funcionamento⁽¹⁵⁾. Já a respeito das azenhas, a sua decadência parece situar-se fundamentalmente já neste século. Assim, os dados referidos por João Baptista da Silva Lopes para o período de 1864-78 são muito aproximados dos números apontados pelo Padre Luís Cardoso mais de cem anos antes. É claro que falta aqui o confronto e a pesquisa no terreno que confirme esta hipótese.

No entanto, as informações orais recolhidas apontam efectivamente para um número de azenhas um pouco superior à dezena nos primeiros anos deste século.

Destas, algumas já não funcionavam desde cerca de 1900 — azenha das Vieiras, azenha do Centeio de Baixo —, outras encerraram a sua actividade nos anos 20 — azenha da Quinta do Moinho de Ferro — e as demais viveram até às décadas de 50, 60 e mesmo 70 — a azenha do Batoque até 1958 e a azenha do Faustino até 1967.

A *Carta Militar de Portugal* editada pelo Serviço Cartográfico do Exército em 1965 referenciava nessa data cinco azenhas:

AZENHAS EXISTENTES EM 1965

LOCALIZAÇÃO	CURSOS DE ÁGUA	FREGUESIA
Junto ao Moinho de Vento	Rio Crós-Crós	Alverca
Casal da Mata (do Faustino)	Rio da Silveira	Alverca
Manassas	Rio da Silveira	Calhandriz
Junto à Quinta Nova	Rio da Silveira	Calhandriz
Quinta do Bulhaco	Rio da Silveira	S. João dos Montes

(15) A lacónica referência do príncipe Lichnowsky em 1842 não permite avaliar da sua actividade nesse período. A já citada necessidade de intervenção por parte do arqueólogo industrial poderia esclarecer este aspecto.

Quanto aos moinhos de vento, sendo em maior número, a sua decadência ao longo do século passado e já no nosso, fez-se sentir progressivamente nas elevações da margem ribeirinha do Tejo e depois nas do interior. Efectivamente foi nos aglomerados urbanos junto ao rio que as fábricas de moagem de características industriais se vieram instalar no princípio do nosso século, primeiro em Vila Franca de Xira, depois na Póvoa de Santa Iria e Alhandra.

Ao mesmo tempo, o **desenvolvimento industrial da panificação** retirava também à economia doméstica a exclusividade de fabrico do pão que passava a ser adquirido nas padarias.

Suprindo as carências de farinação das populações urbanas, as fábricas fizeram desaparecer a actividade moageira tradicional, o que sucedeu nomeadamente em Vila Franca de Xira — moinhos da Costa Branca, do Monte Gordo e do Cabeço Perdido. Em Alverca também já não moeram neste século os moinhos do Casal do Modelo e da Quinta da Brandoa em Arcena.

As comunidades rurais do interior do concelho continuaram, no entanto, durante muito mais tempo a fabricar em casa o pão necessário ao sustento das famílias e, em consequência, a recorrer à moagem artesanal dos cereais.

A Carta Militar de 1965 apresenta-nos o seguinte panorama quanto aos moinhos de vento existentes nessa data:

MOINHOS EM ALVENARIA	MOINHOS EM RUÍNAS	LOCALIZAÇÃO	FREGUESIA
1		Moinho de Vento	Alverca
1		Casal da Boa Vista	Calhandriz
1			Castanheira
2		Moinho da Serra	S. João dos Montes
1		Casal da Eira Velha	
1		Casal da Tapada	
1		Tojais	
2		A-dos-Loucos	
2		Casal das Cerquinhas	
2		Moinhos do Forte	
1		Moinho do Bento	
1		Casal do Olivalinho	
	1	Junto da Quinta do Convento dos Frades	
	1	Vialonga (Centro)	
1		Moinho do Serpa	
2		Casal Perdido	Vila Franca de Xira
1	2	Monte Gordo	Vila Franca de Xira

Havia assim, em meados dos anos sessenta e no que respeita às construções, vinte moinhos de vento a que se juntavam quatro estruturas arruinadas.

Em 1990, data da redacção deste trabalho, qual a situação dos moinhos de vento no concelho de Vila Franca de Xira?

As únicas instalações moageiras de carácter artesanal que se encontram **em actividade** no concelho são: a azenha do Bulhaco (utilizando já não a água como fonte energética, mas energia eléctrica, pelo que se introduziu adaptações tecnológicas no seu funcionamento) e os moinhos de vento dos Tojais e de Suberra (Moinho do Forte).

Em ruínas encontra-se a grande percentagem dos moinhos do concelho. Ora conservando ainda no interior os mecanismos próprios da moagem — na maior parte das vezes apodrecida a madeira, que constituía o material predominante —, ora constituindo verdadeiras ruínas a que falta, ou o capelo, ou todo o velame, e de que restam apenas as estruturas da construção.

Totalmente destruídos foram também alguns moinhos de que assinalamos o caso mais recentemente constatado — o moinho de vento localizado no lugar do mesmo nome em Arcena, freguesia de Alverca, destruído pelo seu proprietário em 1976.

Finalmente, alguns foram alterados e reaproveitados **para outros fins**, de que destacamos dois exemplos: no Monte Gordo em Vila Franca de Xira a instalação de um bar num dos três moinhos aí existentes e em Trancoso (S. João dos Montes) a transformação para habitação por parte de uma família oriunda da Alemanha que o adquiriu e aí se instalou. Em ambos os casos, subsistiu apenas parte das construções exteriores, sendo completamente modificado o interior.

2 — ESTUDO DO MOINHO DO FORTE E DO MOINHO DOS TOJAIS

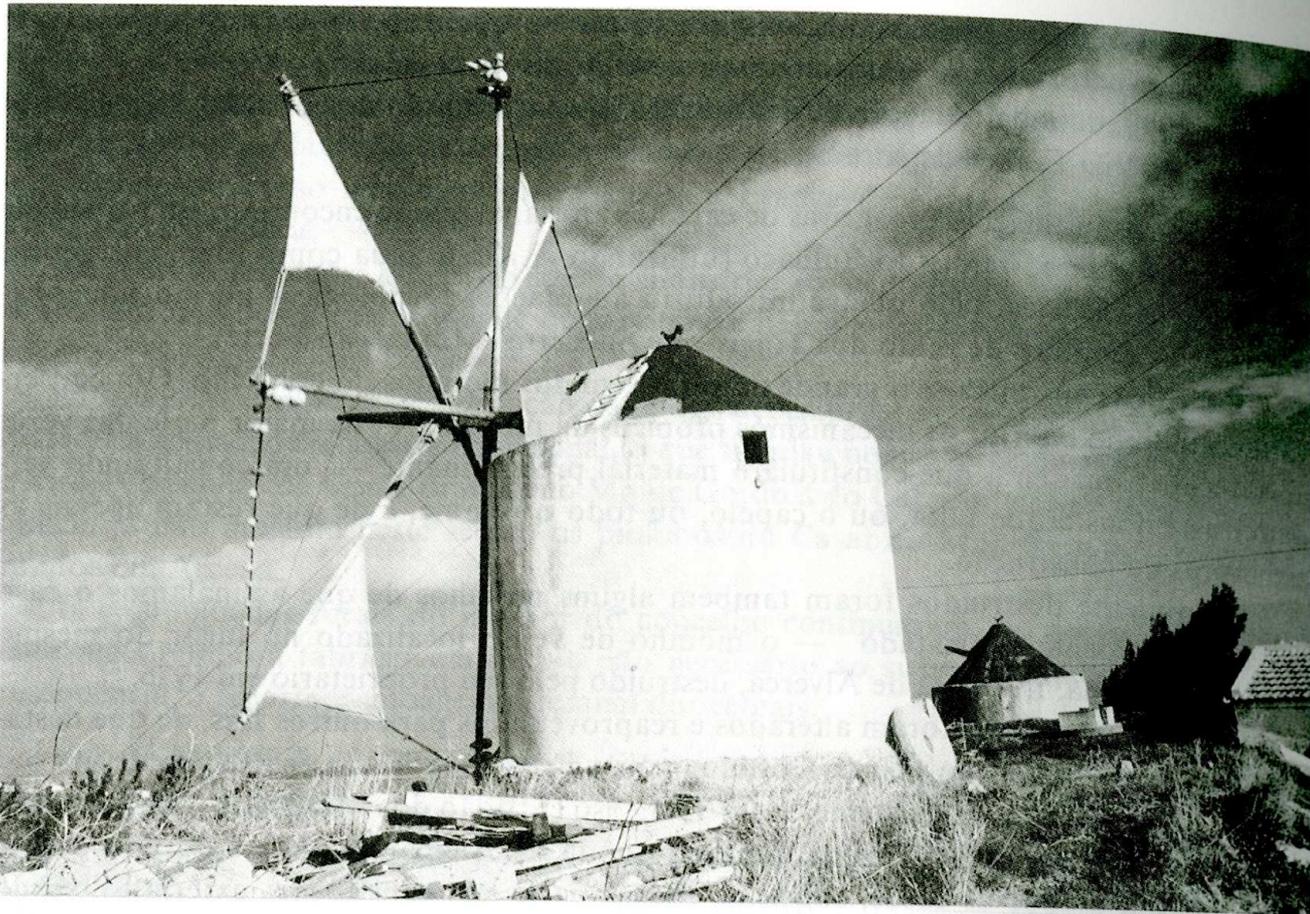
Os dois moinhos de vento em estudo têm entre si um conjunto maior de semelhanças do que diferenças. Une-os em primeiro lugar o facto de serem, no momento de redacção deste trabalho, as únicas instalações vivas da moagem artesanal, movida a energia eólica no concelho de Vila Franca de Xira. A este facto junta-se o de terem sido, na primeira metade deste século, parte de um conjunto de moinhos — de vento e azenhas — concentrados nas mãos de um mesmo proprietário — João Faustino.

A ligá-los, além de uma história e de um presente com alguns pontos de aproximação, também nas suas construções e tecnologia iremos encontrar semelhanças que os tornam vestígios vivos e paradigmáticos dos equipamentos moageiros tradicionais do concelho.

2.1 — Localização

Situam-se os dois moinhos em **cumes elevados** da margem direita do Tejo, sendo que o Moinho do Forte (Suberra) se encontra na primeira linha de elevações que se sobrepõem à faixa plana que ladeia o rio, a uma altitude de 168 metros.

Já o moinho dos Tojais se situa na zona interior nitidamente montanhosa do concelho, muito próximo do limite ocidental deste com o de Arruda dos Vinhos, a uma altitude de 227 metros.



Moinho de Vento do Forte

Tanto um como outro foram construídos tendo em conta a melhor implantação face à energia eólica, dado que na região dominam os ventos de norte e de noroeste⁽¹⁶⁾.

A **paisagem envolvente** dos dois moinhos é diversa, tendo em conta a sua diferente localização. Têm, no entanto, em comum o facto de qualquer deles fazer par com um outro moinho de vento que se encontra, num e noutro caso, hoje em ruínas. No caso do moinho do Forte a situação é mais evidente: recebem os dois moinhos a mesma designação - Moinhos do Forte -, pertenceram ao mesmo proprietário e distam escassas dezenas de metros. Nos Tojais a distância entre os dois moinhos é um pouco maior - 1200 metros -, não deixando, no entanto, de se avistarem em conjunto.

Próximo da paisagem urbanizada e industrial da faixa ribeirinha do Tejo e sobranceiro à vila de Alhandra, o moinho do Forte é hoje dominado pela presença da pedreira da CIMPOR cujas estruturas quase o envolvem. Embora próximo de Alhandra, a paisagem que se deixa hoje divisar é a da encosta da Subserra e de A-dos Loucos, de caracte-

(16) Informações colhidas junto do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica permitiram-nos obter o quadro de frequência, e velocidade média (Km/h) para cada rumo de vento relativamente a uma região bastante vasta, dado que as estações mais próximas dos moinhos em estudo são: Lisboa/Portela, Dois Portos e Santarém/Escola Agrícola. Uma pesquisa executada com maior duração temporal permitiria obter do Instituto dados precisos sobre os dois locais em causa, o que não foi possível já incluir neste trabalho.

rísticas de transição para a zona rural. No século XIX eram os Fortes das Linhas de Torres - o moinho encontra-se a meio caminho entre duas das fortificações da 1.ª linha - e a Quinta de Subserra que constituíam os principais marcos de construção na paisagem envolvente.



Foto: Helder Dias

Moinho de Vento do Casal dos Tojais

O moinho dos Tojais encontra-se numa zona ainda hoje de características rurais onde predominam os casais dispersos no terreno. A sua localização num ponto alto permite obter uma perspectiva da paisagem rural do concelho, desde o limite mais interior até aos aglomerados urbanos junto ao Tejo, avistando-se uma extensão de mais de dois quilómetros que finaliza na vila de Alhandra.

2.2 — As construções

O estabelecimento da cronologia a que reporta a construção de um e outro moinho só pode ser apurado através da observação e interpretação das respectivas construções. De facto, são inexistentes os projectos deste tipo de edificações cujos arquitectos e engenheiros eram os próprios moleiros ou outros técnicos locais que os concebiam e executavam sem recorrer a desenhos de pormenor⁽¹⁷⁾.

A datação é-nos fornecida, por um lado, por elementos explícitos inscritos no interior dos próprios moinhos - e que correspondiam a preocupações temporais nem sempre contemporâneas da construção, mas antes de alterações a esta ou aos mecanismos da moagem - e, por outro, através da análise das técnicas e materiais utilizados na própria construção.

No que se refere ao primeiro tipo de elementos, encontrámos no moinho dos Tojais apenas uma data inscrita, no interior da construção, na parte superior do mastro, e que corresponde à substituição deste em 8 de Maio de 1955. Daí a sua cronologia ter de ser estabelecida a partir da análise de elementos fornecidos pela observação da construção. O moinho do Forte é mais abundante em dados temporais explícitos, apresentando no sarilho a data “Abril 1822” e uma marca de assinatura. No rés-do-chão, na madeira das agulhas ostenta os seguintes indicadores: 17(?)63.

Apesar de tomarmos em conta os elementos referidos, dada a sua incerteza e a dificuldade de leitura conclusiva da data aposta no rés-do-chão do moinho do Forte, teremos de recorrer fundamentalmente às técnicas, aos **materiais** e aos **elementos componentes das construções** para datarmos com maior precisão estas instalações.

A construção dos dois moinhos é em alvenaria de pedra com reboco em argamassa de areia ligada com cal. Têm ambos rebocos exteriores recentes de argamassa hidráulica, revestida a cal.

Nos dois casos as fundações em pedra encontram-se hoje à vista e constituem a base da construção. Presumivelmente as fundações poderão ter estado enterradas no caso do moinho dos Tojais e o chão envolvente poderá ter sido rebaixado, visto que o acesso à porta do moinho se faz através de degraus exteriores. Esta hipótese necessita de confirmação através de pesquisa mais exaustiva no local. As paredes são resistentes, pela argamassa que as compõe, e constituem elas próprias a estrutura em que assenta a construção. Esta tem nos dois casos forma cilíndrica a partir das fundações que, como referimos, se encontram à vista. A altura do moinho dos Tojais é, até à base do capelo, de 5 metros, sendo o diâmetro exterior, na base das fundações de 6,27 metros enquanto que na base do moinho propriamente dito é de 5,57 metros. A espessura das paredes é na parte superior da construção de 0,85 metros.

(17) Cf. Custódio, Jorge, *Método Comparativo e Método Regressivo na Detecção do Moinho Gigante do Barão do Sobral erigido no Barreiro*.

Os elementos componentes do exterior das construções são, nos dois casos, uma única porta, sobre a qual se abre uma janela e, no caso dos Tojais, mais duas janelas e um postigo. No moinho do Forte há uma janela e dois postigos no piso superior e um postigo no piso térreo.

Todos estes elementos são rodeados por cantarias - montantes e travessas - em pedra calcária sendo as pedras únicas.

A construção é rematada por um telhado em madeira - o capelo - que, no moinho dos Tojais, é revestido a tela embebida em alcatrão, enquanto no moinho do Forte este sistema tradicional foi substituído parcialmente por chapa zincada. Interiormente o moinho dos Tojais tem dois pisos: piso térreo em lajes de pedra e primeiro piso em sobrado. A ligá-los uma escada, cujos primeiros degraus são em laje e os seguintes em madeira, alteração efectuada no sentido de melhor aproveitamento do espaço no piso térreo.

O moinho do Forte tem três pisos: um piso térreo em lajes de pedra que é uma zona de arrumação, um primeiro piso em sobrado (tábuas de solho) onde está instalado o casal de mós de milho e um segundo piso, também em sobrado, onde funcionam as mós de trigo. A escada deste moinho sofreu a mesma alteração que a dos Tojais: inicialmente toda em pedra, restam-lhe hoje oito degraus em laje, sendo os restantes sete em madeira.

Interiormente o moinho dos Tojais não se encontra rebocado, enquanto no moinho do Forte apenas o segundo piso está com reboco - recente, de argamassa hidráulica encontrando-se o piso térreo e o primeiro piso em alvenaria, o que permitiu uma análise mais detalhada dos materiais de construção.

O **estado de conservação** dos dois moinhos é diverso. O moinho do Forte foi herdado pelo actual proprietário, seguindo uma linha sucessória de tradição moleira que radica pelo menos no bisavô deste. Tendo aprendido o ofício em rapaz, o actual proprietário teve depois outras ocupações, retomando a actividade da moagem após a morte do pai, nos anos setenta. Na casa anexa instalou um forno de pão, facto que abordaremos no capítulo referente à produção. Apesar de prosseguida a actividade, o moinho não conheceu obras de conservação, encontrando-se hoje todo o interior em mau estado, nomeadamente os mecanismos em madeira, estando esta bastante apodrecida.

Adquirido pelo actual proprietário em 1975, o moinho dos Tojais encontrava-se desde os anos sessenta em inactividade. O actual proprietário, e já na segunda metade da década de oitenta, tem vindo a proceder a obras de conservação, onde tem imperado geralmente o bom-senso e um conhecimento seguro da moagem artesanal. Neste sentido, até ao presente, a conservação - realizada lenta e progressivamente - beneficiou em grande medida o aspecto geral do moinho, e não produziu **alterações** ao nível da construção, a não ser no que se refere nalguns materiais - reboco de argamassa hidráulica, por exemplo.

Uma alteração introduzida já com reflexos na tecnologia, foi a electrificação de ambos os moinhos, com as consequentes marcas exteriores na arquitectura.

Na descrição da tecnologia, indicaremos, a propósito de cada elemento, a sua localização no moinho, o que permite a caracterização da ocupação de cada piso.

Além dos mecanismos, há a referir as necessidades de arrumação, o que é conseguido com a abertura de cavidades nas paredes ou pelo aproveitamento de todo o espaço junto às janelas. Isto passa-se em ambos os moinhos.

Ainda no capítulo das construções refiram-se os **edifícios em anexo**. Em ambos os casos os moleiros habitam junto ao moinho: no caso do Moinho do Forte há, pelo menos três gerações que assim é, pelo que existe um conjunto de habitações pequenas e sucessivamente alargadas ao longo dos anos aonde reside a família do moleiro. Assim se encontram também arrumos e num destes, o mais próximo do moinho, está instalado o motor eléctrico.

Nos Tojais, o actual proprietário recuperou também uma habitação pré-existente onde se instalou e, em construção anexa, edificou um forno de pão. Junto ao moinho tem, num dos arrumos, algumas ferramentas de trabalho, nomeadamente ligadas à manutenção das velas, e medidas de cereal.

Em ambos os casos a **zona exterior envolvente** dos moinhos apresenta um aspecto de relativa desordem, com diversos tipos de materiais, como lenhas para os fornos de pão e outros. As construções, tanto de habitação como de arrumos, são de má qualidade, utilizando materiais modernos e não obedecendo a qualquer projecto de conjunto.

2.3 — Tecnologia

Abordaremos a tecnologia dos dois moinhos de vento em estudo, seguindo os processos de **transformação da energia potencial em trabalho**, dado que nos parece ser esta a forma mais explícita de abordar o funcionamento destes mecanismos artesanais. Embora

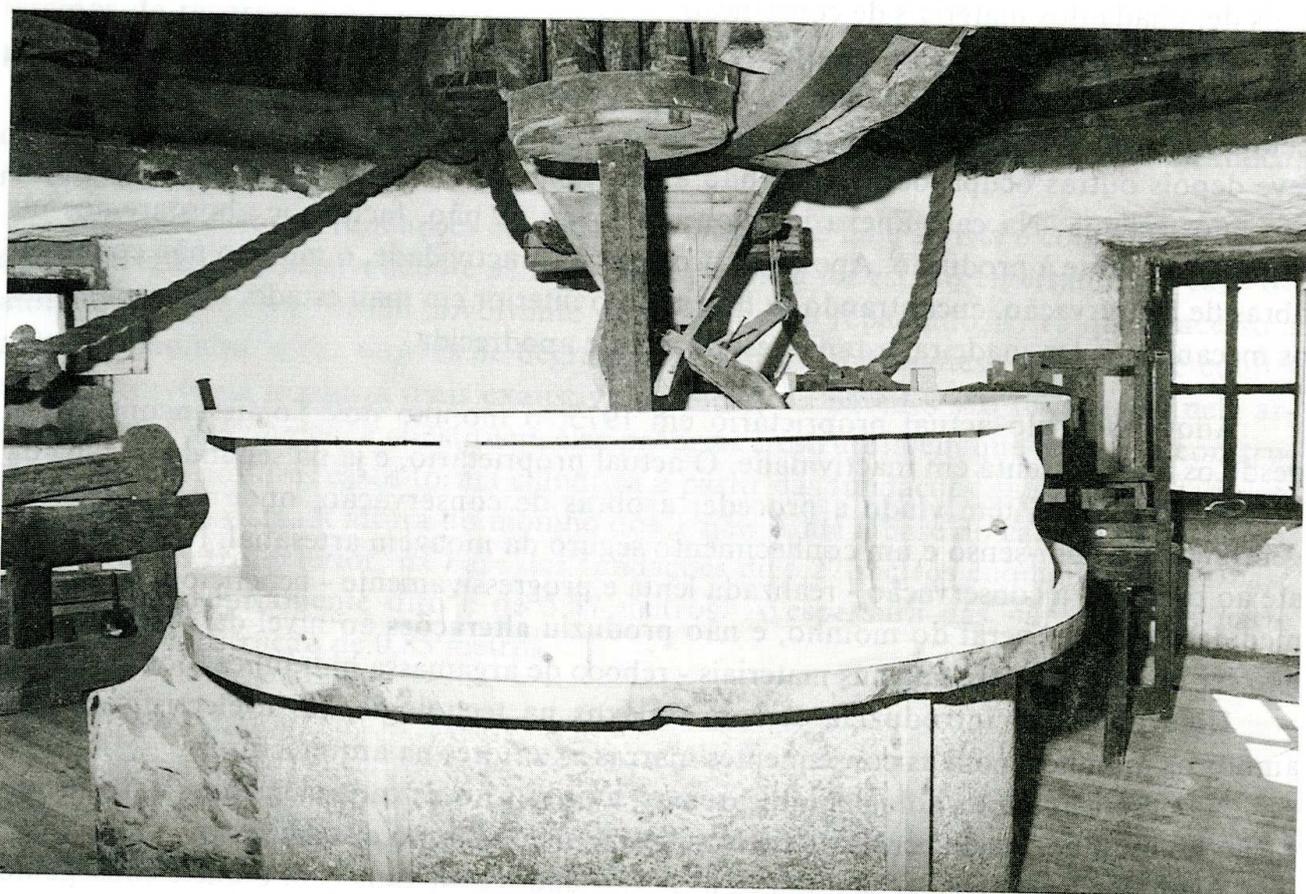
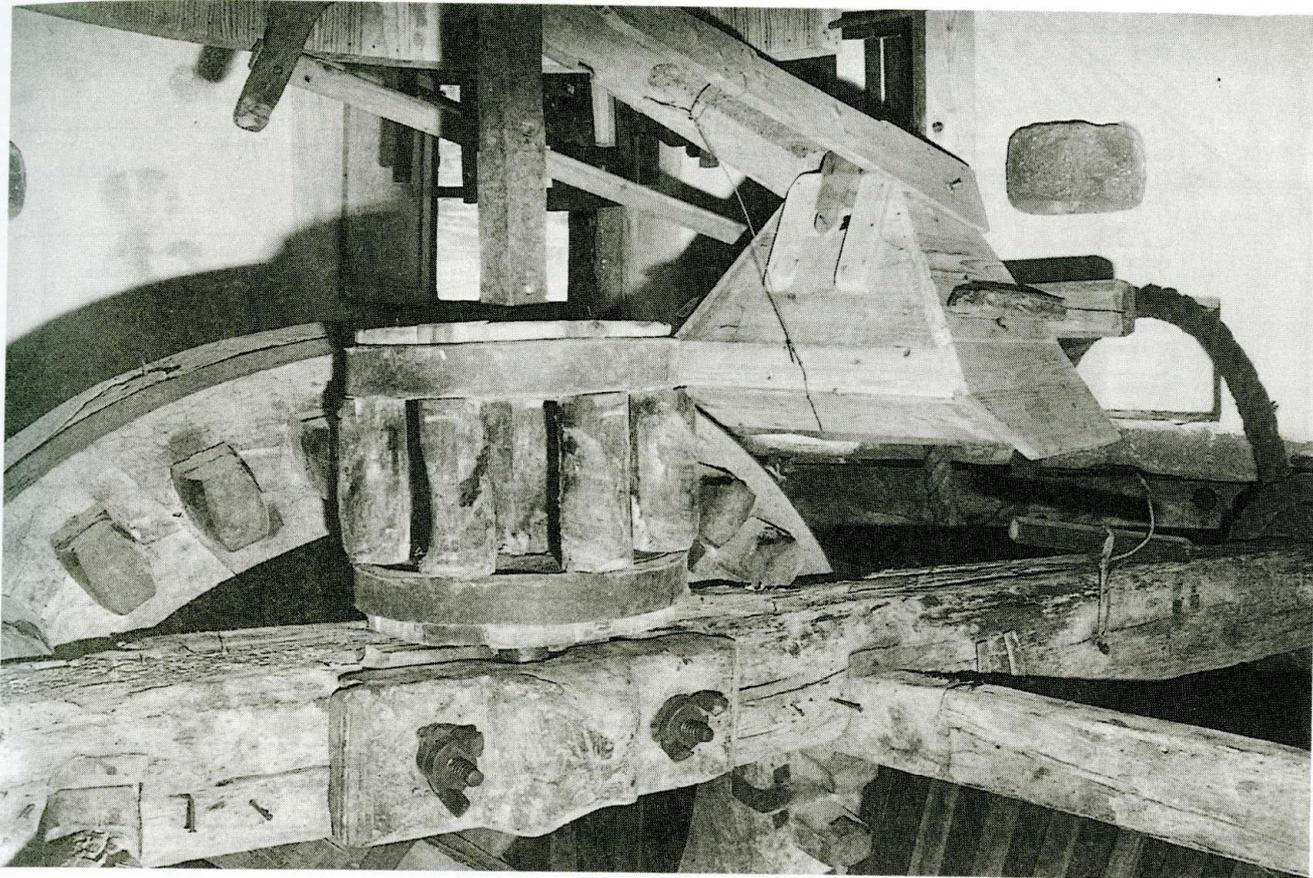


Foto: Helder Dias

Piso superior do Moinho dos Tojais

simples, estes mecanismos não deixavam de seguir os princípios físicos e mecânicos que permitem relacionar motores e máquinas operadoras para obter movimento e produção.

Começaremos por apresentar um **quadro analítico da tecnologia do Moinho dos Tojais**, não só porque é exemplar da moagem pré-industrial, mas também porque, por motivos de ordem prática, nos detivemos mais demoradamente na sua observação e interpretação, do que resultou um conjunto de dados melhor fundamentados.



Entrosga, carreto, eixo e tegão no Moinho dos Tojais

Na descrição que se seguirá faremos a comparação com o moinho do Forte em relação a todos os processos tecnológicos.

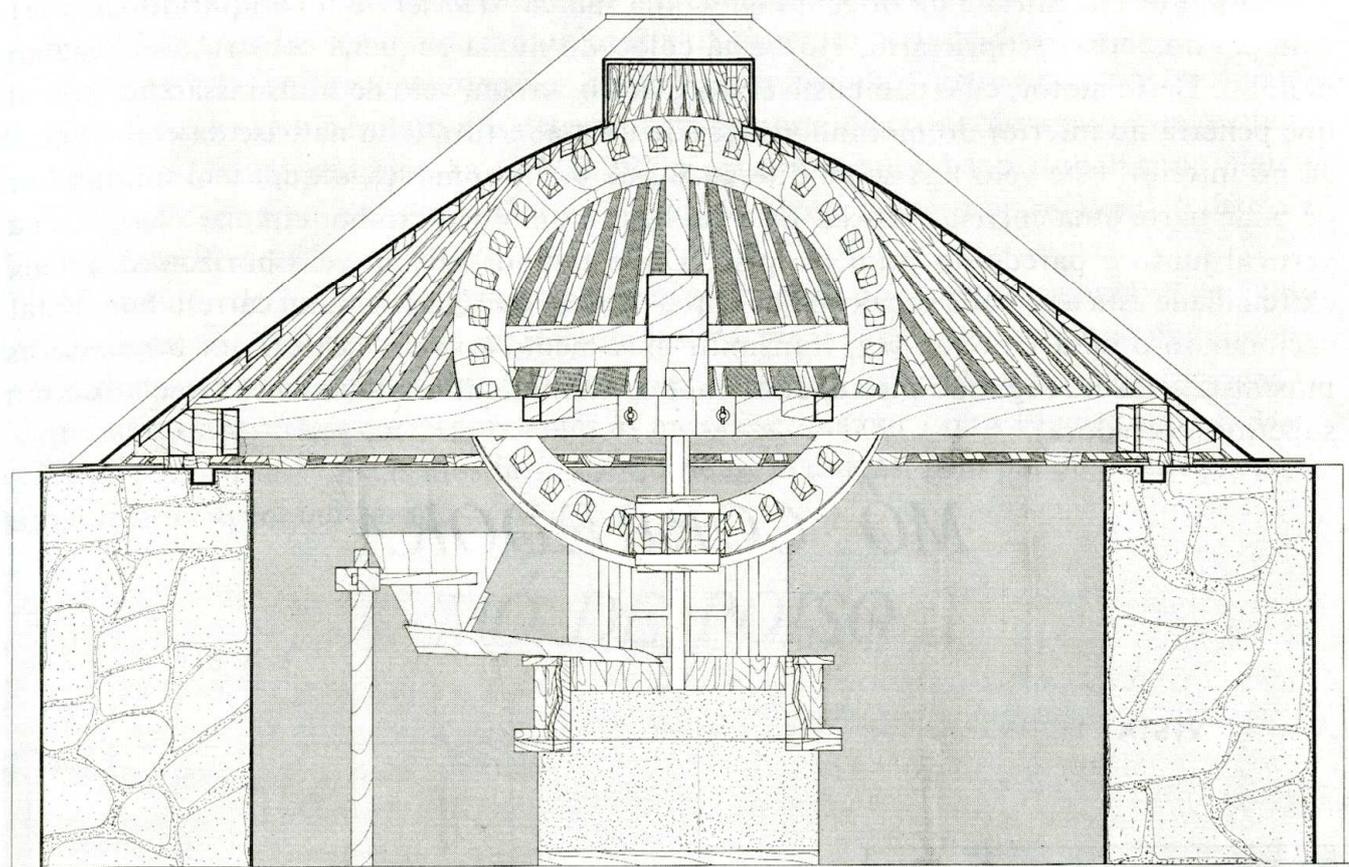
Anexam-se ainda alguns **desenhos** executados pelo Departamento de Habitação e Urbanismo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira no âmbito do levantamento do moinho dos Tojais, a pedido do Museu Municipal. Embora nalguns casos incompleto, optou-se pela sua anexação, dado que são contributos indispensáveis ao estudo rigoroso destes equipamentos.

QUADRO ANALÍTICO TECNOLOGIA DO MOINHO DOS TOJAIS

ENERGIA	DESIGNAÇÃO	DESCRIÇÃO	FUNÇÃO	LOCALIZAÇÃO NO MOINHO
Emissão de energia (Mofor)	Vento		Energia natural potencial	Ambiente natural exterior
	Velas	4 velas de forma triangular, fibra de nylon. Colocadas em Março de 1985	Constituem superfícies móveis, dispostas com inclinação apropriada e ligadas a um eixo vertical, que têm por função captar a energia cinética do vento. Este gera sobre elas um movimento circular vertical.	Exterior
	Varas	8 varas em madeira a que se prendem as velas	Raios do eixo que têm por função prender as velas. A regulação das velas face à velocidade do vento faz-se enrolando ou desenrolando o pano das velas nas varas.	Exterior
	Capelo	Em madeira, revestida com tela de feltro banhada em alcatrão. É retocado anualmente. Diâmetro: 4,6 m	Cobertura protectora do mecanismo interior do moinho, tem simultaneamente função móvel constituindo um dispositivo orientador das velas face à posição do vento	Exterior
	Fechal de pedra (inferior) Fechal de madeira (superior) sistema de rodas V. Desenho A	Capeado de pedras com trilho para rodas (18) em que assenta um anel de sobre que suporta o telhado (Capelo). O Fechal de madeira apresenta reforços e ajustes de ferro que não são de origem.	Dispositivos que permitem a rotação do capelo	Remate superior da construção em alvenaria. Remate inferior do capelo.
	Sarilho	Em madeira, de que saem cordas e correntes em ferro que prendem as argolas do fechal de pedra.	Dispositivo interior regulador da rotação do tejadilho. É um tipo de máquina simples	Piso superior
Catavento	Galo em ferro que encima o capelo	Indicador da orientação e intensidade do vento	Remate exterior do capelo	
Transmissão de energia (Canais transmissores)	Mastro V. Desenho B	Em madeira exótica. Comprimento: 8,40m. Data 8-5-51. Secção interior quadrada	Eixo horizontal a que se fixa o velame e que entronca no interior numa roda dentada - a entrosga	Uma parte exterior/ Atravessa o tejadilho/ Piso superior
	Entrosga V. Desenho C	Em madeira. Diâmetro: 1,90 m. Tem 32 dentes	Roda dentada vertical que recebe do mastro horizontal a energia e a multiplica para um rodete	Piso superior
	Carreto V. Desenho D	Em madeira e ferro. Diâmetro: 35 cm	Rodete horizontal que recebe da entrosga a energia multiplicada e a desmultiplica para um eixo vertical	Piso superior
	Veio	Em ferro. Atravessa verticalmente os dois pisos encaixando no buraco dos dois pares de mós	Eixo vertical ligado directamente à máquina operadora à qual transmite a energia. Este eixo transmite a energia a 2 pisos	Pisos superior e inferior
Recepção de energia (máquina operadora)	Mó corredoura	Pedra e Ferro Diâmetro: 1,20 m Altura: 0,21 m Origem: Pero Pinheiro	Cilindro horizontal móvel que recebe através do eixo vertical a energia, que é transformada de vertical em horizontal. Ao mover-se a mó executa a moagem do cereal	Piso superior
	Mó dormente V. Desenho E	Pedra, cinta em madeira. Diâmetro: 1,20 m, Altura: 0,48 m Origem: Pedreira da Subserra	Cilindro horizontal inferior fixo sobre a qual roda a mó corredoura	Piso superior
	Mó corredoura	*	*	Piso inferior
	Mó dormente	*	*	Piso inferior

* Nota: No período em que efectuámos a pesquisa de campo as duas mós do rés-do-chão tinham sido desmontadas, uma vez que o proprietário do moinho procedia a obras de conservação.

Em 1879 o engenheiro de minas Lourenço Malheiro escrevia: *“Os moinhos de vento geralmente usados entre nós são umas máquinas grosseiras e pesadas, que apenas se empregam na indústria primitiva da moagem dos cereais. (...) O moinho de vento ordinário é composto de quatro velas, que abrangem menos de a metade do espaço do círculo formado*



Corte do piso superior e capelo do Moinho dos Tojais

pelo moinho. O vento que passa nos espaços vazios não exerce alguma pressão sobre as velas e não dá portanto origem a força motriz".⁽¹⁸⁾ Estes comentários eram tecidos a propósito da comparação com os moinhos metálicos de tipo americano.

Efectivamente o problema apresentado por Lourenço Malheiro - a parcial **utilização da energia do vento** - contribuiu para alternância sazonal e para a decadência do uso de moinhos. Contribuiu ainda para adaptações e inovações que tenderam ao longo do nosso século para o recurso a outras fontes energéticas, primeiro o vapor depois a electricidade.

O moinho do Forte inscreve-se nesta última situação. Alternando o uso da energia eólica - e aí mantendo a tecnologia em tudo semelhante à do moinho dos Tojais - com a energia eléctrica, o proprietário consegue um melhor nível de produção.

Assim, no moinho do Forte foi introduzido um motor que, localizado exteriormente, faz accionar, através de canais, transmissões - correias - a máquina operadora, ou seja, as mós.

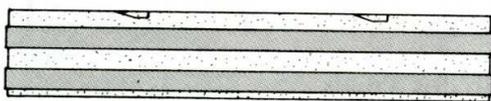
Caso curioso é que o motor em causa esteve primeiramente instalado numa azenha, propriedade do pai do actual moleiro, de onde e após a passagem à inactividade daquele moinho de água, foi transferido para o moinho de vento.

(18) Malheiro, Lourenço, *Moinhos de Vento e Turbinas*, p. 5.

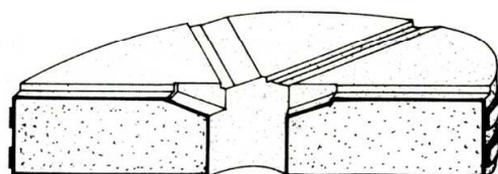
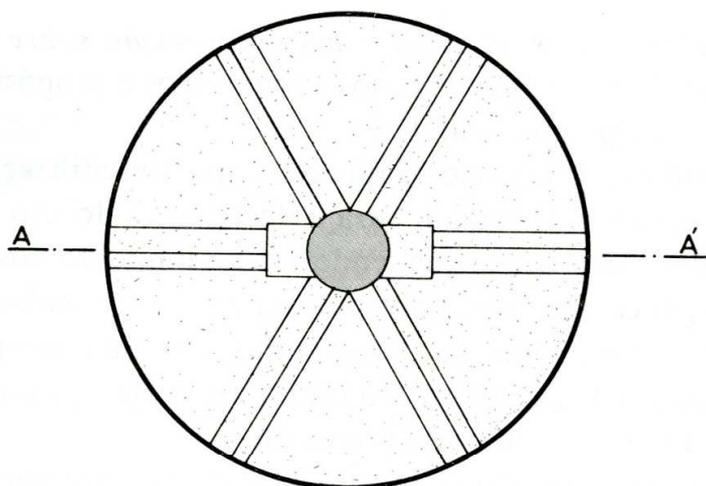
O motor em causa é de origem inglesa, da marca “Turner” e foi adquirido em 1951 pelo pai do actual proprietário. Hoje está colocado numa pequena construção anexa ao moinho. Deste motor, cujo combustível é o gasóleo, sai um veio de transmissão horizontal que penetra no interior do moinho através de uma abertura feita na base da construção. Já no interior, este veio liga-se ao diferencial de um automóvel, o qual tem um tambor de onde parte uma correia vertical. Esta vai ligar a um novo tambor circular colocado na vertical junto à parede do primeiro piso. Deste tambor sai um veio horizontal, a cuja extremidade está adaptada uma roda de coroa vertical que engrena num carreto horizontal accionando-o para, por sua vez, transmitir movimento ao veio vertical que atravessa as mós instaladas no segundo piso e, deste modo, accionando o movimento circular da mó superior (corredora).

MÓ CORREDORA

VISTA 1



PERSPECTIVA do CORTE por A-A'



Este sistema de captação de energia - que não a natural - compõe-se, como vimos, de uma sucessão de adaptações tecnológicas efectuadas pelo próprio moleiro. Quando, em alternativa à energia eólica, é posta em prática a tecnologia descrita, é retirado o carreto localizado no segundo piso, para evitar que, com o movimento deste, seja accionada a respectiva entrosca e, conseqüentemente, que haja um movimento-accionado inversamente-de toda a tecnologia artesanal.

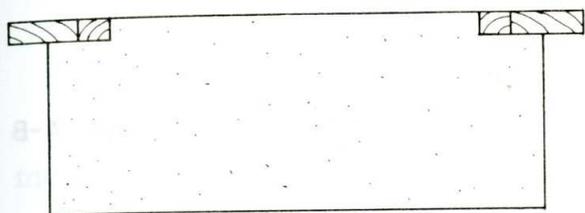
No moinho dos Tojais o proprietário exprimiu também a intenção de vir a instalar um motor eléctrico no sentido de rentabilizar a moagem no período de inverno.

As **mós** - máquinas operadoras - de ambos os moinhos mereceram-nos particular atenção. A sua origem permitiu-nos detectar uma importante produção a partir da pedra da Subserra (actual pedra da CIMPOR), a que correspondia o trabalho de alguns artífices habitantes na Subserra. Outros locais de abastecimento eram Pero Pinheiro e Vila Nova de Poiães.

No moinho do Forte, o proprietário possui no exterior do moinho um notável conjunto de mós, algumas delas gastas ou até fracturadas. Aí, além das tradicionais mós em granito, encontrámos um casal de mós tipo francês, revestidas a um cimento muito rijo, seccionadas e com regos transversais correspondentes às mós descritas por Louis Figuier em *Les Merveilles de l'industrie*.⁽¹⁹⁾ Estas mós foram adquiridas, já usadas, pelo pai do actual proprietário numa moagem industrial.

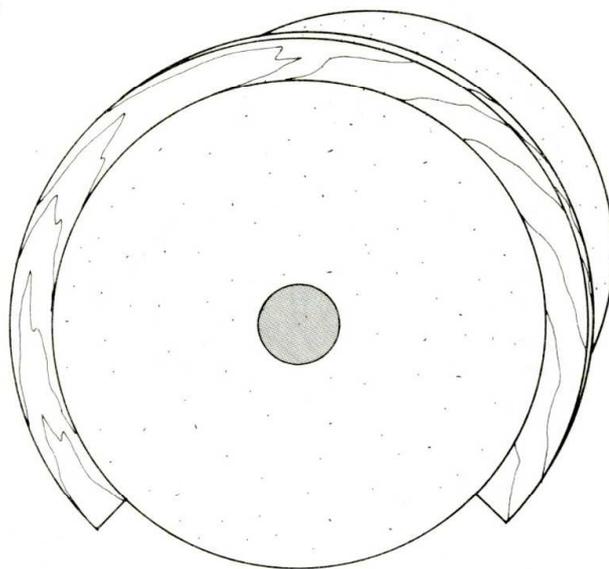
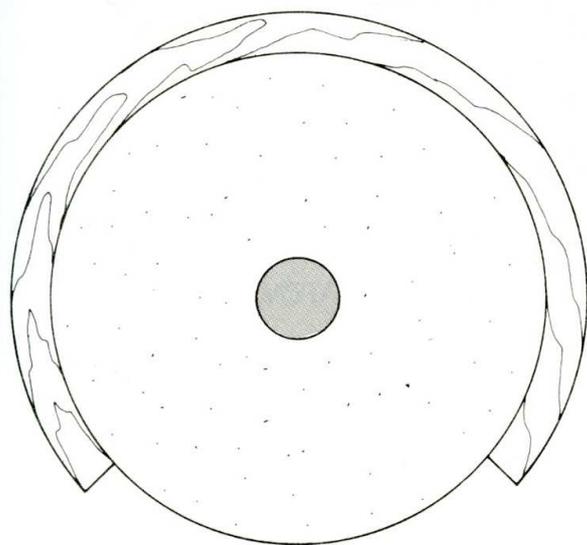
MÓ DE POISO

VISTA 1



PERSPECTIVA

VISTA 2

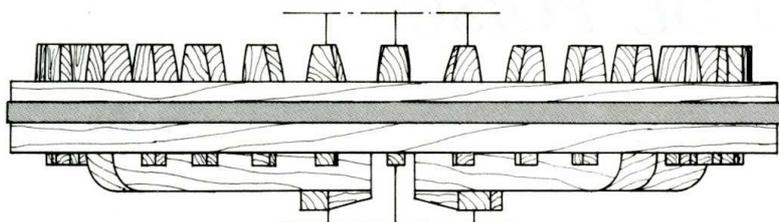


(19) Figuier, Louis, *Les Merveilles de l'Industrie*, vol. 4 p. 20.

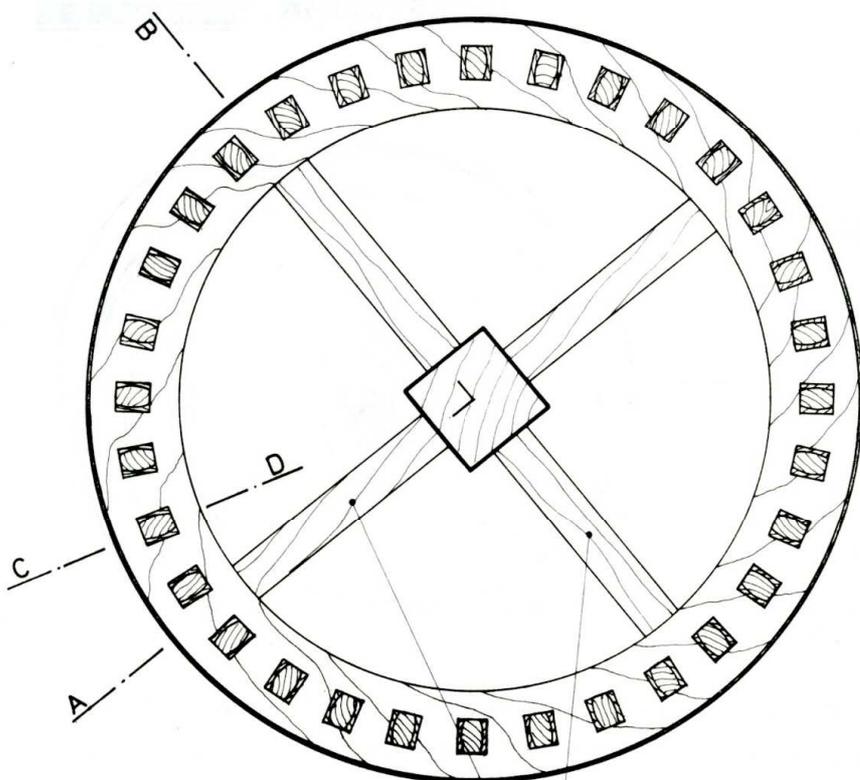
No interior deste mesmo moinho as mós instaladas no piso superior são também do tipo francês, executadas no Sabugal e foram adquiridas em 1989. Embora no rés-do-chão estejam instaladas mós tradicionais de granito, originárias da pedra de Subserra, já não se usam habitualmente. Apesar de não utilizadas habitualmente, essas mós localizadas no rés-do-chão poderão ser, em qualquer momento, accionadas, dado que toda a tecnologia envolvente está apta a funcionar. Um carreto e um rodete estão localizados junto ao veio vertical que atravessa este piso e o superior, sendo possível engrenarem e accionar o movimento sempre que a energia eólica seja captada.

ENTROSGA

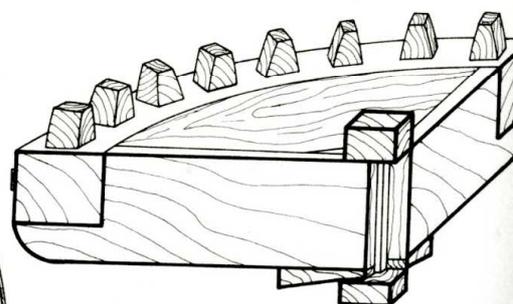
VISTA - 1



VISTA - 2



PERSPECTIVA do corte por A-E



Braços da ENTROSGA

Ao abordarmos a questão das mós, temos necessariamente de abordar também os **modos de fabrico**. Como vimos, a existência em ambos os moinhos de dois casais de mós aponta para a possibilidade de moagem simultânea de cereal em duas máquinas distintas.

No piso superior localizavam-se as mós de trigo e no rés-do-chão as de milho ou de outros cereais. Podiam também os dois pares de mós moer apenas trigo, o que chegou a acontecer no Moinho dos Tojais.

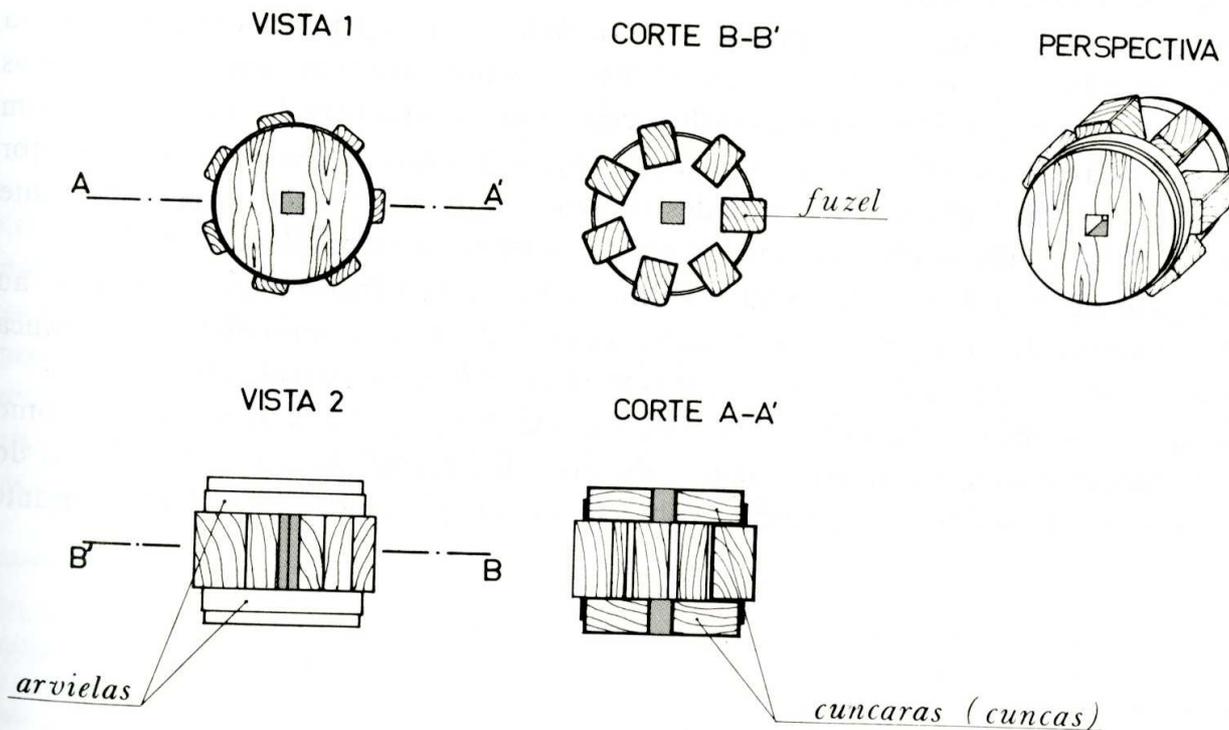
A **manutenção das mós** é outro aspecto da maior importância na moagem tradicional. Tarefa penosa e comportando algum perigo, a picagem da mó era efectuada regularmente, para o que era utilizado um conjunto de ferramentas de trabalho que encontramos em ambos os moinhos.

A necessidade de picar a mó tinha a ver com a qualidade do produto obtido - a farinha - e também com o tempo gasto na moagem. Quando a mó não era picada, ou seja, quando começava a ficar com menos corte (menos dente), a farinha saía "morta" e a moagem demorava mais horas. Segundo informação do proprietário do moinho do Forte as mós tradicionais de granito deviam ser picadas em média após a moagem de 500 Kg de cereal. As mós de tipo francês instaladas naquele moinho precisam apenas de ser picadas após moerem 50 000 Kg.

A picagem das mós tradicionais necessita das seguintes **ferramentas de trabalho**:

- Picadeira - para a mó de trigo
- Picão - para a mó de milho
- Alavanca - em madeira reforçada com ferro (unha da alavanca) para levantar a mó

CARRETO



— Malhais - em madeira em forma de H para colocar a mó na vertical a fim de ser deslocada

— Rolos - para fazer mover a mó no chão

— Cunha de enferrar - para meter os rolos debaixo da mó

— Cepo - em madeira para suportar a mó aquando da picagem

— Tábua - apoio do cepo, dando-lhe estabilidade.

O conjunto de tarefas necessárias à deslocação da mó, do veio até ao cepo era executado pelo moleiro, sem qualquer outro auxílio que as ferramentas citadas.

A manutenção dos restantes mecanismos e da própria construção era efectuada na totalidade pelo moleiro. Outros elementos necessitando de manutenção regular são o capelo e as velas.

No capelo deve ser verificado anualmente o revestimento isolante de alcatrão e o estado de conservação da lona ou tela.

Nas velas deve ser verificado regularmente o estado de conservação do tecido empregue e devem ser cosidas sempre que necessário, o que é feito pelo próprio moleiro, com agulha e dedal apropriados. O dedal é encaixado numa protecção em couro.

É nas operações de manutenção que muitas vezes são efectuadas alterações, nomeadamente dos materiais utilizados, deliberadamente, ou por desaparecimento ou inacessibilidade no mercado dos materiais precedentes.

2.4 — PRODUÇÃO

A finalidade de qualquer moinho de vento é a produção de farinhas que sirvam para a alimentação, tanto humana como animal. Para este fim utiliza-se como **matérias-primas** os cereais, cujas sementes amiláceas são reduzidas a um pó, mais ou menos fino, através da fricção entre dois corpos duros - as mós. É sobre este processo, na sua forma artesanal, que nos temos vindo a debruçar.

Sendo embora os cereais a matéria-prima utilizada na moagem, importa, dada a sua variedade, especificar quais os tipos de cereais presentes nos casos em estudo e apontar as razões da sua preferência. Dois factores influenciam a predominância da recorrência a um ou outro cereal relativamente a outros: a distribuição regional das suas culturas (factor matéria-prima) e a evolução das necessidades alimentares que fazem privilegiar, consoante os períodos, o uso de determinadas farinhas em detrimento de outras (factor produto).

Na região de Vila Franca de Xira a cultura cerealífera predominante tem sido, ao longo do nosso século, o trigo. Por outro lado, a expansão do consumo de farinha branca de trigo levou ao aumento das moendas deste cereal em desfavorecimento de outras.⁽²⁰⁾

Nos dois moinhos em estudo, e embora equipados para moer tanto milho como trigo, detectámos a decadência da moagem do primeiro cereal. No caso do moinho do Forte a moagem de milho teve grande expressão até ao princípio deste século, durante

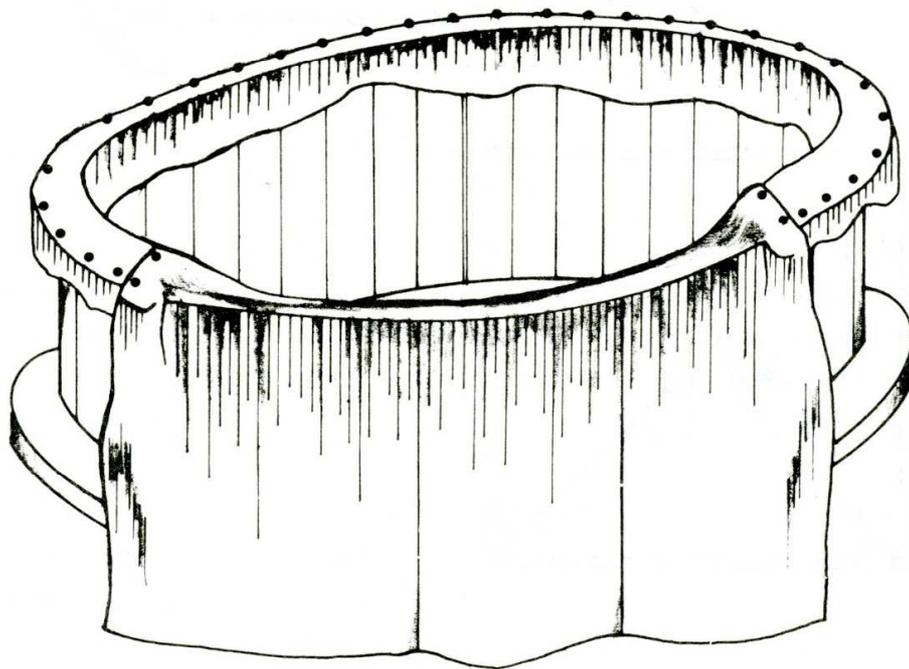
(20) Cf. Custódio, Jorge, "As questões da moagem no Barreiro...", p.10.

aquele que podemos considerar o período áureo da actividade deste moinho, correspondendo a encomendas da vizinha quinta de Subserra.⁽²¹⁾

O trigo ocupou, assim, ao longo do nosso século, o primeiro lugar como matéria-prima indispensável ao fabrico do pão. Raramente cultivado pelos moleiros - foi-nos referida uma escassa produção própria em ambos os casos - era adquirido directamente aos produtores, nas eiras, ou nos Grémios da Lavoura.

Após a aquisição surgem os problemas relativos à **armazenagem** e conseqüente **conservação** do cereal com vista a evitar a deterioração. Inicialmente adquirido o cereal nas eiras durante os meses de Verão, os moleiros passaram, a partir da instituição dos Grémios de Lavoura, a proceder à sua aquisição mensal, evitando, assim, os problemas ligados à fermentação. Nos dois casos estudados o cereal era guardado no próprio moinho, sempre no piso térreo. Segundo as informações obtidas, conserva-se em bom estado, dado permanecer no moinho pouco tempo - um mês no máximo.

Submetido a operações de **limpeza** bastante rudimentares - na própria eira através do

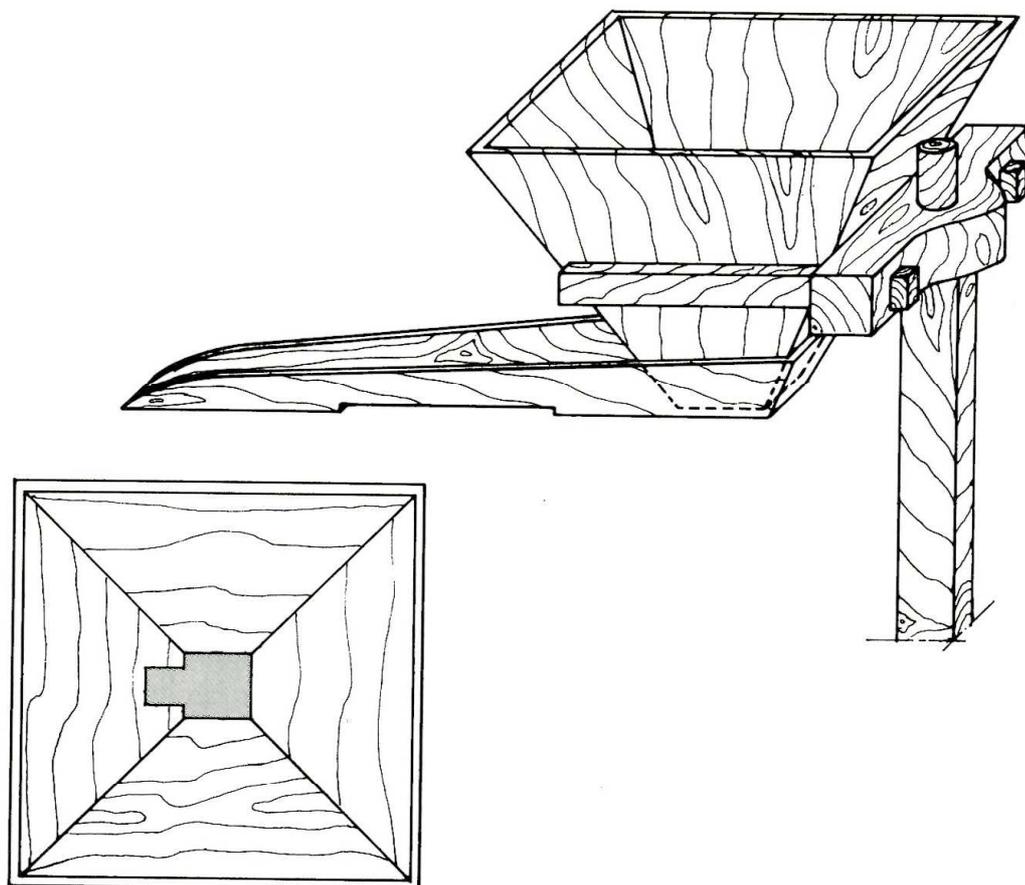


crivo de mão -, o trigo passava posteriormente no moinho por um seleccionador accionado manualmente, que separava, numa primeira fase, torrões de pedra e terras, numa segunda, as palhas e numa terceira, sementes diversas como a ervilhaca, o milho e o joio. Estes processos de limpeza das impurezas que acompanhavam o cereal, embora representassem um avanço no sentido da obtenção de uma farinha com maior grau de pureza e de brancura, estavam ainda longe dos equipamentos instalados na moagem de tipo industrial. Em ambos os moinhos estudados o processo descrito anteriormente é utilizado ainda hoje.

(21) A proximidade da quinta de Subserra (hoje propriedade do município), influenciou directamente a produção moageira dos moinhos do Forte até aos anos vinte, quando morreu a última marquesa. Seria interessante, em termos de história local, aprofundar as relações estabelecidas entre os moinhos e as quintas da região, nomeadamente no caso que acabamos de referir.

Limpo o cereal, era colocado num recipiente de madeira, o tegão, de onde caía por uma calha para o buraco central das mós, o olho da mó, sendo triturado pela rotação da mó corredoura sobre a m^o de poiso.

TEGÃO



O **produto** obtido era uma farinha com farelo (rama) que, habitualmente, era peneirada já na própria casa dos clientes. Actualmente ambos os moleiros peneiram a farinha no próprio moinho após a moagem.

A operação de **peneirar** exige duas peneiras, colocadas uma dentro da outra. Os produtos obtidos são: a farinha branca - utilizada no fabrico de pão - e o farelo - utilizado na alimentação animal.

Na fase de decadência da moagem tradicional, no decorrer dos anos cinquenta e sessenta, chegou a ganhar alguma expressão a obtenção nos moinhos de produtos relacionados com a alimentação animal, tais como:

- moagem de fava utilizada como ração para o gado;
- moagem de uma mistura de fava ou ervilhaca, cevada e centeio, a que os clientes acrescentavam posteriormente farinha de peixe, utilizando o produto assim obtido na alimentação do gado suíno.

Os produtos obtidos eram distribuídos aos clientes duas vezes por semana, no caso do moinho do Forte que manteve, como atrás dissemos, uma produção sempre regular. A **distribuição** era feita até aos anos setenta em carroça puxada por um mular. Alguns clientes vinham também buscar a produção ao moinho, sendo o pagamento muitas vezes efectuado por troca directa: maquia de cereal versus produto obtido.

A zona de distribuição abrangida pelo moinho do Forte era, até aos anos setenta, relativamente vasta, abrangendo os lugares de Suberra, Casais da Serra (actual pedreira da Cimpor), Cotovios, A-dos-Melros, Arcena e a freguesia de Calhandriz⁽²²⁾. Como é possível observar no mapa de distribuição em anexo trata-se da zona rural interior do concelho que continuava a fabricar pão no interior da economia doméstica, retardando o recurso à panificação industrial.

Hoje o moinho do Forte mói anualmente doze mil quilos de trigo. A produção é totalmente encaminhada para o fabrico de pão, o que é assegurado pela família do moleiro na habitação anexa. A produção de pão é, em média, de quatrocentos a quatrocentos e cinquenta pães de oitocentos gramas cada, por semana. O pão é vendido directamente na habitação do moleiro três vezes por semana, havendo maior procura no período de inverno.

2.5. — ORGANIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Embora nos ocupemos da moagem pré-industrial, correspondente a uma economia doméstica, não deixa de ser interessante encarar o moinho como o conjunto de elementos (humanos, equipamentos e arquitectura) que, de uma forma coordenada, transforma matérias-primas em produtos⁽²³⁾. Este tipo de análise, próprio da indústria, pode também ser aplicado às unidades da economia tradicional no sentido de detectar as semelhanças e diferenças face às unidades proto-industriais e industriais. Embora não façamos aqui essa comparação, passemos à análise, nessa perspectiva, da organização do espaço interno das instalações moageiras em estudo e às condições em que o trabalho se desenvolvia.

Na organização racional do espaço fabril, distinguem-se as áreas de fabrico, de armazenamento, de circulação, de serviços e ainda de depósito de desperdícios⁽²⁴⁾.

O moinho tradicional, sendo uma construção de planta circular, tem uma área interna que, nos casos estudados, não ultrapassa os 26 metros quadrados, o que origina problemas de escassez do espaço disponível. A **organização interna do espaço** segue um esquema muito semelhante de moinho para moinho. Numa instalação de dois pisos corresponde o piso térreo à área de armazenamento da matéria-prima e à fabricação, enquanto o primeiro piso alberga a fabricação mas também o armazenamento de ferramentas de trabalho.

(22) Uma outra possibilidade de investigação seria o estabelecimento das várias zonas de distribuição da produção obtida nos vários moinhos artesanais - azenhas e moinhos de vento - ao longo do nosso século, o que permitiria circunscrever a cronologia, os ritmos e as progressões das zonas de influência e decadência da moagem artesanal.

(23) Cf. Caetano, Lucília, "Elementos para a caracterização da arquitectura industrial. O exemplo das cerâmicas de barco vermelho" in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial...*, p. 225.

(24) Idem, IBIDEM, p. 227.

Quando no interior é criado um piso intermédio, a área obtida por esse alargamento é utilizada para armazenamento, tanto do cereal como das ferramentas, o que passa a ocupar o piso térreo.

O aproveitamento integral do exíguo espaço interior é uma preocupação constante do moleiro e daí, como vimos, algumas alterações introduzidas nos casos estudados.

Na escassez espacial mencionada, é natural a correspondência a um **trabalho de tipo individual**. Efectivamente o moleiro conjuga na sua pessoa os papeis de proprietário, ou mais raramente, rendeiro, produtor, moleiro, artífice e intermediário. Trabalho exclusivo do sexo masculino, competia ao moleiro iniciar os filhos no ofício da moagem. Já à mulher era relegado um papel secundário, nesta economia doméstica, funcionando como ajudante esporádica. No moinho do Forte a mãe do actual proprietário colocava, por vezes, o cereal na moega ou ajudava o marido na distribuição.

Em meados deste século, o pai do actual proprietário do moinho do Forte chegou a ter um empregado, o que era uma situação bastante rara, para corresponder ao funcionamento dos dois moinhos e da azenha que mantinha em funcionamento nesse período.

Regulados os **horários** pela oportunidade e velocidade do vento, o trabalho iniciava-se geralmente pelas quatro ou cinco horas da tarde e prolongava-se durante a noite até à manhã do dia seguinte. Nos casos estudados, embora as habitações fossem anexas, os moleiros dormiam sempre dentro do moinho quando este estava em funcionamento. Era em cima de uma pele de ovelha, de sacas ou de mantas, colocadas no sobrado do piso superior ao lado das mós, que o moleiro obtinha algum descanso.

Dada a alternância sazonal de moinhos e azenhas, geralmente o moleiro tinha duas **habitações**, uma junto ao moinho de água e outra junto ao moinho de vento. A família seguia a alternância sazonal de habitação, ou então fixava-se mais permanentemente numa das residências. O caso do moinho do Forte é, a este propósito, interessante, dado que a habitação preferencial da família era junto à azenha que tinham no rio da Silveira. Destruída, no entanto, a levada desta durante as cheias de 1967, e desde então inactiva, passou a família a partir dessa data a residir permanentemente na habitação anexa ao moinho do Forte.

II — PROPOSTA DE MUSEALIZAÇÃO

1. JUSTIFICAÇÃO - PORQUÊ E PARA QUÊ MUSEALIZAR?

Concluída a investigação que ocupou o primeiro capítulo deste trabalho, é possível iniciar a elaboração da proposta de musealização daí decorrente. E se em toda a primeira parte orientámos a abordagem do objecto em estudo numa perspectiva de arqueologia industrial, já a musealização recorrerá aos conceitos e práticas da nova museologia.

Algumas perguntas se impõem à partida: musealizar **porquê** e **para quê**? musealizar como? Nesta justificação tentaremos responder às duas primeiras questões, enquanto o segundo ponto deste capítulo - Proposta de programa - se centrará no “como fazer”.

Já sabemos o que musealizar. Conhecemos o objecto através da investigação realizada. Inserimo-lo no contexto produtivo a que pertence - a moagem tradicional. Localizámo-lo

na paisagem. Identificámos os seus vestígios vivos e mortos. Descrevemos as suas instalações activas, a sua arquitectura e a sua tecnologia. Estudámos a sua produção e debruçámo-nos sobre o trabalho. Ou seja, em última instância, para além da matéria inerte, interessaram-nos os homens que construíram, operaram e viveram nestas estruturas sobreviventes de um tempo que não é já o nosso.

Conhecidos e investigados os moinhos de vento, para quê musealizar? Com que objectivos? A resposta seria, no campo da museologia tradicional, aparentemente simples: musealizar é conservar e expôr colecções, recorrendo a disciplinas científicas, com objectivos de aprofundamento do conhecimento, de educação, de divertimento e de recreação⁽²⁵⁾.

No caso dos nossos moinhos de vento poderíamos responder às questões colocadas com um programa que pusesse em prática os objectivos que acabamos de enumerar. No entanto, o problema parece revestir-se de maior complexidade.

Retomando a pergunta inicial - porquê e para quê musealizar os moinhos de vento do concelho de Vila Franca de Xira - poderíamos ensaiar a seguinte resposta que não é senão o despoletar de um conjunto de novas questões: só tem sentido a musealização dos moinhos de vento, seja em que moldes for, se isso se tornar importante para a **comunidade** e constituir um ganho para a tomada de consciência da sua **identidade** e para a construção do seu **desenvolvimento**. Assim sendo, a intervenção museológica deverá constituir-se em intervenção participada onde as dimensões da comunidade e do ambiente inter-ajam, tendo como objectivo o desenvolvimento integrado das populações.

Deste modo, a investigação e a conservação, próprias tanto da museologia tradicional como da nova museologia, são fundamentais e devem ser postas em prática servindo, no entanto, objectivos que ultrapassam a educação e o divertimento - se bem que estes sejam totalmente legítimos e possam coexistir metodologicamente com os restantes.

No que respeita ao nosso caso concreto a **justificação** para a musealização dos moinhos de vento deverá assentar no seguinte:

1. As **mudanças** havidas nas últimas décadas no concelho de Vila Franca de Xira foram enormes, no que se refere a alterações de ordem demográfica, económica, urbanística, ambiental, social e cultural. Comunidades houve que em curtos espaços de tempo, deram o salto de sociedades pré-industriais para industriais e mesmo pós-industriais. Vestígios do primeiro tipo de sociedades, os moinhos de vento (enquanto objectos a conhecer e a interpretar) podem ser um contributo para o auto-conhecimento das comunidades e para a reflexão sobre as mudanças do seu passado recente.

2. Em tempo de coexistência de **energias**, e quando se fazem estudos e experimentações sobre a utilização da energia eólica, os moinhos de vento podem constituir fontes de conhecimento e de sensibilização face à utilização da energia no nosso mundo.

3. Os moinhos constituem ainda postos de reflexão sobre o **desenvolvimento local**, nomeadamente os dois casos estudados que questionam, na sua própria viabilização económica, a forma de resistir e de permanecer estruturas vivas. Encarados sem falsos bucolismos nem anacrónicos saudosismos, os moinhos de vento musealizados podem constituir contributos, entre outros, para o prosseguimento de um desenvolvimento local assente em potencialidades técnicas, sociais, económicas e políticas, mas também culturais.

Apontadas as linhas orientadoras dos objectivos a ter em conta na musealização, importa definir os processos a seguir: como fazer.

2. MUSEALIZAR, COMO?

2.1 MUSEU MUNICIPAL, O CATALISADOR

O Museu Municipal de Vila Franca de Xira (MMVFX) tem um projecto de museu descentralizado no território, procurando corresponder às realidades de um concelho que se distribui pelas duas margens do Tejo, ocupando uma superfície de quase trezentos quilómetros quadrados aonde residem cerca de cento e cinco mil pessoas. Muito diversas são as culturas e vivências que se entre-cruzam neste espaço, sendo função do museu o conhecimento, interpretação e divulgação dos recursos patrimoniais existentes no território do concelho.

Prosseguindo estes objectivos o museu municipal tem presentemente em actividade três **núcleos museológicos**: o núcleo-sede e o barco varino em Vila Franca de Xira e o núcleo de Alverca.

Seja como for, o MMVFX assumir-se-ia neste processo de criação do núcleo moinhos de vento como o **catalisador** de vários interesses e o **dinamizador** de um processo. Neste interviriam, entre outros, os actuais prooprietários de moinhos ou das estruturas que deles restam, os moleiros em actividade, as respectivas famílias, as juntas de freguesia e colectividades locais, as escolas do concelho e ainda alguns elementos da população com especial interesse e/ou conhecimentos nesta área.

2.2 PROTEGER E CONSERVAR

O primeiro passo a dar para a concretização de objectivos face a um património a musealizar é garantir a sua protecção e salvaguarda.

Protegido, o património deve ser conservado. Hoje cada vez mais a palavra **conservar** perde uma parte do seu sentido estrito e tende a ser substituída por outras de orientação mais dinâmica, tais como salvaguardar e reutilizar. Ultrapassemos, no entanto, as questões de ordem semântica e usemos o termo conservação, sabendo que não o entendemos sem as necessárias componentes dinâmicas.

Aos moinhos de vento, sendo estruturas produtivas cujo funcionamento implicava movimento e aonde estavam presentes as relações homem/objecto e o homem/mecanismo, deve corresponder um tipo de conservação que, além das construções e da **arquitectura**, atenda também à **tecnologia** e aos mecanismos. É esta a primeira orientação que a conservação deve levar em conta.

A segunda prende-se com a questão - conservar o quê. Tornar-se-ia irreal propôr a conservação de todos os vestígios de moinhos de vento existentes no concelho. Parece-nos que a atitude mais sensata será a realização de um **levantamento de necessidades** - a partir do inventário precedente relativo a todas as estruturas existentes no terreno - que, de uma forma interdisciplinar, aponte as acções a desenvolver no sentido da conservação dos vestígios em melhor estado. Esta fase do processo implicará propostas de selecção e decisão posterior. Partindo da selecção de um ou dois casos propôr-se-á a sua aquisição pelo MMVFX.

2.3 PROPOSTA DE PROGRAMA

Protegidos e conservados, os moinhos de vento necessitam do estabelecimento de um programa com vista à sua divulgação, animação e reutilização. Só com este programa os moinhos se transformam de património potencialmente musealizável em património museológico e, neste caso concreto, num dos núcleos do MMVFX.

A proposta de programa que iremos apresentar corresponde a uma primeira fase de implantação do núcleo moinhos de vento. Uma programação global exigiria maiores disponibilidades temporais e o estabelecimento de planos e programas delimitados cronologicamente. Aqui, e dado o âmbito deste trabalho, parece-nos mais correcto apontar um programa que se pretende coerente e que constitua a fase de arranque e implantação do núcleo museológico. Desse programa constam três actividades diferentes, correspondendo a duas fases diversas:

- **Divulgação** - edição de materiais gráficos
 - realização de exposição itinerante
- **Animação e reutilização** - elaboração de um roteiro no terreno

Se os dois primeiros programas apontados anteriormente são fundamentalmente acções indirectas, mediadoras da interpretação do património, já a elaboração de um **roteiro** é uma **acção directa** sobre o próprio património. É aqui que os destinatários da acção se transformam em visitantes, utilizadores e operadores.

A elaboração do roteiro/moinhos de vento pode inserir-se, em nosso entender, em dois conjuntos diferentes de realidades. Pode integrar-se na realidade do património industrial do concelho e ter, deste modo, um tratamento temático que lhe privilegie o papel pré-industrial, ou inserir-se no contexto do património global do concelho, sofrendo um tratamento integrado no âmbito da história e património locais. Não lhe retirando o peso e a importância que lhe conferem a primeira hipótese, preferimos, no entanto, considerar o núcleo moinhos de vento de uma forma integrada dentro da realidade mais global e complexa que é a história e o prosseguimento do desenvolvimento local considerado no seu todo.

O roteiro moinhos de vento abrangerá, em princípio, dois tipos diferentes de destinatários:

- em **visitas organizadas** e, geralmente orientadas, um **público escolar** oriundo das escolas do concelho que incluirá as visitas no âmbito dos programas escolares;
- em visitas organizadas, mas também informalmente através de **passeios pedestres** e de **circuitos automóvel**, um público mais vasto, oriundo tanto do concelho como exterior a ele que fará incluir o roteiro em programas de **turismo cultural**.

O roteiro moinhos de vento deverá corresponder às diferentes exigências dos públicos apontados e ser completado com outros roteiros temáticos ou corográficos relativos ao património local. De qualquer modo, o roteiro deverá dispôr de:

- **material informativo gráfico** (folheto e brochura já mencionados);
- **painéis informativos** colocados junto às estruturas a visitar. Estes painéis de ar

livre deverão conter uma pequena exposição documental que dê a informação fundamental sobre a paisagem, o local e a instalação em causa;

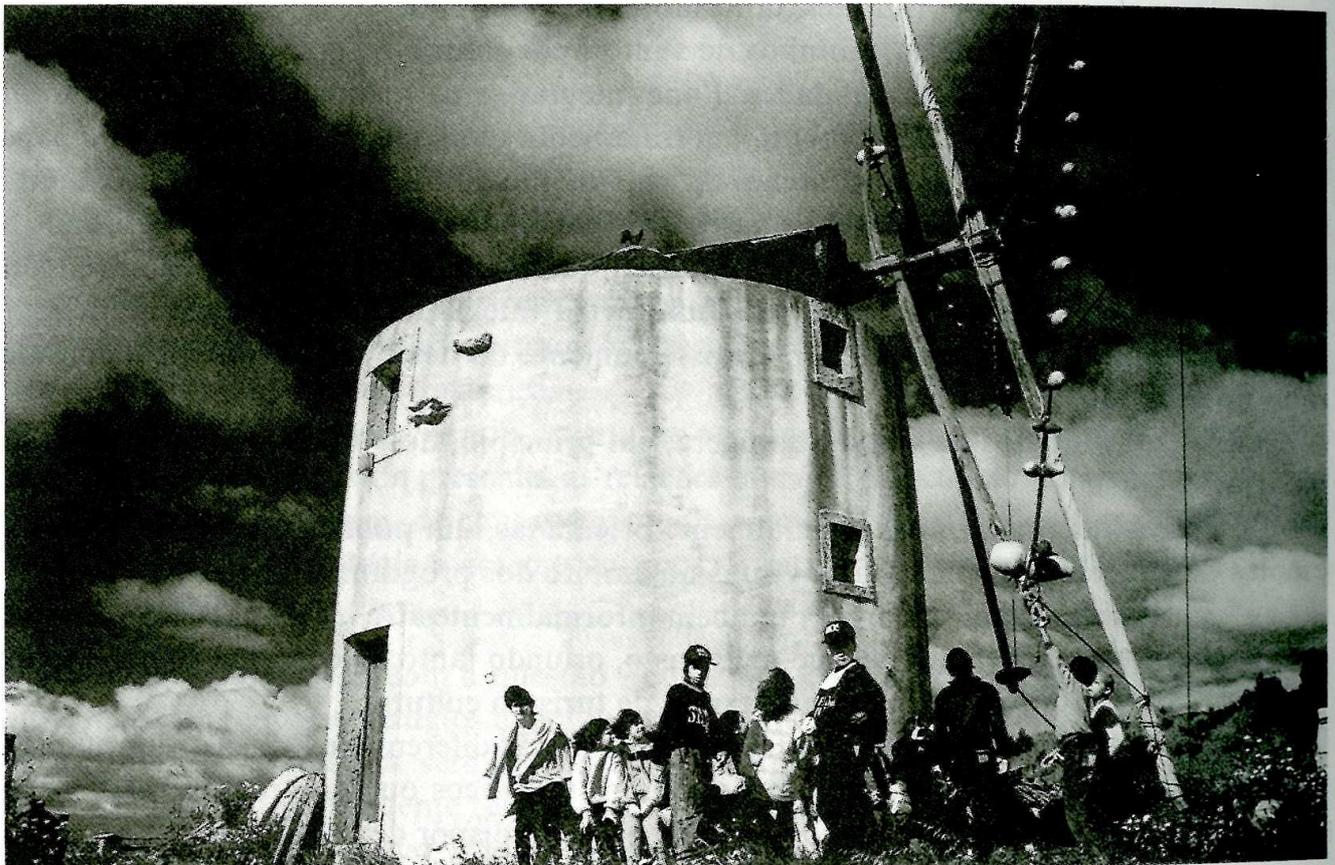
— **painéis/quadros de orientação**, também ao ar livre, que possam tanto nos casos dos circuitos em automóvel como dos passeios pedestres sem guia, constituir base para o conhecimento da paisagem e do património.

No caso da **interpretação guiada** dos moinhos de vento deverão ser privilegiados os moleiros e outros elementos da comunidade com conhecimentos sobre a matéria. Deverá também ser dada formação específica a guias de património cultural.

O roteiro deverá ser complementado, no caso das visitas escolares com **ateliers e actividades didácticas**, nomeadamente fichas de observação, desenho e construção de modelos, entre outras.

No nosso caso concreto o roteiro deverá ter em conta não só a visita e a interpretação dos moinhos mas também a paisagem envolvente destes e a paisagem que ladeia os acessos e estradas que a eles conduzem. Neste sentido o roteiro moinhos de vento pode constituir-se quase num **roteiro da paisagem rural** do concelho de Vila Franca de Xira. Espera-se, assim, incentivar um tipo de turismo alternativo que, ao optar por uma região rural, tenha fundamentalmente como objectivos a troca de informações e o convívio pluri-cultural, em desfavor da utilização pura e simples de equipamentos.

Foto: Helder Dias



Visita de estudo de alunos do Concelho de Vila Franca de Xira ao moinho do Forte.

Desenhos executados pelo Departamento de Habitação e Urbanismo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

BIBLIOGRAFIA

1 — ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

- AAVV, *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial - Actas e Comunicações*, vol. I, Coimbra Ed., 1989.
- CUSTÓDIO, Jorge, *Curso de Formação em Arqueologia Industrial com o Apoio do Fundo Social Europeu*, Lisboa, 1986 (dact.)
- DAUMAS, Maurice, *Archéologie Industrielle en France*, Ed. Laffont, Paris.
- MENDES, J.M., *A área económica de Coimbra - estrutura e desenvolvimento industrial 1867-1927*, Coimbra, 1984.
- MENDES, J. Amado, *Inventariação do Património Industrial in Munda*, n.º 16, Coimbra 1988.
- PANNEL, J.P.M. (ed. J. Kenneth Major), *The Techniques of Industrial Archaeology*, David and Charles: Newton Abbot, 1974
- PINARD, Jacques, *L'archéologie industrielle*, Paris, PUF, 1985

2 — MOAGEM

- ABRANTES, Joaquim Roque, *Património etnográfico afectado pela barragem do Torrão*, IPPC, 1985.
- ADÃO, Luis Cabral, "Farinha - Flor do Pão", *Estremadura - Boletim da Junta Provincial*, Série II, n.ºs 47-49, Lisboa, 1958.
- BORGES, Nelson Correia, *A farinação através dos tempos - I* in *Revista História*, n.ºs 26/27, Dez. 80/Jan. 81.
- BORGES, Nelson Correia, *A farinação através dos tempos - (concl.) - Moinhos de vento* in *Revista História*, n.º 30, Abril 1981.
- BRANCO, Fernando Castelo, *Os moinhos na economia portuguesa*, Revista Portuguesa de História, Coimbra, 1961.
- CUSTÓDIO Jorge, *Método comparativo e método regressivo na detecção do moinho gigante do Barão do Sobral erigido no Barreiro*, APAI (dact.).
- CUSTÓDIO Jorge, "As questões da moagem no Barreiro na 1.ª metade do século XIX e o moinho gigante do Barão do Sobral" in *Um olhar sobre o Barreiro*, n.º 4, Out. 1986
- CUSTÓDIO Jorge, "Moinhos de Maré em Portugal" in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial*, vol. I
- DIAS, Jorge, "Moagem tradicional" in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, 1986.
- DIAS, Jorge, "Moinhos" in *Dicionário da História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, 1986.
- DIAS, Jorge, *Sistemas primitivos de moagem em Portugal. Moinhos, Azenhas e Atafonas*, Instituto de Alta Cultura, Porto, 1959.

- FIGUIER, Louis, *Les Merveilles de l'Industrie*, vol. Industries Agricoles et Alimentaires, Paris, 1879.
- GALHANO, Fernando, *Moinhos e Azenhas de Portugal*, Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, SEC, Lisboa, 1978.
- MALHEIRO, Lourenço, *Moinhos de Vento e Turbinas*, Tip. do Diário de Portugal, Lisboa, 1878.
- NABAIS, António, *História do Concelho do Seixal-Moinhos de Maré*, Câmara Municipal do Seixal, 1986.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, *Tecnologia Tradicional Portuguesa - Sistemas de Moagem*, INIC, Lisboa, 1983.
- PADRÃO, Cabeça, "Moinhos de Alburrica, Pequeno contributo para o seu conhecimento" in *Um Olhar sobre o Barreiro*, n.º 3, Dez 1985.
- PESSANHA, Sebastião, "Pás de Moleiro" in *Estremadura - Boletim da Junta Provincial*, série II, n.ºs 47-49, Lisboa, 1958.
- VITERBO, Francisco de Sousa, *Arqueologia Industrial Portuguesa. Os Moinhos*, Ed. Muralha, Guimarães, 1986.

AVIEIROS, ESTUDO DE UMA POPULAÇÃO DE PESCADORES EMIGRADOS NAS MARGENS DO TEJO

JEANINE CARRÉ COLAS

Introdução

Foi em 1984 que uma amiga, Dra. Manuela Paiva, professora de língua francesa na Escola Secundária Alves Redol de Vila Franca de Xira, me levou a descobrir, nessa cidade, a aldeia dos pescadores avieiros que se estende ao longo da margem direita do Tejo. Os Vilafranquenses chamam-na simplesmente o “bairro”, mas a verdadeira denominação é Esteiro do Nogueira.

Desde essa visita senti-me invadida por uma impressão estranha, uma sensação talvez semelhante à do espeleólogo que acaba de descobrir uma nova gruta: quer visitá-la mas não conhece a entrada.

Ao regressar a França, pesquisei em bibliotecas à procura de alguns documentos que pudessem saciar a minha curiosidade.

Inexistente nas enciclopédias, a palavra *avieiro* aparecia unicamente nos textos ligados aos movimentos operários e às migrações internas.

Em 1987, ainda apaixonada por este assunto, decidi então desenvolvê-lo como tema de um trabalho de “*maîtrise*” (trabalho de investigação universitário).

A finalidade das minhas pesquisas não é relatar a vida desta comunidade de pescadores (estudo já feito por universitários e etnólogos portugueses e ao qual me refiro muitas vezes), mas fazer uma reportagem sobre os Avieiros de hoje.

Por falta de tempo, não pude visitar o conjunto dos seus locais de fixação actual. Tive de escolher e seleccionar as seguintes aldeias: Caneiras, Lezirão, Palhota, Muge, Valada, Carregado, Conchoso, Escaroupim e Esteiro do Nogueira.

Pude realizar este inquérito graças aos numerosos amigos portugueses e muito especialmente ao Senhor Dr. Carreira e Esposa que me acompanharam, tiraram as fotografias e me ajudaram com a sua amizade, atenções delicadas e judiciosas e a quem agradeço profundamente.

Cinco capítulos compõem o meu trabalho.

I — Origens dos Avieiros

Quem são os Avieiros?

Vida dos Avieiros de Vieira

Redol e os Avieiros do Ribatejo

II — A minha viagem

Visita das aldeias avieiras

O meu comentário apoia-se umas vezes em textos de autores portugueses, outras em poemas escritos por Avieiros autênticos ou em fotografias.

III — A vida actual dos Avieiros

São tratados os seguintes assuntos: Trabalho, Comida e Cozinha, Religião, Tradição, Saúde, Escolaridade, Linguagem, Política, Poesia.

IV — Conclusão

A quarta parte é reservada ao escritor António ALVES REDOL, natural de Vila Franca e neto de Ana Guia, pura avieira da Praia. O seu romance “Avieiros” que descreve a vida dos “nómadas do Tejo” nos finais dos anos trinta, deixa transparecer um tal realismo e ternura que não pude separar Redol do meu trabalho. A sua irmã, Professora Inocência Redol Ferreira, a quem agradeço a preciosa colaboração, concedeu-me a honra de um encontro e forneceu-me detalhadas informações sobre Redol e a sua obra.

V — Entrevistas

O último capítulo é uma compilação das minhas entrevistas. Certifica a veracidade dos meus escritos. Tentei conservar no diálogo a sua forma falada, ou seja, reproduzi a sintaxe simples das frases. Infelizmente a pronúncia dos Avieiros é de tal modo singular que não pude transcrevê-la.

Fiz este trabalho com muito prazer, mas, de modo nenhum, aspirei a elaborar um estudo etnológico. Só desejei que o relato da minha viagem permitisse ao leitor conhecer ou não esquecer uma pequena comunidade que, para conseguir trabalho, enfrentou muitos obstáculos e afinal encontrou a sua serenidade nas margens de um Tejo que, embora não seja muito generoso, permanece como símbolo de vida.

I — As origens dos Avieiros

Quem são os Avieiros?

*Eu, pescadori,
Pobre, sim; mas gente séria.
Tem alegria,
Mas não vive na miséria.*

*Sempre a pescari!
O destino é muito forte;
Passa a vida pelo mari,
Vive nas ânsias da morte.*

*Já não tenho pai nem mãe
Vivo, no mundo, sozinho,
Sempre a pescari!
E o destino é muito forte.
Passo a vida pelo mari,
Vivo nas ânsias da morte.*

Ti Joaquim Tocha Carriço. Avieiro de Caneiras.

Os Avieiros são pescadores do rio e do mar.

Donde vêm?

Os autores dos documentos consultados são unânimes em afirmar que são originários de Praia de Vieira - praia da costa atlântica, situada quase a meio caminho entre o Porto e Lisboa.

Se vieram da Praia de Vieira por que razão se chamam *Avieiros*?

Segundo a lógica gramatical portuguesa o nome deveria ser *Vieirenses*.

A Dra. Micaela Soares forneceu-me a seguinte explicação:

“Vieirense é o nome de quem mora em Vieira. Avieiro é formado com o prefixo latino *ab* que exprime uma origem, uma deslocação, e Vieira. O *b* teria caído e só ficaria a forma *avieira*. O masculino *avieiro* ter-se-ia imposto naturalmente”.

Uma versão diferente foi-me apresentada por uma outra pessoa. Segundo ela, tratar-se-ia da deformação da expressão “*gente da Vieira*”. O ouvido popular só teria percebido “*gente 'a vieira*” (t e d são com efeito consoantes oclusivas muito próximas), e retido “*gente avieira*”.

M.M. Soares não acredita nesta tese.

Não me compete discutir essas interpretações. Contudo, um texto anónimo, dado pelos serviços da Freguesia de Vieira, abre uma nova via de investigações, indicando a existência de um movimento migratório dos habitantes de Aveiro, quer dizer dos Aveirenses, para Vieira.

[...] *No fim do século XVIII dá-se a migração de muitos habitantes de Aveiro que se vêm instalar na zona de Vieira o que com certeza explica os trajes típicos da gente da nossa terra, tão semelhantes aos daquela região.*[...]

Aceitando esta informação, pode supôr-se que a população local fez uma amálgama fónica entre *aveirense e vieirense* e criou a palavra *avieiro*. Esta sugestão pessoal implica as seguintes reflexões:

Entre os migrantes de Vieira para o Ribatejo ter-se-iam encontrado migrantes de Aveiro para Vieira?

Se a semelhança dos trajas não bastar para determinar uma dada origem, até agora nada nos prova que os Avieiros não tenham descendência aveirense.

Vida dos Avieiros de Vieira

Os Avieiros são sobretudo pescadores corajosos e aventureiros. Manejam com grande habilidade o saveiro, barco a remos, desprovido de quilha, com a proa curvada em meia-lua para rasgar melhor as águas.

Naquela parte do litoral, a pesca não se realiza todo o ano mas unicamente com bom tempo. No Inverno, o mar é tão bravo e os ventos são tão violentos que não podem os barcos fazer-se ao mar. Temporariamente privados da sua actividade principal, os Avieiros têm de se dedicar a outros trabalhos. Uns são contratados por serrações instaladas nos pinhais vizinhos; outros deixam o mar e com nassas e botirões vão pescar no Liz, no Mondego, no Douro e sobretudo no Tejo onde a safra do sável dá lucro.

António Vitorino, escritor local, descreve no seu romance "*Praia de Vieira, Sua pena e sua glória*", a mutação passageira dos pescadores:

"Os que sabiam manejar a serra e o machado, metiam-se pelos pinhais dentro...

Os que só da pesca viviam, sumiam-se igualmente, levando naças e botirões, varinas e savaras, e durante o Inverno percorriam as águas de todos os rios, onde pé de venda desse sinal de presença. O Tejo era sempre [...] campeão dos campeões".

A migração interna não é exclusiva dos Avieiros. Este fenómeno de deslocação humana faz parte do sistema económico português.

Analisando o mapa, notamos uma desigual repartição da população:

— no Norte e no Oeste, há uma grande concentração humana;

— no Sul e no Este, quase o deserto.

O equilíbrio só se restabelece no tempo das colheitas porque as planícies muito férteis do Sul precisam de mão de obra. Assim, todos os anos há grupos de trabalhadores sazonais que atravessam Portugal. Chamam-lhes: Ratinhos, Algarvios, Gaibéus, Botas, Avieiros dirigindo-se para as mesmas regiões.

A transformação económica de Vieira vai perturbar o ritmo de vida dos Avieiros.

A evolução das técnicas de pesca e o desenvolvimento industrial da cidade serão dois elementos determinantes da desagregação desta comunidade.

Primeiro, o equipamento dos saveiros modifica-se. O arrastão substitui a rede: a manobra é mais fácil, possibilitando a redução do pessoal; de dimensão superior, o arrastão pode raspar o fundo das águas e recolher uma maior quantidade de peixes. O resultado deste novo sistema traduz-se pela prosperidade dos patrões de companhia (ou de companhia) e pela eliminação dos pequenos pescadores cujo fraco rendimento já não permite resistir à nova concorrência.

A segunda crise é provocada por Tomé Ferreira que funda em 1856 uma fábrica de limas. Precisa de mão-de-obra fixa. Numerosos são os pescadores que aproveitam a oportunidade para se instalarem num emprego estável e sedentário. Outros, que não concebem uma vida sem barco, sem rede, vão-se embora, com a família, Tejo adiante.

Assim começa a aventura do pescador de Vieira que se chamará, então, "*O Cigano do Tejo*".

Redol e os Avieiros do Ribatejo

A sua instalação nas margens do Tejo fez-se de forma discreta. Só nos finais dos anos trinta se nota a sua presença e se reconhece a sua existência. Com efeito, cerca de 1937, o escritor ALVES REDOL descobre esta curiosa comunidade que frequenta os cais de Vila Franca de Xira. Durante 4 anos convive com ela de perto e dedica-lhe um livro que intitula *Avieiros*.

Dada a integridade e reconhecido talento do autor, o romance, (entre a ficção e o documento) torna-se um testemunho social notável. Sem nunca esquecer o valor da ficção, que pode alterar os julgamentos, tentei extrair desta obra - *Avieiros*, Portugal, Mem Martins, 2.^a ed., (col. "Livros de Bolso Europa-América", n.º 214).-, os elementos capazes de restituir o olhar e os sentimentos de REDOL sobre os Avieiros daquela época. (o número da página de referência segue cada citação).

Trabalhador sazonal, o Avieiro tem unicamente um conhecimento reduzido do universo profissional no qual se quer empenhar.

A exploração piscícola do Tejo é uma organização tentacular, fiscalizada pela "Senhora Companhia", - sociedade por acções e dona do terreno -, pelo Estado que impõe a cada possuidor de redes a compra de uma licença, e pelos burgueses locais sempre à procura de qualquer investimento lucrativo. Dentro deste organigrama, gravita uma fauna de usurários e de burlões para quem os operários-pescadores passam a ser a presa.

A descoberta do sistema é muito amarga para o emigrado de Praia, mas a sua coragem e a sua obstinação incitam-no a lutar.

A pesca é um monopólio reservado aos potentados locais. Donos de barcos especialmente equipados para a safra do sável, organizam, todos os Invernos, verdadeiras campanhas e recrutam de uma maneira arbitrária companhias temporárias. Apesar de ser procurado pela sua força e coragem, o Avieiro prefere trabalhar sozinho e, às vezes, aventura-se a comprar o seu próprio material. Para o conseguir, não hesita em contrair dívidas. Este empenho é o primeiro elo de uma cadeia de acontecimentos que o vai tornar escravo dos homens e vítima dos elementos naturais.

Para liquidar os empréstimos tem de trabalhar muito: de dia, labuta numa companhia; de noite, pesca ilegalmente. Como o rendimento muito baixo não chega para cobrir os reembolsos, desafia as leis e frustra a repressão.

Ao problema do trabalho junta-se o do alojamento.

Morar num barco não é uma escolha deliberada.

Praticamente é o único recurso de que ele dispõe para abrigar a sua família. Sendo os terrenos à beira Tejo propriedade privada, é proibido construir nessa zona.

De proa muito fina e curvada, o gracioso saveiro encontra-se dividido em três compartimentos bem demarcados:

- a popa, ou oficina, destinada ao trabalho da pesca, à ordenação das redes e arrumação do peixe.
- o centro, a cozinha, onde se preparam os alimentos.
- a proa, onde, de noite, se dorme sob um toldo armado com uma estaca de salgueiro.

Na falta de comodidade, este abrigo improvisado, permanece, apesar de tudo, como símbolo da sua liberdade.

“Aquilo é que é bom, é como um berço. Com o vento a dar-lhe, a gente põe-se num instante onde quer”. (p. 63)

Muito tenaz, o Avieiro fará frente às interdições e acabará, às vezes depois de muito tempo, por se fixar na terra firme.

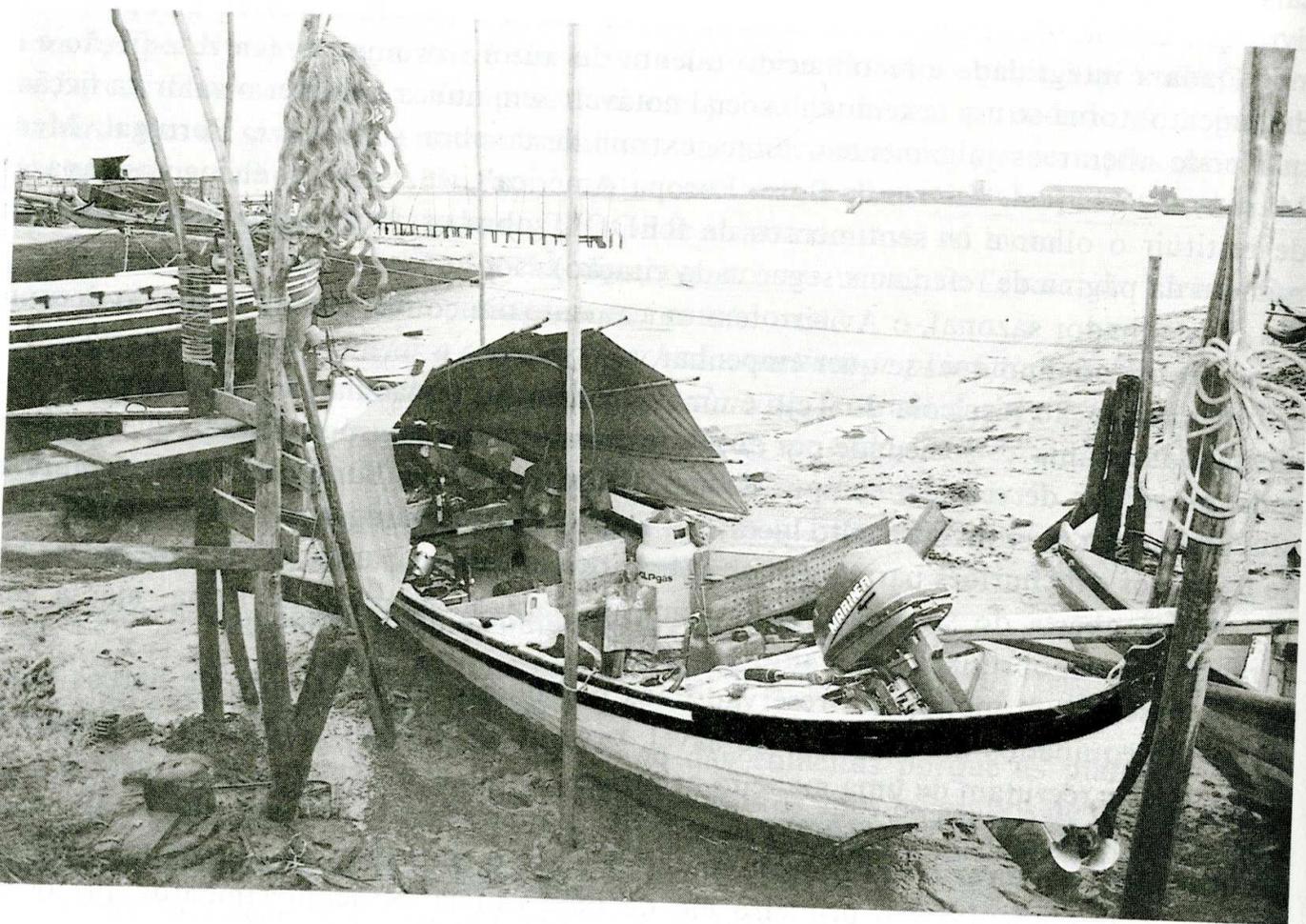


Foto: Mário Saldanha

Atormentado por credores abusivos e desonestos, a sua vida torna-se um encadeamento de dificuldades evitadas e obstáculos a vencer pois, se por um lado tem de enfrentar os homens, tem igualmente de resistir aos elementos naturais. O Tejo, jardim de peixe, pode também ser um inimigo terrível. De súbito é capaz de destruir material e ocupantes. Fertilizadoras para os prados, as suas cheias arruinam em pouco tempo o trabalho de

muitos meses. Na sua fúria levam barcos, redes, barracas, até mesmo pescadores:

[...] *Turvo, redemoinhando nas árvores dos malagueiros e mouchões, o Tejo arrasta sementeiras, animais mortos, madeira de pontões e barcos, maldições e rezas [...]* (p. 274)

[...] *Parecia que o mar entrava pela terra dentro, bem no fundo da terra, e levava a gente para o fundo do Mar Alto. [...]* (p. 276)

O Avieiro é uma pessoa estranha.

Apaixonado pela liberdade, um pouco individualista até, respeita muito as tradições. A sua comunidade é sexista. A mulher é mais uma camarada de trabalho, uma “besta de carga” do que uma esposa. Ela aceita a sua condição em nome de um código moral cujas regras são: fidelidade, honra, submissão e trabalho.

Ela tem tanto jeito para manejar os remos como para consertar as redes. Executa as tarefas mais difíceis e sofre castigos corporais:

[...] *O Tóino castigava-a bem. Fazia como os outros.... lembrando-se de que o trabalho mais esforçado era para as mulheres*”. (p. 106)

[...]

“Deixa lá o homem a bater à vontade na mulher que lhe pertence” (p. 139)

É uma voz passiva:

O homem é que manda” (p. 79)

Não tem direito à fala: *“No meu barco quando canta o galo não se ouve a galinha. Assim é a lei da nossa gente*”. (p. 108)

Segundo ALVES REDOL, aquela submissão tende a desaparecer. A inteligência feminina está latente, e pronta a brotar. O processo de emancipação está subjacente e aguarda uma oportunidade para se revelar.

O casamento só é aceite entre Avieiros e a fidelidade é obrigatória:

“Avieiro só acasala com moça do rio”. (p. 79)

“Fizeste uma coisa bonita.....arranjares um homem do nosso pano [...] tu és do nosso sangue, Linda”. (p. 95)

[...] *“afeição de Avieiro é só uma: vem na meninice e só acaba no caixão*”. (p. 70)

No seio daquela lezíria que fervilha de pequenos grupos tão laboriosos quanto díspares, o Avieiro conserva a sua identidade. Muito fechado, solitário, às vezes brutal, é um ser estranho, corajoso, ingénuo, de um rigor moral que nos comove.

II — A minha viagem

Como são os Avieiros de 1988? O que é feito deles? Responder a esta questão, é o objectivo primordial do meu trabalho.

Da Praia de Vieira - ponto de partida da migração -, fui para Santarém e percorri as margens do Tejo até Vila Franca de Xira. Proponho-me guiar o leitor nessas aldeias avieiras que se agarram a um rio cada vez menos fecundo e resistem corajosamente a uma urbanização às vezes dramática mas inevitável.

O pescador da Borda-d'Água vive numa ambivalência total. Por um lado, a sua integração na sociedade sedentária local realiza-se sem dificuldade, procura aproveitar as

vantagens da civilização moderna; por outro lado, nele, perduram uma tendência gregária e de autonomia. Isso leva-o a pensar que só a natureza pode ser a sua companheira: ruim, vence-a; boa, aproveita-se dela.

PRAIA DE VIEIRA

A origem do nome Vieira é de ordem económica. Vieira é a palavra que designa um molusco. Antigamente muito famoso nessa região, deu o nome à vila que lhe reservou um lugar privilegiado no seu brasão.

A estrada de três quilómetros que nos leva de Vieira à Praia, é monotonamente plana. Ao longo de uma natureza bravia desfiavam-se “pseudo-aldeias” onde construções locais e em mau estado ladeiam uma urbanização moderna.

Um embrião de rede viária conduz o viajante ao mar. A praia impressiona com a sua dimensão majestosa. Uma linha de espuma permanentemente agitada por uma força invisível mas ribombante, borda a faixa de areia molhada. Apesar do tímido sol e do céu claro, o vento uiva e lavra o mar, escavando vagas imprevistas que se entrechocam e acabam por rebentar na praia deserta.

A aldeia estende-se ao sul do rio Liz. Em vão procuro a zona habitada pelos Avieiros. Ao entrar numa loja para pedir informações, encontro quatro mulheres a tomar café e conversar. São Avieiras e aceitam com grande amabilidade contar a sua vida:

“Há já bastante tempo que não há casas de madeira por aí”.

A mulher chama-se Maria Fé Margarida. É prima de Maria Letra de Vila Franca, uma mulher avieira que encontrarei mais tarde. De 67 anos de idade, não se esqueceu da safra do sável que fazia com os pais.

“A gente ia para o Tejo, primeiro a pé até Monte Real e em seguida de comboio até Alfarelos e depois num outro comboio para Santarém.

No Inverno, a gente era contratada por companhas que tinham os seus próprios barcos. As famílias viviam nos barcos que construíam ou mandavam construir. Depois da safra arrumavam-se as embarcações sobre terrenos do patrão. No Verão a gente regressava à Praia.

Não me esqueço de Escaroupim, Conchoso, Santarém e sobretudo Valada onde este ano fui passar o Natal em casa de uma prima que casou com um pescador e mora lá.

A vida era menos penosa do que aqui...

O mar é bravo... Antes os barcos eram grandes e as ondas dificultavam as manobras. Ao regressar da pesca os barcos eram puxados para a areia com a ajuda de bois.

As mulheres vendiam o peixe que os maridos traziam. No Inverno, os homens iam pescar nos rios vizinhos...

Nem toda a gente ia para o Tejo.

As famílias grandes não podiam pagar a deslocação. Trabalhavam nos campos.”

Mais tarde, Maria Fé Margarida deixou de partir para o Tejo e ficou na Praia. Trabalhou durante quarenta anos na fábrica de limas.

Presentemente, poucos pescadores se dedicam só à pesca. Alguns têm o seu emprego e por isso só depois do trabalho é que vão à pesca, fazer um lance: gesto de prazer ou

nostalgia de um passado bastante próximo? Não sei, não os consegui encontrar.

Este primeiro contacto, simples e espontâneo, confirma, em relação à idade de Maria Fé Margarida, a presença dos Avieiros na Praia desde pelo menos 1921. Revela as qualidades daqueles pescadores e explica a sua migração para o Tejo.

SANTARÉM foi a minha primeira etapa no caminho dos Avieiros de Vieira.

Do miradouro do Jardim da Porta do Sol a vista é maravilhosa. Em baixo o rio é majestoso, lânguido. Nesta curva, os Avieiros, no Verão, arrumavam os seus barcos. É a zona do Alfange.

CANEIRAS

*Sou das Canêras,
Desta terra tão bonita!
E o povo, que nela habita,
É todo do Ribatejo.*

*Lindas canêras!
Aldeia de pescadores
Que mostram os seus valores,
Na labuta com o Tejo.*

*Vê-la! Não podes chegari,
A Vila Franca, atrasado.
Porque não posso dêxari
De ver a espera de gado.*

*A tarde, eu vou à corrida.
A noite, a minha graganta
Mostrar à rapaziada
Como é que o fado se canta.*

*E sou das Canêras,
Desta terra tão bonita!
E o povo que nela habita
É todo do Ribatejo.*

*Lindas Canêras!
Aldeia de pescadores
Que mostram os seus valores,
Na labuta com o Tejo.*

*Tra-me, daí, a samarra
E uma guitarra e a marzantina.
A sua boca bizarra
Que engata à boca do sino.*

*Quero a bota, afiambrada,
Bem ingraxada, pra dar nas vistas.
Mostrar à rapaziada
Que ainda existem fadistas.*

Ti Joaquim Tocha Carriço. Avieiro de Caneiras.

A juzante pode-se ver Caneiras que foi uma das maiores aldeias de pescadores avieiros do Ribatejo. Antigamente, a sua actividade piscatória era muito importante. Hoje, tornou-se um sítio de descanso para cidadãos vizinhos que compram as casas de madeira e as restauram. Os verdadeiros Avieiros reformados moram em habitações modernas, os seus filhos trabalham em Santarém, mas todos pescam por prazer.

PORTO DE MUGE

Só restam dois casais avieiros em PORTO DE MUGE. Moram, no plano inferior do dique, em casas de madeira construídas sobre estacas. Já não vivem da pesca. Só um dos homens põe ainda nassas e botirões para se divertir e melhorar a vida.

VALADA

*Vi um lenço a lavar
Pro lado de Valada, ainda.
Dessa me posso gabar:
Namoro 'ma cara linda;

Valada, pro ser Valada,
Tamém é terra de pão.
Tamém tem moças bonitas,
Claras, cum' o cravão!

O vila de Benavente,
Na és vila nem cidadi.
Es um lugar pecanino,
Onde brilha a mocidadi!

Lá vem um barco à vela!
Lá vem outro, mais atrás!
Aquele, de velas brancas,
É que traz o meu rapaz.*

Ti Maria Cláudio. Avieira de Póvoa de S. Iria.

VALADA que foi teatro de cheias terríveis não conservou vestígios avieiros.

PALHOTA

É possível que PALHOTA seja a aldeia que REDOL descreveu no seu romance. O que é certo é que o autor morou em casa dos pais do Senhor João LOBO que ainda lá vive e que se lembra muito bem dele.

“As primeiras [barracas] apareceram à ilharga do rio e voltadas para o norte; as que vieram depois foram dispostas lá atrás numa segunda linha e a aldeia ficou com uma rua estreita, de areia suja e erva rala, e outra larga, de água, mais larga e longa...” (p. 33)

Ainda hoje a descrição é perfeita. Muito florida, Palhota é um sítio sereno onde apenas se contam sete lares.

Há quase 90 anos que existe a aldeia mas é de recear, com a deslocação contínua dos jovens para a cidade, daqui a uns vinte anos, a sua total extinção.

LEZIRÃO

A desinência “ão” leva-nos a pensar que Lezirão significa grande lezíria.

Para atingir essa aldeia é preciso atravessar uma campina imensa e fertilizada por aluviões e cheias do Tejo (sete por ano). Estava, ainda há pouco, coberta de vinhas. Hoje, o Estado oferece remunerações para a sua destruição e promove a produção de trigo e milho.

O lugarejo esconde-se atrás de um declive, fronteira fictícia entre o mundo agrícola e o mundo da pesca. Logo depois de se ter galgado o pequeno monte, descobrem-se, em frente, um rio largo, quase imóvel, e à esquerda, a aldeia.

À direita ergue-se uma casa recentemente restaurada:

— estacas, paredes de madeira, telhado de telhas desprovido de chaminé, varanda coberta (elemento não avieiro) e escada externa.

Do mesmo lado, uma casinha serve de mercearia e de depósito de bebidas. É a alma de Lezirão. É um ponto de encontro e de abastecimento.

Na única rua contam-se uma dezena de casas. São de construção tradicional.

As habitações estão bem conservadas.

Cada uma tem uma cozinha exterior feita quer:

— de perpianhos, cobertas de telhas. As vezes são equipadas com máquinas modernas. Apesar de não ser electrificado, Lezirão possui um gerador.

— de tábuas de madeira, de lata, de caniço.

— ou totalmente ao ar livre.

Nessas cozinhas anexas, as Avieiras arrumam os utensílios de cozinha. Um casal pode ter várias cozinhas exteriores que usa segundo o tempo e a fantasia. Aqui a noção de territorialidade não parece existir.

Lezirão tem sete lares, estando quatro gerações representadas: a pessoa mais velha tem 81 anos; a mais jovem, 8 anos. Todos têm pais naturais de Vieira.

Vivem da pesca e vendem os seus legumes da horta. Criam ovelhas para comer ou vender. Guardam as peles que curtem e deixam secar ao sol. Elas dão um pouco de

conforto às casas que não têm aquecimento (como a maior parte das casas em Portugal).
Depois das colheitas têm autorização de apanhar as espigas no campo para alimentar as aves. Da mesma maneira colhem também as uvas para fazer água-pé, bebida bem conhecida.

Os jovens trabalham na cidade. As crianças frequentam a escola de Azambuja, sendo a ligação assegurada por uma camioneta.

A localidade, muitas vezes, sofreu cheias terríveis. Apesar disto, ninguém deseja abandoná-la.

VALA DO CARREGADO

Será a minha penúltima etapa na margem direita do Tejo.

Este porto fluvial conheceu uma grande prosperidade económica até à segunda metade do século vinte. Depósito de vinho e fruta foi, também, por causa da boa situação geográfica, um centro de trânsito de mercadorias para as zonas de Alenquer e Castanheira.

Quanto mais se caminha para o mar, mais se torna lânguido o rio. O seu vale é uma planície aluviana cujo chão instável impede qualquer construção. Algumas aldeias tal como o Carregado souberam resolver o problema, fixando-se no interior das terras, perto de pequenos rios. Assim se asseguraram e continuaram a explorar o Tejo.



Foto: Helder Dias

Antes do desenvolvimento da rede viária e ferroviária o trânsito de mercadorias realizava-se por via fluvial. As fragatas sulcavam o Tejo mas, tributárias da profundidade das águas, não podiam arribar aos portos previstos. Tinham de descarregar, às vezes ao longe.



Foto: Mário Saldanha

Então, almocreves e donos de barcos de fundos chatos, e em particular os Avieiros, levavam géneros.

“Não feitos para este tipo de trabalho, os nossos barcos só podiam transportar cargas leves. Os patrões tinham batelões e atravessavam carretas, carroças, animais e gente para a outra margem. De dia, quando os maridos estavam a dormir, a gente aguardava a chegada das fragatas para ganhar qualquer dinheiro.” (relato de uma avieira de Carregado)

Hoje, os Avieiros desta zona fazem parte da população local sedentária e moram em casas novas.

Perto do Tejo um lugarejo de pescadores vive os seus últimos anos. Abriga dois casais, umas aves e umas redes. Barcos agonizam na margem enquanto um outro, preso a uma estaca de madeira, alardeia, em ar de desafio, as hélices do seu motor.

Não muito longe da terra um Avieiro está a pescar. Fataças prateadas cintilam na sua rede. Normalmente são vendidas nos mercados vizinhos. Naquele dia foi-me oferecida uma prenda que me sensibilizou muito e, mais uma vez, demonstrou a riqueza de coração dessa gente.

CONCHOSO

*Sempre me lembra o Conchoso
E o tempo qu'eu lá passei.
Co homens e raparigas,
Munto bem, pro lá, me dei.*

*Na cabana do Zé do Sacho,
Está lá 'ma cruz de madêra,
Onde foi Cristo pregado,
Fêto de pau de ginjêra.*

Ti Chico Bocas. Avieiro de Vila Franca de Xira.

Até aos meados do século as ligações, entre as duas margens do Tejo, faziam-se apenas de barco.

Desde 1951, a montante de Vila Franca de Xira, uma ponte imensa salta o rio, verdadeiro cordão umbilical da economia regional e nacional portuguesa.

Para atingir Conchoso (ou Quinchoso) é preciso passar por essa nova estrada já que a aldeia fica na outra margem. Em seguida, corta-se à esquerda à entrada de Porto Alto. O caminho é de terra e quase intransitável. Atravessa uma planície muito rica: por um lado, campos de cereais, de outro, prados em que pastam bois, touros e cavalos. Depois de ter percorrido oito quilómetros olhando uma paisagem de uma monotonia quase opressiva, dada a ausência de presença humana, Conchoso aparece, encarquilhada, na parte de baixo do caminho, no meio de uma grande planície que borda um Tejo orlado de salgueiros. A descrição de F. Cântio sugere-nos uma das razões que teriam podido incitar os Avieiros a escolher este sítio:

“Há nas valas do Tejo um silêncio e uma beleza de tal ordem, que apetece ficar por lá esquecido das lutas da vida, embalado numa bateira, sentindo a passarada cantar contente nos parcéis e o cheiro das searas a encher o ar de um aroma salutar e forte, que faz bem ao corpo e à alma”.

Em 1955, segundo M.A. Neto Salvado, Conchoso possuía vinte e quatro lares.

Em 1974, M.M. Soares contava apenas seis casas. Só duas eram permanentemente habitadas.

Em 1988 descobri apenas quatro casebres abandonados.

As casas, divididas em dois grupos, são de tábuas, cobertas de telhas e postas sobre estacas de madeira, blocos de pedra ou pilares de cimento.

A primeira casa tem três divisões:

— um espaço quadrado de três metros de lado que apresenta duas portas - uma dá para o Tejo, a outra para os campos.

— dois quartos separados por tabiques de madeira.

As divisões não têm portas interiores. Talvez houvesse cortinas para as substituir.

Um aparador e uma cadeira são os únicos vestígios de uma vida passada.

A outra casa, sem janela, tem apenas uma sala.

Segundo grupo:

— As habitações parecem de mesma dimensão.

— Uma tem duas divisões separadas por uma tábua de madeira fixada à altura de um homem e que devia sustentar uma cortina.

— Um postigo pequenino e duas portas fornecem a luz.

— A outra tem apenas uma sala, duas portas e nenhuma janela.

Aldeia relativamente povoada nos anos cinquenta, Conchoso desaparecerá, com certeza, antes dos fins deste decénio; por isso é que me empenhei em descrevê-la com bastante precisão.

ESCAROUPIM

O guia turístico “Estremadura e Ribatejo” evoca Escaroupim nos termos seguintes:

“[...] De vez em quando não se resiste à tentação de nos aproximarmos da margem e em Escaroupim é obrigatório fazê-lo, para irmos surpreender ainda bem viva a actividade piscatória dos seus habitantes, presença de garridos barcos e de casas arregaçadas e suspensas em pilares, sempre constante a ameaça das cheias [...]”

Escaroupim tem cerca de 300 habitantes.

Nem toda a população tem origem avieira mas encontrei um casal com idade de 88 e 80 anos, nascidos em Vieira de Leiria. Lembram-se da sua chegada a Santarém (deslocação que se fazia de diligência, de comboio ou a pé) e da sua vida num barco.

Hoje, os jovens trabalham na cidade. As mulheres ficam em casa a criar filhos, consertar e tecer as redes. Escaroupim, apesar de estar em via de desenvolvimento, conservou o encanto das suas antigas casas de madeira.

Actualmente a actividade piscatória está a diminuir. A pesca constitui apenas um prazer de fim de semana.

Aos Domingos e nas férias a aldeia acolhe numerosos turistas que gostam de dar um passeio no Tejo em barcos avieiros pintados com arte, ou de se deliciar com os cantos e as danças do rancho folclórico.

ESTEIRO DO NOGUEIRA

Presas entre a ponte, a via do caminho de ferro e o jardim público de Vila Franca de Xira, as 140 casas do bairro avieiro abrigam quase 500 pessoas.

Pouco a pouco os pescadores tomaram posse deste terreno que pertence à Administração Geral do Porto de Lisboa. Em primeiro lugar, atraídos pela vitalidade do comércio local, prolongaram a sua estadia no Esteiro. Depois, este sítio tornou-se o seu principal ponto de paragem. Construíram, nas margens, barracas para arrumar redes durante o Verão. No Inverno, esvaziadas dos equipamentos, acharam nelas um melhor conforto do que nos barcos. Deste modo as cabanas tornaram-se habitações permanentes e os Avieiros começaram a sua sedentarização sem se preocuparem com a propriedade privada.

O bairro fica muito perto da cidade. Começamos a visita pelo lado este.

Passada a via férrea, um caminho de terra abre para uma pequena praça. À esquerda,

o rés do chão de uma casa moderna faz de mercearia. Ao lado, num casebre de madeira, tão baixo que é muito difícil permanecer de pé, mora um avieiro com 90 anos. Está a grelhar um peixe, à entrada da sua casa.

Foto: Helder Dias



“Sou proveniente de Vieira. Vim com os meus pais. Portanto, como os meus descendentes, sou conhecido por avieiro.”

Na praça, mulheres estão a tagarelar perto de tanques públicos.

Rapazes gritam e brincam entre alguidares cheios de roupa provisoriamente abandonados no chão.

Esse espaço, cercado de casas, é o ponto de partida de uma rede de vielas estreitas que comunicam com o centro da aldeia. Como penetrar nele poderia ser indiscreto, dirijo-me para o que se pode chamar a rua maior.

Abrindo para o Tejo, o caminho, de 2 ou 3 metros de largura, de cimento, é, às vezes, rachado por um rego que drena as águas sujas para o rio.

Casas de perpianhos ladeiam barracas de madeira, remendadas com chapas, plástico ou papel alcatroado. Pintadas de cor branca, azul, verde, umas têm varandas fechadas, outras plataformas abertas mas protegidas por um telhado, outras ainda abrem directamente para a calçada.

A aldeia está equipada com o estritamente necessário: tem água e electricidade, o que gera anacronismos esquisitos. Exemplos:

— antena de televisão inserida entre duas telhas partidas e fixada com fios de cana de pesca ou, tubo de máquina de lavar preso pelo batente da janela e vertendo as águas sujas na rua...

Mais longe, perto do rio, uma camada de lama, papéis sujos, restos de toda a ordem substituem o macadame. As casas ribeirinhas formam um aglomerado de tábuas, varas, escadas, telheiros precários e chapas vacilantes.

Estacas mais ou menos sólidas permitem, qualquer que seja a maré, deixar a bateira ancorada.

Vista da ponte, essa zona parece uma confusão de estacas, barcos de várias cores, equipamento de pesca, redes e ruínas.

No meio deste amontoado, sobre arames improvisados, a aldeia estende a sua roupa: Esteiro de Nogueira arvora bandeira avieira.

Voltando ao bairro, surpreendo uma mulher a libertar enguias enroladas no fio dos anzóis.

Tem 58 anos. Prosseguindo o seu trabalho, fala:

“A minha família é de Vieira. Primeiro, os pais fixaram-se em Conchoso. Pescavam o sável e vinham vendê-lo a Vila Franca. Mais tarde acharam melhor ficar cá.

Com o meu marido, durante muito tempo morámos num barco. A vida era difícil. Tínhamos de pescar de noite. Quando a gente podia dormir as mantas estavam húmidas... Tive quatro filhos que criei no barco... A minha filha, que fez agora 30 anos, nasceu debaixo da ponte de Vila Franca. Não estava à espera mas aconteceu lá... Já há quase 18 anos que comprámos esta casa. Pouco a pouco fomo-la aumentando.

Tinha um lugar no mercado de Vila Franca onde vendia peixe. Deixei-o há dois anos. Hoje dedicamo-nos só à pesca das enguias, barbos, robalinhos. Pescam-se com córdeis. O anzol e a isca ficam na extremidade de um fio que está atado a um cordel. A isca é uma camarinha.

Hoje, o meu marido levantou-se de manhã muito cedo, para procurar camarinhas nos viveiros das salinas de Setúbal. Assim fazem os pescadores de Esteiro. Mas a gente usa também nassas penduradas a um fio, ligado a bóias ou fixadas por duas varas transversais no fundo da água. Os de Lezirão e de Palhota conservaram este método...

Não sei ler nem escrever. Os meus filhos também não... A vida do pescador é vida vagabunda, não permite às crianças frequentar a escola. A gente tem sempre de seguir o peixe...

Os meus filhos mais velhos são pescadores. Os outros têm ofícios... A gente só sabe pescar...

Sim, sou religiosa. Uma vez fui a Fátima, a pé...

Não, não gostaria de viver em Vila Franca. Deste lugar, posso vigiar o meu barco...

Não, não tenho orgulho em ser avieira. A vida é que o quis assim.”

Decido sair da aldeia pelo lado que dá para o jardim público, quer dizer pelo Noroeste. O bairro não é só limitado pelo caminho de ferro mas também, neste lado, é comprimido por um edifício imenso, em via de construção, que vai abrigar um clube desportivo ultramoderno. O espaço livre entre as casas relativamente novas e o prédio mede apenas três metros: pensem na angústia dos donos! mas construir sem autorização é um risco que se tem de assumir.

Uma habitante, directamente envolvida no problema, aceita falar comigo mas foge, com delicadeza, ao assunto.

“A minha família é de Vieira de Leiria. Nasci, há 45 anos, num barco, perto de Salvaterra de Magos...”

Há 40 ou 50 anos as famílias viviam nos barcos. Hoje, já ninguém vive no mar. Cada casal tem casa... Antes as famílias eram numerosas. Conheci uma família com doze filhos todos criados no barco...

As mulheres avieiras vendiam o peixe nas ruas. Ganhavam pouco, viviam mal. Há 15 anos as condições sociais melhoraram. O peixe começou a dar lucro. Os Avieiros saíram da miséria. Alguns compraram apartamentos que alugam pois não querem sair do bairro. Desde o 25 de Abril a gente tem mais liberdade.

Podem-se comprar licenças e vender no mercado...

Nem todas as Avieiras têm barcos. Compram peixe aos pescadores e depois vendem-no na praça. São as que vivem pior.

Aqui, neste bairro, pode-se considerar que só 7 famílias têm grandes dificuldades... A doença não as deixa trabalhar.

Os mais jovens, os que nasceram nos anos 50, já têm outro modo de vida... Já não pescam ou só o fazem por prazer...

Nem sei escrever, nem ler, mas não me sinto diferente das outras mulheres.”

A minha visita acaba sem ter encontrado Avieiros da última geração porque,

— frequentavam a escola

— estavam a trabalhar

ou

— por desinteresse pelo passado dos pais e avós,

ou

— por desdém em relação à aldeia.

Ao sair de Esteiro de Nogueira fiquei perplexa.

O paradoxo parece fazer parte integrante da mentalidade dos Avieiros já com idade, pois

— não têm especial orgulho da sua origem mas continuam a viver da tradição, quer dizer, da pesca;

— não desejam sair das suas casas, daquela comunidade, da borda d'água mas compram apartamentos na cidade.

Em resumo, não querem viver fora da sociedade actual, mas ao seu lado, aproveitando as vantagens sem se tornarem escravos dela.

Para os estrangeiros, a comunidade é uma curiosidade enternecedora.

Para os Portugueses do Ribatejo é sinónimo de trabalho, coragem, pobreza mas também portadora de uma certa singularidade que se traduz não só por respeito mas também por algum desprezo. De qualquer modo, nunca nos deixa indiferentes.

III — Vida actual dos Avieiros

PESCA

A escassez do peixe foi o *leitmotiv* das minhas conversas com os Avieiros. Todos acusam as barragens, as empresas químicas e os adubos que se misturam com as águas durante as cheias, de destruir a fauna piscícola.

Em Dezembro de 1984, num artigo intitulado “Peixe foge do Tejo”, o jornal *Vida Ribatejana* evocava esse problema mas com outros argumentos. Reconhecia, claro, a responsabilidade das indústrias ribeirinhas que não hesitam, seja:

— por falta de infra-estruturas locais, quer dizer ausência ou insuficiência de instalações para tratamento de águas,

— por uma má concepção, consciente ou inconsciente, do equipamento interno das oficinas,

seja:

— por falta de civismo,

ou

— porque as sanções são praticamente inexistentes, para quem deitar, impunemente, no rio, grandes quantidades de produtos tóxicos que não só matam o peixe, mas também alteram a vegetação e a paisagem sem falar do mau cheiro que incomoda a população.

O jornalista do diário atribuía igualmente aos pescadores uma parte de responsabilidade.





Foto: Mário Saldanha

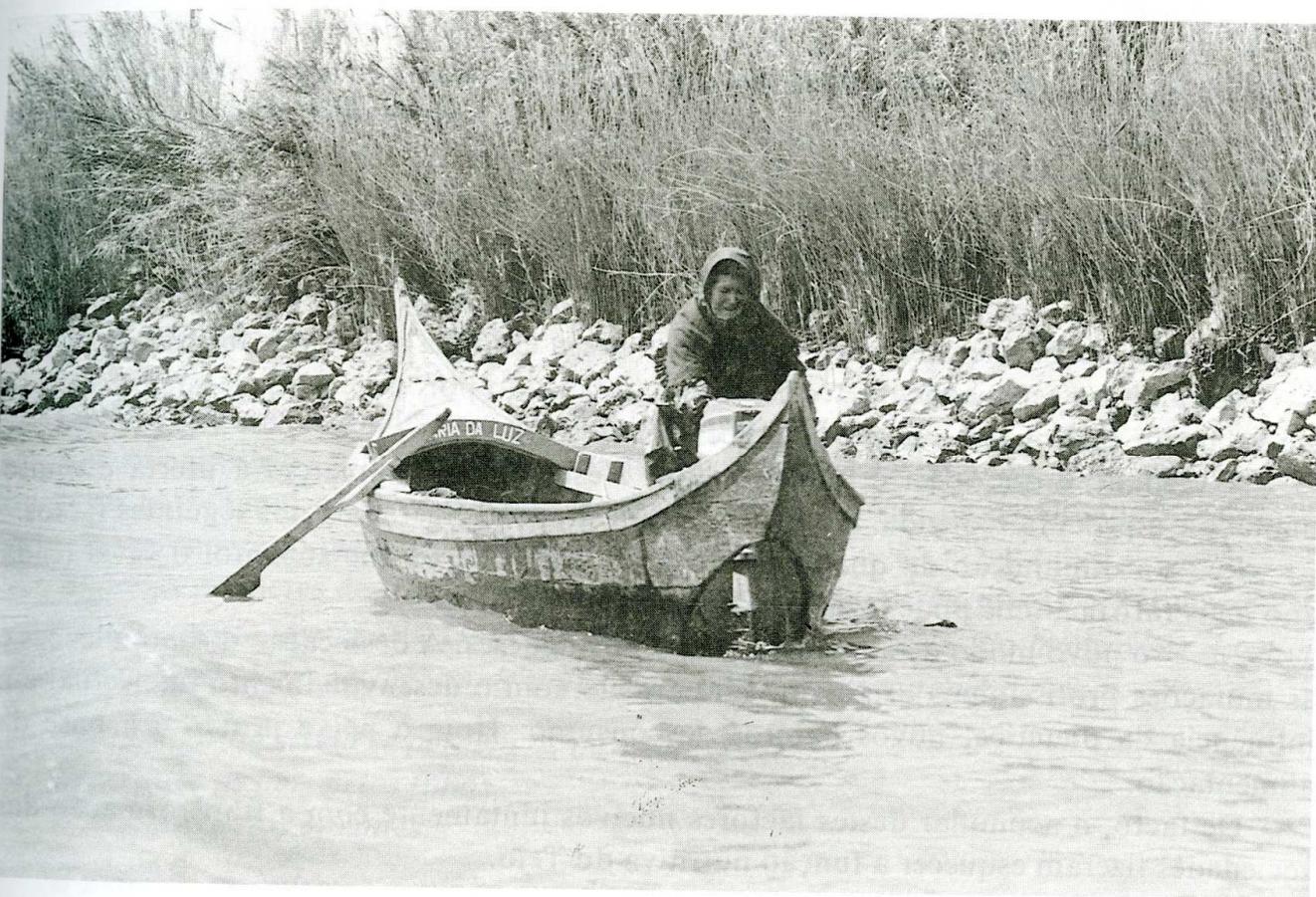
Primeiro, acusava-os de não respeitar os períodos de pesca, o que perturba o peixe miúdo e impede a ovação. Além da motorização dos barcos que ajuda os homens mas que altera a tranquilidade e a limpeza das águas, o repórter punha em causa as modificações proibidas da textura das redes. Com efeito, a fim de tornar a pesca mais rendosa, os pescadores reduziram o tamanho das malhas das redes, o que é ilícito.

Apesar de tudo, em geral, pouco evoluíram o equipamento de base e os processos de pesca dos Avieiros. Num estudo de antropologia apresentado à Universidade de Lisboa em 1982 reparei num capítulo muito preciso dedicado às redes. Extraí os elementos que correspondem ao que vi nas aldeias visitadas:

Distinguem-se dois tipos de redes:

1.º — a rede fixa, colocada horizontalmente e presa por varas no fundo do rio. São botirões, guelrichos e tranquetes.

2.º — a rede móvel que pode ser rede de correr ou rede de arrastar.



O uso excessivo deste último processo é, segundo o autor deste estudo, uma das causas do desaparecimento do camarão, antigamente muito abundante na zona de Vila Franca de Xira.

A descoberta que fiz em duas aldeias confirma a informação do jornalista em relação à participação dos pescadores na ruína da fauna do Tejo.

Efectivamente, com redes rectangulares, de malhas muito apertadas e que se chamam arapetas ou arepetas, os Avieiros apanham muchãos ou machãos. São enguias miúdas de 2 ou 3 cm de comprimento que criam depois em tanques de cimento e vendem pelo Natal, no estrangeiro, muitas vezes em França ou Espanha. No dizer dos donos de restaurantes, estes peixes são uma delícia mas o preço exagerado classifica-os como produtos de luxo. Este tipo de pesca é proibido mas a não - intervenção das autoridades permite a continuação de um negócio muito lucrativo, é certo, mas que causa prejuízo à sociedade.

Os Avieiros negam-se a assumir os danos que se lhes atribuem. Dizem: "*um pescador tem direito a pescar. A vida de um homem vale mais do que a vida de um peixe!*"

Hoje, além do sável, muito raro, encontram-se no Tejo, os peixes seguintes:

- *Saboga*
- *Boga*
- *Fataça ou Tainha*
- *Barbo*
- *Bordalo*
- *Loira, Machão ou Muchão*
- *Enguia ou anguia ou eirós ou eiró ou iró*
- *Linguado*
- *Lampreia*
- *Robalo ou Ribalo*
- *Robalinho ou Robalete*

Quando Redol escreveu o seu romance, a pesca era uma actividade lucrativa.

Nesta altura este negócio é teoricamente fiscalizado pois deve realizar-se no mercado e o vendedor é obrigado a pagar uma licença.

A verdade é que a lei é muito liberal. Neste tipo de comércio a oferta é muito limitada e a procura reduzida. Ao meu ver, esta situação é gerada pelos seguintes factos:

1.º — a diminuição da qualidade do produto. O peixe que substitui o sável (cada ano mais raro) não lhe pode fazer concorrência no sabor.

2.º — o novo modo de alimentação dos Portugueses. A deslocação das populações e as mutações profissionais originam, em paralelo com o desenvolvimento intelectual e a influência da dietética, novos hábitos de consumo. Hoje o peixe já não é a base da alimentação.

De facto, o acumular destes factores nocivos juntamente com a transformação das sociedades fizeram esquecer a função nutritiva do Tejo.

COZINHA

Tal como os pobres, os Avieiros tentaram tirar o melhor dos produtos que tinham à sua disposição. Durante muito tempo o peixe foi a base da sua alimentação. Em função da fantasia do Tejo faziam-se as refeições: com o Tejo generoso, comiam-se sável ou linguado; com o Tejo avaro, contentavam-se com enguia ou bordalo. Para melhorar o sabor, as Avieiras juntavam ervas aromáticas.

No Inverno, o peixe era cozido com batatas, arroz ou pão, mas a maior parte do tempo era grelhado na cinza.

Um Avieiro do Carregado disse-me que para o peixe não pegar na panela é preciso pôr no fundo, pedaços de cana. Um outro, de Palhota, acha que o sável fica melhor cozido entre duas telhas no forno.

A cozinha das Avieiras parece tão simples que não gostam de falar do assunto. Pelo contrário, os cidadãos souberam aproveitar os saborosos produtos do Tejo. Pessoalmente, gostei muito da caldeirada de fataças feita pela Senhora Carreira, as enguias fritas e o ensopado de enguias saboreadas no Porto Alto, a sopa de camarão e os rissóis de camarão preparados pela Senhora Redol Ferreira.

A ementa dos restaurantes é muito rica em especialidades de peixe. Apresenta:

- Açorda de sável com sável frito
- Linguados fritos chamados folhinhas de oliveira
- Caldeirada de enguias, fataças, barbos
- Ensopado de linguados
- Ensopado de enguias.

Não se pode esquecer o muchão frito e servido com ovos. Proibido em Portugal, é muito procurado no estrangeiro.

Apesar da sua sedentarização e contactos com a vida moderna, as Avieiras não parecem ter mudado a sua alimentação. Compram mais legumes e frutos, pouca carne e é raro comprarem produtos congelados (segundo as pessoas ouvidas).

RELIGIÃO

Os Avieiros são católicos mas não muito praticantes.

Em Vila Franca, com os outros crentes, assistem às festas religiosas importantes. Em geral participam na procissão do Senhor da Boa Morte, igreja situada na colina, perto de um cemitério medieval dos séculos 12 e 13.

Algumas mulheres de Esteiro de Nogueira fizeram uma peregrinação a Fátima.

“Antigamente, diz Maria Letra de Vila Franca, tínhamos fé. Eu lembro-me de uma reza que os pescadores recitavam de noite, para não dormir durante a pesca:

Pelo cantar da sereia se perdem os navegantes

Perdem-se os pais pelos filhos

E os filhos pelos amantes.

E antes de dormirmos a minha avó dizia:

Pecador adormecido

Vives muito esquecido

E andas muito enganado

Não sabes a hora nem o dia

Que há-des morrer em pecado.

Não ofender a Deus tomemos

Que nos pode castigar

*Quando nós menos pensar
Contas a Deus hemos dar (havemos de dar)
Contas rigorosas
Merecidas para toda a vida
Confessa-te ó peccador
Pela tua alma perdida
Perdeste a tua alma
Tu foste o causador.”*

Grande especialista da linguagem avieira, M.M. Soares, transcreveu integralmente a reza numa compilação intitulada: “*O povo da Lezíria e Literatura oral*”.

A fé é íntima e pode apresentar várias formas de expressão. Ser sincero é essencial. Lezirão é um exemplo desta abertura. Católica no passado, tem hoje:

- 4 casais protestantes,
- 2 casais católicos,
- 1 casal adepto de Jeová.

Esta mutação espiritual tem duas causas que também se aplicam às outras aldeias:

1.º — ausência de igreja devida à fraca densidade de população.

2.º — afastamento de Lezirão de outras igrejas do concelho.

Uma pessoa protestante explicou-me:

“Cá, não há igreja. Não é possível ir até Azambuja a pé.

Um certo dia, uma mulher protestante veio a minha casa. Tinha quase a mesma religião. Disse-nos que podia dizer a missa em casa. Era bem melhor para nós todos. Hoje, a minha casa tornou-se igreja... De qualquer modo temos um Deus igual!

Também nos visitam os adeptos de Jeová. Só uma família os acolhe.”

A freguesia de Vieira deu-me o texto de uma oração que os pescadores reservavam a São Jerónimo e Santa Bárbara para afastar a trovoada:

Anjinhos da Guarda levai esta trovoada para onde não haja eira nem beira, nem ramo de oliveira, nem bafo de gente cristã.

Esta reza era repetida até ao fim da tormenta.

Todas as bateiras têm nome mas não são baptizadas religiosamente. Talvez os pescadores do Tejo não precisem de tanta protecção como os do mar!

TRADIÇÕES

Hoje em dia não se veste vulgarmente o traje tradicional; contudo, não é esquecido. Aparece nas exposições, nos museus e nas festas de aldeias em que os ranchos são muito activos.

A transmissão dos cantos é unicamente oral. Por causa dos seus ritmos muito rápidos é difícil compreender as palavras. Em Vila Franca, o Senhor Manuel Vau, director do rancho de Esteiro de Nogueira, que quer conservar esta riqueza popular, já começou a compilá-los por escrito.

A Freguesia de Vieira ofereceu-me três cantos de autores desconhecidos: um fado relata a vida dos pescadores de Praia de Vieira e duas marchas descrevem a das mulheres que se chamavam Vareira ou Peixeira.

PESCADORES DA VIEIRA

*Larga o barco e navegando
As ondas do mar galgando,
Que ruge como Leão,
De joelhões pela praia
O mulherio desmaia
A gritar de comoção*



*Ó senhor dos Aflitos
Salvai o meu maridinho
Ó S. Pedro ouvi meus gritos,
Salvai o meu bom paizinho.*

*No mar, desesperadamente,
Essa tão heróica gente,
Afasta o perigo de si,*

*Rema, rema, sem cessar,
A gritar, sempre a gritar
E rasa...E rasa...Outra e fecha aí*

*É esta a vida do mar
Para o pobre pão ganhar
O triste do pescador,
Arriscando a própria vida,
Deixa às vezes sem guarida
Esposa e filhos na dor.*

*Choram moças ofegantes
Num soluço desesperado,
Senhora dos navegantes
Salvai o meu namorado.*

*No mar, desesperadamente,
Essa tão heróica gente,
Etc...Etc...*

PEIXEIRAS DA VIEIRA

*Sou a mais feliz peixeira
Deste lindo Portugal,
Vendo sardinha da Vieira
Da fama não tem rival.*

*Percorro todos casais
Sem mim haver canseira
Corro até não poder mais
A gritar desta maneira:*

*Quem compra sardinha
Fresquinha a saltar.
Olhem que é da nossa praia
Saiu agora mesmo do mar.*

*Quem compra sardinha,
Fresquinha a saltar,
a saltar...*

*É da praia da Vieira
Saiu agora mesmo do mar.*

*Correndo, pernas ao léu
Estrada fora ao sol ardente
Todos querem, Deus do céu
Provar a sardinha à gente.*

*Quando chega aos mercados
A sardinha da Vieira,
Todos correm apressados
Se ouvem gritar a peixeira.*

*Quem compra sardinha
Fresquinha a saltar.
...etc...etc...*

SOU VAREIRA, SOU VAREIRA

*Sou vareira, sou vareira,
O, ai!
Sou vareira, sou vareira,
Se sou vareira ou não,
O, ai!*

*Olhai para o meu trajar,
Olhai para o meu trajar,
O, ai!
Olhai minha canastrinha,
Ando de rua em rua,
O, ai!*

*Quem compra a bela sardinha?
Quem compra a bela sardinha?
O, ai!
Quem compra a bela pescada?
A vida de vareirinha,
O, ai!
É vida amargurada.*

MEDICINA

Os pequenos males e os acidentes de pouca gravidade ainda se tratam com remédios simples:

— infusões e compressas preparadas com ervas curam dores de cabeça e infecções locais.

— os curandeiros reduzem luxações.

Às vezes, aos tratamentos juntam-se novenas que são rezas repetidas nove vezes.

Nos outros casos os Avieiros consultam doutores e especialistas. O hospital é ainda um sítio que receiam, apesar de reconhecerem a sua grande eficácia.

Em geral os pais vigiam a saúde dos filhos mas respeitam pouco a posologia indicada pelos médicos. Esta ausência de rigor favorece, às vezes, o início de doenças crónicas tais

como: inflamação dos brônquios, redução da acuidade visual, dores das articulações que podem gerar deformações.

Neste domínio os Avieiros não têm o monopólio da inconsequência!

ESCOLARIDADE

A sedentarização facilitou a escolaridade. O ensino é obrigatório mas a presença na escola é dificilmente controlada. Talvez os pais ainda não tenham compreendido a importância da educação escolar.

Das pessoas interrogadas nenhuma sabe ler e escrever. Algumas lamentam esta situação mas recusam-se a frequentar os cursos de alfabetismo organizados graciosamente pelos serviços municipais.

A Senhora Directora Inocência Redol revelou-me as grandes dificuldades manifestadas pelas crianças avieiras. Em geral são desvantagens de ordem familiar:

- pais incultos, incapazes de acompanhar os deveres dos filhos
- vocabulário muito reduzido
- má pronúncia devida à transmissão oral da linguagem pelos pais
- integração mais difícil do que se pensa.

RECORDAÇÃO DE NÃO SABER LER

*Sô enfeliz, nam sê leri
As linhas qu'o fado tem!
Mas, se um dia, assim morreri,
Agradeçam a minha mãe!*

*Nunca me quis ensinari
E eu sempre quis aprenderi.
Mas, como hê-de cantari,
Se sou enfeliz, nam sê leri?*

*Oh! quem me dera gabari
Que já sabia ler bem!
Morria, sempre a cantari
As linhas que o fado tem.*

*Tenho a idade avançada
Mas já nam posso aprenderi.
Mas sê quem é a culpa
S'eu, um dia, assim morreri.*

*Maldita sejam nas horas
Que me lançou ao desdém!
Se nunca intrê im escolas,
Agradeçam a minha mãe.*

Ti Zé Mira Letra. Avieiro de S.^{ta} Iria.

LINGUAGEM

O meu ouvido de estrangeira notou algumas variações de pronúncia mas não pretendo elaborar um estudo linguístico. No entanto, reparei nas seguintes particularidades:

- o desaparecimento de sílabas: *a 'nha mãe* para a minha mãe
- contracção de para que dá *p'ra*
- as sílabas finais em “r” tornam-se *ri*: falar/*falari*; pintor/*pintori* etc...
- fenómeno igual com os “e” finais: *genti* diz-se para gente e *di* para de.

Estas distorções são mais frequentes na linguagem das pessoas mais velhas.

Os professores incitam os jovens a eliminar estas formas verbais. A passagem para uma pronúncia correcta faz-se lentamente porque a oralidade familiar é predominante.

POESIA

Apesar de ser analfabeto, o Avieiro possui uma profunda sensibilidade e sabe ou soube traduzir os seus sentimentos através da poesia.

Os poemas apresentados neste estudo são extraídos da compilação de M.M. Soares - *O Povo da Lezíria e Literatura Oral* - e de autores avieiros. Alguns autores fazem parte da família de Maria Letra:

- Ti Zé Mira Letra, seu primo



Foto: Helder Dias

— Ti Joaquim Tacho Carriço é da família do seu primeiro marido

— Ti Francelina Sequeira é sua cunhada.

Os outros têm todos família em Vila Franca:

— Ti Chico Botas e Maria Augusta.

Graças ao trabalho de M.M. Soares, a poesia avieira pertence doravante ao património português.

Fora desta iniciativa pessoal, a Câmara de Vila Franca decidiu incluir no seu programa cultural a pesquisa de poemas, lendas e provérbios populares da região.

POLÍTICA

A história política reduz-se a três palavras: 25 Abril 1974.

Aquela data parece marcar o fim do isolamento existencial do Avieiro. Agora, a relação explorador-explorado é regulamentada, controlada. Acabou o despotismo patronal.

Os partidos de esquerda libertaram-nos: então votam na esquerda, pelos Socialistas ou Comunistas, pelos que os ajudam muito.

Depois daquela data as suas condições de vida melhoraram, com certeza, mas qual foi a causa da mudança: a política ou a evolução natural e lógica dos hábitos e mentalidades? Não podem e não querem responder à pergunta. Acreditam no futuro... O pescador é gente com paciência.

IV — Conclusão

Não posso concluir o meu trabalho sem falar do escritor, do homem que, sem ter conhecimento da sua própria origem avieirense, veio a ser amigo dos Avieiros e a fazer parte da sua família.

O romance *Avieiros* foi publicado em 1943 mas o encontro entre o autor e os pescadores realizou-se a partir de 37. Naquela época Redol já era um homem empenhado nos movimentos literários novos e contribuía para o desenvolvimento do neo-realismo.

De jornalista tornou-se escritor - *ao serviço do povo* - dizia. Permaneceu fiel às suas convicções até perder a liberdade e sempre à procura da verdade. Textos cheios de autenticidade, lirismo popular, poesia, delicadeza moderada substituíram pouco a pouco os documentos frios dos seus artigos de imprensa. Soube conjugar ficção e realidade, unir coração e raciocínio. Criou romances reveladores das realidades historico-humanas do seu país.

A experiência que viveu com os Avieiros foi um maravilhoso material humano que lhe permitiu denunciar a miséria, a pobreza e a exploração do povo.

Quando Redol diz, a respeito do seu romance: “[...] *há nele um gosto fundo, autêntico e viril, de semear na companhia do povo um país para homens livres* [...] podemos ousar comparar Redol ao escritor francês Zola.

Penso que é um escritor social, de emoção clara que insinua sugestões violentas, até imprevisíveis, mas sempre realizáveis.

Os Avieiros que muito estimou, percebeu e respeitou não compreenderam - ou não puderam compreender - a mensagem do seu livro. O analfabetismo é, com certeza, a causa desta não percepção. Apesar da dificuldade de apreensão, ficaram ligados ao escritor por laços de grande amizade, até à sua morte.

Nas aldeias visitadas, os Anciãos lembram-se de Redol e sabem que lhes dedicou um livro.

Em Palhota, João Lobo limitou o seu pensamento a um suspiro profundo, cheio de tristeza e acabou por dizer:

“Era bom homem!”

A mensagem do homem político não passou; a de Redol sensibilizou.

Hoje o pequeno povo avieiro dispersa-se. Vai desaparecendo pois as gerações mais jovens dissolvem-se na sociedade moderna.

Já alguma gente culta do Ribatejo começa a compilar todos os documentos relativos à pequena colónia.

Tive sorte em encontrar verdadeiros Avieiros e receber testemunhos vivos do seu passado. Talvez a sua memória vá enfraquecendo, a sua imaginação tenha enfeitado ou dramatizado os acontecimentos, pouco importa! A sua presença é a prova certa da sua existência.

Dentro em breve, só os ranchos folclóricos perpetuarão as imagens dos Avieiros mas, infelizmente, o espectáculo terá perdido os seus actores.

NOTA FINAL

Em virtude de o presente artigo ser um resumo de um trabalho mais avultado sobre o assunto, convidam-se os leitores eventualmente interessados em aprofundar os seus conhecimentos a procurá-lo na Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira.

Nele encontrarão uma série de notas e indicações de bibliografia sobre o tema.

ENTREVISTAS

À Senhora Doutora Inocência Redol Ferreira,
Directora da Escola Alves Redol.

Resumos de respostas temáticas

Origem avieirense de Alves Redol? Influência física, influência sentimental?

Quando Redol publicou o seu romance “Avieiros” em 1942 ainda não tinha conhecimento de que a avó paterna, Ana da Guia, nascera de pescadores do Tejo, originários de Vieira de Leiria.

Só mais tarde soube disto, por uns primos de Golegã quando colhia elementos para o seu livro “Fanga”.

No prólogo dos “Avieiros”, edição de 1967, Redol fala da avó, que ele achou sempre uma figura com uma fisionomia diferente, descendente duma família “Os Guias”, originários da Praia de Vieira, portanto Avieira. Depois falou dessa família com o escultor Martins Correia, natural da Golegã, seu primo, filho de Maria da Guia, prima da sua avó Ana da Guia.

E só nessa altura teve conhecimento da sua origem avieirense, em 1943.

Sentiu sempre uma grande atracção pelo Tejo, não sei se pelo sangue que lhe corria nas veias, mas porque o seu passeio preferido, com o seu avô materno, era ao cais de Vila Franca, vendo o Tejo e o movimento dos seus barcos que naquele tempo era intenso, pois assim se fazia a ligação entre as duas margens.

Circunstâncias e razões da escolha dos Avieiros

Foi no cais de Vila Franca, que ele teve conhecimento da existência dos Avieiros e ficou bastante curioso pois nunca tinha ouvido falar dessa gente.

Foi Jerónimo Tarrinca, um dos homens a quem dedicou este livro Avieiros, que lhe falou destes e que o levou a uma aldeia de Avieiros, a Toureira, onde tomou contacto vivo com estes homens.

Mais tarde conseguiu passar umas férias na Palhota, em casa de Manuel Lobo, o mais entendido pescador.

Ali tomou contacto com a vida dessa gente; foi à pesca do sável nos seus barcos e colheu ali muitos elementos para o seu romance.

Penso que as razões da escolha de Avieiros foram:

- 1.º O seu gosto pelo Tejo.*
- 2.º O conhecimento da existência desse povo avieiro que à primeira vista lhe suscitou grande curiosidade e quis tomar contacto com os seus costumes e a sua vida.*
- 3.º O dar a conhecer a vida miserável dos chamados “Ciganos do Tejo”, cuja casa era o barco.*
- 4.º Ter tido facilidade em conhecer de perto essa gente, por intermédio do Tarrinca, que o pôs em contacto com a sua realidade.*

Elaboração da obra

Alves Redol deslocou-se à aldeia da Palhota e foi aí que colheu os elementos para o seu romance. Passou aí umas férias que aproveitou para se documentar sobre a realidade. Com esse povo tomou parte na pesca do sável, sendo por eles considerado como factor de sorte, nos lances.

A Palhota era uma aldeia piscatória, à beira do Tejo, casas de madeira assentes sobre estacas por causas das cheias do Tejo.

A. Redol escreveu a sua obra, no seu gabinete de trabalho, em casa.

Redol e os Avieiros

Redol ganhou tanta amizade e simpatia, entre aquela gente, que, quando se veio embora, foi convidado para apadrinhar o primeiro casamento que houvesse na aldeia da Palhota, o que realmente se concretizou, tendo sido padrinho e sua irmã madrinha, duma neta de Manuel Lobo que vive aqui, em Vila Franca, no Bairro dos Avieiros.

Foi uma festa que durou três dias e três noites que constou de boda e baile na qual tomou parte.

O casamento celebrou-se na igreja de Salvaterra de Magos, tendo sido feita a travessia do Tejo em barcos.

Reacções da sociedade portuguesa naquele tempo

Alguns acharam bem esse contacto, outros não concordaram com ele.

Muitos chamavam recolha, a busca de contacto humano que procurava directamente com as pessoas. Os materiais da vida não se recolhem, vivem-se ou inventam-se como A. Redol diz no prólogo dos Avieiros, edição de 1967.

Alguns eram indiferentes e achavam mal esse contacto directo com a realidade mas o autor utilizou sempre esse processo. Os seus personagens são vivos e integrados na sua realidade.

Penso que para se fazer um romance acerca de determinado agregado social, terá que se fazer o seu estudo etnológico.

Contactos com os Avieiros depois do romance

Depois deste trabalho conservou sempre contacto com os Avieiros, principalmente com os compadres e afilhados.

Continuou sempre que vinha a Vila Franca, cumprimentando-os quando os encontrava ou até os procurava no Bairro. Saudava-os com toda a simpatia e familiaridade.

Os Avieiros de hoje e o livro de Redol

Alguns dos Avieiros mais idosos e seus filhos conheceram A. Redol pessoalmente. O seu romance poucos o devem ter lido, visto serem em grande parte analfabetos. No entanto, os que têm disto conhecimento ficam enternecidos por haver um livro onde é focada a sua vida e ter havido alguém que se preocupasse com eles.

Redol, um Zola português?

Redol foi um escritor da Escola Neo-realista porque naquele período em que viveu e escreveu, muito era escrito nas entrelinhas por causa de repressão fascista que perseguia todos os escritores que defendiam as classes trabalhadoras e escreviam romance-social.

Traduções das obras de Redol

Não existe nenhuma tradução em francês, nem em qualquer outra língua, do romance “Avieiros”. Redol preocupou-se sempre pouco consigo, com a sua promoção. Depois de “Fanga” é que se fizeram algumas traduções.

Vida familiar

Constituem a sua família - viviam nos barcos alguns deles - mas hoje vivem em barracas junto ao Tejo.

Alguns actualmente têm andares mas não os habitam, arrendam-nos. Não querem sair do seu bairro onde vivem em más condições, mas formam como que um clã que não se quer confundir com outras pessoas de outras origens.

As famílias eram numerosas, hoje são mais pequenas não tendo além de dois ou três filhos.

Atingem idades elevadas porque a vida do rio os torna saudáveis.

Alguns vivem de pesca, homens, mulheres, e os mais idosos. Os mais novos já se dedicam a outro tipo de trabalho: comércio, fábricas ou venda de peixe.

Nos tempos antigos vinham de Vieira para pescarem no Tejo e dedicavam-se à venda de melão e melancia nos seus barcos.

A sua vida tem evoluído pouco. Têm tido grande dificuldade de integração.

Alguns emigram para o estrangeiro e conseguem organizar bem a sua vida familiar.

[...]

Não gostam de casar com pessoas de outras origens.

[...]

Nas Forças Armadas julgo que cumprem o serviço militar como qualquer outra pessoa.

[...]

Desconheço a existência de artistas de origem avieira; na política também não conheço.

A escolaridade

Analfabetos a maior parte, dos filhos e netos que frequentam as escolas primárias poucos chegam ao ciclo. Têm grande dificuldade de se integrarem na sociedade.

Peixe e cozinha

Peixes pescados no Tejo antigamente: o sável, em grande abundância, mas depois de construída a barragem de Castelo de Bode desapareceu do Tejo.

Ainda hoje se pescam: fataça, linguado pequeno, barbo, enguia e solho.

Pescam-se crustáceos muito apreciados: camarão branco e preto mas pequenos.

Pratos confeccionados com alguns destes peixes:

— *açorda de sável com sável frito*

— *linguadinhos fritos que são chamados folhinhos de oliveira com arroz e salada*

— *caldeirada de enguias, fataças e barbos*

— *ensopado de linguados*

— *ensopado de enguias*

— *sopa de camarão*

— *rissóis de camarão*

Tradições e Trajes

Os avieiros têm um rancho folclórico formado por dançarinos e músicos. A música é concertina e outros instrumentos por eles arrançados.

Os trajos das raparigas são: saias plissadas com fitas de veludo; blusas com bordados e folhinhos na cintura e nas mangas; avental bordado a matiz e com renda à volta; meias arrendadas, só os canos, sem pé; tamancos pretos de sola de madeira; lenço colorido atado e com um chapéu de feltro preto, com um pequeno cesto, em vime, com fitas de várias cores.

Os trajos dos rapazes são: calças com quadradinhos, feitio de ceroulas, atados nas pernas com fitas; camisas aos quadradinhos mas a contrastar com as calças, cinta preta, barrete preto e descalços.

Os Avieiros hoje

Segundo a opinião de um escritor amigo de Redol, os Avieiros que vivem no Bairro em Vila Franca, já não possuem as características dos verdadeiros Avieiros.

Talvez em Escaroupim, em Salvaterra de Magos, possa colher elementos. Em Póvoa de Santa Iria também existe um bairro de Avieiros.

À Senhora Doutora Maria Micaela Soares,
Directora do Museu Etnográfico de Vila Franca de Xira

Resumo de uma entrevista

Informações sobre os Avieiros

Há muitas pessoas novas que começaram a elaborar trabalhos sobre os Avieiros, mas sem concluir. Os Avieiros passaram um pouco a estar na moda há cinco ou seis anos para cá.

Eu tenho o projecto, já há muitos anos, projecto muito ambicioso para o tempo que tenho, de estudar a sua fala. Julgo que uma das características ainda marcante é a fala. As investigações são difíceis mas indispensáveis ao estudo da cultura avieira.

Para preparar um trabalho sobre os Avieiros é necessário ir à Praia da Vieira, perto de Leiria, donde são oriundos.

Vinham de comboio, de carroça ou de barco. Os primeiros vieram por mar com os seus próprios saveiros. Os saveiros eram barcos de proas aguçadas para vencer as ondas do mar - na região da Praia o mar é bravo e perigoso-. Aqui tiveram proporções desajustadas ao rio mas os pescadores acomodaram-nos. Os saveiros tornaram-se barcos e casas. Muitas vezes diz-se que vieram de comboio, mas duas ou três famílias confirmaram-me que vieram de barco.

Vinham para trabalhar, para pescar durante o Inverno e voltavam para Vieira.

Houve muitos períodos de mudança e fixação. A maior fixação acabou nos finais dos anos cinquenta, mas isso não quer dizer que nos anos cinquenta não tivessem ainda vindo algumas famílias.

[...]

Aqui em Vila Franca vêem-se ainda casas antigas assentes sobre estacas de madeira. São os Avieiros que trouxeram este tipo de construção. Tem de visitar também as aldeias de Caneiras e Conchoso. Antigamente Conchoso era uma aldeia muito grande mas já há três anos ou quatro que lá não vou e não sei se lá encontrará algumas casas.

[...]

Hoje não há nenhuma família que viva unicamente da pesca. Até 1977 houve pessoas a viver unicamente da pesca. Nesta altura não sei se ainda estão.

[...]

Quantos Avieiros em Vila Franca? Isto é uma pergunta a que não posso responder. Os Avieiros são bastante prolíficos e, de ano para ano, as estatísticas são diferentes.

[...]

Origem da palavra "avieiro".

Não há problema nenhum.

Avieirense designa a gente de Vieira.

Avieiro é uma palavra muito bem formada porque o povo sabe bem o que faz: o prefixo latino "ab" marca a deslocação, o movimento. É uma palavra feita pelo povo.

À Senhora Maria Letra

Avieira de Vila Franca de Xira.

Resumo de uma conversa amigável e cheia de pormenores pitorescos

O meu nome é Maria Letra. Nasci em 1912. Já, fará cerca de 92 anos que a minha família começou a vir na região para a época do sável. Veio de comboio de Vieira de Leiria.

Já antes de 12 anos eu presenciava a faina da pesca. Tive pena de deixar as tradições dos Pais...

As redes eram puxadas a bois na praia de Vieira. O pai e os irmãos eram arrais das companhas, quer dizer, donos de barcos. Eu lembro-me de uma cantiga que cantavam:

*“Vinham as duas companhas
Com muito medo a arribar
Mas era regalo a ver
Tanta gente a navegar.
Dava o arrais volta na ré
E o mar batendo no seu panero (barco)
Que vinham atrás da maré
Vinham uns assentados
E uns em pé
Oh que façanhas tamanhas
Até faziam crescer as banhas
Lá por cima do umbigo
Até que fugiam ao perigo
E vinham nas duas companhas.”*

[...]

Vim com os Pais porque era mais fácil viver cá, pela abundância do sável.

Antes de virem para cá definitivamente, iam a Vieira apenas no Verão. O Inverno era passado cá, na pesca da enguia, do barbo e da fataça e fixavam-se em Valada do Ribatejo. Vinham depois vender o melão trazido pelas bateiras. Vendiam na praça e na borda do mar.

Depois de 12 anos não voltei a Vieira. A família vivia nas bateirinhas, dormia lá, com partes separadas para os pais e filhos.

Comprávamos uma seara de melão e comercializávamo-la.

As famílias tinham duas ou três bateirinhas. Enquanto vinham para cá, guardavam as redes numa barraca de madeira em terrenos à beira-rio, cedidos pelos donos.

Os maridos iam pescar, as mulheres eram camaradas dos maridos e elas iam vender o peixe de madrugada.

[...]

Tínhamos muita fé. Nos barcos apegavam-se a Deus e cantavam para não adormecer:

“Pelo cantar da sereia se perdem os navegantes

Perdem-se os pais pelos filhos

E os filhos pelos amantes.”

A minha avó, na semana santa, respeitava muito, não fazendo certos trabalhos e mandava a família orar a Deus. Quando nos deitávamos, nos barcos, dizia:

“Rezem comigo”:

“Pecador adormecido

Vives muito esquecido

Confessa-te ó pecador

E andas muito enganado

*Não sabes a hora nem o dia
Que há-des morrer em pecado.
Não ofender a Deus tomemos
Que nos pode castigar
Quando nós menos pensar
Contas a Deus hemos dar (havemos de dar)
Contas rigorosas
Merecidas para toda a vida
Confessa-te ó pecador
Pela tua alma perdida.
Perdeste a tua alma
Tu fostes o causador.”*

A minha mãe era parteira do mar, assistia aos partos e nunca nenhum morreu nas mãos.

[...]

Fiquei viúva aos 33 anos. O marido morreu no mar, afogado, não sabia nadar. Caiu ao mar e ao fim de cinco dias apareceu morto. Estive casada 10 anos. Quando enviuei, sozinha, com três filhos, continuei a minha vida de pescador e vendia o melão no Verão. Até aos 35 anos vivi no mar, nas bateiras, com os filhos em duas bateiras. Esses três anos foram de tormentos porque recusei trabalhar no mar ao lado de qualquer homem. O pequenino, na hora do descanso, ficava agarrado ao meu colete para não acontecer o mesmo que ao pai. O mais velho tinha 9 anos.

Voltei a casar e sou viúva há 15 anos. O meu segundo marido era proprietário. Depois desse casamento abandonei a pesca. Conheci o meu marido porque ele vinha vender o melão.

[...]

Eu não sei ler. Os meus filhos mais velhos não foram à escola; andavam mar abaixo e mar acima, aproveitando as marés. Os mais novos frequentaram a escola. As filhas do segundo casamento frequentaram o ensino secundário, tendo a mais velha actualmente 42 anos e possui um curso de línguas.

[...]

A filha mais velha (do 1.º casamento), é hoje vendedora de peixe no mercado.

Há 44 anos que me dedico ao lugar do mercado que pertenceu ao meu segundo marido, vendo legumes e frutas.

[...]

As crianças do 1.º casamento aceitaram bem viver em Vila Franca e davam-se bem com os filhos do 2.º casamento.

[...]

Os Avieiros foram sempre estimados.

Considero-me “um pé descalço do mar”.

O Senhor João Lobo
Avieiro de Palhota

Conversa dirigida pelo Senhor Luís Santos da Silva

Sou João Lobo, tenho 82 anos e sou um pouco surdo.

Conheceu o escritor Redol?

Gostava de dizer que Redol esteve aqui, no tempo da pesca do sável, para saber o que cá se passava e fazer um livro.

Era seu amigo?

Tal não era. Ficou um mês em casa dos meus pais e a senhora dele. Então, foi daqui lá para baixo até Quinchoso (Conchoso). Eu, nesse tempo, andava, comprava melão e melancia. Vendia-os lá, no mercado de Vila Franca... Ele morava logo do lado do mercado... Era boa pessoa...

O Senhor sabe que fez um livro sobre os Avieiros?

Não o vi, mas sei que um livro foi feito por ele.

Sabe também que este livro falava de todos vós, da sua família, de todos os Avieiros existentes no concelho e no concelho de Vila Franca?

Não tenho conhecimento disso.

Nunca leu o livro?

Não, não sei ler.

Pode explicar como é que se praticava a pesca naqueles tempos?

Havia a pesca de varina e de savar. Varina e savar são redes. A pesca de varina fazia-se de dia. A do savar de noite. A varina dava maior rendimento... para pescar o sável... Hoje este tipo de pesca já não existe. Acabou por causa das barragens. Havia ali bastantes sáveis, bogas. Pescavam no Inverno, Janeiro e Fevereiro eram bons... Presentemente os Avieiros pescam tainhas ou fataças, eiros, enguias. Depois da pesca do sável acabar, os pescadores desceram para Vila Franca, Alhandra e Póvoa. Dedicam-se a outro tipo de pesca: a pesca de arrastão. Então apanham linguados, enguias, caranguejos, tudo...

Pode falar da sua vida, das suas dificuldades, das cheias?

Houve uma cheia grande em 1979. Todas as casas ficaram inundadas. Foram praticamente todas cobertas pela água. Só 25 centímetros saíam das águas. A gente foi-se embora de barco... Eu, não tenho barco, mas antigamente construía bateiras. Comecei aos 20 anos. Fiz 400 ou 500 barcos.

[...]

Nasci em Benfica do Ribatejo. O meu pai era de Vieira de Leiria. A minha mãe era

ali de Santarém. O meu pai vinha aqui fazer a época do sável. Era solteiro. Começou a namorar a minha mãe, casar cá, e ficar cá. Cá nos gerou, cá nos criou. A gente vivia ali, perto de Benfica, à borda d'água. O pai arrendou um terreno à companhia da lezíria e veio por aqui fazer uma barraquinha. Eu tinha 10 anos... Já há mais de 70 anos que vivo aqui...

[...]

A minha mãe morreu muito jovem. Trabalhou demais, de noite, de dia, no frio, no vento e na chuva.

[...]

... oitenta anos, não sei exactamente. Vieram para pescar o sável, pescavam com a savar e a varina que é uma rede grande. Pescavam de noite no Inverno...

Hoje a gente vive um pouco de pesca, trabalha no campo, no jardim.

Na Palhota houve cheias... a última em 1979, destruiu muitas casas... mas temos electricidade, gás e água no poço...

apesar do perigo... não quero sair daqui!

FONTES DOCUMENTAIS

A inauguração dos novos paços do concelho de Vila Franca de Xira, em 1893, foi um pretexto para o município dessa época apresentar publicamente o seu relatório de actividades. A expropriação do terreno e a construção do edifício para paços do município, a canalização do ribeiro *Barbas de Bode*, que lhe passava em frente, a compra da estrada do Farrobo, que era privada, a aquisição do edifício do tribunal e o abastecimento de água potável a Vila Franca, são algumas iniciativas apontadas na acta da inauguração.

A publicação deste documento cem anos após, relembra o acontecimento e contribui para o enriquecimento dos estudos de história local e do municipalismo.

**Acta da inauguração dos novos Paços do Município que teve lugar
a 5 de Outubro de 1893⁽¹⁾**

Concelho de Vila Franca de Xira

*Livro para a acta da inauguração dos novos Paços do Município de Vila Franca de Xira
que há-de ter lugar no dia 5 do corrente mês de Outubro.*

Vila Franca de Xira, 4 de Outubro de 1983

O Presidente da Câmara

José Pereira Palha Blanco

(1) ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA, Livro da acta da inauguração dos novos paços do município, 1893. Na transcrição do documento actualizou-se a ortografia e a pontuação, mantendo-se o conteúdo do texto original.

Aos cinco de Outubro de mil oitocentos e noventa e três nesta Vila Franca de Xira e edifício destinado para os paços deste município, achando-se reunidos o presidente da Câmara Municipal, o Exmo. Sr. José Pereira Palha Branco, e os Exmos. vereadores Dr. Domingos de Almeida Fernandes Nogueira, José Pedro Câncio e Fernando José da Costa Barreto, o Administrador do concelho D. Carlos Pereira Coutinho, o cidadão José António Silva, primeiro substituto do juiz de direito desta comarca em exercício, o Dr. Albano Augusto de Sousa Pinto, Juiz das execuções, o Dr. José Inácio de Lima Meireles, conservador, no exercício de lugar de delegado do procurador régio, os escrivães de direito e de fazenda e secretários da administração do concelho e da câmara, a maioria dos quarenta maiores contribuintes e dos párocos, professores e regedores do concelho e muitos outros funcionários e cidadãos pelo referido presidente foram convidados os sobreditos vereadores e magistrados a ocuparem as cadeiras que se achavam no estrado junto da mesa e a todos os funcionários e cidadãos a sentarem-se nas que se achavam nas salas; o que assim praticado e estando também presente a Fanfarra Primeiro de Maio desta vila, declarou aberta a sessão era uma hora da tarde.



Fanfarra 1.º de Maio

E logo disse, que não podendo, pelo seu estado de saúde o não permitir, expôr a assembleia a fim da reunião, ordenava a mim, secretário da câmara, que lêsse, o que fiz, o seguinte:

Relatório

É com o maior júbilo que hoje presido a tão ilustre e respeitável assembleia. Regozijo-me ao ver que quase todos os conselheiros a quem tive a honra de convidar para assistirem à inauguração dos novos paços do concelho deste município se acham presentes, solenizando assim este acto e significando que estes não são completamente indiferentes aos melhoramentos que este concelho tem recebido nos últimos quatro anos; e já que me refiro a melhoramentos não devo deixar de especializar os que, a pedido desta câmara, foram concedidos pelo actual governo e pelo transacto, na verdade muito importantes, tais foram a cobertura do ribeiro desta vila, o empedramento da estrada da Lezíria do cais do cabo Ruivo, a abertura do esteiro de Alverca e construção do cais no mesmo esteiro, cuja despesa não foi inferior a dez contos de réis.

É indelével o meu reconhecimento para com os meus colegas da passada e da presente vereação, que tão zelosa, inteligente e desinteressadamente cooperaram para a realização de todos os melhoramentos, sem cuidarem se esses benefícios aproveitavam a esta ou àquela localidade, tendo somente em vista o bem geral do município; e por isso é meu desejo tornar bem público esses factos, agradecendo-lhes a sua prestimosa coadjuvação.

Não devo também deixar na indiferença os bons officios do secretário desta Câmara, Marciano Franco, para que o primeiro contrato da construção deste edifício fosse rescindido com grandes e manifestas vantagens para o município, rescisão que teve lugar pelo falecimento de um dos dois empreiteiros, e bem assim cumpro um dever, declarando à assembleia que o autor da planta e projecto do edifício, foi o senhor Augusto César dos Santos, de Lisboa, no que revelou mais uma vez a sua muita intelligência e gosto, prestando-se a fiscalizar os trabalhos desde o seu princípio, com o maior desinteresse. A todos pois, declaro o meu reconhecimento. Sou também forçado pelo dever da gratidão, a tornar bem público o quão este município deve ao digníssimo chefe do distrito, o Exmo. Sr. Conselheiro Eduardo Segurado, que tem sido um devotado advogado deste concelho, quer junto dos governos, quer das comissões tutelares sem o valiosíssimo empenho de sua Ex.^a poucos seriam os subsídios recebidos e esses poucos com grandes dificuldades, devido também ao estado desgraçado em que se acha o tesouro.

Interpretando, pois, os sentimentos da assembleia e de todos os munícipes declaro o Exmo. Senhor Conselheiro Eduardo Segurado, benemérito do município vilafranquense preiteando-se, assim, os relevantes serviços por sua Ex.^a prestados ao concelho de Vila Franca de Xira.

Antes de terminar, julgo cumprir um dever, informando a assembleia do que se tem despendido pelos cofres do município, com os principais melhoramentos, nos últimos quatro anos.

Em estradas, compreendendo a aquisição da estrada do Farrobo, que não era pública - 10:825#68 rs.

Calçadas de ruas e caminhos - 4:442#960 rs.

Abastecimento de água potável e construção de um chafariz em Vila Franca - 2:753#380 rs.

Aquisição do edifício do Tribunal judicial - 3:500#000 rs. de que se pagaram duas prestações - 2:483#981 rs.

Edifício dos novos paços do concelho, incluindo expropriação - 13:171#340 rs.

Acessórios, como relógio, cobertura do ribeiro em frente do edifício e outras obras - 1:093#229 rs.

Soma - 37:105#229 réis.

Devo também mencionar o edifício da escola do sexo feminino desta vila, que hoje é propriedade do município, e que muito lisonjeia a Junta de Paróquia que o mandou construir, para o qual a câmara contribuiu com 2:500#000 rs. elevando-se assim a soma a 39:005#229.

É certo que a câmara contraiu um empréstimo cujo encargo anual é de 2:781#542 rs. durante trinta anos, mas também é certo, que para satisfazer tal encargo não se carece de recorrer a novos impostos ou de aumentar os existentes. As verbas nos orçamentos eram destinadas para reconstrução e reparação das estradas, calçadas e caminhos que foram reconstruídos ou reparados, devem diminuir ao necessário para a sua conservação e o desaparecimento nos mesmos orçamentos das verbas para pagamento das rendas de casas para o tribunal de justiça, administração do concelho e de todas as reparações a cargo da câmara não-de sobrar para o referido encargo dos 2:781#572 rs. e daqui a vinte e tantos anos cessar este encargo e o município continua a possuir dois edifícios importantes, onde têm de se acomodar o funcionamento de todas as repartições exigidas para uma comarca de primeira classe.

Termino agradecendo à assembleia a honra que me dispensou assistindo à inauguração dos novos paços deste município.

Declaro assim inaugurados os paços do concelho de Vila Franca de Xira.

Finda a abertura, o Exmo. presidente levantou um viva ao município de Vila Franca de Xira, que foi calorosamente correspondido.

Em seguida o Exmo. Joaquim António da Fonseca Esguelha, um dos quarenta maiores contribuintes, expôs à assembleia os muitos obséquios e grandes serviços que o concelho deve ao Exmo. presidente da Câmara José Pereira Palha Blanco, terminando por levantar um viva a sua Ex.^a que foi correspondido por toda a assembleia.

Ainda usou da palavra o vice presidente da Câmara, Dr. Domingues de Almeida Fernandes Nogueira, que igualmente elogiou o Exmo. presidente, terminando por pedir que ficasse consignado nesta acta um voto de louvor a V. Ex.^a pelos bons serviços que tem dispensado ao município.»

O Exmo. presidente agradeceu as manifestações que lhe foram feitas, tocando em seguida a fanfarra o hino real e outras peças de música.

Por último, o Exmo. presidente ordenou que o edifício fosse franqueado ao público durante o dia, declarando, em seguida, encerrada a sessão eram três horas da tarde.

E para constar lavrei a presente acta que vai ser assinada pelos Exmos. presidente, vereadores e magistrados que formaram a mesa. E eu, Marceano António Franco, secretário da Câmara a escrevi, subscrevo e assino, e declaro que também estive presente a todo o acto a Corporação dos Bombeiros Voluntários desta vila.

*José Pereira Palha Branco
D. Carlos Pereira Coutinho
José António da Silva Vidal
José Inácio de Lima Meireles
Albano Augusto Sousa Pinto
Domingos de Almeida Fernandes Nogueira
José Pedro Cância
Marciano António Franco*

INFORMAÇÕES CULTURAIS
1990 A 1992

A crescente especialização dos serviços culturais prestados pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e a necessidade de aprofundar qualitativamente os mesmos, levaram a que, no final do triénio 1990-92, fosse reestruturada a orgânica do Departamento de Acção Sócio-Cultural no que concerne à área cultural. Esta organiza-se actualmente em três divisões: Divisão de Acção Cultural, Divisão de Bibliotecas e Divisão de Museus, Património e Arquivo Histórico. Correspondendo a preocupações de melhoria do trabalho cultural desenvolvido junto dos munícipes, esta estrutura permite também uma gestão mais eficaz dos novos equipamentos descentralizados no território do concelho.

MUSEUS, PATRIMÓNIO E ARQUIVO HISTÓRICO

Investigação

A investigação, a conservação e a divulgação constituem as funções básicas do museu, de tal modo que não é possível obter bons e credíveis resultados em qualquer um dos sectores se não forem apoiados num trabalho de qualidade nos restantes.

No caso do Museu Municipal de Vila Franca de Xira (MMVFX) a investigação tem sido prioritada no sentido, não só de

Foto: Helder Dias



Largo do Pelourinho e antiga casa da Câmara de Alverca readaptados a Núcleo Museológico.

melhor conhecer o passado e de arquitectar a história local, mas também de divulgar, através de exposições e publicações, os resultados obtidos.

Os temas que foram objecto de pesquisa ao longo dos anos de 1990 a 1992 abrangem pontos tão diversos como a história local de Alverca (séculos XVII a XX), a história da tauromaquia em Vila Franca de Xira, o estudo das profissões ligadas à tauromaquia, a história recente da cidade de Vila Franca de Xira (anos 40 a 70), as biografias de Vidal Baptista, Carlos Tomé e Lino de Macedo e a abordagem inter-disciplinar da mecanização e agricultura na região.

Projecto específico de investigação é o que tem vindo a desenrolar-se em torno de Povos e Senhor da Boa Morte com a realização anual de intervenções arqueológicas.

Em 1990 deram-se por terminadas as sondagens arqueológicas no pátio da Escola-Velha (Povos), após o que, como medida de protecção, se procedeu ao entulhamento da área.



Foto: Helder Dias

Intervenção arqueológica no alto do Senhor da Boa Morte. 1992.

A identificação no local de uma “villa” romana, violentamente abandonada no século V — por ocasião das invasões “bárbaras” que terão levado à transferência do povoamento para o alto do Senhor da Boa Morte, — conduziu, em 1991, à primeira campanha de escavações no cimo do cabeço. Aqui, com a participação de estudantes de arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, foram detectados dois níveis distintos de ocupação, um islâmico e outro cristão, que vieram confirmar a deslocação das comunidades, do sopé para o alto do Monte.

Finalmente, no ano de 1992 foram dados dois importantes passos preparatórios de projectos de investigação a desenvolver posteriormente: a constituição de protocolos entre a Câmara Municipal e instituições vocacionadas para a investigação — nas situações presentes, a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial e a Faculdade de Letras de Lisboa/Instituto Alexandre Herculano.

Divulgação

Esta é a área de actuação do museu que se relaciona directamente com a população utente das suas actividades. Dividimo-la em três sub-áreas: exposições (a forma privilegiada de comunicação do Museu); edições e actividades de animação/sector educativo.

Exposições

No período de 1990 a 1992 teve especial relevo a abertura ao público do segundo núcleo do Museu Municipal — o núcleo museológico de Alverca. Instalado na antiga casa da Câmara de Alverca, edifício que foi adaptado a museu, e potenciando o largo do Pelourinho que lhe fica fronteiro, este núcleo apresenta a exposição permanente “Do quotidiano ao museu. Alverca — séculos XVII a XX”.

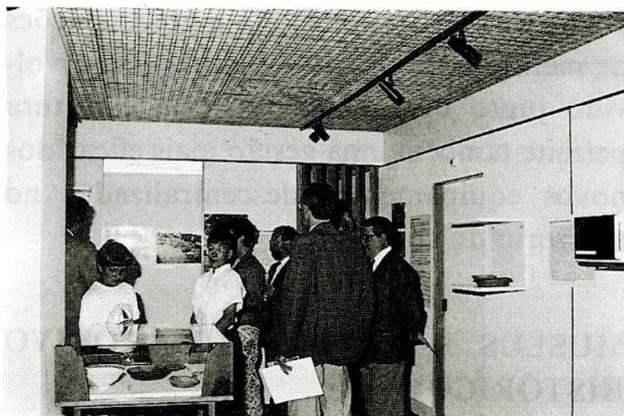
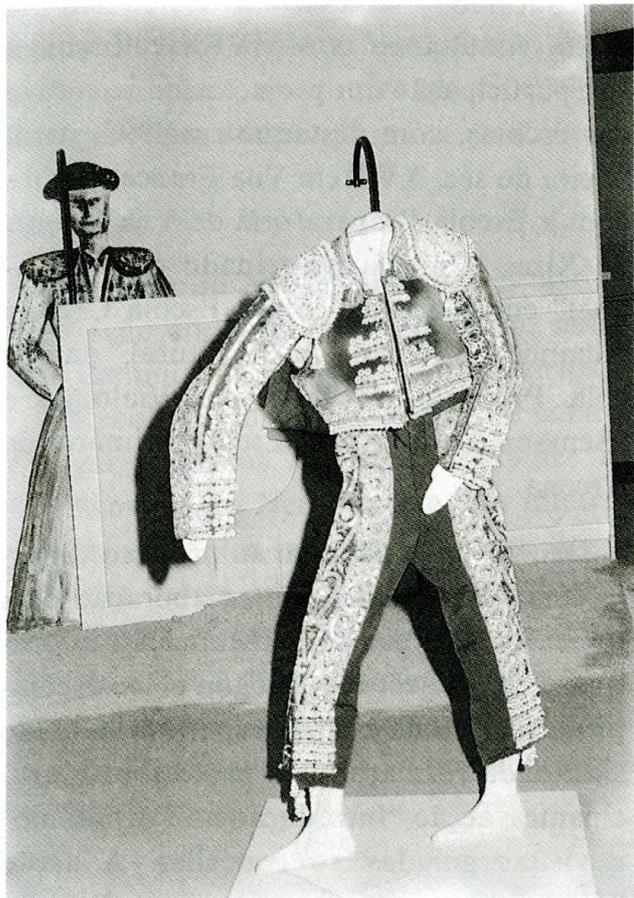


Foto: Helder Dias

Inauguração do Núcleo Museológico de Alverca, 18 de Maio (Dia Internacional dos Museus) de 1990.

A localização deste núcleo museológico no maior aglomerado urbano do concelho veio permitir uma descentralização da intervenção museológica e patrimonial e uma acção educativa mais eficaz junto da população infantil e juvenil.

As exposições temporárias, da responsabilidade do MMVFX, ocorridas no pe-



Exposição "Profissões da Festa - o Trabalho e a Tauromaquia". Vila Franca de Xira. 1991.

ríodo a que nos reportamos, foram as seguintes:

1991 — "50.º aniversário do Museu Municipal — em memória de Vidal Baptista" no núcleo-sede do Museu em Vila Franca de Xira.



Exposição "Trabalhar a Terra - Mecanização e Agricultura". Vila Franca de Xira. 1992.

- "Profissões da Festa - o Trabalho e a Tauromaquia" na Patriarcal em Vila Franca de Xira.
- 1992 — "Um Olhar sobre Vila Franca de Xira pela Objectiva de Carlos Tomé" no núcleo-sede do Museu.
- "Trabalhar a Terra - Mecanização e Agricultura em Vila Franca de Xira" na Patriarcal.

Foto: Helder Dias



Assinatura de protocolo entre a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial na abertura da exposição "Trabalhar a Terra - Mecanização e Agricultura". 1992.

O Museu Municipal colaborou também com o Museu de Alhandra/Casa dr. Sousa Martins no processo da sua reestruturação, aquando da ampliação de instalações.

A nova exposição permanente, centrada na história local, divide-se por duas áreas temáticas: "Alhandra do telhal à fábrica" e "A vida quotidiana - do trabalho à festa".

Edições

Concluindo um processo de investigação e divulgação de fontes documentais indispensáveis à história local, o Museu Municipal lançou a colecção "Património Local", de que foram publicadas em 1992 as duas primeiras obras: "Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros", da autoria

de João Amaral e transcrita por Cristina Marques (obra inédita); “Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira” de Lino de Macedo, 2.^a edição. Estas obras vieram colmatar grandes lacunas de informação disponível sobre a história do concelho.

Prosseguiu-se ainda a publicação do Boletim Cultural do município, com a edição do quarto número.

Animação/Sector Educativo

Esta área de intervenção foi reorganizada e consolidada no ano de 1992, culminando com o lançamento em Setembro de “O Museu Oferece - Programa de Actividades com as escolas para o Ano Lectivo de 1992/93”, que se seguiu a uma experiência-piloto lançada no ano anterior.

Definida como prioridade de acção do MMVFX, a acção educativa concretizou-se na realização de: visitas guiadas às exposições, núcleos museológicos e património do concelho; itinerância de exposições nas escolas; apoio documental a trabalhos escolares; circulação de diaporama sobre o

concelho; feitura e divulgação de maleta pedagógica sobre a Pré-História nas escolas do concelho.

Em simultâneo o MMVFX reforçou a sua participação em projectos de iniciativa das escolas, com destaque em 1992, para: “Feira do séc. XVI” em Vila Franca de Xira com a Escola Preparatória de Vila Franca de Xira; “Um dia no reinado de D. Manuel” em Alhandra com a Escola C+S de Alhandra; “Semana inter-cultural” da Escola Primária da Icesa em Vialonga e “Semana Cultural” da Escola Primária de Arcena.

Deu-se início também ao projecto “inter-escolas património” em colaboração com o Centro de Recursos e Animação Educativa. Este projecto congregou cinco escolas primárias e uma escola preparatória, tendo sido dada formação aos professores participantes: acção “Introdução ao Património” e visitas guiadas ao concelho. A acção “Como Organizar uma exposição” foi também ministrada a um grupo de professores da Escola Preparatória de Vila Franca de Xira.

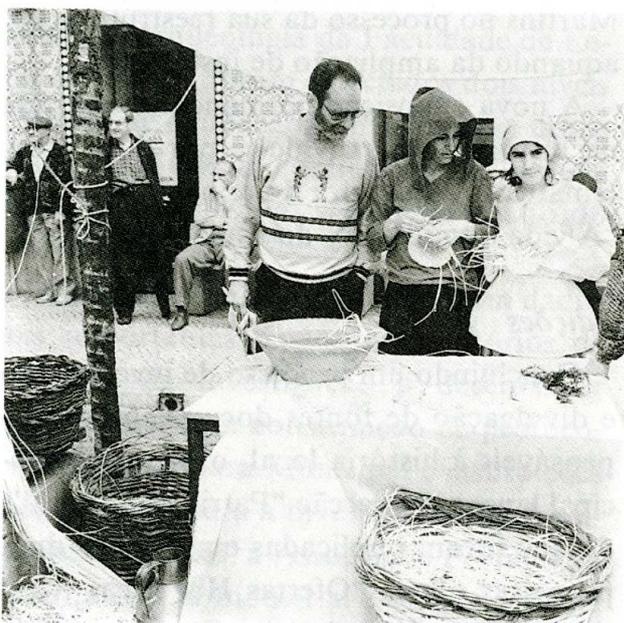


Foto: Helder Dias

“Feira do século XVI” organizada pela Escola Preparatória de Vila Franca de Xira no Largo da Câmara. 1992.

Arquivo Histórico

O Arquivo Histórico Municipal centrou a sua actividade na recolha e conservação de documentação com interesse histórico e patrimonial para o município.

Efectuou o tratamento de todos os fundos documentais das antigas Câmaras Municipais de Alhandra, Alverca, Castanheira, Povos e Vila Franca de Xira. Procedeu-se à organização, classificação e ordenação da documentação e posterior instalação em depósito de arquivo.

Iniciou-se a descrição do acervo documental através de inventário geral.

Com o objectivo de proteger o património das colectividades e contribuir para o estudo do associativismo local, deu-se início à organização do Arquivo da Sociedade Euterpe Alhandrense.

Museu do Neo-Realismo

O Museu do Neo-Realismo, em fase de instalação em Vila Franca de Xira, desde logo definiu como objectivos prioritários:

- Recolher, conservar, registar e catalogar todos os materiais referentes ao Movimento Neo-Realista, em diferentes domínios em que interveio: literatura, artes plásticas, cinema, teatro, música, fotografia, ciências sociais e humanas e dinamização cultural.
- Recensar todos os materiais relativos ao Movimento que não possam estar à sua guarda.



Exposição "Cipriano Dourado" na Galeria Municipal em Vila Franca de Xira. 1990. Organização do Museu do Neo-Realismo.

- Expor os materiais recebidos e outros que lhe sejam cedidos, dinamizando o seu conhecimento nas instalações do museu e em todos os locais apropriados para que for solicitado.
- Realizar e promover investigação sobre o Movimento e sobre as obras dos criadores que o integraram.
- Promover, junto das editoras, a publicação de trabalhos de investigação e de

obras inéditas ou já publicadas com interesse cultural.

- Organizar o Guia do Museu do Neo-Realismo.



Foto: Jorge Pereira

Debate na iniciativa "50 anos de vida literária de Mário Dionísio". Organização do Museu do Neo-Realismo em Vila Franca de Xira.

Uma intensa actividade marcou o Museu do Neo-Realismo no período a que nos reportamos.

As exposições realizadas, de 1990 a 1992, foram as seguintes:

- 1990 — "Cipriano Dourado" em Vila Franca de Xira;
- 1991 — "50 Anos de Vida Literária de Manuel da Fonseca" em Vila Franca de Xira, Benavente e Salvaterra de Magos;
- "Aleixo Ribeiro" em Vila Franca de Xira;
- "Leão Penedo" em Vila Franca de Xira;
- "50 Anos de Vida Literária de Mário Dionísio" em Vila Franca de Xira e Lisboa;
- "50 Anos a Ler Esteiros de Soeiro Pereira Gomes" em Alhandra, Salvaterra de Magos, Grândola e Porto;
- 1992 — "Leão Penedo: 50 Anos na Literatura e no Cinema" em Lisboa;

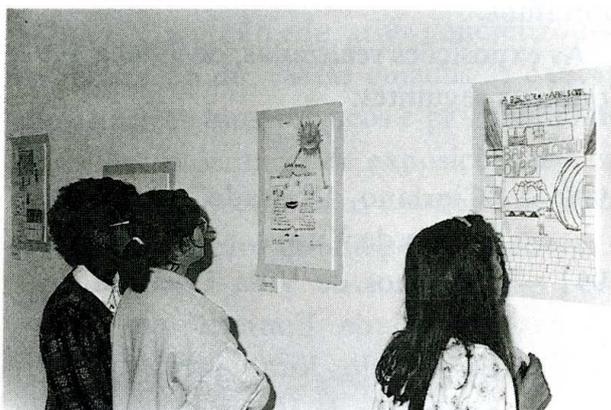
- “Carlos de Oliveira: 50 Anos na Literatura Portuguesa” em Olival de Basto, Lisboa, Coimbra, Cantanhede e Amadora.

BIBLIOTECAS

Os anos de 1990-1992 corresponderam a um período de consolidação da rede de Leitura Pública do Concelho de Vila Franca de Xira, consubstanciada em três Bibliotecas Municipais:

- Biblioteca Central, em Vila Franca de Xira, com um projecto de construção de novo edifício, cuja conclusão se aguarda para 1994;
- Biblioteca (anexo 1) de Alverca, inaugurada em 1992;
- Biblioteca (anexo 2) da Quinta da Piedade, na Póvoa de Santa Iria.

Foto: Jorge Pereira



Exposição de desenhos infantis na Galeria Municipal da Quinta da Piedade. Organização da Biblioteca Municipal.

A Biblioteca de Alverca, à semelhança do que sucederá em Vila Franca de Xira, reflecte na sua concepção de espaço e equipamento, todos os novos caminhos de actuação das Bibliotecas Públicas:

- Livre acesso à estante de livros e suportes audiovisuais;
- Sala de audição e visionamento de discos compactos, videocassetes e cassetes audio;
- Amplas zonas de leitura de periódicos e livros, para crianças e adultos;

Foto: Jorge Pereira



Sala do conto da Biblioteca Municipal de Alverca. Conversa com o escritor António Torrado.

- Zona de jogos infantis e juvenis, associada a uma sala do conto onde se podem desenvolver múltiplas actividades, da leitura de contos para crianças à dramatização de textos infantis.

Foto: Jorge Pereira



Exposição “Brinquedos, Jogos e Brincadeiras” na Biblioteca Municipal de Alverca.

- Sala Polivalente, capaz de receber qualquer exposição, possibilitar um colóquio com escritores, música ao vivo ou visionamento colectivo de uma obra cinematográfica.

Complementarmente, as actividades das Bibliotecas abriram-se ao exterior, quer através da instalação de postos de leitura nas piscinas municipais de Suberra, Vila Franca de Xira e Quinta da Piedade, nos

meses de Verão, quer através da organização de exposições itinerantes que percorram escolas e colectividades ou da organização de concursos temáticos de desenho junto das escolas primárias.

Procurando, por fim, não descurar todas as hipóteses de alargar o leque de novos intervenientes nesta área de trabalho, desenvolveram-se acções de formação para membros de colectividades, e, principalmente, para professores de todos os graus de ensino, tendo em vista a criação e/ou

dinamização de bibliotecas escolares.

Em jeito de conclusão, poderemos dizer que pretendemos concretizar a ideia de biblioteca como um serviço global, como um lugar onde se possa, enquanto indivíduo, andar livremente e fazer as suas próprias escolhas. Uma Biblioteca aberta e convidativa, conducente à busca e à aventura, a novas coisas e com respostas às necessidades no domínio da informação, educação, recreio e cultura.

ACÇÃO CULTURAL

Foto: Jorge Pereira



*XI Salão de Artesanato
Feliciano Agostinho - Oleiro de Viana do Alentejo
Pavilhão do Cevadeiro. Vila Franca de Xira. 1992.*

Foto: Pedro Rodrigues



*Comemorações do 25 de Abril.
Concerto com a Banda do Ateneu
Artístico Vilafranquense.
Ateneu Artístico Vilafranquense,
Abril de 1991.*

Foto: Paulo Pinho



*V Temporada de Música.
Orquestra Sinfónica Juvenil e Coro
do Instituto Gregoriano de Lisboa.
Igreja do Forte da Casa, 8 de
Dezembro de 1991.*

*Encontro de Coros do Concelho de
Vila Franca de Xira.
Grupo Coral do Ateneu Artístico
Vilafranquense.
Ateneu Artístico Vilafranquense,
Dezembro de 1991.*

Foto: Jorge Pereira



Foto: Helder Dias



*Dança - Vila Franca de Xira.
Expor a dança - ensaio público de
coreografia pela Companhia de
Dança João Fiadeiro RE.AL.
resposta alternativa.
Convento de Santo António, 10 de
Julho de 1992.*

Foto: Paulo Pinho



III Temporada de Música e Dança.
"Giselle". Bailarinos Cecilia Goes e
Vitor Murta.
Companhia de Dança do Tejo.
Sociedade Euterpe Alhandrense, 11
de Março 1990.

Encontros com a Dança.
"A Última Noite" pelo APARTE
(Agentes de Pesquisa na Área da
Arte).
Auditório Municipal em Alverca, 2
de Junho de 1991.

Foto: Jorge Pereira

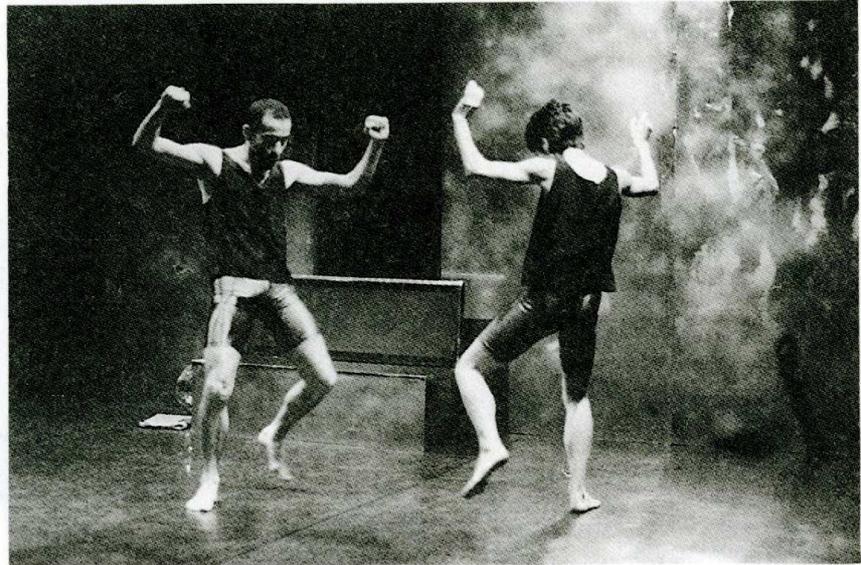
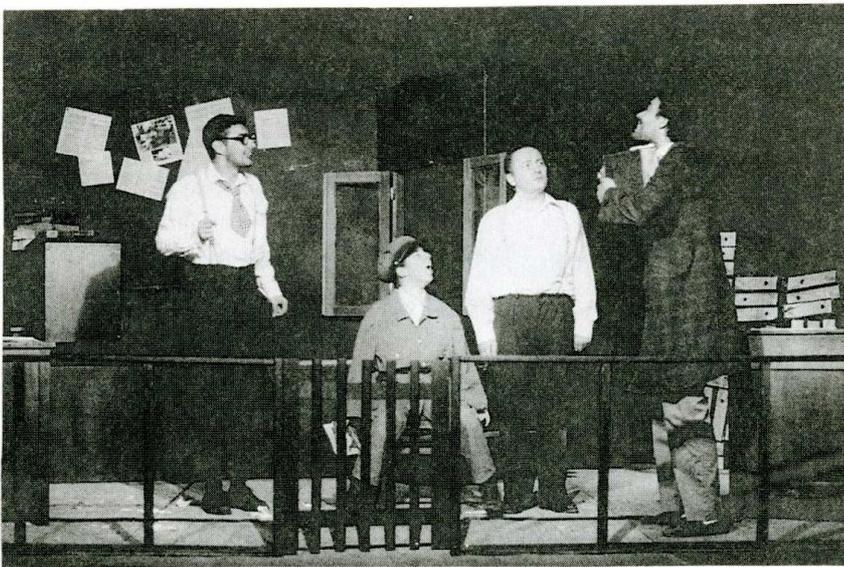


Foto: Helder Dias



Festival de Teatro.
Grupo de teatro "Esteiros" com a
peça "Morte accidental de um
anarquista" de Dario Fo.

Foto: Helder Dias



*Itinerância do C.D.I.A.G. - Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett com a peça "Onde Está a Música?"
Sociedade Euterpe Alhandrense, Outubro de 1992.*

*Noites de Verão no Convento de Santo António.
"Bloody Mary" pelos In-Estética - Companhia Teatral.
Convento de Santo António - Loja Nova, Setembro de 1992.*

Foto: Jorge Pereira

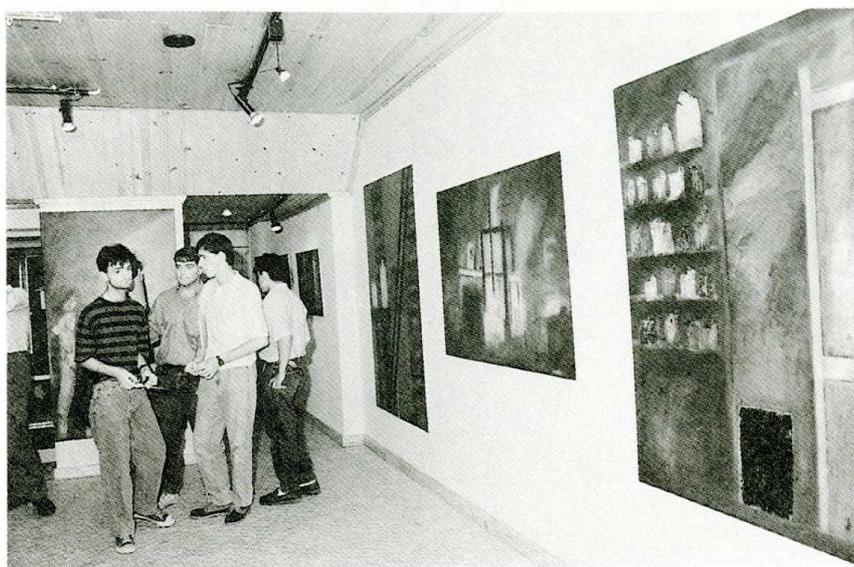


Foto: Helder Dias



*Galeria Municipal de Exposições de Vila Franca de Xira.
Exposição de Pintura e Pastéis de Nicolas Stavro - Integrada no Programa de Geminação com a Mairie de Villejuif (França).
24 de Maio a 16 de Junho de 1991.*

Foto: Helder Dias



*Galeria Municipal de Exposições
de Vila Franca de Xira.
Exposição de Pintura
de Henrique Silva.*

*Galeria Municipal de Exposições
de Alverca.
Exposição de Escultura de Maria
Martins.
31 de Julho a 20 de Setembro de
1992.*

Foto: Helder Dias

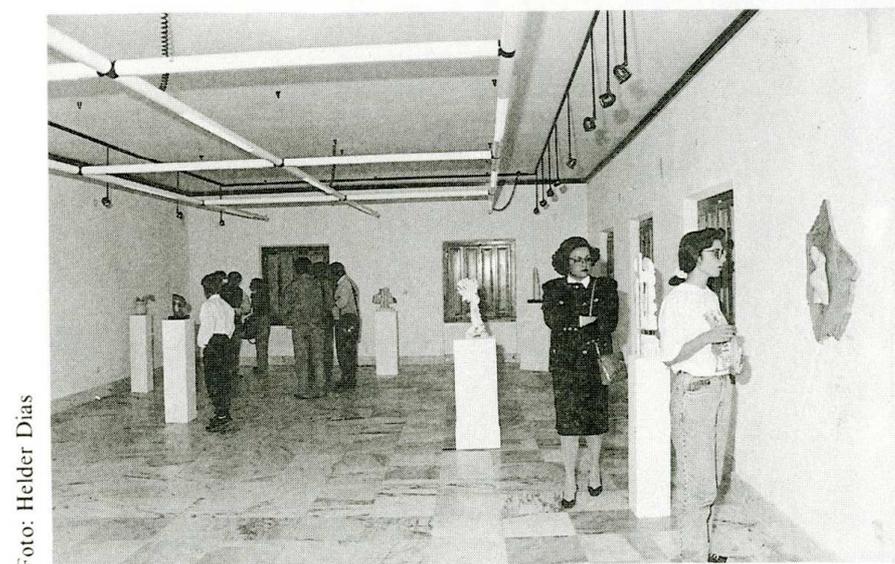
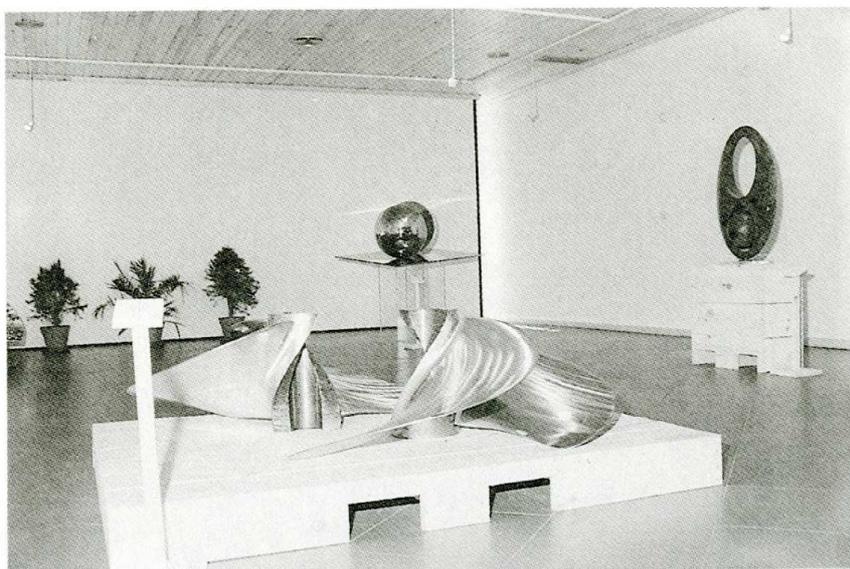


Foto: Helder Dias

*Galeria Augusto Bértholo na
Casa/Museu Dr. Sousa Martins.
Exposição Colectiva de Escultura.
Crisóstomo Nunes, José Barata e
Eduardo Moreso.
Alhandra, 24 de Abril a 31 de Maio
de 1992.*

NESTE NÚMERO:

Sepulturas rupestres do Monte do Senhor da Boa Morte

Ânforas romanas de Povos

Estudo antropológico da população de Povos

Três documentos manuscritos

Recenseamento de eleitores e elegíveis de Alverca

A Marinha em Vila Franca de Xira

Moinhos de Vento

Avieiros

